

Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História

Tese de Doutoramento

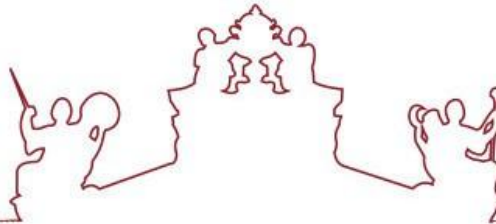
**Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor
corticeiro em Portugal: 1960 - 2019**

Flamino José Leal Viola

Orientador(es) | **Maria Ana Bernardo**

Carlos Manuel Faísca

Évora 2026



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História

Tese de Doutoramento

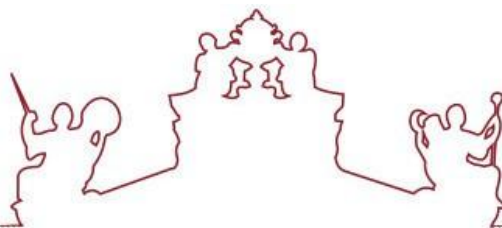
**Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor
corticeiro em Portugal: 1960 - 2019**

Flamino José Leal Viola

Orientador(es) | Maria Ana Bernardo

Carlos Manuel Faísca

Évora 2026



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | Antónia Fialho Conde (Universidade de Évora)

Vogais | Ana Cardoso de Matos (Universidade de Évora)
Carlos Manuel Faísca (Universidade de Coimbra) (Orientador)
Francisco Manuel Parejo Moruno (Universidad de Extremadura)
João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra -
Faculdade de Letras)
Maria Amélia Filipe Branco Antunes Dias (Universidade de Lisboa - Instituto
Superior de Economia e Gestão)

Aos meus Pais:

Ana Maria dos Santos Leal

e

António Alfredo Viola - in memoria

Agradecimentos

À Exma. Senhora Professora Doutora Maria Ana Bernardo e ao Exmo. Senhor Professor Carlos Faísca pela superior orientação, constantes incentivos e permanente disponibilidade.

A elaboração de uma tese de doutoramento só é possível com o contributo de um conjunto de pessoas que, pela sua importância, se tornaram como que suas coautoras.

Devo um agradecimento especial:

À Dr.^a Pilar Alvarez que, para além de ter disponibilizado todos os arquivos da empresa da sua Família, teve a paciência de perder horas em conversas sobre a indústria corticeira e pela confiança depositada em mim quando me deu uma chave do seu escritório para que pudesse consultar os arquivos sempre que pretendesse.

À Dr.^a Maria do Carmo Duque que, não me conhecendo, abriu as portas da sua casa e facultou o acesso a toda a documentação da empresa do seu Pai.

Ao Sr. João Pinho, em representação de todos os funcionários do Arquivo Municipal de Montijo, que, ao longo de vários meses, tiveram a paciência e amabilidade de me facultar e ajudar na consulta dos vastos fundos documentais do Arquivo.

Ao Sr. Vitor Bordeira, algarvio de S. Brás de Alportel, como sempre refere, que, nos seus noventa e um anos, detentor de uma notável memória, teve a gentileza de partilhar comigo todo o seu saber corticeiro e os seus arquivos pessoais.

Não posso deixar de agradecer a todos os que aceitaram ser entrevistados e que, por diversas razões, que compreendo e aceito, não permitiram a sua utilização no presente trabalho. Apesar disso, foram contributos relevantes para a elaboração da tese.

Resumo

As decisões tomadas pelos diferentes agentes económicos têm subjacente o princípio da escassez. Os recursos que os agentes económicos dispõem são sempre inferiores às suas necessidades. Por isso, todos os agentes económicos têm de fazer escolhas, uma espécie de *trade-off* entre as alternativas possíveis. A decisão sobre a localização geográfica de uma empresa ou de uma indústria não é diferente. Essa decisão é o resultado de um *trade-off*, ou de um conjunto de *trade-offs*, entre vários fatores, desde fatores económicos, sociais, culturais. Este trabalho teve como objetivo perceber e explicar as razões para a atual localização geográfica da indústria corticeira em Portugal.

Para este efeito, optou-se pela metodologia *case study*, em particular, pela metodologia *comparative case study*, por se considerar ser a metodologia que melhor se adequa ao objetivo desta investigação.

A metodologia permitiu concluir que a atual localização do setor corticeiro português é resultado de fatores económicos, em particular, da estrutura de mercado, do montante do investimento e da produtividade, bem como de fatores não económicos, que denominámos de fatores psicossociológicos, que inclui fatores sociais e culturais.

Palavras-chave: Sobreiro, Cortiça, Indústria Corticeira, Mobilidade Territorial, Estrutura de Mercado.

Territorial mobility and business dynamics of the cork sector in Portugal: 1960 - 2019

Abstract

The decisions made by the different economic agents underlie the principle of scarcity. The resources that economic agents have are always less than their needs. Therefore, all economic agents have to make choices, a sort of trade-off among possible alternatives. The decision on the geographic location of a company or an industry is no different. That decision is the result of a trade-off, or a set of trade-offs, among several factors, from economic, social, cultural factors. This work aimed at understanding and explaining the reasons for the current geographical location of the cork industry in Portugal.

To this end, it has been opted for the case methodology case study in particular, the comparative case study methodology, for considering being the methodology that best suits the purpose of this research.

The methodology has enabled it to conclude that the current location of the Portuguese cork sector is a result of economic factors, in particular, market structure, investment amount and productivity, as well as non-economic factors, which we have called psychosociological factors, which includes social and cultural factors.

.

Keywords: Cork oak, Cork, Cork Industry, Territorial Mobility, Market Structure.

ÍNDICE

Introdução.....	1
1 - O debate da localização geográfica da indústria corticeira.....	2
2 - Estratégia de investigação e fontes.....	13
2. 1- Interrogações preliminares e objetivos da pesquisa.....	14
2. 2- Metodologia.....	16
2. 3- Fontes.....	17
Capítulo I – O sobreiro, a cortiça e a localização industrial.....	32
1- Cortiça: Origem e distribuição espacial do sobreiro.....	33
2- A cortiça como bem económico.....	38
3- A indústria da cortiça.....	44
Conclusão do capítulo.....	50
Capítulo II – A geografia industrial do setor corticeiro em Portugal até 1960	51
1- A localização geográfica das primeiras fábricas de cortiça em Portugal.....	51
2- A localização geográfica da indústria da corticeira portuguesa de 1800 a 1960.....	53
3- A estrutura de mercado da indústria da cortiça em 1881.....	57
4- Os salários como fator determinante da localização geográfica da indústria da cortiça em Portugal.....	65
5- A estrutura de mercado como determinante da localização geográfica da indústria da cortiça em Portugal.....	82
6- Outros fatores justificativos da localização geográfica da indústria da cortiça portuguesa.....	96
7- Modelo proposto para justificar a atual localização geográfica da indústria da cortiça portuguesa.....	98
Conclusão do capítulo.....	107
Capítulo III – Ascensão e queda dos centros industriais corticeiros.....	109
1- A economia portuguesa no período de 1960 a 25 de abril de 1974.....	109
2- A indústria transformadora portuguesa no período de 1960 a 25 de abril de 1974.....	122
3- A indústria corticeira no período de 1960 a 25 de abril de 1974.....	124
Conclusão do capítulo.....	167
Capítulo IV – Da revolução de abril de 1974 à integração na Europa Comunitária.....	168
1- De 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975.....	168
2- O período de 25 de novembro de 1975 a 1986.....	174
3- A indústria transformadora portuguesa no período de 25 de abril de 1974 a 1986.....	184
4- A indústria corticeira no período de 25 de abril de 1974 a 1986.....	186
Conclusão do capítulo.....	231
Capítulo V - A Pax Amorimniana.....	233
1- A economia portuguesa no período de 1986 a 2019.....	233
2- A indústria corticeira no período de 1986 a 2019.....	239
Conclusão do capítulo.....	271
Conclusões.....	272
1- Breve resenha do trabalho desenvolvido.....	272

2- Principais conclusões.....	274
3- Contributos da investigação.....	277
4- Limitações do estudo e recomendações para estudos futuros.....	278
Bibliografia.....	280

INDÍCE DE FIGURAS

Capítulo 1 - O sobreiro, a cortiça e a localização industrial

Figura 1 - A Cortiça e o Setor Corticeiro na atualidade.....	47
--	----

Capítulo IV - Da revolução de abril de 1974 à integração na Europa Comunitária

Figura 1 - Zona de Intervenção da Reforma Agrária.....	170
--	-----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Capítulo IV - Da revolução de abril de 1974 à integração na Europa Comunitária

Gráfico 1 - Evolução do preço, em escudos, por quilograma de cortiça exportada. 215

ÍNDICE DE QUADROS

Capítulo I - O sobreiro, a cortiça e a localização industrial

Quadro 1- Árvores produtoras de cortiça.....	34
Quadro 2- Área total de implantação do sobreiro (1874 – 2015).....	36
Quadro 3- Área total de implantação do sobreiro em Portugal (1938 – 1963).....	37
Quadro 4- Distribuição do sobreiro por regiões (por mil ha e em %).....	37
Quadro 5- Contrato de monopólio de cortiça - alguns aspetos fundamentais.....	43

Capítulo II - A geografia industrial do setor corticeiro em Portugal até 1960

Quadro 1- Fábricas de cortiça em Portugal no Inquérito Industrial de 1881.....	53
Quadro 2- Número de fábricas no Inquérito Industrial de 1881.....	54
Quadro 3- Indústria transformadora - empresas em atividade; anos de 1943 e 1960, em Portugal.....	55
Quadro 4- Peso da indústria corticeira no total da indústria transformadora.....	56
Quadro 5- Proprietários das fábricas de cortiça no Inquérito Industrial de 1881...	57
Quadro 6- Fábricas de cortiça no Inquérito Industrial de 1881 - visita às fábricas.	58
Quadro 7- População operária no setor corticeiro em 1881.....	61
Quadro 8- Número de empresas de cortiça em Portugal (1881 – 1960).....	63
Quadro 9- Salários médios diários dos operários corticeiros em 1917.....	66
Quadro 10- Diferencial salarial nas diferentes regiões corticeiras em 1917 – Valores percentuais.....	67
Quadro 11- Salários mínimos para a indústria corticeira do distrito de Aveiro em 1937.....	69
Quadro 12- Mapa comparativo dos salários, máximos e mínimos, encontrados nas diversas regiões corticeiras em 1940.....	71
Quadro 13- Média geral dos salários do grupo dos homens com trabalho manual e com trabalho mecânico.....	72
Quadro 14- Variação salarial do grupo dos homens com trabalho manual e com trabalho mecânico - valores em percentagem.....	72
Quadro 15- Salários mínimos para homens em 1941.....	73
Quadro 16- Salários mínimos para mulheres em 1941.....	74
Quadro 17- Variação percentual dos salários mínimos para homens em 1941.....	76
Quadro 18- Variação percentual dos salários mínimos para mulheres em 1941...	77
Quadro 19- Tabela de preços por tonelada de vagão completo e por 100 Km.....	79
Quadro 20- Custo com salários da mão-de-obra, valores em escudos - ano de 1943.....	81
Quadro 21- Tipos de mercado.....	83
Quadro 22- Estabelecimentos industriais em atividade no setor corticeiro.....	84
Quadro 23- Valores possíveis para o HHI e estrutura de mercado.....	86
Quadro 24- Produção em 1000\$00 e quota de mercado em percentagem.....	87
Quadro 25- Valor do HHI por distrito.....	87
Quadro 26- Estrutura de custos da Fábrica corticeira Herdeiros de José Lopes Burgos, em 1911.....	89
Quadro 27- Empresa corticeira Mário Guerreiro, Lda. - custos de produção em setembro de 1946.....	90
Quadro 28- Empresa corticeira Mário Guerreiro, Lda. - custos de produção em dezembro de 1952.....	90
Quadro 29- Monticor - Sociedade Montijense de Cortiças, Lda. em agosto de 1996 - valores acumulados.....	91
Quadro 30- Fatores para a decisão de localização industrial.....	100

Capítulo III - Ascensão e queda dos centros industriais corticeiros

Quadro 1- Crescimento do PIB português - 1947 – 1973.....	110
Quadro 2- Taxa de crescimento médio anual do PIB real <i>per capita</i> (1950 e 1973).....	110
Quadro 3- Grau de abertura da economia portuguesa ao exterior.....	112
Quadro 4- Intensidade exportadora da economia portuguesa.....	113
Quadro 5- Origem das importações de Portugal - em % do total.....	114
Quadro 6- Destino das exportações de Portugal - em % do total.....	115
Quadro 7- Emigração em Portugal.....	117
Quadro 8- Remessa dos emigrantes - em euros e preços constantes.....	117
Quadro 9- Receitas do turismo - em euros e preços constantes.....	118
Quadro 10- Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto 1953 - 1974. Valores em euros e a preços constantes.....	119
Quadro 11- Rendimento Disponível dos Particulares - em euros e a preços constantes.....	121
Quadro 12- Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora portuguesa - em 1 000\$00, em 1960 e 1973.....	123
Quadro 13- Sociedades constituídas e em funcionamento, em 1960 e 1973.....	123
Quadro 14- Valor bruto de produção e valor acrescentado bruto da indústria corticeira a preços constantes - valores em 1 000 escudos.....	124
Quadro 15- Repartição do VAB da indústria corticeira a preços constantes - valores em milhões de escudos.....	125
Quadro 16- Estabelecimentos Industriais da cortiça em atividade por distritos....	127
Quadro 17- Salário médio na indústria corticeira por dia de trabalho - valores em escudos.....	128
Quadro 18- Salário médio na indústria corticeira por hora de trabalho - valores em escudos.....	129
Quadro 19- Salário médio por dia de trabalho na indústria corticeira - variação percentual.....	130
Quadro 20- Remuneração média por dia de trabalho na indústria corticeira - valores em escudos.....	131
Quadro 21- Remuneração média por hora de trabalho na indústria corticeira - valores em escudos.....	132
Quadro 22- Remuneração média por dia de trabalho na indústria corticeira - variação percentual.....	133
Quadro 23- Comparação entre a diferença salarial e remuneração pagas na indústria corticeira - em %.....	133
Quadro 24- Produtividade média do fator trabalho na indústria corticeira medida em dias de trabalho - valores em escudos.....	135
Quadro 25- Produtividade média do fator trabalho na indústria corticeira medida em horas de trabalho - valores em escudo.....	135
Quadro 26- Produtividade média do fator trabalho na indústria corticeira - comparação percentual em relação ao distrito de Aveiro.....	136
Quadro 27- Rentabilidade líquida média das empresas, considerando os salários como custos do trabalho - valores percentuais.....	138
Quadro 28- Rentabilidade líquida média das empresas, considerando as remunerações como custos de produção - valores percentuais.....	139
Quadro 29- Investimento por distrito - valores em 1000\$00.....	142
Quadro 30- Investimento - valor percentual em relação ao distrito de Aveiro.....	142
Quadro 31- Investimento médio por distrito - valores em 1000\$00.....	143
Quadro 32- FBCF média por distrito - valores em 1000\$00.....	144

Quadro 33- Legalização de equipamento.....	150
Quadro 34- Exportação de cortiça para a URSS.....	150
Quadro 35- Empresas Corticeiras - valor do ativo em 1 000\$00, no ano de 1960.	158
Quadro 36- Preço para rolhas 23x12/9 mm - por mil rolhas, em 1968.....	164
Quadro 37- Preço para rolhas 23x12/9 mm - por mil rolhas, em 1968.....	166
Capítulo IV - Da revolução de abril de 1974 à integração na Europa Comu- nitária	
Quadro 1- Peso do setor público em Portugal e na CEE – exceto o setor agrícola - em 1976.....	172
Quadro 2- Evolução do PIB real e da taxa de inflação.....	176
Quadro 3- Taxa de desemprego.....	177
Quadro 4- Saldo das Balanças Corrente e de Capital - valores em milhões de Euros.....	179
Quadro 5- Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento das Administrações Públicas - valores em milhões de euros.....	180
Quadro 6- Evolução da dívida pública em milhões de euros.....	181
Quadro 7- Reservas do Banco de Portugal.....	182
Quadro 8- Estrutura da atividade económica em 1974.....	185
Quadro 9- Repartição do VAB pelos setores de atividade económica nos distri- tos de Aveiro e Setúbal em 1981.....	185
Quadro 10- Número de empresas corticeiras em atividade.....	186
Quadro 11- Investimento no setor corticeiro por distrito - valores em 1000\$00...	187
Quadro 12- Investimento total da indústria corticeira e investimento no distrito de Aveiro.....	189
Quadro 13- Produtividade média do fator trabalho - valores em escudos/hora.....	190
Quadro 14- Produtividade média do fator trabalho - comparação percentual rela- tivamente ao distrito de Aveiro.....	190
Quadro 15- Custo médio por hora de trabalho.....	191
Quadro 16- Custo médio por hora de trabalho - comparação percentual relativa- mente ao distrito de Aveiro.....	190
Quadro 17- Rentabilidade líquida média das empresas - comparação percentual relativamente ao distrito de Aveiro.....	193
Quadro 18- Valor Acrescentado Bruto por empresa - valores em 1 000\$00.....	194
Quadro 19- VAB por empresa - comparação com o distrito de Aveiro em %	195
Quadro 20- Estrutura média das explorações agrícolas em ha - 1968 – 1970.....	197
Quadro 21- Estrutura fundiária em percentagem da área.....	198
Quadro 22- Explorações com mais de 100 há.....	198
Quadro 23- Materiais e combustíveis em 1975 - valores em 1 000\$00.....	200
Quadro 24- Materiais e combustíveis consumidos em 1975 - valores em 1 000\$00.....	200
Quadro 25- Compra de Materiais e Combustível em 1975 - valores em 1 000\$00	201
Quadro 26- Produtos acabados e em vias de fabrico em 1975 - valores em 1 000\$00.....	202
Quadro 27- Resultado da venda de cortiça em hasta pública realizada em 18 de novembro de 1987 - valores em contos.....	204
Quadro 28- Balanços da empresa António Pepe Martins Duque - valores em escudos, anos de 1975 e 1976.....	218
Quadro 29- Balanços da empresa António Pepe Martins Duque - valores em escudos, anos de 1977 a 1986.....	220
Quadro 30- Tempos de cozedura e outras atividades relacionadas com a caldeira	

em 4 de junho de 1986.....	225
Quadro 31- Produção mensal de fardos no ano de 1988.....	227
Capítulo V - A Pax Amorimniana	
Quadro 1- Indicadores macroeconómicos.....	234
Quadro 2- Produção da indústria corticeira, em 1000\$00.....	240
Quadro 3- Índice de Crescimento Efetivo da produção da indústria corticeira - valores em %	241
Quadro 4- VAB do setor corticeiro e do distrito de Aveiro - valores em 1 000\$00 e em %	242
Quadro 5- VAB - taxa de variação e crescimento efetivo.....	242
Quadro 6- Empresas em atividade em 31 de dezembro.....	243
Quadro 7- Exportações de cortiça em milhões de escudos.....	244
Quadro 8- Hasta Pública realizada em 7 de setembro de 1988 - valores em com-tos.....	245
Quadro 9- Investimentos da Corticeira Amorim.....	252
Quadro 10- Empresas corticeiras nas 1000 Maiores empresas em Portugal - ano de 2005.....	254
Quadro 11- Número de empresas na indústria corticeira.....	263
Quadro 12- Dimensão das empresas e número de trabalhadores no ano de 2014, em percentagem.....	263
Quadro 13- Volume de negócios da indústria corticeira em 2014 - valores em Percentagem.....	264
Quadro 14- Número de empresas - distribuição geográfica em 2014.....	264
Quadro 15- Pessoas ao serviço - distribuição geográfica em 2014 - em percentagem.....	265
Quadro 16- Volume de negócios - distribuição geográfica em 2014.....	265
Quadro 17- Empresas corticeiras nas 1000 Maiores empresas em Portugal - ano de 2014.....	266
Quadro 18- Volume de negócios.....	267
Quadro 19- Evolução das exportações de cortiça - valores em milhões de euros..	267
Quadro 20- Número de empresas na indústria corticeira.....	268
Quadro 21- Dimensão das empresas na indústria corticeira - ano de 2016.....	269
Quadro 22- Pessoas ao serviço.....	269
Quadro 23- Volume de negócios e VAB - em milhões de euros.....	270
Quadro 24- Empresas da indústria corticeira nas 1000 empresas portuguesas.....	270

ABREVIATURAS

AdC - Autoridade da Concorrência

APCOR - Associação Portuguesa de Cortiça

CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE - Comunidade Económica Europeia

CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

COMECOM - Conselho de Assistência Económica Mútua

EFTA - European Free Trade Association

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

HHI - Herfindahl - Hirschman Index

INE - Instituto Nacional de Estatística

IRC - Imposto sobre as Pessoas Coletivas

IRS - Imposto Sobre as Pessoas Individuais

MFA - Movimento das Forças Armadas

OECE - Organização Europeia de Cooperação Económica

OPEP - Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo

PCP - Partido Comunista Português

PIB - Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

SCIE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

UCP - Unidade Coletiva de Produção

UE - União Europeia

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAB - Valor Acrescentado Bruto

VE - Variação de Existências

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Introdução

O primeiro trabalho remunerado do autor deste trabalho, nos longínquos anos oitenta do século passado, ocorreu numa fábrica de cortiça. Nada de relevante. Afinal era a continuação de uma tradição familiar já que, o seu pai, corticeiro, com a categoria de traçador e escolhedor, tinha começado a trabalhar numa fábrica de cortiça, em Azaruja, quando tinha dez anos...

Ao contrário de seu pai, o autor deste trabalho começou a trabalhar numa fábrica de cortiça, a Wicander, em Vendas Novas, com dezassete anos e de uma forma temporária enquanto aguardava a sua entrada para o ensino superior.

Nos finais da década de oitenta, após a conclusão do curso em Economia, exerceu, a par da lecionação no ensino secundário, funções de gestão em empresas corticeiras. Durante este período conviveu com a realidade do mercado corticeiro e as dificuldades que os empresários se deparavam na sua entrada e permanência no mercado. Num mercado muito especial, de difícil classificação, e num período em que o distrito de Aveiro e, em particular, o concelho de Santa Maria da Feira, se tornou o centro da indústria da transformação da cortiça, os empresários da margem sul do Tejo, de pequena ou de média dimensão, foram, um após outro, saindo do mercado corticeiro.

Quais as razões que justificaram a saída do mercado de tantos empresários, o encerramento de tantas empresas quando beneficiavam, aparentemente, de vantagens geográficas e económicas assinaláveis: perto da zona de produção florestal de cortiça, mão-de-obra qualificada e com excelentes vias de acesso a portos e aeroportos para poderem vender/escoar a sua produção? E, qual a razão para que, enquanto encerravam empresas na região ao sul do Tejo, sobretudo nos distritos de Évora e Setúbal, cresceu o número de empresas no distrito de Aveiro, sem que esse crescimento significasse a deslocação das empresas do sul para esse distrito?

O presente trabalho pretende explicar as dinâmicas geográficas da indústria transformadora da cortiça. Questão importante por motivos científicos, pela importância que representa para a historiografia económica portuguesa porque, para este período

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

cronológico, é um tema pouco estudado. Mira (1994) estudou a localização industrial do setor corticeiro português, mas num período temporal mais curto. Faísca, e Parejo Moruno (2023) e Parejo Moruno, Branco, Lopes e Preciado (2013) estudaram a localização da indústria corticeira mas com pouca exaustividade. Importante, também, por motivos de ordem societal, pelo contributo que este estudo pode dar aos decisores políticos sobre políticas públicas de coesão territorial que favoreçam o estabelecimento de empresas fora das grandes áreas metropolitana de Portugal.

1- O debate da localização geográfica da indústria da cortiça

Perceber as razões porque uma determinada localidade ou região se tornou um centro industrial na produção de um bem ou serviço tem sido uma preocupação de várias ciências sociais, desde a Economia à História. Desde 1755, quando Richard Cantillon publicou o livro "*Essai sur la nature du commerce en général*" que a questão da localização industrial (no caso concreto, localização comercial) se tornou alvo de numerosos estudos visando determinar os fatores explicativos para a localização geográfica de uma indústria. Posteriormente, Thünen (1826), estudou os fatores relativos à localização de empreendimentos agrícolas tendo relacionado o rendimento obtido da produção agrícola com a distância relativamente ao centro de comercialização. Para este autor, quanto mais distante do centro de comercialização, menor seria o excedente do produtor em consequência do custo de transporte e os custos com a produção. A importância de Thünen é reconhecida por Isard (1956) que o considera fundador da Teoria da Localização.

Gatfield e Yang (2006) sistematizam todos os estudos efetuados sobre a localização geográfica de uma indústria e apontam para a existência de três principais teorias explicativas para essa localização: a teoria neoclássica da localização, a teoria do comportamento organizacional e a nova teoria da geografia económica. A teoria neoclássica teve a sua origem com o trabalho de Alfred Weber em 1909. O modelo de Weber (1909)¹ assenta no princípio do *homoeconomicus*, isto é, no princípio maximizador, em que cada empresa tem como objetivo a maximização do seu lucro e,

¹ Em rigor, o trabalho de Weber (1909) não apresenta nada de estruturalmente novo relativamente a Thünen.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

de acordo com esse objetivo, procura instalar-se no espaço geográfico que lhe possibilita minimizar a sua função de custo de produção, na qual é essencial a minimização dos custos de transportes². Assim, de acordo com esta teoria, as empresas deveriam instalar-se junto da matéria-prima de modo a minimizarem os seus custos de produção.

A teoria neoclássica foi severamente criticada por não considerar como fatores explicativos da localização geográfica da indústria aspetos como, entre outros, os fatores culturais e históricos. Por exemplo, Peet (2008) e Smith (1989) criticam o modelo neoclássico com argumentos diversos, desde o limitado conceito de espaço até à inconsistência teórica.

A teoria do comportamento organizacional, surgida em resultado das críticas ao modelo neoclássico, assenta no pressuposto que a escolha da localização geográfica de uma indústria reside, sobretudo, na estrutura da organização e no processo de tomada de decisão (Jones e Woods, 2002). A nova teoria da geografia económica ou, como também é conhecida, nova teoria do espaço industrial, iniciada nos anos oitenta do século passado e cuja popularidade se ficou a dever, sobretudo a Paul Krugman (1998), assenta nos seguintes princípios: divisão social do trabalho, proliferação de pequenas e médias empresas e a sua aglomeração, na economia de localização e urbanização. A nova teoria da geografia económica também não se pode considerar tão nova quanto isso, uma vez que Marshall (1890) já tinha abordado o conceito de aglomeração industrial. Estes princípios impulsionaram o surgimento de novos espaços industriais nomeadamente, o surgimento de *clusters* industriais e regionais, de alta tecnologia que fazem uso extensivo de tecnologia, empregam um grande número de funcionários altamente qualificados e operam em rede (Scott, 1993).

² Esta teoria foi, ao longo do tempo, evoluindo e incorporou alguns outros conceitos como a substituição dos custos de transporte, custos associados ao fator produtivo trabalho e economias de escala externas (Gatfield e Yang, 2006).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Os diversos estudos realizados com o intuito de explicar a localização geográfica da indústria preparadora e transformadora de cortiça assentam nestas três teorias, sobretudo na teoria neoclássica, com particular relevância para o modelo de Weber e, na nova teoria da geografia económica, em particular, para os modelos de *clusters* e distrito industrial. Como refere Zapata Blanco (2002), no período contemporâneo, a localização da indústria corticeira está condicionada por dois fatores fundamentais, a existência de matéria-prima e a dispersão geográfica da procura dos produtos manufaturados. Esta dispersão geográfica da procura de produtos manufaturados, em especial, a rolha, contribuiu para a existência de empresas transformadoras de cortiça em diversos países não produtores de cortiça (Voth, 2009). Esta procura de rolhas levou ao surgimento de uma pequena indústria corticeira no sul de França (Parejo Moruno, 2010; Branco, Parejo Moruno, Lopes e Rangel Preciado, 2016), na Alemanha (Voth, 2009), Itália (Ruju, 2002) e Inglaterra (Alvarado, 2002). No entanto, muito rapidamente a produção florestal de cortiça em França mostrou-se incapaz de satisfazer a procura crescente por rolhas de cortiça. A necessidade de responder ao aumento da procura levou a que a produção de rolhas se deslocasse para outras regiões nomeadamente, a Catalunha, onde existia uma importante mancha de sobreiros (Juliá, 1983).

Apesar da indústria corticeira se ter desenvolvido no sul de França, numa região com montado de sobro e relativamente próximo do epicentro do mercado vinícola francês, foi a região da Catalunha que mais beneficiou do desenvolvimento da indústria corticeira, em especial, da indústria rolheira. Juliá (1983) e Branco, Parejo Moruno, Lopes e Rangel Preciado, (2016) consideram que o desenvolvimento da indústria corticeira na Catalunha se ficou a dever à escassez de sobreiros em França, escassez essa que não garantia a satisfação das necessidades produtivas face à crescente procura de rolhas. Ainda segundo aqueles autores, a Catalunha surgiu, assim, como uma alternativa válida para a indústria corticeira dada a existência, nessa região, de uma área extensa de sobreiros. A Catalunha alcançou e manteve a liderança mundial da indústria corticeira até ao final do século XIX (Zapata Blanco, 2002). Apesar dessa liderança, a Catalunha começou, a partir do início do século XIX, a sentir dificuldade em encontrar matéria-prima para garantir resposta à procura crescente por rolhas. Esta falta de matéria-prima levou a que a indústria corticeira se deslocasse, numa primeira fase, para

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

outras regiões de Espanha e, posteriormente, para Portugal. A deslocalização da indústria corticeira aqui retratada é perfeitamente explicável pelo modelo de Weber, dado que, essa deslocação deu-se para junto de zonas com extensas áreas de montado possibilitando uma diminuição dos custos de produção. Em nossa opinião, o declínio da indústria transformadora de cortiça nos diferentes países não produtores de cortiça não foi devido à falta de matéria-prima.

Daligaux (1995), estudou o processo de crescimento e declínio da indústria corticeira na região francesa do Maciço de Maures, no período compreendido entre o início do século XIX e o fim do século XX, e aponta como razão principal para esse declínio a concorrência ibérica e, em particular, a espanhola. Por sua vez Voth (2009) afirma que a principal razão para o declínio da indústria transformadora de cortiça nos países não produtores de cortiça ficou a dever-se ao aparecimento de produtos substitutos da rolha de cortiça.

No entanto, não é esta a deslocalização nem esta a localização geográfica da indústria corticeira que nos interessa explicar. O objetivo desta tese é explicar a razão porque a indústria transformadora de cortiça saiu da zona sul do Tejo, em particular dos distritos de Évora e Setúbal, região onde se encontra a maior extensão de montado em todo o território português, para a região de Aveiro, mais especificamente, para a zona do concelho de Santa Maria da Feira. Esta alteração geográfica do setor corticeiro, único caso em toda a indústria corticeira, tanto nacional com a nível internacional e, também, caso único no tecido industrial português, originou consequências económicas e sociais e despertou a curiosidade na comunidade científica.

Não se conhece nenhum caso de uma alteração da geografia económica do setor corticeiro como o que se verificou em Portugal. Considerando os países anteriormente referidos, em França, a indústria corticeira perdeu, como demonstrou Daligaux (1995), a sua relevância económica regional e nacional, e não ocorreu qualquer deslocalização geográfica do setor. Na Alemanha, Voth (2009) demonstrou que o setor corticeiro perdeu toda a sua relevância e não se verificou qualquer deslocalização do setor

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

corticeiro. Em Espanha, a indústria corticeira instalou-se na Catalunha³ aproveitando três importantes fatores de localização: a proximidade ao território francês, a abundância de matéria-prima e a facilidade de transporte marítimo (Voth, 2009). Estas condições tornaram a Catalunha como principal centro corticeiro do mundo (Parejo Moruno, 2010; Parejo Moruno, Branco, Lopes e Rangel Preciado, 2013).

Apesar da Catalunha ter perdido essa posição dominante na indústria corticeira mundial, não deixou de ser a principal região corticeira espanhola, posição que hoje ainda mantém, embora sem a posição hegemónica do passado. Rangel Preciado e Hidalgo Cruz (2019) apresentam a evolução das exportações de cortiça em bruto e transformada em três regiões espanholas, a Andaluzia, a Catalunha e a Extremadura, no período de 1995 a 2018, e constata-se que a Catalunha, embora tenha vindo a perder o seu peso relativo comparativamente às outras duas regiões, foi a região que mais exportou cortiça transformada. Esta situação permite concluir que ao centro da indústria transformadora de cortiça continuava a ser a Catalunha. Aliás, essa posição dominante da Catalunha é reconhecida pela Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio da Junta de Andalucía (2017: 90) ao afirmar

"de importancia económica más diluida a nivel nacional, resulta el sustento económico estacional de numerosas poblaciones en Andalucía, Extremadura y Cataluña, si bien el peso industrial del sector, entendido como capacidad de producción de producto final, está principalmente localizado en la provincia de Girona. En el caso de Andalucía esta importancia económica y social del corcho se circunscribe en la actualidad al ámbito forestal, más que al industrial".

Confirma-se que, apesar da diminuição do peso da Catalunha no contexto corticeiro, não ocorreu qualquer mudança geográfica no setor.

O facto da indústria corticeira em Portugal ter-se deslocado para o distrito de Aveiro e, em particular, para a zona do concelho de Santa Maria da Feira despertou, embora somente nas últimas décadas, curiosidade na comunidade científica. No entanto, Bernardo (1944), iniciou no mês de março, no n.º 65 do Boletim da Junta Nacional de

³ Sala (1998) afirma que a povoação de Palafrugell tornou-se a capital mundial da indústria corticeira.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Cortiça, um estudo denominado "Do estado actual da Indústria Corticeira. Em torno da industrialização.", no qual, no n.º 70, de agosto desse mesmo ano, aborda a questão da localização da indústria. Neste último número do Boletim, o autor, manifesta a sua curiosidade pelo facto do distrito de Faro ter sido considerado, no século XIX, o berço da indústria rolheira portuguesa, aparecer, nos registos do porto de Faro, apenas como exportador de cortiça em prancha enquanto no porto de Setúbal, os registos referirem-se, maioritariamente, à exportação de rolhas. O mesmo autor, em 1946, aborda a questão da localização geográfica em "A indústria corticeira em Portugal. Algumas notas geográficas".

Conforme anteriormente referido, só passado meio século surgem os primeiros grandes estudos científicos visando a explicação da localização geográfica da indústria corticeira. Em primeiro lugar, Margarida Ruivo, em 1992, na sua tese de doutoramento aborda a questão da localização industrial do setor corticeiro, mas sem aprofundá-la, visto que não se tratava do seu objeto de estudo. Todavia, será Natércia Mira, em 1994, na sua dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Economia, que efetua um profundo estudo sobre a indústria corticeira com o objetivo de "encontrar uma justificação para a "migração" da indústria corticeira para o Norte do país." (Mira, 1994: XLIX). A partir desta data, surgiram diversos investigadores que estudaram a localização geográfica deste setor.

Lopes e Branco (2013) defendem que a localização geográfica depende de duas importantes restrições, a proximidade da matéria-prima e o custo da mão de obra. A primeira destas restrições está patente nesta fase já que a indústria situava-se nas proximidades da matéria-prima. Faísca e Moruno (2023) referem que a localização da indústria corticeira passou por três fases distintas. Numa primeira fase, a indústria corticeira localizou-se em zonas próximas dos locais de produção de cortiça - no Alentejo e no Algarve. De facto, esta localização da indústria corticeira merece o consenso de todos os investigadores e resulta do trabalho de Weber (1909) sobre a localização geográfica das indústrias.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Numa segunda fase, a indústria corticeira deslocou-se para o distrito de Setúbal. Lopes e Branco (2013) explicam esta mobilidade pela vantagem da proximidade do porto de Lisboa. Tratar-se-ia de uma vantagem geográfica para as empresas aí instaladas. Cruz (1973) reconhece que a localização das fábricas junto dos portos fluviais do Tejo, junto às fragatas, era vantajosa porque permitia completar, aos menores custos, o transporte da cortiça a partir de ramais ferroviários e escoar a produção para o porto de Lisboa.

Em conversa mantida com o Sr. Vítor Bordeira, cuja família, toda ela corticeira, com origem em S. Brás de Alportel, se deslocou, na década de trinta do século passado, da sua terra de origem e se instalou no concelho do Montijo, apontou como razão para essa mudança de localização, a necessidade de escoar a produção. De acordo com o Sr. Vítor Bordeira, o Montijo era o único sítio que permitia às empresas escoarem a sua produção para exportação através dos batelões. Estes batelões eram carregados de cortiça e rolhas no Cais dos Vapores, no Montijo, e levavam essa mercadoria diretamente para os navios fundeados ao largo do rio Tejo, em frente da zona ribeirinha de Lisboa. Guimarães (2006) aponta uma outra razão para a localização das fábricas junto ao rio Tejo: proporcionar água abundante indispensável para a cozedura da cortiça e para combater os, eventuais, incêndios.

A situação da indústria corticeira em Sines, distrito de Setúbal, merece aqui uma referência especial porque, possuía um porto de águas profundas embora, em meados do século passado não tivesse aproveitado. A indústria corticeira instalou-se nessa localidade no final do século XIX e atingiu alguma relevância no contexto corticeiro português, mas nos anos sessenta desse século já se encontrava fragilizada e a sua importância diminuta (Patrício, 2008). Acrescenta esta autora que, em 1961, as principais fábricas (por exemplo, a Hauser & Fernandes) já se encontravam encerradas. Por esta razão, não se considerou, neste estudo, as empresas localizadas na região de Sines.

A terceira fase apontada por Faísca e Moruno (2023) ocorre com a passagem da indústria corticeira, sobretudo a indústria transformadora, para a região de Aveiro. Na

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

segunda metade do século XX assistiu-se, no distrito de Aveiro, a um aumento do número de empresas corticeiras. Aumento esse que, em rigor, remonta aos anos trinta desse século e, como referimos anteriormente, esse aumento não resultou da deslocalização de empresas da zona a sul do Tejo para essa região, mas a criação de empresas nesse distrito por iniciativa própria. Esta terceira fase da inscrição territorial do setor corticeiro é interessante. O centro da indústria corticeira deslocou-se para Santa Maria da Feira, local distante da região produtora de cortiça, o que obrigava a transportar a cortiça numa distância superior, em alguns casos, a trezentos quilómetros, numa época em que os meios de transportes e as vias de comunicação não apresentavam o nível de desenvolvimento atual. Recorde-se que a autoestrada Lisboa - Porto, cujo primeiro troço, de Lisboa a Vila Franca de Xira, foi inaugurado em 28 de maio de 1961 e a sua conclusão, com a abertura do último troço, ocorreu em 1991!

A estrutura rodoviária portuguesa não era brilhante. Pedreira (2021) refere que, no final do século XIX, a rede de estradas tinha crescido quando comparado com a situação existente na década de 1850 mas, apesar desse crescimento, não permitia assegurar o volume e velocidade de transporte que a economia necessitava. Se bem que a construção e reparação de estradas tenha sido uma preocupação dos diversos governos do Estado Novo, Marques (1978: 315) refere que:

"até à década de cinquenta, as estradas portuguesas classificavam-se como boas por padrões europeus. Todavia o tráfico - sobretudo de camionagem - e um gradual descuido com os trabalhos de reparação levou a desgastes consideráveis nos anos sessenta e à óbvia necessidade de toda uma mudança radical na estrutura rodoviária do País".

Não é de estranhar que Sousa (1995: 616), de uma forma humorística, referindo-se às estradas nacionais dizia que "nos anos 50 as estradas nacionais eram conhecidas por serem, se não as melhores, pelo menos as mais bonitas da Europa". Ainda segundo Sousa (1995), na década de sessenta, o investimento em infraestruturas (incluindo as rodoviárias) diminuiu face à necessidade de financiamento da guerra colonial. Neste contexto, com dificuldades logísticas, não deixa de ser curiosa esta terceira fase da localização da indústria corticeira. Também a estrutura ferroviária ficava aquém das

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

necessidades. Pedreira (2021) considera que essa infraestrutura contribuiu pouco para quebrar o isolamento do interior e que o traçado definido não teve em consideração as necessidades da indústria. Era neste contexto que o transporte de cortiça se realizava: por caminho de ferro ou através de transportes rodoviários, normalmente por camiões, por estradas nacionais e regionais.

A existência de empresas corticeiras, em especial, empresas rolheiras, é antiga na região de Aveiro. Faísca e Moruno (2023) referem que essas empresas surgiram estimuladas pela produção de vinho do Porto já que forneciam rolhas para essas garrafas. Sirgado (2011) refere que a indústria transformadora de cortiça, sobretudo a indústria rolheira, desenvolveu-se a partir de 1770, associada ao comércio do vinho do Porto. Acrescenta este autor que as rolhas eram fabricadas manualmente e que um homem conseguia, em termos médios, produzir três rolhas por minuto.

Custódio (2004) reconhece que o desenvolvimento da indústria rolheira em Santa Maria da Feira está intimamente interligada ao comércio do vinho do Porto e aponta como razão fundamental para a localização desta indústria naquela região ao facto de existirem cheias constantes no rio Douro que causavam prejuízos consideráveis aos empresários. Para evitar estes riscos, as empresas deslocaram-se "para uma área 15/20 km ao sul da margem do Douro, fora do alcance das cheias e de onde era natural grande parte dos trabalhadores do setor (Custódio, 2004: 270-271). Marques (2012: 41), refere que a localização do setor rolheiro está intimamente relacionado com a comercialização do vinho do porto e acrescenta que "As fábricas situavam-se perto do rio Douro, mas devido às constantes cheias e à mão de obra, a localização do setor afastou-se para 15/20 km ao sul da margem do Douro".

Branco e Parejo Moruno (2011) justificam a localização da indústria corticeira no distrito de Aveiro como consequência da política seguida pelo Estado Novo nomeadamente, os menores custos com a mão de obra. Branco e Lopes (2018) partilham desta opinião e acrescentam que os salários pagos na região sul eram mais elevados do que os salários pagos na região norte e que esse diferencial salarial variava entre os 50% e 100%.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

A localização da indústria corticeira no distrito de Aveiro é, por vários autores, associada à existência de um distrito industrial ou de um *cluster*. Ruivo (1992) aborda, na sua tese de doutoramento, o caso do distrito industrial do concelho de Santa Maria da Feira, o qual resultaria de, entre outros fatores, questões de natureza económica (a flexibilidade produtiva e questões relacionadas com o fator trabalho) e não económicas (questões de ordem familiar). Mendes (2002: 73) refere

"Com o desenvolvimento das indústrias granuladora e aglomeradora nas proximidades da indústria transformadora o conjunto começa a ganhar características de "distrito industrial", ou seja, uma forte integração territorial e alguma divisão do trabalho entre as empresas, aqui entre as empresas transformadoras e as granuladoras e aglomeradoras".

Zapata Blanco (2002), encontra, entre outras, como razão para a ascensão de Portugal à posição dominante no setor corticeiro, a existência de um distrito industrial corticeiro em Aveiro. Matos e Pinto (2003) ao explicarem a especialização industrial de Santa Maria da Feira, sobretudo nas freguesias de Lourosa, Paços Brandão e Santa Maria de Lamas, elencam alguns fatores típicos de um distrito industrial e de um *cluster* nomeadamente, a existência de uma aglomeração industrial, a sua especificidade produtiva, típica de uma monoatividade, baseada na indústria rolheira em detrimento da indústria preparadora e a interdependência entre as várias empresas.

Branco e Parejo Moruno (2009, 2011) consideram que uma das vantagens de Portugal, comparativamente a outros países produtores e transformadores de cortiça, residia na existência de um distrito industrial em Aveiro e, mais concretamente, em Santa Maria da Feira. Voth (2009) refere que a indústria corticeira começou, ao longo da segunda metade do século XX, a deslocar-se para o norte, em particular, para Santa Maria da Feira, onde começou a surgir um distrito industrial. Branco e Lopes (2013, 2018) apontam como das razões para a importância da indústria corticeira no concelho de Santa Maria da Feira, a concentração geográfica da produção, que se pode assemelhar a um distrito industrial com as vantagens competitivas associadas a *cluster*.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Branco, Parejo Moruno, Lopes e Rangel Preciado (2016) indicam, como um dos fatores de atração da indústria corticeira portuguesa, a existência de um aglomerado industrial, característica quer dos distritos industriais quer dos *clusters*. Curiosamente, estes autores, consideram também como fatores relevantes para a localização geográfica da indústria corticeira em Santa Maria da Feira, a existência de empresas líderes do mercado e levantam a hipótese dessa localização resultar de uma mera casualidade.

Faísca e Parejo Moruno (2023: 179) estudam o processo da alteração geográfica do setor corticeiro e afirmam "*this geographical reorganization was therefore due to a variety of factors and cannot be fully explained by just one theory of industrial location*".

Mira (1994), na sua tese de doutoramento, estudou a localização industrial do setor corticeiro português tendo analisado, de uma forma exaustiva, os principais modelos de localização industrial e a sua aplicação ao mercado corticeiro nomeadamente, o modelo de concorrência espacial puro, o modelo de concorrência espacial de Hotelling, o modelo de intensidade da procura, o modelo de Neven, o modelo de Ben Akiva, os modelos com custos de transporte, os modelos de produto homogéneo e o modelo de Hay. Este excelente trabalho permitiu a Mira (1994: 678) concluir:

"(...) estamos certos de que qualquer um dos modelos analisados se mostra incapaz por si só, de poder explicar com clareza determinados aspectos da realidade do sector corticeiro e que se prendem diretamente com as decisões tomadas pelas empresas quando da sua localização".

Passos *et al* (2007), muito realisticamente, consideraram que, embora a definição da localização industrial e o conhecimento das suas principais determinantes seja importante, é muito difícil criar uma teoria geral que indique os fatores determinantes dessa localização.

Apesar de consideramos interessante estas tentativas de explicação para a terceira fase de localização da indústria corticeira, não nos se afiguram as mais

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

adequadas. Refutamos a ideia de que a localização da indústria corticeira, nesta fase, tenha resultado dos baixos salários e não consideramos válida a hipótese de escassez de água (existiu, sempre, oferta suficiente de água nos distritos de Évora e Faro).

Encontramos, relativamente ao conceito de distrito industrial, relevância em alguns dos seus pressupostos, nomeadamente as economias de escala externas. No entanto, embora esses pressupostos sejam relevantes demonstraremos que não são, só por si, condição suficiente para explicar a localização geográfica do setor corticeiro. Concordamos que não há um único fator explicativo, mas uma combinação de fatores e, sendo a questão da localização geográfica de uma indústria, uma questão de natureza económica, alguns desses fatores nada têm, em si mesmos, de económico. Por isso, propomos, para justificar a localização geográfica do setor corticeiro, um modelo assente nas seguintes dimensões:

- 1 - a dimensão económica, que inclui o nível de investimento, a produtividade média do fator trabalho e a estrutura de mercado;
- 2 - a dimensão psicossociológica, que engloba fatores culturais, o tipo de gestão, a cultura e clima organizacional - incluindo-se aqui, as relações das empresas com o seu ambiente interno e externo nomeadamente, as suas relações com os *stakeholders*.

Este modelo será aplicado no período temporal compreendido entre 1960 e 2019. A escolha do ano de 1960 resultou de ser o ano em que iniciámos, formalmente, um processo de integração económica no espaço europeu e o ano de 2019 por se tratar do último ano em que se dispõe de informação estatística completa.

2- Estratégia de investigação e fontes

Refere Godinho (2013: 147) que "toda a investigação tem uma filosofia implícita, e mais vale explicitá-la e discuti-la, a viver na ilusão de que se eliminou". Concordamos com esta afirmação e assumimos que a filosofia subjacente a este trabalho

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

de investigação entronca nos princípios do realismo crítico⁴. Deve-se a Bhaskar (1978) a justificação filosófica para o realismo crítico. Para Lund (2005) o realismo crítico tem como objetivo mostrar que os fenómenos estudados numa investigação científica existem de facto e de forma autónoma e não são criadas ou construídas pelas mentes dos próprios investigadores e, ao mesmo tempo, não pressupõe, nem exige que os resultados dessa investigação científica sejam, ou possam, constituir-se como verdades absolutas.

Assumimos que, no presente trabalho de investigação, seguiremos os princípios do realismo crítico e fazemo-lo porque se concorda com a perspetiva e os valores fundamentais do realismo crítico e, porque, o realismo crítico não impõe nem afasta qualquer tipo de método de investigação, dado que a escolha da estratégia e método a utilizar na investigação depende apenas do próprio investigador (Scott, 2007).

2.1- Interrogações preliminares e objetivos da pesquisa

Todo o conhecimento humano é, de certa forma, uma construção humana realizada em interação com a realidade. No entanto, para esse conhecimento ser classificado de conhecimento científico exige-se critérios de rigor, de análise crítica dos factos observados ou estudados (Silva, 2021). Se respeitarmos esses critérios de rigor podemos assegurar que o conhecimento científico gera ciência e apresenta características que o distinguem de outros tipos de conhecimento nomeadamente, é um conhecimento racional e objetivo, exige exatidão e clareza, é comunicável, depende de investigação metódica e é verificável (Sousa e Batista, 2011). Sousa e Batista (2011) referem que o conhecimento científico depende da investigação. Mas o que se entende por investigação ou, se preferirmos, o que é investigar?

Fiolhais (2005) entende que investigar é avançar uma hipótese e procurar saber da sua veracidade. Num sentido muito semelhante, Rosário, Granjo e Cahen (2013) entendem que investigar é colocar questões ou problemas. Rosa e Arnoldi (2007) salientam que em todos os trabalhos de investigação é necessário que exista um problema de pesquisa e, consequentemente, um conjunto de procedimentos que

⁴ Por razões que não importa, neste contexto, analisar, não partilhamos os princípios da corrente epistemológica do positivismo e, muito menos, do interpretativismo. Para uma visão sobre as correntes epistemológicas, ver Luz (2002).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

possibilitam obter informação relevante para a resposta. Neste sentido, apresentou-se anteriormente um conjunto de elementos indispensáveis para a elaboração da questão de partida, questão essa que se assume como uma etapa fundamental de todo o processo de investigação (Campenhoudt, Quivy e Marquet, 2019).

A questão de partida fundamental para a estruturação de toda a investigação foi a seguinte:

Qual a razão (ou razões) por que o distrito de Aveiro se tornou o principal centro corticeiro português.

Associada a esta questão de partida, levantam-se outras três questões que se pretende responder ao longo desta investigação:

- 1) Terá sido a estrutura do mercado corticeiro a razão para o declínio da margem sul do Tejo como centro industrial da cortiça e a sua substituição pela região de Aveiro?
- 2) Terá o declínio da margem sul do Tejo como centro industrial da cortiça ocorrido devido à ineficiência dos seus processos produtivos em resultado da sua menor produtividade e menor nível de investimento?
- 3) Terá o declínio da margem sul do Tejo como centro industrial da cortiça ocorrido como resultado de fatores de natureza não económica, nomeadamente, a forma/tipos de gestão implementada pelas empresas localizadas no distrito de Aveiro.

Pretende-se que as respostas a estas questões contribua para compreender a atual estrutura e geografia económica do mercado corticeiro nacional. Com o objetivo de respondermos a estas questões e atingirmos os objetivos anteriormente elencados, estruturámos a tese, para além desta Introdução, em cinco capítulos de acordo com uma lógica sequencial que é tradição encontrar-se neste tipo de trabalhos:

- i. **Capítulo I - O sobreiro, a cortiça e a localização industrial**, no qual se efetua uma análise sobre o sobreiro e o seu valor económico, a localização da indústria corticeira, tanto na vertente da preparação como na transformação e, por fim, apresenta-se o nosso modelo explicativo da atual localização geográfica do setor corticeiro;

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- ii. **Capítulo II - A geografia industrial do setor corticeiro em Portugal até 1960**, no qual apresentamos a evolução da localização geográfica da indústria da cortiça e se analisa os diversos fatores que poderão justificar essa evolução.
- iii. **Capítulo III – Ascensão e queda dos centros industriais corticeiros**, onde se efetua a análise da evolução do setor corticeiro na parte final do Estado Novo e apontamos, de acordo com o nosso modelo para explicar a localização geográfica do setor corticeiro, o ano a partir do qual o distrito de Aveiro se tornou, do ponto de vista da eficiência económica, o principal centro corticeiro português.
- iv. **Capítulo IV - Da revolução de abril de 1974 à integração na Europa Comunitária**, onde é efetuada a análise do setor corticeiro num período de grandes alterações institucionais, a revolução de 25 de abril de 1974 e a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), e no qual, as empresas situadas no distrito de Aveiro, em particular, no concelho de Santa Maria da Feira beneficiaram e aproveitaram para fortalecer o seu domínio no setor corticeiro;
- v. **Capítulo V - A Pax Amorimniana** - período em que a Corticeira Amorim passa a deter uma posição dominante no mercado nacional e mundial e que, por isso, considerámos que a indústria corticeira passou a viver no período da *Pax Amorimniana*; e
- vi. **Conclusões** - apresentam-se as principais conclusões, elencam-se os aspetos em que este trabalho pode contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico, as suas principais limitações e, por fim, algumas propostas de investigação futura.

2.2 - Metodologia

Roque (2022: 10) define investigação histórica como "a procura de informação que nos permita fundamentar as hipóteses formuladas em função do tema escolhido, e obter as respostas às questões que estiveram na base dessa escolha". De acordo com esta autora, a investigação histórica é a procura de informação que nos permita obter respostas fundamentadas às hipóteses levantadas. Com o objetivo de recolhermos a informação que nos permita fornecer respostas para as questões que estão na origem deste trabalho de investigação decidimos utilizar a metodologia *case study*.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

De acordo com Stake (1995) o estudo de caso pode ser encarado numa dupla perspetiva: o *single case study* e o *multiple case study*. Stake (1995) considera que o *case study* pode ser do tipo *intrinsic case study*, quando o objetivo de pesquisa é compreender melhor um caso particular e concreto ou do tipo *instrumental case study* cujo objetivo primordial é clarificar um dado problema ou aperfeiçoar uma determinada teoria. Já o *multiple case study* refere-se a um estudo alargado a vários casos com o intuito de expandir o conhecimento sobre um determinado fenómeno.

Optámos para a realização deste trabalho de investigação pelo *multiple case study* ou, como também é conhecido, pelo *comparative case study*. Optou-se por investigar vários “casos” de modo a possibilitar a análise comparativa. Tal como demonstra Yin (2009) a metodologia *case study*, da qual o *comparative case study* faz parte, permite recorrer a métodos qualitativos e quantitativos. Parece-nos que a utilização conjunta de métodos quantitativos e qualitativos é uma enorme vantagem porque as limitações de utilização de um único método podem ser compensadas pelas vantagens apresentadas pelo outro método (Creswell, 2003). A escolha da metodologia *case study*, decorre do trabalho de Yin (2009) que a define como um estudo de natureza empírica, baseado no raciocínio indutivo e apropriada quando as questões de pesquisa são do género “como?” e/ou “porquê?”. Matos e Pedro (2011: 585) acrescentam que o *case study* “adapta-se às situações em que se procura explicitamente relações causais num dado fenómeno”. Por fim, e numa perspetiva epistemológica, Yeung (1997) e Kerridge (2016) demonstraram que a utilização da metodologia *case study* é compatível com o realismo crítico.

2.3 - Fontes

Nos pontos anteriores defendemos a nossa opção epistemológica e metodológica. Demonstrámos que as nossas opções são compatíveis com a utilização de dados quantitativos e qualitativos. E assim teria de ser porque a nossa investigação abarca uma vertente quantitativa, na medida em que abordamos o setor corticeiro numa perspetiva macro e numa perspetiva microeconómica e, como pretendemos explicar a localização geográfica do setor, esta explicação resulta, não apenas de uma perspetiva quantitativa mas, sobretudo, de fatores qualitativos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Em termos macroeconómicos, isto é, para o setor corticeiro na sua totalidade, todos os dados estatísticos utilizados foram retirados das publicações do Instituto Nacional de Estatística (INE) nomeadamente, as Estatísticas Industriais (desde 1943 até 1990), o Anuário Estatístico de Portugal (desde 1875) e as Estatísticas do Comércio Externo (desde 1880). Para o número de empresas em atividade, salários, remunerações, valor bruto de produção, consumo intermédio, valor acrescentado bruto e número de horas e trabalhadores, utilizou-se os valores constantes nas Estatísticas Industriais e no Anuário Estatístico de Portugal. Para grandezas económicas relacionadas com o comércio externo, privilegiou-se as Estatísticas do Comércio Externo.

Utilizou-se, relativamente aos dados macroeconómicos expressos ou valorizados a preços constantes, sempre que eles não existem em publicações oficiais do INE e/ou do Banco de Portugal, o deflator do PIB constante na publicação Séries Longas da Economia Portuguesa - 2020, do Banco de Portugal.

As Estatísticas Industriais referentes aos anos de 1991, e seguintes, passaram a ser elaboradas de acordo com a nova Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE-Rev.2) e com a lista de produtos harmonizadas no âmbito da União Europeia, através do Regulamento (CEE) n.º 3 924/91, de 19 de dezembro. Destas alterações resultou que a indústria corticeira ficou integrada na CAE 205 conjuntamente com as indústrias de Fabricação de outras obras de madeira e de obras de cestaria e espartaria deixando, por isso, de ser divulgado dados estatísticos próprios e autónomos. Sempre que não foi possível utilizar dados estatísticos publicados pelo INE⁵, optou-se, para esses casos, utilizar os dados publicados pela Associação Portuguesa de Cortiça (APCOR).

Mendes (2002) apresenta, em anexo estatísticos, uma base de dados sobre diversos aspetos da indústria corticeira muito valiosa, essa base de dados não é uniforme na sua constituição uma vez que resulta da agregação de dados provenientes de diversas fontes. Optámos por não utilizar esses dados. Entendemos que para validar a

⁵ Apesar das dificuldades, conseguimos obter dados até ao ano de 2019. Daí que o nosso estudo termine exatamente neste ano.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

nossa análise e interpretação dos resultados obtidos, seria preferível construir uma base de dados própria e proveniente, sempre que possível, de uma única fonte.

É também de salientar que não foi possível utilizar dados que serviram de base a outros estudos. Por exemplo, Lopes e Branco (2013) apresentam um quadro com o valor da produtividade na região de Santa Maria da Feira⁶ e em outras regiões e sobre o qual indicam como fonte o INE e cálculos próprios mas não apresentam a fórmula (ou fórmulas) que lhes permitiram obter esses valores.

Em todos os casos similares, recusámos a utilização desses valores. Mira (1994), na sua dissertação de doutoramento, apresenta, no volume III, Anexo B, um conjunto extenso de quadros e outras representações gráficas relativamente à caracterização do setor corticeiro. Grande parte destes dados referem-se ao período compreendido entre 1970 e 1988 e, em muitas situações, são provenientes de fontes diferentes⁷. Não utilizamos esses dados quando são provenientes de fontes diferentes das publicações do INE.

A recusa em utilizar dados de fontes diferentes do INE visa a validação interna da nossa investigação. Consideramos que essa validação ocorre se as nossas conclusões corresponderem aos dados e factos estudados. Partilhamos a posição de Stake (1995) que considera que a validade interna de uma investigação ocorrerá se as conclusões apresentadas, para além de corresponderem aos factos estudados, não são uma mera interpretação do investigador. Para garantir esta validade das nossas conclusões, em todos os dados obtidos por elaboração própria, indicaremos as fórmulas utilizadas e, quando necessário, a demonstração matemática ou a sua dedução. Pensamos que essa

⁶ Os referidos autores apresentam vários quadros, desde indicadores gerais da indústria corticeira até ao valor das exportações, em que mencionam cálculo próprio mas não esclarecem como e de que forma foram obtidos os valores constantes nos diferentes quadros.

⁷ Alguns destes dados não coincidem com os dados apresentados por Mendes (2002) nem com os dados publicados pelo INE.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

será a atitude correta para que todos possam validar os resultados obtidos bem como as nossas conclusões⁸.

Relativamente aos dados macroeconómicos relacionados com a economia portuguesa utilizamos as publicações do Banco de Portugal nomeadamente, Boletim Estatístico, Séries Longas para a Economia Portuguesa - pós II Guerra Mundial (sobretudo a referente a 2020); Estatísticas da Área do Euro e Relatórios Anuais do Conselho de Administração. A Séries Longas para a Economia Portuguesa publicada em 2020 apresenta, para os anos anteriores à adoção do euro, todos os valores expressos em euros. Sempre que na nossa análise seja indiferente a moeda utilizada (isto é o escudo ou o euro), utilizaremos o euro. No entanto, sempre que para a análise a efetuar seja preferível a utilização do escudo, utilizaremos os valores expressos nessa moeda constantes nas Séries Longas para a Economia Portuguesa publicadas antes da adoção do euro. Nos casos em que os valores são expressos unicamente em euros, utilizaremos a taxa de convertibilidade de euros em escudos, em que um euro corresponde a 200,482 escudos.

Por fim, dadas as suas características e importância para a atual localização geográfica da indústria corticeira, analisámos os valores do investimento realizados pelas empresas desse ramo de atividade. Embora o nosso estudo incida sobre o período de 1960 a 2019, decidimos analisar esse investimento desde 1931, ano da publicação de dois importantes documentos legais, o Decreto n.º 19 354, de 14 de fevereiro⁹ e o Decreto n.º 19 409, de 4 de março. Estes documentos legais, ao tornarem dependente de autorização ministerial um conjunto de operações de investimento nomeadamente, a instalação de novos estabelecimentos industriais, a reabertura de estabelecimentos industriais paralisados ou sem funcionar por um período superior a dois anos, a

⁸ No fundo, trata-se de criar condições para uma triangulação com o objetivo de garantir a validade dos resultados. Flick (2014) considera a existência dos seguintes quatro tipos de triangulação: a triangulação de dados, em que se confrontam dados provenientes de diferentes fontes; a triangulação do investigador, onde diferentes investigadores procedem à análise dos dados e comparam os resultados obtidos; a triangulação da teoria, em que se analisam os dados a partir de diferentes teorias; e a triangulação metodológica, em que são utilizados múltiplos métodos para estudar o problema em investigação. De entre estes tipos de triangulação damos especial relevo à triangulação efetuada por outros investigadores.

⁹ O Decreto n.º 19 354 ficou conhecido como a lei do condicionamento industrial. O Decreto n.º 19 409 veio regular o Decreto n.º 19 354.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

montagem e/ou substituição de mecanismos de que resultassem aumentos da produção, contribuíram decisivamente para moldar a estrutura empresarial do setor corticeiro português.

Em face destas restrições, decidiu-se fazer o levantamento de todos os requerimentos apresentados para a realização de investimentos e, desses requerimentos, consideraram-se aqueles que obtiveram autorização para a sua realização. Para esse efeito, consultaram-se todos os Diários de Governo (II e III séries) a partir da data de publicação do Decreto n.º 19 354, os Boletins da Direcção-Geral da Indústria (e seu correspondente posterior) e, quando considerámos relevante, os processos constantes no Arquivo do Ministério da Indústria. A partir do ano de 1971, passámos a utilizar os valores do investimento realizado pela indústria corticeira publicados nas Estatísticas Industriais.

Em termos microeconómicos, isto é, os nossos casos de estudo, analisámos empresas do distrito de Évora e de Setúbal. A escolha destes dois distritos ocorreu por, sobretudo, razões de cariz económico. O distrito de Évora foi escolhido porque, para além de ser um dos principais produtores de cortiça, foi aí que se instalaram algumas das primeiras fábricas de cortiça e o *know-how* dos trabalhadores era, como demonstraremos nos capítulos seguintes, amplamente reconhecido. Já relativamente ao distrito de Setúbal, a sua escolha resultou do facto de ser, nos anos sessenta, o principal centro corticeiro português.

Relativamente ao distrito de Évora, os casos estudados referem-se à empresa António Pepe Martins Duque, Lda. situada em Azaruja, freguesia do Concelho de Évora e a empresa J. D. Alvarez, Lda., situada na freguesia e concelho de Vendas Novas. A empresa António Pepe Martins Duque, Lda., referenciada em Azaruja como a fábrica do Pepe Novo, foi a continuação da tradição familiar, já que seu pai, o Pepe Velho, iniciou a sua atividade como empresário corticeiro desde os anos quarenta do século passado. A empresa J. D. Alvarez, Lda., muito mais recente, foi criada em 1972, por José Dominguez Alvarez e Gertrudes Benito Garcia Alvarez. Ambas as empresas dedicavam-se à preparação de cortiça e considerámos importante perceber se, em

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

épocas diferentes, tinham condições para expandir a sua atividade para a indústria rolheira e, tendo, a razão (ou razões) para o não fazerem. Não o tendo feito, contribuíram, ainda que involuntariamente, para que a mobilidade territorial da indústria corticeira em Portugal.

Na primeira das empresas referidas, foi possível ter acesso aos livros oficiais de contabilidade e alguns documentos auxiliares. Trata-se de valores oficiais dado que foram apresentados às autoridades fiscais. Esta empresa dedicava-se à preparação de cortiça que depois vendia a empresas produtoras de rolhas.

Na segunda empresa, não foi possível obter os valores do balanço nem qualquer das declarações de rendimento. Tentou-se junto da Autoridade Tributária autorização para, em caso de existência em arquivo, das declarações de rendimentos apresentada ao abrigo do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas (IRC), a sua consulta. Infelizmente, a Autoridade Tributária informou-nos que dispõe apenas de dados agregados e não personalizados. Lamentamos que não nos tivesse sido permitida a consulta dessas declarações, quando sabemos que elas existem e onde estão arquivadas. Apesar desta limitação, foi possível obter um conjunto relevante de informações sobre o processo produtivo (ciclo de cozedura da cortiça, tempos de trabalho da caldeira e trabalhos afins da preparação da cortiça, produção de fardos por dia de trabalho, valor efetivo da venda de fardos de cortiça e dos desperdícios da atividade produtiva) e, sobretudo, a informação sobre diversos leilões de cortiça promovidos pela Circunscrição Florestal de Évora e realizados na segunda metade da década de oitenta.

Tentou-se encontrar no Arquivo Distrital de Évora e junto da delegação regional de Évora do Ministério da Economia fundos documentais relacionados com empresas do setor corticeiro mas, nesses arquivos não existe documentação referente a essa indústria e que fosse passível de ser utilizada numa análise económico-contabilística.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

No caso das empresas do distrito de Setúbal, optámos por analisar empresas do concelho do Montijo porque, como demonstrou Cruz (1973)¹⁰, era nesse concelho que existia, na década de sessenta, o maior número de fábricas de cortiça em funcionamento em toda a margem sul do estuário do Tejo e também aquele onde existia o maior número de trabalhadores. Para esta análise recorreremos aos Arquivos Municipais do Barreiro e Montijo. No Arquivo Municipal do Barreiro existe um vasto acervo documental referente à empresa Sociedade Nacional de Cortiça, Lda. enquanto que no Arquivo Municipal de Montijo existem dois fundos documentais referentes à empresa Andersen & Husum, Lda. e Monticor, Lda.. A empresa Andersen & Husum dispunha, no Montijo, de um depósito de cortiça mas, que na prática, também servia para a realização de algumas operações de tratamento de cortiça e produção de rolhas. O espólio existente é extremamente rico em informação sobre o mercado corticeiro. Por sua vez, a empresa Monticor, Lda. dedicava-se, fundamentalmente, à produção de artigos de cortiça para desporto (sobretudo, ténis e pesca), discos e, em menor escala, rolhas. O fundo documental desta empresa abrange vários aspetos da empresa, desde encomendas, vendas, fornecedores, clientes, e documentos contabilísticos oficiais.

Finalmente, foi consultado o fundo documental da Reforma Agrária existente no Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo. A consulta deste espólio deixou-nos uma sensação de enorme frustração, mas não admirados, com as lacunas, sobretudo na área financeira e contabilística. Não ficámos admirados porque Cardoso (2021) já tinha demonstrado que os dados contabilísticos referentes à venda da cortiça pelas unidades cooperativas de produção poderia não estar disponíveis ou não retratarem fielmente essas operações comerciais¹¹. O Arquivo da Reforma Agrária existente no Arquivo

¹⁰ Cruz (1973) apresenta na página 147 o Quadro 18 com a distribuição das empresas corticeiras nos concelhos que constituem a margem sul do estuário do Tejo.

¹¹ Cardoso (2021) apresentou um relato de uma operação realizada pela Polícia Judiciária, nos anos noventa, com o objetivo de recolher documentação e registos contabilísticos de tudo o que tivesse que ver com a cortiça. Esse diálogo, que classificamos de notável, é demonstrativo da nossa frustração, mas não admiração, ao consultarmos o fundo documental da reforma agrária. Cardoso (2021: 73), inspetor da Polícia Judiciária, manteve o seguinte diálogo com um elemento da direção de uma cooperativa: "Bom dia. (...). O senhor é da direção da cooperativa? (...) Sim. Ou seja, fui, que a cooperativa já não existe. E, detendo o olhar em cada um de nós, acrescentou: - Ainda que mal lhe pergunte, para que querem saber? Os senhores são das finanças, são? Não senhor. Retorquiu o agente. - Somos da Polícia Judiciária. Trazemos um mandado judicial para levarmos a escrita. O senhor sabe onde está? Ah, a papelada. Isso foi tudo queimado. Queimado? (...) Mas, queimado como? Queimámos numa fogueira, ora essa! Respondeu

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Municipal de Montemor-o-Novo, é extenso, interessante, mas com evidentes lacunas na componente contabilística e financeira. Terão sido essas lacunas intencionais? Terão desaparecido documentos por indicação de alguém? Terão sido reflexo da pouca preparação técnica dos elementos da direção das Unidades Cooperativas de Produção? Não sabemos.

Apontamos duas fontes documentais que se mostraram de grande importância na elaboração deste trabalho: o Boletim da Junta Nacional da Cortiça e os diferentes números do jornal Avante!, jornal oficial do Partido Comunista Português. O Boletim da Junta Nacional de Cortiça apresenta, ao longo dos seus diversos números, desde 1938 a 1972, uma análise do setor corticeiro nas suas diferentes dimensões, desde questões técnicas até questões administrativas, contabilísticas e económicas. Não podemos deixar de realçar a importância deste boletim para o entendimento de como se deveria proceder no tratamento contabilístico das amortizações do equipamento produtivo e na análise dos custos de transporte da cortiça dos locais de produção para os centros transformadores.

Numa outra perspetiva, as edições do jornal Avante! consultadas, desde o seu primeiro número, publicado em 15 de fevereiro de 1931, até ao ano de 1980, foram de enorme importância na definição do nosso modelo explicativo para a localização geográfica do setor corticeiro. Ao longo de quase todos os números do referido jornal são feitas referências a diversas lutas sindicais e/ou de trabalhadores ocorridas em diferentes setores industriais e em diferentes distritos. Estas lutas contra o patronato ocorreram, também, na indústria corticeira nomeadamente em empresas situadas nos distritos a sul do Tejo, com particular relevância, no distrito de Setúbal. No entanto, não há referências a lutas sindicais contra o patronato no distrito de Aveiro. Seria expectável que essas lutas também ocorressem em Aveiro, até porque, neste distrito, os salários

com ar surpreendido como se a pergunta fosse descabida. Então o senhor não sabe que a escrita tem de ser guardada mesmo depois de extinta a cooperativa? Isso não sei. Se a cooperativa acabou, para que servia a papelada. Queimou-se tudo e pronto, até porque a gente não tinha lugar para a pôr. (...) Mas vamos lá a saber, afinal quem mandou queimar os documentos? (...) fomos nós, a direcção! (...) Mas, vamos lá a ver. Alguém teve a ideia. Ou não? (...) Não senhor! A ideia foi de todos os da direcção. Ok! Está bem! Mas alguém terá sido o primeiro a ter a ideia. Não foi? Não, não... tivemos a ideia todos ao mesmo tempo".

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

pagos aos trabalhadores eram mais baixos quando comparados com os salários pagos nos restantes distritos. Será que os trabalhadores corticeiros do distrito de Aveiro se achavam de tal modo bem remunerados que não tinham razões para protestar? Se assim tiver sido, é um caso raro, mesmo no distrito. O Avante! referencia diversas lutas dos trabalhadores contra os baixos salários e as condições de trabalho em várias empresas do distrito de Aveiro. Esta diferença de comportamento dos trabalhadores no distrito de Aveiro e dos seus congéneres a sul do Tejo, levou-nos a considerar a existência de fatores não económicos (que denominámos como fator psicossociológico) para explicar a localização geográfica do setor corticeiro.

Referimos anteriormente que a explicação para a localização do setor corticeiro não resultava apenas de dados quantitativos e que, por isso, utilizaríamos, também, dados qualitativos. Para a obtenção destes dados qualitativos recorreremos à entrevista. A entrevista aqui entendida como uma manifestação da história oral, já que a história oral "é uma experiência decorrente da memória de expressão oral que visa e versa sobre a livre expressão, a livre manifestação da palavra, a livre enunciação mnêmica; acredita-se que o trabalho de colaboração entre um narrador e um oralista seja fundamental para estabelecer as convergências e as divergências necessárias à problematização de uma pesquisa" (Gattz, Meihy e Seawright, 2019: 10).

A história oral, aqui entendida como uma metodologia de recolha de informação por via oral, pressupõe a criação de documentos, as entrevistas, que se caracterizam pelo contacto direto entre o entrevistador e o entrevistado, permitindo que este exponha as suas perceções, as suas interpretações e/ou as suas experiências sobre um determinado acontecimento e, ao mesmo tempo, possibilita a obtenção de uma grande variedade de informação, que seria muito difícil de obter por outras formas (Joutard, 2000; Yow, 2005).

Batista, Matos e Nascimento (2017) elencam os diferentes tipos de entrevistas utilizadas como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. Consideramos, a partir deste trabalho, que é possível sintetizar os diferentes tipos de entrevistas em torno de

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

três critérios principais¹²: o número de entrevistados; os assuntos sobre os quais incide a entrevista e o nível de estruturação da entrevista. Relativamente ao número de entrevistados, é possível apontar dois tipos de entrevistas, a entrevista *face-to-face*, em que participam o entrevistador e o entrevistado, e a entrevista *focus group* ou entrevista de grupo. Quanto ao segundo critério apontado, podemos encontrar as entrevistas monotemáticas e entrevistas politemáticas. Por fim, quanto à estruturação da entrevista podemos distinguir as entrevistas estruturadas ou diretivas, as entrevistas semiestruturadas ou semidiretivas e as entrevistas não estruturadas ou não diretivas (Yow, 2005).

Optámos, de acordo com esta classificação, por realizar entrevistas *face-to-face*, monotemáticas e estruturadas e não estruturadas. A opção pelas entrevistas *face-to-face* resulta de se considerar que neste tipo de entrevista, em que o entrevistador e entrevistado estão um perante o outro, permite esclarecer, de imediato, todas as dúvidas que, tanto entrevistador, como entrevistado possam apresentar e permite visualizar as expressões verbais e não verbais do entrevistado (Lobiondo-Wood e Haber; 2001).

A estrutura e o objetivo deste trabalho implica que as entrevistas sejam monotemáticas, queremos perceber a razão para a atual localização geográfica do setor corticeiro. Temos, no entanto, consciência da dificuldade deste tipo de entrevistas porque os entrevistados podem ter abordagens e perspetivas multidimensionais. E isso pode acontecer, com muita frequência, nas entrevistas não estruturadas (Ketelle e Roegiers, 1999).

Por fim, quanto à estrutura das entrevistas, optámos por entrevistas estruturadas, no caso de uma entrevista que se pretendeu efetuar a uma empresa líder do setor corticeiro, mas que não foi possível realizar e, nos restantes casos, de entrevistas não estruturadas, conduzidas na base de uma conversa informal e sem guião pré-estabelecido. Pretende-se com esta escolha que os entrevistados discorram sobre o passado das suas empresas ou das empresas dos seus progenitores e, em função do

¹² Estes critérios agora indicados seguem, de perto, Aires (2011).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

desenrolar dessas conversas, o entrevistador dirigirá a conversa para questões relacionadas com a localização da indústria corticeira (Merriam e Tisdell, 2016).

Apresentada a justificação (e classificação) para o tipo de entrevista que utilizaremos, resta-nos apresentar e justificar quem entrevistámos. A definição de quem entrevistar é de tal importância que Brown (1988: 31) inicia o terceiro capítulo do seu livro *Like It Was: A Complete Guide to Writing Oral History*, com o subtítulo "*Whom to interview*". De acordo com esta autora, a escolha dos entrevistados deve fazer-se tendo em atenção aquilo que estamos interessados em demonstrar.

Interessa-nos, como temos vindo a referir, explicar as razões que tornaram o distrito de Aveiro como o centro da indústria corticeira em Portugal. Nesse sentido, procurámos encontrar empresas dos distritos a sul do Tejo em atividade nos anos sessenta, setenta e oitenta do século passado e entrevistar os seus responsáveis ou pessoas com elas intimamente relacionadas com o objetivo de percebermos o que terá levado a essa situação. Com esse objetivo, pretendemos encontrar empresas do distrito de Évora, em particular, empresas situadas em Azaruja e Vendas Novas, os dois principais centros industriais de cortiça deste distrito nos anos indicados e empresas situadas no concelho de Montijo, o principal centro corticeiro do distrito de Setúbal.

Pensamos que, ao entrevistar os responsáveis ou pessoas ligadas a estas empresas nos permitiria perceber, como anteriormente já havíamos referido, se, naquela época, as empresas tinham condições para expandir a sua atividade para a indústria rolheira e, tendo, a razão para o não fazerem. É que, não o tendo feito, contribuíram, ainda que involuntariamente, para que a indústria transformadora de cortiça se transferisse para o concelho de Santa Maria da Feira.

Na vila de Azaruja, não foi possível encontrar empresas que, estando nas condições anteriormente elencadas, estivessem na disposição de nos facultar informação sobre a sua contabilidade e atividade produtiva, bem como responder às nossas questões. Foi, no entanto, possível obter autorização para consultar o espólio documental da empresa "António Pepe Martins Duque, Lda." e entrevistar uma sua

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

descendente, Maria do Carmo Duque. O espólio documental desta empresa, na posse de Maria do Carmo Duque, é constituído por um vasto conjunto de peças contabilísticas, (Diário, Razão, Inventários, Balancetes) e outros documentos auxiliares (mapa de trabalhadores, salários, documentos da segurança social) referentes aos anos sessenta e, sobretudo, aos anos posteriores ao 25 de abril. Entendemos ser pertinente entrevistar Maria do Carmo Duque sobre as suas memórias da empresa de seu pai. Neste caso, utilizou-se a entrevista não estruturada, permitindo que a entrevistada falasse sobre a vida da empresa e sendo questionada sempre que, na sua intervenção, abordasse assuntos relacionados com o objetivo do nosso trabalho.

Em Vendas Novas existem, atualmente, apenas três empresas em atividade, sendo uma delas a unidade de Vendas Novas da Amorim Isolamentos, S.A. e as restantes duas de existência mais recente, muito posterior às décadas de setenta e oitenta do século passado. Procuramos, junto das empresas e empresários locais que exerciam, nas décadas anteriormente referenciadas, atividade na indústria corticeira se tinham documentação referente à atividade desenvolvida e se estariam disponíveis para serem entrevistados. Infelizmente, pela idade avançada de alguns desses empresários, pela oposição dos descendentes e pela inexistência de documentação referente a esse período, não foi possível encontrar quem nos facultasse documentação e estivesse disponível para ser entrevistado¹³.

Foi, no entanto, possível aceder ao espólio da empresa J. D. Alvarez, Lda.. Contatadas duas das descendentes de José Dominguez Alvarez, obtivemos autorização para a consulta do espólio da família Alvarez que está na posse da Dr.^a Pilar Alvarez. Este espólio documental, embora não incluía dados contabilísticos oficiais, inclui

¹³ É nossa profunda convicção que, em pelos menos dois casos, os descendentes dispõem da totalidade, ou pelo menos, de parte relevante do espólio das empresas dos seus pais. Pensamos que a aversão existente em mostrar a documentação contabilística (ou outra) a uma terceira pessoa, com a agravante de dessa pessoa ser da terra e poder ficar a conhecer os procedimentos contabilísticos, os lucros, ganhos ou outros rendimentos que, tendo sido obtidos de forma legal ou, eventualmente, não tivessem sido corretos do ponto de vista legal, levou a que não fosse autorizado o acesso e consulta da referida documentação. A totalidade das pessoas contatadas, demonstrou um grande contentamento por se fazer um trabalho sobre a indústria corticeira e mostraram-se disponíveis para conversar sobre o tema. No entanto, nenhuma aceitou ser identificada e muito menos assinar algum documento a confirmar que as suas declarações tinham sido proferidas por elas próprias. Todavia, essas conversas mantidas com todas as pessoas contatadas, revelaram-se uma enorme ajuda na compreensão do fenómeno corticeiro.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

diversos documentos sobre o processo produtivo da empresa nomeadamente, listas nominais de fornecedores de cortiça em bruto, tempos de trabalho de vários setores produtivos, ciclos da cozedura da cortiça, trabalhos preparatórios da cozedura, produção diária, por calibre, de fardos de cortiça, comprovativos de pagamentos a trabalhadores, relatórios sobre qualidade da cortiça para venda em diversas herdades, valor da venda de fardos, valor da venda de falca e desperdícios do processo produtivo e vários documentos elaborados pelo próprio José Dominguez Alvarez referentes a leilões de cortiça provenientes das unidades cooperativas de produção, com a identificação de intervenientes nesse leilão, o preço apresentado por cada um desses intervenientes e a empresa que ganhou cada um desses leilões.

Pareceu-nos relevante entrevistar a Dr.^a Pilar Alvarez sobre a empresa dos seus pais. Fazia todo o sentido realizar esta entrevista até porque a Dr.^a Pilar Alvarez desempenhou a função de gestora principal da empresa quando o seu pai esteve, por motivo de doença, impossibilitado de exercer aquelas funções e assumiu a gestão definitiva da empresa após o seu falecimento até à data em que a empresa encerrou a atividade industrial no setor corticeiro. Optou-se, também neste caso, por entrevista não estruturada, do qual resultaram dezenas de horas de conversa sobre a indústria corticeira.

Tínhamos conhecimento que o Arquivo Municipal de Montijo dispunha de fundos documentais sobre duas empresas corticeiras pelo que a estratégia de escolha de entrevistados foi diferente. Existindo, no Montijo, famílias com tradição na indústria corticeira, algumas desde a década de trinta e quarenta do século passado (por exemplo, a família Beatriz e a família Afonso), procuramos ouvir alguém que tivesse passado pelas diferentes fases da localização geográfica do setor corticeiro. Optou-se por entrevistar:

- i. Um industrial corticeiro que, no passado, foi acionista de uma empresa de preparação e transformação de cortiça e acionista de uma importante empresa produtora de rolhas para champanhe. Infelizmente, depois de ter dado autorização para ser entrevistado e ter-se realizado a entrevista, recusou

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

autorizar que fosse utilizado o seu nome, as suas empresas e a informação que tinha prestado.

- ii. Um trabalhador corticeiro, o Sr. Vítor Bordeira, sobre as razões para a mudança da sua família, toda ela corticeira, de S. Brás de Alportel para o Montijo e posteriormente, um dos membros dessa família, para o concelho de Santa Maria da Feira.
- iii. Dois diretores financeiros de empresas com alguma dimensão nos anos oitenta do século passado. Nestes dois casos, não foi autorizada a recolha gravada da conversa mantida. Embora não obtivéssemos autorização para gravar a conversa, todas as informações consideradas relevantes foram utilizadas para estruturar a investigação.

Por fim, tentámos entrevistar um elemento da estrutura de gestão de uma relevante empresa do setor industrial corticeiro nacional e mundial. Não foi possível, apesar de todos os esforços efetuados, realizar essa entrevista. Esta recusa, mas sobretudo a recusa de autorização em se utilizar o conjunto de informações recolhidas da entrevista efetuada a um empresário do Montijo acabou por ter reflexo na estratégia de investigação. Decidiu-se, para evitar que existissem mais recusas que pudessem colocar em causa a elaboração desta investigação, limitar a citação de informações obtidas nas diferentes conversas mantidas com os entrevistados. Apesar de limitarmos a citação de informações provenientes das entrevistas, não queremos deixar de salientar que a utilização das entrevistas, apesar de apresentarem enormes vantagens, não é isenta de problemas.

Duarte (2004) refere que a entrevista deve ser evitada quando está em causa ao anonimato do entrevistado. No nosso caso, não se colocou este problema. Nenhum dos entrevistados, que aceitou gravar a entrevista e autorizou a sua utilização, manifestou a necessidade de anonimato. Para Lankshear e Knobel (2004), uma das grandes desvantagens da entrevista pode decorrer da eventual dificuldade de interpretação das questões que são colocadas pelo entrevistador. A escolha de entrevistas não estruturadas minimizou este risco.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Consideramos que, outra das desvantagens das entrevistas pode estar associada às dificuldades de expressão quer do entrevistador quer do entrevistado. Esta limitação também não se colocou porque nas entrevistas não estruturadas, o entrevistado teve liberdade de discorrer sobre os assuntos e o entrevistador pode, quando não percebeu o discurso, interromper e solicitar todos os esclarecimentos que se considerou necessários.

Apesar de considerarmos que estas podem ser desvantagens relevantes, para nós, as verdadeiras limitações ou fraquezas da entrevista são de outro género, são as que resultam da fraqueza da própria memória do entrevistado, das suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito (Joutard, 2000; Yow, 2005) e as deformações que podem ocorrer quando o entrevistado, com receio de eventuais represálias e/ou para ser socialmente aceite, não responde de uma forma objetiva e de acordo com os acontecimentos reais, isto é, tal como eles ocorreram (Kendall, 2008). Estas são, para nós, as verdadeiras fraquezas das entrevistas. Para obviar estas fraquezas e para evitar a existência de um eventual enviesamento da informação recolhida recorreu-se, sempre que entendemos necessário, à triangulação da informação. Tínhamos já salientado, anteriormente, a importância da triangulação dos dados.

Resta-nos analisar um aspeto importante das entrevistas e que também pode assumir-se como uma das suas limitações, a sua transcrição e o que se utiliza na investigação. Esta é uma questão pertinente e que pode ocorrer em entrevistas extensas, que tanto podem ocorrer nas entrevistas estruturadas como nas não estruturadas, e que se tornam uma incomodidade. Ao longo do trabalho, até como já referimos para evitar constrangimentos de última hora, seguimos os conselhos de Yow (2005: 323) "*and you may not want to transcribe all of a tape: if there is a long section that is irrelevant, leave it out*". Assim, tal como preconiza Queiroz (1988), utilizaremos na investigação apenas excertos das entrevistas, excertos esses que se mostrem relevantes para o contexto da investigação. Os recursos fundamentais para a investigação desenvolvida são, portanto, a os documentos escritos. A oralidade tem somente um papel subsidiário.

**Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor
corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.**

Capítulo I

O sobreiro, a cortiça e a indústria da cortiça

A cortiça

No campo há uma árvore
Que se chama sobreiro
Tem tantas utilidades
Que encanta o mundo inteiro.

Um pouco de ti
Está por todo o lado
Nas paredes, no chão, nas rolhas,
Em Portugal ou noutro Estado.

És uma grande riqueza
Que dá bolota e cortiça
À tua grande beleza
A todos mete cobiça.

Dás madeira para mobília construir
Dás resina para trabalhos colorir.
Espera que passem 9 anos
Para a cortiça extrair...

A cortiça se não existisse
Tinha que ser inventada,
Pode haver até quem pense
Que não serve para nada.

Eu por mim penso assim
Que és um bem precioso
Pois és muito utilizada
No país e no estrangeiro
Depois de bem trabalhada
Tu vales muito dinheiro

De ti se fazem rolhas,
Peças de artesanato,
Coisas lindas de se ver,
A cortiça é valiosa
Por isso não pode desaparecer.

O sobreiro é uma árvore bonita,
Árvore que nos enfeita
Dela é extraída
A mais bela cortiça.

A cortiça tem beleza
E é dela que a gente fala
Com ela posso fazer
A mais e bela mala.

Escola Básica de Bairros, Penafiel

Nunca os alunos da Escola Básica de Bairros, em Penafiel, terão imaginado que o poema "A Cortiça" com o qual concorreram ao concurso "A Cortiça e a Luz"

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

promovido, no ano letivo de 2014 - 2015, pela Green Cork - Programa de Reciclagem de Rolhas de Cortiça, pudesse ser utilizado num trabalho de investigação.

No entanto, a leitura atenta do poema permite verificar que o seu conteúdo inclui as diferentes dimensões do sobreiro e da cortiça. Grande parte deste capítulo segue, grosso modo, o poema. Abordaremos, em primeiro lugar, a origem e distribuição espacial do sobreiro seguidamente, a cortiça como bem económico e, por fim, a questão da localização geográfica da indústria corticeira.

1- Origem e distribuição espacial do sobreiro

Perceber a origem e o significado de uma palavra permite, não só, uma maior compreensão dessa mesma palavra, como o âmbito do conceito que se quer ou se pretende estudar (Correia, 2004). A consulta ao dicionário da Língua Portuguesa da Infopédia permite constatar que cortiça é a casca do sobreiro e de outras árvores, que tem muitas aplicações industriais¹⁴. Esta definição merece uma análise mais cuidada. Refere que cortiça pode ser considerada como a casca do sobreiro. O sobreiro, de nome botânico *Quercus suber*, é uma árvore perenifólia, da família das Fagáceas, e cujo género *Quercus*, apresenta entre quinhentas a seiscentas espécies (Costa, 2011). O sobreiro, todavia, distingue-se das outras espécies do género *Quercus* pela sua casca suberosa, de grande espessura, que cobre o tronco, ramos e raízes, e que se mantém durante toda a vida da árvore (Silva, 2007). No entanto, a cortiça pode ser a casca de outras árvores. Leite e Pereira (2017) apresentam um conjunto de outras espécies de árvores cujas cascas revelam possuir quantidades substanciais de cortiça bem como a perspetiva da sua utilização em termos industriais. O Quadro 1 permite perceber quais as árvores cuja casca possui cortiça, a sua localização geográfica e a sua perspetiva de utilização industrial.

¹⁴ Porto Editora - Cortiça no dicionário Infopédia da Língua Portuguesa (em linha). Porto: Porto Editora (Consultado em 2021-06-12). Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionários/lingua-portuguesa/cortiça>.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 1 - Árvores produtoras de cortiça

Árvore	Região predominante	Perspetiva de utilização industrial
Quercus Suber	Península Ibéria e zona mediterrânea ocidental	• Toda a sua produção apresenta elevado interesse económico e é aproveitada em termos industriais.
Quercus Variabilis	China, Japão e Península Coreana	• Não utilizável em produtos de cortiça como rolhas e outros produtos afins; • Utilizável em granulado e aglomerado de cortiça e aplicações de isolamento.
Kielmeyera Coriacea	Brasil	• Não há perspetiva de utilização industrial em produtos de cortiça como rolhas e outros produtos afins; • Passível de ser utilizado em aglomerados.
Plathymenia Reticulata	América do Sul	• Compatível com a generalidade do uso de cortiça nomeadamente, como isolante e aglomerados; • Para que seja possível a sua utilização industrial é necessária mais investigação para compreender como a periderme se regenera após a retirada da cortiça e as características das camadas de cortiça subsequentes.
Quercus Cerris	Sudeste Europeu até à Ásia Menor	• Utilizável em granulados e aglomerados de cortiça.
Betula pendula	Continente euro-asiático: do atlântico até ao leste da Sibéria, com maior predominância no norte da Europa	• Utilizada na produção de celulose; • Não utilizável nas habituais aplicações da cortiça.
Pseudotsuga menziesii	Estados Unidos da América e Canadá	• Utilizável em granulados e aglomerados de cortiça.
Abies lasiocarpa	Estados Unidos da América - sobretudo no Arizona, Colorado e Novo México	• A sua utilização como matéria-prima para produtos de cortiça parece possível, embora seja necessário mais estudos para avaliar a sua potencial utilização.
Abies concolor	Zona montanhosa do oeste da América do Norte e, mais dispersamente, no México.	• Embora se reconheça o potencial valor comercial da cortiça, não existem estudos que permitam avaliar a sua utilização em termos industriais.

Fonte: Elaboração própria a partir de Leite e Pereira (2017)

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Embora existam cascas de várias árvores que contêm cortiça, apenas a cortiça proveniente da *Quercus suber*, vulgarmente conhecida como sobreiro, permite uma plena utilização industrial e comercial.

O sobreiro "é uma espécie arbórea perenifólia cuja distribuição mundial se restringe à parte ocidental da bacia mediterrânica" (González, 2015:19) e, em particular, na Península Ibérica (APCOR, 2019). A origem geográfica do sobreiro não é consensual entre os investigadores¹⁵. Alguns, consideram que o sobreiro surgiu na Península Ibérica (Toumi e Lumaret, 1998; Carvalho, 2008), enquanto outros consideram que o sobreiro terá, provavelmente, surgido na Península Balcânica ou na região do Cáucaso, uma vez que, nesta região, foram encontrados vestígios fósseis de um subgénero do sobreiro (Palamarev, 1989; Bellarosa, 2000).

Independentemente da origem do sobreiro, a sua existência na Península Ibérica não parece levantar dúvidas. A Península Ibérica estava, no início do Holoceno, coberta de floresta, constituída por diversas árvores e vegetação, nas quais se encontrava o sobreiro (Aguiar e Pinto, 2007; Reis e Calafate, 2013). É, portanto, admissível que o território que é hoje Portugal apresentasse, desde o princípio da nossa nacionalidade, floresta idêntica, com uma forte presença do sobreiro. A existência de manchas de sobreiros ao longo do nosso território continental é reconhecida também na Idade Média (Faísca, 2014) e manteve-se até aos nossos dias. No entanto, a sua distribuição ao longo do território nacional não é uniforme e está condicionada, tanto por fatores naturais como por fatores humanos.

Natividade (1950) salienta que é na zona do mediterrânica, sobretudo no mediterrâneo ocidental, que o sobreiro encontra as condições ideais para florescer. A existência de cortiça em Portugal foi uma escolha da natureza (Silva, 2013). Correia e Oliveira (2002: 91) referem que o sobreiro

¹⁵ Pode-se encontrar um excelente resumo sobre a origem do sobreiro em Lumaret, Herédia e Soto (2009); Origin and Genetic Variability. In Aronson, Pereira e Pausas. Cork Oak Woodlands on the Edge. Ecology, Adaptive Management, and Restoration (25 - 31). Washington: Island Press. ISBN: 978-1-59726-478-5.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

"encontra-se em todo o território, exceto nas regiões mais frias do norte e centro, excessivamente húmidas; nas regiões salinas, junto ao litoral; nas zonas de acentuada aridez e continentalidade, como o caso das regiões fronteiriças do centro e sul".

Essa distribuição resultou, também, da atuação do Homem: a necessidade de madeira, de bolota, os incêndios, entre outras causas, condicionou a área do sobreiro e a dispersão pelo nosso território (Devy-Vareta, 1986; Pinto-Correia, Ribeiro e Potes, 2013). O Quadro 2 retrata a evolução da área total da implantação do sobreiro em Portugal entre 1874, ano em que se publicou pela primeira vez dados estatísticos sobre a área de implantação do sobreiro, e 2015, ano da realização do último inventário florestal nacional.

Quadro 2 - Área total de implantação do sobreiro (1874 - 2015)

Ano	Área total - mil ha
1874	370
1902	366
1928	560
1963 - 1966	637
1968 - 1980	657
1980 - 1989	664
1990 -1992	687
1995	746,8
2000	713
2005	731,2
2010	714,4
2015	719,9

Fonte: Elaboração própria a partir do 5.º e 6.º Inventário Florestal Nacional

O Quadro 2 permite verificar que a área do sobreiro em Portugal aumentou até 1995 tendo, a partir desta data, diminuído a sua área de implantação. Contudo, existe uma assinalável discrepância da área total do sobreiro se tivermos em consideração os dados do Instituto Nacional de Estatística apresentados no Quadro 3.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 3 - Área total de implantação do sobreiro em Portugal (1938 -1963)

Ano	Área total - mil ha
1938	715
1947	690
1948	690
1949	690
1950	690
1951	690
1952	695
1953	700
1954	705
1955	710
1956	716
1957	722
1958	728
1959	734
1960	740
1961	746
1962	752
1963	758

Fonte: Elaboração própria a partir de Estudos n.º 39. Estimativa do Produto Bruto Florestal no Continente (1938, 1947 a 1963). Lisboa: INE, dezembro de 1964.

Da comparação entre os Quadros 2 e 3 ressalta a discrepância assinalável da área total do sobreiro na década de sessenta. Perante esta discrepância optou-se, com o intuito de garantir a uniformidade da informação, por utilizar os dados estatísticos disponibilizados nos diversos Inventários Florestais Nacionais. A partir do 6.º Inventário Florestal Nacional foi possível construir o Quadro 4 que nos retrata a dispersão regional do sobreiro.

Quadro 4 - Distribuição do sobreiro por regiões (por mil ha e em %)

Região	Anos							
	1995		2005		2010		2015	
	mil ha	%	mil ha	%	mil ha	%	mil ha	%
Norte	23,7	3,17	13,1	1,79	14,6	2,04	15,8	2,19
Centro	33,8	4,53	35,5	4,85	39,3	5,48	41,6	5,78
Lisboa	16,7	2,24	15,9	2,17	16,6	2,31	18,2	2,53
Alentejo	627,1	83,96	635,3	86,87	615,1	85,74	609,4	84,64
Algarve	45,6	6,11	31,5	4,31	31,8	4,43	35	4,86

Fonte: Elaboração própria a partir do 6.º Inventário Florestal Nacional. Resultados - Regiões Plano - NUTS II. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Deste quadro podemos destacar:

- i. A ausência das regiões do Açores e Madeira. Esta ausência pode ser explicada pelas condições climáticas adversas. Referimos, anteriormente, que Natividade (1950) apontava para a zona do mediterrâneo ocidental como aquela onde o sobreiro encontrava as condições ideais para a sua existência. No entanto, tal não significa a inexistência de sobreiros nessas duas regiões¹⁶; e
- ii. A região do Alentejo, onde existe a maior mancha de sobreiros em Portugal.

Estas conclusões não são uma novidade. Faísca e Jerónimo (2023) apresentaram um mapa com a distribuição regional do sobreiro em Portugal para o ano de 1902 que, já apontava para as mesmas conclusões, isto é, ausência do sobreiro nos arquipélagos dos Açores e da Madeira e a forte preponderância do sobreiro na região sul de Portugal e, em particular, na região do Alentejo.

Apesar da não uniformidade na distribuição do sobreiro pelo território nacional, parece-nos fazer todo o sentido a afirmação de Silva (2013) que não deve existir, em Portugal, nenhuma região que não possua um exemplar dessa árvore. Mas, é no Alentejo que se encontra a maior parte dos sobreiros e, consequentemente, da cortiça. E será também no Alentejo que encontramos a maior parte das empresas corticeiras?

2 - A cortiça como bem económico

O Ser Humano, no seu dia a dia, sente um conjunto de necessidades que procura satisfazer. Estas necessidades apresentam características como a multiplicidade (as nossas necessidades são múltiplas e infinitas), são saciáveis (são passíveis de serem satisfeitas), são substituíveis (podem ser substituídas entre si) e são relativas (variam no tempo e no espaço). Interessa analisar com mais cuidado a característica da relatividade das necessidades. As necessidades são relativas porque variam no espaço e no tempo, pretendendo com isto afirmar-se que algumas necessidades que um agente económico hoje sente são diferentes das necessidades sentidas pelos agentes económicos no passado. O conceito implica, ainda, que as necessidades sentidas por um agente

¹⁶ Em ambas as regiões há a referência à existência de sobreiros, embora sem expressão digna de registo. Veja-se a este propósito: www.azoresgreengardens.com e www.ifcn.madeira.gov.pt/images/fotosArtigos/Florestas

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

económico num determinado espaço geográfico (por exemplo, aqui e agora) podem ser diferentes das necessidades sentidas por um outro agente económico que se encontre nos nossos antípodas.

Referiu-se que os agentes económicos procuram satisfazer as suas necessidades. A satisfação dessas necessidades ocorre com o consumo de bens e serviços. Assim, a utilidade de um bem é dada pela sua capacidade de satisfazer as necessidades dos diferentes agentes económicos. Como as necessidades são relativas, isso significa que, a utilidade de um bem pode variar no espaço e no tempo. Um bem pode ter uma utilidade diferente de acordo com as épocas ou períodos considerados ou em espaço geográficos diferentes. Importa, pois, questionar qual a utilidade do sobreiro. A utilidade do sobreiro resulta do conjunto de bens que permite oferecer aos agentes económicos para que estes possam satisfazer as suas necessidades. E o que o sobreiro oferece aos agentes económicos é a sua casca (a cortiça), o seu fruto (a bolota), a sua madeira e o serviço prestado ao ecossistema¹⁷. A utilidade do sobreiro, como de qualquer bem, varia no tempo e no espaço. Isto é, a utilidade do sobreiro, variou ao longo dos anos porque os agentes económicos encararam o sobreiro como um bem útil à satisfação das suas necessidades, de forma diferente ao longo dos anos.

Recorrendo, ainda, à ciência económica, sabe-se que as necessidades podem ser classificadas, entre outros critérios, quanto à sua importância. Segundo este critério, as necessidades podem ser classificadas como primárias, secundárias e terciárias. As necessidades primárias são aquelas que exigem a sua satisfação em primeiro lugar para assegurar a sobrevivência dos seres humanos. De acordo com esta definição, o sobreiro foi, em primeiro lugar, considerado um bem indispensável à satisfação das necessidades primárias porque o seu fruto, a bolota, foi utilizado na alimentação humana, tanto direta como indiretamente¹⁸. Šálková *et al.* (2011) referem que a bolota desempenhou um

¹⁷ Em Portugal, o serviço prestado ao ecossistema, calculado, em 2020, no âmbito do projeto ECOPOL ascendia a perto de 180 milhões de euros por ano (Marta-Pedroso, Laporta e Silva, 2020).

¹⁸ Embora a bolota mais utilizada fosse a proveniente da espécie *Quercus ilex rotundifolia*, na linguagem corrente, a azinheira, por ser, em regra, mais doce, a bolota proveniente do sobreiro também foi, e é utilizada na alimentação.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

papel importante na alimentação e na subsistência do homem no período pré-histórico na Europa. Bainbridge (2006) demonstra que a bolota foi utilizada como alimento essencial em alguns países e elenca várias dezenas de países onde a bolota é, ou foi, utilizada como alimento. Não restam dúvidas que a bolota desempenhou um papel importante na alimentação humana, tendo sido utilizada, entre outros exemplos, como:

- i. Fruto, semelhante à castanha, sendo consumida crua, cozida ou assada¹⁹ (Fonseca e Themudo-Barata, 2018);
- ii. Farinha, sobretudo nas regiões pobres do Mediterrâneo, onde era utilizada para a produção de pão (Melo, 2020) e bolos (Rakić *et al.*, 2007);
- iii. Matéria-prima, na produção de óleo, utilizado na alimentação como substituto do azeite uma vez que apresenta um valor nutricional e sabor idênticos ao azeite (Pacheco, 2015; Al-Rousan *et al.*, 2013);
- iv. Substituto do café (Pacheco, 2015; Al-Rousan *et al.*, 2013).

O reconhecimento da importância da bolota na alimentação humana é, hoje, aceite, reconhecida e incentivada²⁰. Diversos estudos recentes (e.g. Correia *et al.*, 2017; Cruz, 2018; Bento, 2020) apontam para a riqueza nutricional da bolota, a vantagem económica, social e ambiental na sua utilização pelo Homem.

A bolota foi, e é, também, importante para alimentação animal e, em particular, dos suínos. Já no período da constituição do território nacional, Marques (1980) refere que no Alentejo produzia-se bastante leite, manteiga e queijo (tanto de ovelha como de cabra) e que a abundância da bolota permitia entrever a criação de porcos. Esta referência à abundância de bolota permite concluir que no Alentejo, nesse período, já existiriam grandes manchas de sobreiros e azinheiras. No mesmo sentido, Mattoso (2015), no seu Ensaio sobre as origens de Portugal, realça que, no Alentejo, sobressaíam, nesse período, duas zonas, Évora, em torno da qual cresciam e proliferavam um conjunto de povoações, e Beja. O resto da província era "um grande

¹⁹ O autor deste trabalho recorda, saudosamente, os seus tempos de meninice, quando sentado ao lume, os seus pais assavam bolotas nas cinzas do madeiro a arder.

²⁰ Veja-se a este propósito Silva *et al.* (2015) que apontam a bolota como um produto a ter em consideração numa alimentação vegetariana saudável.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

descampado onde vagueavam rebanhos das Ordens Militares" (Mattoso, 2015:775). É, pois, de admitir que, já no período de formação de Portugal, a bolota tenha sido utilizada para alimentação de animais. Esta utilização da bolota para alimentação animal mantém-se ao longo dos séculos até aos nossos dias (Fernandes, Freitas e Cancela d'Abreu, 2008).

O sobreiro foi, também, muito procurado pelos agentes económicos pela qualidade da sua madeira. Essa procura resultou da necessidade das famílias em obterem madeira para o seu dia a dia (para o lume, como carvão, para a construir as casas...) e das atividades produtivas (para fabrico de carvão, para as saboarias, para a fundição de metais, para a construção civil...). Devy-Vareta (1986) e Melo (2020) referem que o carvão proveniente do sobreiro era altamente apreciado pelas suas qualidades (poder de aquecimento e lenta combustão) e, por isso, muito procurado. A procura de madeira do sobreiro cresceu na época dos Descobrimentos. De facto, nesta época, verificou-se um aumento da procura da madeira do sobreiro para a construção das naus devido à sua dureza e resistência à humidade (Lavanha, 1960). Vieira (1991) afirma que neste período assistiu-se a uma regressão do montado de sobreiro uma vez que, para a construção de uma nau, seriam precisos entre dois mil e quatro mil sobreiros. Reboredo e Pais (2014, 2012) referem que a política de expansão marítima portuguesa foi a principal responsável pelo corte de milhões de árvores, entre as quais o sobreiro. A procura de madeira proveniente do sobreiro terá atingido níveis tais que os industriais da construção naval apresentaram diversos protestos junto da Coroa e a solicitarem a intervenção régia no sentido de limitarem o corte dos sobreiros (Magalhães, 1970).

O interesse económico pelo sobreiro foi, ao longo dos tempos, deslocando-se da sua fruta e da sua madeira, para a sua casca: a cortiça. Segundo Thomas (1928: 1) "*as is often the case with many important discoveries, the first use of cork probably came through accident*". Quer o uso pela primeira vez tenha ocorrido de forma acidental, ou não, podemos encontrar referências ao valor económico da cortiça e à sua utilização pelo Homem, como objeto de trabalho, desde a civilização egípcia até ao império romano. Essas referências indicam que a cortiça era utilizada em aparelhos de pesca

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

nomeadamente, em boias e redes de pesca²¹, em vedantes de ânforas, cujo conteúdo ia do vinho a alimentos, como equipamento de proteção individual, utilizada na cabeça, como isolante térmico (APCOR, 2019). Bombico e Carneiro (2016) referem a utilização da cortiça como vedante para recipientes e no fabrico de aparelhos destinados à pesca desde, pelo menos, três mil anos antes de Cristo. Admitem estes autores que, na Lusitânia Romana, embora não existam evidências arqueológicas que permitam confirmar essa sua convicção, possa ter existido alguma forma de atividade industrial de exploração da cortiça.

Plínio, no século I, acrescenta uma outra utilização da cortiça: na confeção do calçado e, em particular, do calçado feminino (Oliveira e Oliveira, 2000). Fonseca (2004) indica que a cortiça era também utilizada como objeto decorativo, como "cortiços" para as abelhas, abrigos para os animais e casas de habitação - as chamadas cortiçadas²². Ferreira (2000) apresentou um estudo sobre a construção de casas, na localidade de Cortiçadas de Lavre, com o recurso à cortiça e a barro. Guedes (1992) refere que a cortiça também era utilizada para cobrir os muros dos quintais. A cortiça, dadas as suas características de isolamento contra a humidade, também foi utilizada na construção de silos subterrâneos destinados à armazenagem de cereais (Cuesta-Gómez, Prata e Magusto, 2021; Silva e Vale, 2016), no isolamento de obras de construção civil (Chiebão, 2011)²³. Beirante (2021) refere que a cortiça era utilizada, no início da Idade Moderna, como material de construção e apresenta vários exemplos dessa utilização para localidades do Alto Alentejo. Nesse mesmo estudo, Beirante (2021) refere, ainda, a

²¹ Nos nossos dias, a cortiça continua a ser utilizada em atividades relacionadas com o setor das pescas mas extravasou essa utilização para a componente desportiva. A cortiça, para além de ser utilizada em materiais de pesca desportiva, é utilizada em diversos desportos nomeadamente, no badminton, no hóquei, críquete, basebol, *softball*, ténis de mesa, tiro (com arco e com arma), *ski*, *fitness*, *tracking*, yoga, desportos náuticos e, recentemente, no futebol (Direito, 2011).

²² Segundo Fonseca (2004), das cortiçadas deriva o topónimo Cortiçadas de Lavre, localidade pertencente ao concelho de Montemor-o-Novo, distrito de Évora.

²³ Chiebão (2011) refere que, em Portugal, a cortiça foi utilizada como material principal para o isolamento de obras públicas como escolas e hospitais, por exemplo, o Hospital de Santa Maria, em Lisboa e o Hospital de São João, no Porto e na construção de habitação social.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

utilização de cortiça como féretro e como leito, tanto numa perspetiva religiosa (de penitência), como em utilização quotidiana²⁴.

Em Portugal, existem diversas referências à importância do sobreiro e da cortiça. De acordo com Castelo-Branco (1958) e Garcia (1996), um foral de Mértola, datado de 1254, refere que o Rio Guadiana era utilizado para escoar vários tipos de produtos, nomeadamente, a cortiça. Em 1292, poucas dezenas de anos após a formação de Portugal, D. Dinis, proíbe o corte de sobreiros na região de Alcáçovas e, em 1320, é registada uma referência à extração de cortiça e a sua utilização no curtimento das peles dos animais (APCOR, 2019). Castro (1965) menciona que existem referências à exportação de cortiça desde o reinado de D. Dinis. Barros (1922) refere que a exportação de cortiça para Flandres remontaria a anos anteriores a 1438. Ainda de acordo com Barros (1922), no dia 7 de junho de 1456, D. Afonso V assinou um contrato com Martim Leme, em que este beneficiaria do monopólio da exportação de cortiça por um período de dez anos. No dia 21 de junho desse mesmo ano, D. Afonso V assinou outro contrato, de teor idêntico, a ceder o monopólio da exportação de cortiça a Marco Lomellini (ou Lomelino, como também era conhecido), comerciante genovês.

É importante analisar a questão da exportação de cortiça tanto numa perspetiva económica como social²⁵. Os dois contratos acima referidos, em tudo idênticos, com a duração de dez anos merecem ser analisados com algum cuidado. Para esse efeito construiu-se o Quadro 5 com as características do contrato assinado dia 7 de junho de 1456 com Martim Leme.

Quadro 5 - Contrato de monopólio de cortiça - alguns aspetos fundamentais

Período do contrato	• 10 anos
Valor do contrato	• 2 000 Dobras em ouro + um terço do lucro anual
Determinação do lucro	• Da responsabilidade do contratador embora as contas fossem verificadas pelos contadores do Reino.

²⁴ O autor deste trabalho, na sua meninice, dormiu numa cama em que o estrado era constituído por prancha de cortiça e o colchão era feito com palha de milho.

²⁵ Parece-nos muito mais importante analisar o contrato do que a questão da mudança de titular do contrato. Todavia, para perceber as eventuais razões da alteração do titular do contrato pode-se consultar Barros (1922) e Pereira (1941).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Obrigações do Estado	• Assegurar que ninguém prejudicasse o monopolista na sua atividade; • Impor as seguintes multas a quem prejudicasse o monopolista: - primeira infração: 2 dobras de ouro; - segunda infração: perda dos bens a favor da coroa; - terceira infração: pena de prisão. • Entregar ao contratador dois terços das receitas provenientes das multas; • Pagamento de 1 000 dobras em ouro por falha de cumprimento do contrato.
Obrigações do contratador	• Pagar 2 000 dobras em ouro no momento da assinatura do contrato; • Pagar ao Estado um terço do lucro anual. • Pagamento de sisa pela compra da cortiça.

Fonte: Elaboração própria a partir de Barros (1920) e Pereira (1941)

O contrato caracterizado pelo Quadro 5 é um exemplo daquilo que, na linguagem económica corrente, se poderia denominar como uma Parceria Público-Privada. E, neste caso, uma parceria lesiva para os interesses do Estado.

A atribuição deste, como de outros, contrato de monopólio da exportação foi duramente criticada em diversas Cortes. Perante as críticas apresentadas nas Cortes de Lisboa, realizadas em 1459²⁶, D. Afonso V defendeu os monopólios argumentando que estes favoreciam os produtores já que, com concorrência, os preços baixavam (Barros, 1920; Pereira, 1941). Estranha justificação. Seria pouco provável, D. Afonso V, um intelectual de alto valor, leitor assíduo e investigador²⁷, desconhecer uma das características económicas europeias do seu tempo: o crescimento de sociedades comerciais e de grandes mercadores individuais e a sua progressiva associação aos negócios bancários e industriais (Torres, 2003). Então, qual teria sido a razão para não seguir os exemplos europeus?

²⁶ Uma das outras críticas apresentadas resultava da oposição à atribuição dos monopólios da exportação a comerciantes estrangeiros (Pereira, 1941). Como se vê, os princípios protecionistas existiam muito antes de se ter desenvolvido a doutrina mercantilista.

²⁷ D. Afonso V criou a primeira biblioteca em Paços Reais e foi um investigador com obras publicadas: O Tratado da Constelação do Cão, o Tratado da Milícia e o Tratado do Tesouro ou Tratado do Cadeador, como também é conhecido (Quadros, 2020).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Pereira (1941) aponta três razões para justificar essa decisão: pela tradição, já que os monopólios eram vulgares nos Séculos XV e XVI; pelos custos de contexto, já que o comércio com a Flandres deveria efetuar-se através das feitorias reais e com a intervenção de corretores e fretadores, atividades só permitidas por autorização régia; por razões económicas, uma vez que D. Afonso V era um mau administrador da coisa pública, propenso a atribuir benesses, subsídios e monopólios aos seus protegidos. Talvez esta última razão possa ser melhor concretizada. Silva (1868: 164) referindo-se a D. Afonso V, afirma que era um

" Liberal e munificente, mais ainda, pródigo até do seu thesouro e do da nação, repartia com mão larga aos companheiros de armas e aos familiares e servidores o património da corôa, as rendas publicas e as proprias, e o producto dos impostos e subsídios. No seu tempo a fazenda real, empenhada e consumida, tocou o ultimo grau de aperto".

As dificuldades financeiras de D. Afonso V podem explicar essa atribuição pois, ao receber, de imediato, a verba prevista contratualmente permitiu-lhe aliviar, ainda que momentaneamente, a pressão da tesouraria.

Sendo estas, ou outras, as razões que explicam a atribuição deste monopólio, o facto é que essa decisão teve consequências económico-sociais. Obrigou, com esse monopólio, que todos os produtores vendessem o seu produto ao preço estabelecido pelo monopolista e impediu o surgimento de outros mercadores. Não é de admirar que a sociedade portuguesa passasse, em consequência dos diversos monopólios concedidos pela Coroa, a viver em função do Estado com consequências sociais relevantes nomeadamente, a rápido declínio da burguesia urbana (Saraiva, 2021).

A alteração na perspetiva económica do montado de sobro, sobretudo com um outro olhar sobre o valor comercial da cortiça, ficou a dever-se à invenção das garrafas de vidro cilíndricas (1770) e à utilização da rolha de cortiça como vedante. A utilização conjunta destes dois bens, a garrafa e a rolha, permitiu o incremento do comércio de vinho em toda a Europa dado que o transporte e armazenamento das garrafas tornou-se mais fácil. Este incremento no comércio de vinho contribuiu para um aumento no

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

consumo de vinho e, consequentemente, para o aumento da procura de cortiça para rolhas (Branco, Parejo Moruno, Lopes e Rangel Preciado, 2016).

A procura por rolhas de cortiça levou ao surgimento de uma pequena indústria corticeira no sul de França (Branco, Parejo Moruno, Lopes e Rangel Preciado, 2016), mas também na Alemanha (Voth, 2009) e Inglaterra (Alvarado, 2002). Como se referiu na Introdução, a produção de cortiça em França revelou-se, face à crescente procura de rolhas de cortiça, insuficiente para fornecer matéria-prima para as empresas transformadoras. A necessidade de responder ao aumento da procura levou a que a produção de rolhas se deslocasse para regiões produtoras de cortiça nomeadamente para a Catalunha (Juliá, 1983). De facto, foi a Catalunha que mais beneficiou do desenvolvimento da indústria corticeira, em especial, da indústria rolheira (Branco, Parejo Moruno, Lopes e Rangel Preciado, 2016; Juliá, 1983). A Catalunha tornou-se uma localização válida e importante para a indústria corticeira dada a existência de uma área extensa de sobreiros.

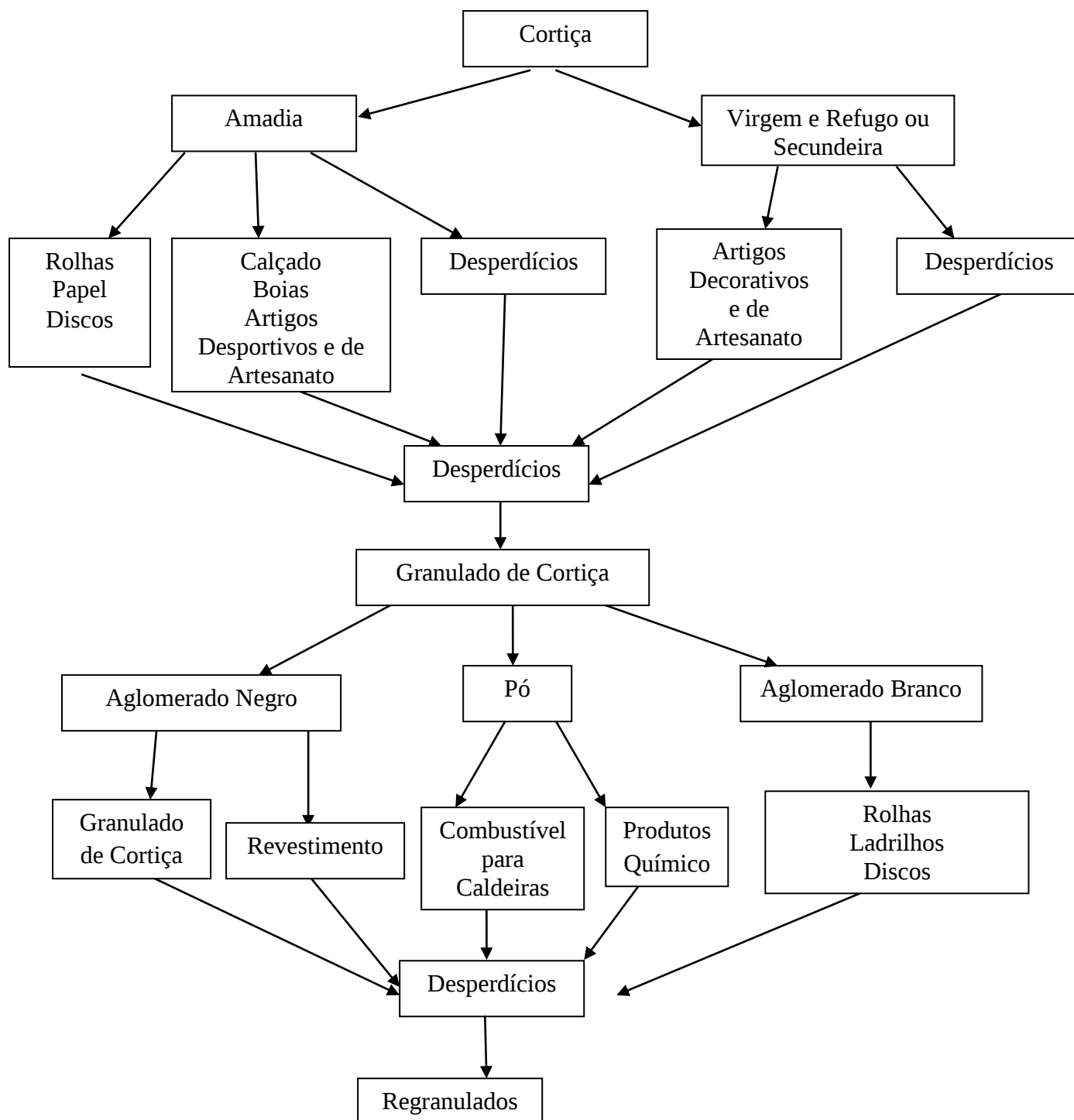
A Catalunha alcançou e manteve a liderança mundial da indústria corticeira até ao final do século XIX (Blanco, 2002). Apesar dessa liderança, a Catalunha começou a sentir dificuldade em encontrar matéria-prima para garantir a resposta à procura crescente por rolhas. Esta falta de matéria-prima levou a que a indústria corticeira se deslocasse, numa primeira fase, para outras regiões de Espanha e, posteriormente, para Portugal. E, em Portugal, onde se terá instalado a primeira fábrica de cortiça?

3 - A indústria da cortiça

Terminamos o ponto anterior com a questão de se saber onde se terá instalado a primeira fábrica de cortiça em Portugal. Antes de se responder a esta questão importa esclarecer que tipo de fábricas estão incluídas na indústria corticeira e definir de forma clara e inequívoca o conceito de fábrica. Temos, ao longo deste trabalho, vindo a referir a indústria corticeira e é necessário concretizar, dentro do possível, o que se entende por indústria corticeira. Até porque o termo indústria corticeira abarca um conjunto de realidades muito distintas. A Figura 1 permite-nos perceber as várias dimensões presentes no setor corticeiro.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Figura 1
A Cortiça e o Setor Corticeiro na atualidade



Fonte: Elaboração própria a partir de Portugal (2000)

A Figura 1 permite-nos perceber, antes de tudo o mais, que atualmente a cortiça é um produto sem desperdícios, totalmente aproveitada e reutilizável, contribuindo para

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

preservar o ambiente e fomentar o desenvolvimento sustentável. Permite, ainda, perceber o ciclo produtivo da cortiça e as suas atividades principais. Podemos apontar como atividades principais, o descortiçamento, a preparação, a transformadora, a granuladora e a aglomeradora. Analisemos, com maior cuidado, cada uma destas atividades.

O descortiçamento, a que corresponde à tiragem da cortiça do sobreiro, é uma atividade sazonal, decorre no período do verão, normalmente, entre junho e setembro. A cortiça proveniente do descortiçamento do tronco e dos ramos do sobreiro, pode ser virgem, se se tratar do primeiro descortiçamento, de reprodução ou secundária (ou refugo), quando se trata de cortiça formada imediatamente após a tirada da cortiça virgem e, por fim, amadia, quando se trata de cortiça proveniente do terceiro descortiçamento ou de descortiçamentos seguintes (APCOR, 2022)²⁸. Esta atividade, realizada pelo vendedor ou pelo comprador de cortiça, não exige qualquer tipo de custos fixos relevantes. Mas, saliente-se, não é esta a atividade que pretendemos analisar.

A indústria preparadora da cortiça recebe a cortiça em prancha, proveniente do descortiçamento, efetua o empilhamento e procede a uma primeira escolha e seleção da cortiça (eliminando os calços, os pedaços com dimensão reduzida, pedaços com defeitos...), procede à cozedura da cortiça²⁹, depois de cozida, a cortiça é novamente empilhada, para secar, estabilizar e aplanar as pranchas. Posteriormente, a cortiça cozida, sofrerá um recorte e traçamento, eliminando-se os defeitos que a prancha possa apresentar e seleciona-se de acordo com o seu calibre, porosidade, aspeto e qualidade.

²⁸ O descortiçamento ou a tira da cortiça representava, no período em que o autor deste trabalho era menino e vivia na Azaruja, uma fonte de rendimento extra para a sua família. O seu pai, corticeiro, na época do verão ia todos os anos para a tira da cortiça e, para além de executar essa tarefa, era o guarda da pilha de cortiça. Esta atividade obrigava a sua ausência de casa por várias semanas com o acréscimo de salário daí resultante. Após o 25 de abril de 1974, a guarda das pilhas de cortiça parece ter desaparecido dado os inúmeros roubos de cortiça existentes na altura. Seria interessante perceber quem cometeu esses assaltos e quem foi o recetor do produto roubado.

²⁹ A cozedura é realizada em água em ebulição durante um intervalo de tempo que varia, normalmente, em torno de uma hora. No entanto, Soares (2013) aponta a duração da cozedura tradicional entre sessenta a noventa minutos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Efetuada a seleção, a cortiça pode ser enfardada, isto é, feitos fardos de cortiça da mesma qualidade ou idêntico calibre que depois será vendida ao setor de transformação. A indústria transformadora utiliza a cortiça e a partir daí produz um conjunto diversificado de produtos (rolhas, papel, discos, artigos para desporto, artigos para a pesca, artesanato,...), mas do qual salientamos a produção de rolhas. A indústria granuladora que inclui as operações de trituração da cortiça (de qualidade inferior) e os desperdícios de todas as outras indústrias tem, entre outros, como objetivo a obtenção de matéria-prima para a indústria de aglomerado.

Todavia, quando se fala da indústria corticeira não se pensa nem na indústria granuladora nem da indústria aglomeradora. Até porque, como Faísca e Parejo Moruno (2023) demonstraram, a indústria aglomeradora, por razões de natureza económica, manteve a sua localização na região sul. Por isso, pensa-se, isso sim, nas indústrias de preparação e transformação da cortiça. E este trabalho incide sobre este tipo de indústria porque as empresas corticeiras instaladas, nas décadas de sessenta a noventa do século passado, na margem sul do Tejo, eram, sobretudo, empresas de preparação e transformação de cortiça.

Resta-nos esclarecer o conceito de fábrica. No presente trabalho utilizamos o conceito de fábrica como qualquer estabelecimento onde se manuseie a cortiça, ainda que de forma artesanal, onde o artesão e empregados possam trabalhar lado a lado. Dir-se-ia, utilizando o termo apresentado por Neal e Cameron (2019), que o nosso conceito de fábrica se deveria denominar de protofábricas. Utilizando este conceito de fábrica, podemos responder à questão levantada no final do ponto anterior, isto é, onde se terá instalado a primeira fábrica de cortiça em Portugal.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Conclusão do capítulo

O capítulo que agora se conclui foi estruturado em torno de três temas: a origem e distribuição espacial do sobreiro, a cortiça como bem económico e a caracterização da indústria da cortiça. No primeiro desses temas, demonstrou-se que o sobreiro é uma árvore cuja distribuição mundial se restringe à parte ocidental da bacia do mediterrâneo mas, é no Alentejo que se encontra em maior quantidade.

No segundo tema, abordou-se a importância do sobreiro na satisfação das necessidades dos agentes económicos e da sociedade. A satisfação dessas necessidades passa pelo seu fruto, a bolota, devido à sua utilização na alimentação humana e animal, pela madeira, utilizada com fins díspares, desde o aquecimento até à construção naval, pela cortiça e as suas inúmeras utilizações e, por fim, como serviço prestado ao ecossistema. Finalmente, caracterizou-se a indústria corticeira na atualidade e esclareceu-se que este trabalho de investigação incide sobre a indústria de preparação e transformação da cortiça.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Capítulo II

A geografia industrial do setor corticeiro em Portugal até 1960

1- A localização geográfica das primeiras fábricas de cortiça em Portugal

Não existe consenso entre os diferentes investigadores sobre a localização, no espaço e no tempo, da primeira fábrica de cortiça em Portugal. De acordo com Pereira (1941) a primeira fábrica de cortiça terá sido instalada, no início do século XIX, por altura das invasões francesas, em Santiago do Escoural. Esta opinião é corroborada pelo engenheiro Santos Bastos que numa conferência efetuada no Clube Rotário de Lisboa afirmou que a indústria rolheira teve o seu início na Catalunha e, em Portugal, no início do século XIX em Santiago do Escoural (Martins, 1940).

Esta posição parece não corresponder à realidade. Ainda segundo Martins (1940), no livro publicado em 1784 com o título "Arte e Diccionario do Commercio, e Economia Portugueza, para que todos negoceem, e governem os seus bens por calculo, e não por conjectura; ou para que todos lucrem mais com menos riscos", refere-se à existência de exportações de cortiça e de rolhas, o montante dessas exportações e para onde foram exportadas. Faísca e Jerónimo (2023) indicam que, em 1438, o duque de Borgonha menciona a existência de comércio de exportação de cortiça para a Europa central com o objetivo de ser utilizada como matéria-prima na fabricação de artefactos para a atividade piscatória. Bernardo (1945) demonstra que, já no final do Século XVIII, Portugal exportava cortiça em prancha e rolhas. D'Almada (1962) confirma que Portugal exportava, pelo menos nas últimas décadas do século XVIII, cortiça para a Inglaterra. Por isso, acreditamos que já existiriam fábricas de cortiça nos finais do século XVIII.

Pedreira (1998) defende que no período compreendido entre 1815 e 1825 não existiriam fábricas de cortiça em funcionamento em Portugal. Não se concorda com esta posição. Oliveira Marques (1978: 8) refere que "Também a cortiça se expandiu. A partir

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

de 1822, imigrantes da Catalunha vieram ajudar ao surto da sua produção, mediante o uso de técnicas mais avançadas na obtenção e na transformação da cortiça". Esta posição é corroborada por Silva (2013) ao mencionar que em 1822 instalaram-se em Portugal os primeiros operários catalães, os quais, pelo seu conhecimento técnico, impulsionaram a qualidade da produção corticeira. Faísca e Jerónimo (2023), a propósito da contribuição algarvia para o setor corticeiro português, elencam um conjunto de atividades relacionadas com a indústria corticeira que permitem admitir a existência, nessa região, empresas corticeiras no primeiro quartel do século XIX. Faísca e Jerónimo (2023) reforçam esta nossa convicção ao afirmarem que se assistiu, no período compreendido entre 1822 e 1826, a um relançamento da indústria corticeira.

Parece-nos provável que existisse fábricas a laborar a cortiça no primeiro quartel do século XIX ainda que a instabilidade político-militar, em resultado das Invasões Francesas, tivesse originado consequências gravosas para toda a atividade económica. O Resumo do Inquerito Industrial de 1881 (1888: XIV) é bastante elucidativo dessa situação quando refere:

"Fechados todos os portos ao commercio destruidos os principaes estabelecimentos industriaes interrompida a comunicação com as provincias ultramarinas e dispersa a população operaria por causa da primeira invasão franceza a nossa industria entrou em um periodo de decadencia que mais se aggravou com as invasões seguintes e principalmente com o tratado de 1810 confirmativo e extensivo do de Methuen e como elle prejudicialissimo aos nossos interesses".

A existência de empresas dedicadas à cortiça, prancha e rolhas, é confirmada, mais tarde, em 1837 quando foi aprovada, em 10 de janeiro, a Pauta Geral de Alfândegas. Nesta, a cortiça era tributada, em bruto e em obra, tanto nas importações como nas exportações. Parece-nos não existirem dúvidas que nos primeiros anos do século XIX, já existiriam várias fábricas de cortiça a laborar em Portugal. O seu número e distribuição geográfica é muito mais difícil de determinar face à inexistência de dados estatísticos oficiais e fidedignos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

2- A localização geográfica da indústria corticeira portuguesa de 1800 a 1960

Afirmámos, no ponto anterior, não ser possível determinar a localização geográfica da primeira fábrica de cortiça em Portugal. É possível, no entanto, perceber a evolução da localização geográfica da indústria corticeira portuguesa de 1800 a 1960. O Inquérito Industrial de 1881 apresenta um resumo das indústrias registadas em Portugal no período compreendido entre 1788 e 1860. Deste resumo poder-se-á constatar que:

- em 1788, não é feita qualquer referência a fábricas/empresas de cortiça;
- em 1814, não é feita qualquer referência a fábricas/empresas de cortiça;
- em 1839, não é feita qualquer referência a fábricas/empresas de cortiça;
- em 1852³⁰, são registadas duas empresas de cortiça, uma em Lisboa e outra em Portalegre;
- em 1860³¹, são registadas dez empresas de cortiça no distrito de Aveiro.

Estes registos não retratam fielmente o setor corticeiro, existiriam muito mais fábricas do que aquelas que foram registadas. O mesmo ocorre no Inquérito Industrial de 1881. De acordo com este inquérito, constata-se que existiam vinte e duas empresas de cortiça a laborar em Portugal. O Quadro 1 permite perceber a localização geográfica dessas empresas.

Quadro 1 - Fábricas de cortiça em Portugal no Inquérito Industrial de 1881

Distrito	Concelho	N.º de fábricas	Produção
Beja	Odemira	2	Prancha
Bragança	Macedo de Cavaleiros	1	Prancha, rolha e quadros
Évora	Estremoz	5	Prancha, rolha e quadros
	Évora		
Faro	Silves	5	Prancha, rolha e quadros
	Portimão		
Lisboa	Almada	3	Prancha, rolha e quadros
	Grândola		
	Olivais		

³⁰ No Inquérito de 1852 consideravam-se fábricas/empresas apenas os estabelecimentos com mais de dez trabalhadores. Esta exigência reduziu, fortemente, o número de empresas existentes em laboração.

³¹ O número de empresas considerado não merece credibilidade. Por incapacidade do autor deste trabalho, não foi possível confirmar o número de empresas existentes.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Portalegre	Portalegre	3	Rolhas
Porto	Gaia	3	Rolhas
	Porto		Prancha

Fonte: Inquérito Industrial de 1881

O Quadro 1 permite concluir que o setor corticeiro encontrava-se, nesta época, essencialmente instalado no sul do país, onde existiam mais de 80% das fábricas. Ao mesmo tempo, repare-se que no concelho da Feira, atualmente o principal centro corticeiro português, não existia nenhuma fábrica de cortiça.

Amorim (1994), ao descrever a comarca da Feira em 1801, elenca as suas principais atividades económicas. De acordo com esta autora, a comarca da Feira era uma região predominantemente agrícola. O setor industrial era constituído por panificadoras e mais três empresas, uma empresa produtora de arcos de pipas, uma fábrica de vidro e uma fábrica de papel. De acordo com esta descrição, parece-nos ser possível de admitir que, desde 1801 até à data de realização do Inquérito Industrial, poderá não ter existido, na Feira, qualquer empresa corticeira.

De modo a permitir uma análise comparativa do setor industrial nos principais distritos corticeiros, elaborou-se o Quadro 2 com o número de empresas registadas no Inquérito Industrial de 1881

Quadro 2 - Número de fábricas no Inquérito Industrial de 1881

Distrito	Número de Fábricas
Aveiro	12
Évora	8
Faro	37
Portalegre	7
Lisboa	222
Porto	556

Fonte: Elaboração própria a partir do Inquérito Industrial de 1881

De acordo com o quadro, o distrito de Aveiro já em 1881 apresentava um número de empresas superior ao de Évora. Esta diferença entre o número de empresas poderia ser maior. No relato das visitas às fábricas, os inspetores foram informados que, no distrito de Aveiro, existiriam cento e cinquenta e oito empresas. Deste número de

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

empresas, os inspetores consideraram que apenas doze empresas poderiam ser consideradas verdadeiras empresas. Não foi possível referir as empresas industriais de Setúbal porque, à época, Setúbal fazia parte do distrito de Lisboa. Realça-se, ainda, que o distrito do Porto apresentava mais do que o dobro das empresas existentes no distrito de Lisboa.

Ainda num contexto de análise comparativa entre os diferentes distritos corticeiros portugueses, elaborou-se o Quadro 3 com o número de empresas, em atividade, da indústria transformadoras e das empresas corticeiras, nos anos de 1943, o primeiro ano que foi publicado o anuário da Estatística Industrial em Portugal e, o ano de 1960, o último ano em análise neste capítulo.

Quadro 3 - Indústria transformadora - empresas em atividade; anos de 1943 e 1960, em Portugal

	Número de empresas da indústria transformadora			
	1943		1960	
	Total	Corticeiras	Total	Corticeiras
Aveiro	766	191	4481	120
Évora	479	57	562	51
Faro	378	147	408	160
Portalegre	67	5	616	11
Setúbal	689	232	785	299

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatística Industrial dos anos de 1943 e 1960

O quadro confirma que o distrito de Aveiro apresentava um tecido industrial composto por um número de empresas superior a todos os outros distritos. Este predomínio acentuou-se em 1960, ano em que o distrito de Aveiro detinha mais empresas que a totalidade dos outros distritos. No entanto, em nenhum dos anos considerados tinha mais empresas corticeiras que o distrito de Setúbal.

De modo a percebermos a dependência de cada um dos distritos relativamente à indústria corticeira, calculámos³² o peso da indústria corticeira no total da indústria transformadora. O resultado desse cálculo é apresentado no Quadro 4.

³² Utilizou-se para o efeito a seguinte fórmula: (número de empresas corticeiras/número total das empresas da indústria transformadora) x 100%.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 4 - Peso da indústria corticeira no total da indústria transformadora

Distrito	Ano de 1943	Ano de 1960
Aveiro	24,9%	2,7%
Évora	11,9%	9,1%
Faro	38,9%	39,2%
Portalegre	7,5%	1,8%
Setúbal	38,0%	38,1%

Fonte: Elaboração própria a partir do Quadro 8

O Quadro 4 permite-nos constatar que a indústria transformadora nos distritos de Faro e Setúbal estava muito dependente do setor corticeiro. Se conjugarmos o Quadro 3 e o Quadro 4 podemos concluir que:

- i. A atividade industrial no distrito de Aveiro foi sempre superior à dos restantes distritos corticeiros;
- ii. Aveiro demonstrava uma enorme dinâmica industrial que se refletiu no elevado crescimento de empresas da indústria transformadora entre 1943 e 1960, permitindo que o distrito ficasse menos exposto à indústria corticeira;
- iii. A estrutura industrial dos distritos de Faro e Setúbal estavam muito dependentes da indústria corticeira.

Podemos caracterizar em termos da atividade industrial os principais distritos corticeiros portugueses em 1960 de uma forma sucinta como, Aveiro com um vasto tecido industrial, mas onde a indústria corticeira não assumia uma posição relevante, Setúbal, como o segundo distrito mais industrializado, mas com grande relevância da indústria corticeira, Faro e Portalegre com fraca capacidade industrial embora Faro, com uma indústria corticeira relevante e, Évora, com um fraco tecido industrial e um reduzido número de empresas corticeiras.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

3- A estrutura de mercado da indústria da cortiça em 1881

O Inquérito Industrial de 1881 elenca e identifica algum dos proprietários das empresas existentes em 1881. O Quadro 5 apresenta os proprietários das fábricas de cortiça.

Quadro 5 - Proprietários das fábricas de cortiça no Inquérito Industrial de 1881

Empresa	Proprietário
1	Agostin Comas
2	Poats y Bon
3	Clemente Meneris
4	João da Silva Tavares
5	Roberto Huntez Reynalds
6	Roberto Huntez Reynalds
7	Soria Villardebo Slack & C
8	Andres Camps
9	Villarinho & Sobrinho
10	João Mascarenhas Netto
11	G N Mascarenhas
12	Pequenas oficinas sem designação
13	J. J. Serpa
14	José Thomás Callado
15	Juan Lagriphan
16	Narciso Villalongo
17	George Wheelhouse Robinson
18	Carlos Brandão
19	João Nes de Almeida
20	Antonio André da Cunha
21	Dias e Lima
22	Santos Cirne & C

Fonte: Resumo do Inquérito Industrial de 1881, pág. 17

Este quadro é interessante porque os autores do inquérito reconhecem, que o número de empresas não corresponde ao valor indicado, isto é as fábricas, são mais, muito mais, que as vinte e duas apontadas. Repare-se que na décima segunda posição aparece *Pequenas oficinas sem designação*, que corresponde a um número não identificado de pequenas empresas, na generalidade, de cariz familiar. Constata-se, ainda, o peso dos proprietários com origem estrangeira. A partir do inquérito industrial, inquérito direto e do relato das visitas às fábricas, foi possível construir o Quadro 6.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 6 - Fábricas de cortiça no Inquérito Industrial de 1881 - Visita às Fábricas

Distrito	Concelho	Empresas	Proprietário	Trabalhadores	Capital Social Réis	Processo Produtivo
Beja	Almodôvar	1	José da Silva Sequeira	-	-	-
	Odemira	4	A mais importante é de Pratas & Bou	-	20.000\$000	-
Bragança	Macedo de Cavaleiros	1	Clemente de Meneris	-	-	Rudimentar, com uma pequena caldeira e um mecanismo para a produção de rolhas
Évora	Estremoz	2	João da Silva Tavares	40 homens e 12 menores	30.000\$000	-
	Estremoz		Herdeiros de Robert Hunter Reynolds	30 - 40 homens 2 mulheres 4 menores	175.000\$000	duas caldeiras; uma máquina de calibrar; dois caixões para prancha; uma prensa inglesa.
	Évora		Soria , Villardebó , Llack & C: ^a	20 homens 5 menores	7.200\$000	-
	Évora (Azaruja)	Número não determinado de pequenas fábricas	-	-	-	A produção destas fábricas era vendida à fábrica Sória, Villaedebó, Llack & C: ^a
	Évora (Azaruja)		Herdeiros de Robert Hunter Reynolds		175.000\$000	Idêntico à empresa instalada em Estremoz.
	Évora (Azaruja)		Andres Camps	-	12 000\$000	-

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Faro	Silves	3	Villarinho & Sobrinho	500	120.000\$000	
			João de Mascarenhas Neto	86	-	Trabalho manual em instalações precárias.
	Silves		G. N. Mascarenhas & C. ^a	90	-	Fábrica de pequenas dimensões.
		10 - 12	-	1000	-	Todas a
	Portimão		J. J. Serpa	100	50 000\$000	
Lisboa	Lisboa - Bairro Oriental de Lisboa	4	-	-	-	2 fábricas de preparação de cortiça; 2 fábricas de rolhas.
	Barreiro	Várias fábricas de preparo de cortiça	-	-	-	Não foram inquiridas.
	Grândola	Pequenas fábricas de preparo de cortiça				Não foram inquiridas.
	Setúbal	3	-	-	-	Fábrica de preparação de cortiça. Não foram inquiridas.
	S. Thiago do Cacém	2	-	-	-	Fábrica de preparação de cortiça. Não foram inquiridas.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Portalegre	Portalegre	1	George Wheelhouse Robinson	100 homens 340 mulheres 10 menores do sexo masculino 50 menores do sexo feminino.		Diverso equipamento mecânico: máquina a vapor de potência de 20 cavalos; máquinas de calibrar e contador mecânico.
Porto	Porto	1	Santos Cirne & C. ^a	25 homens 2 mulheres	40 000\$000 a 50 000\$000	Processo produtivo todo manual
	Gaia	4	Carlos Brandão	8 homens 7 mulheres	-	Atividade exercida de forma manual e primitiva em armazéns escuros e imundos.
			João Nunes de Almeida	6 homens 10 mulheres		
			António André da Cunha	4 homens 4 mulheres		
			Dias e Lima	4 homens 30 mulheres		

Fonte: Resumo do Inquerito Industrial de 1881; Comissão Central Directora do Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Direto Visita às Fábricas, Livros 1, 2 e 3

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Apesar das falhas, reconhecidas pelos seus próprios autores, o Inquérito Industrial de 1881 é um documento importante para perceber a estrutura de mercado do setor corticeiro português. Este Inquérito, na descrição das visitas às fábricas, segunda parte, livro terceiro, refere:

- Na visita a Portalegre que "A fabrica de rolhas de cortiça de George Robinson impõe-se à atenção pelo aspecto exterior que denuncia um estabelecimento fabril importante" (1881: 10), reforçado pela terceira parte do Inquérito Indireto, ao apontar para 1848 como a data da fundação da fabrica, que acrescenta "Era nessa epocha e ainda nas subseqüentes não só abundante a materia prima cortiça mas limitadissimo o numero de compradores do genero. Foi Jorge Robinson por muito tempo quasi monopolista para assim o dizermos" (1882: 50);
- Na visita a Estremoz, foi visitada a fábrica de João da Silva Tavares que "Vende annualmente á casa Soria, Villardebó Llack & C.^a, de Evora, cortiça em prancha no valor de 25:000\$000 réis, e em rolhas no do 10:000\$000 réis. Obtem a materia prima de propriedades que traz arrendadas por dez annos, e pensa em começar a exportar directamente para Allemanha algumas qualidades de rolhas" (1881: 13);
- Na Azaruja, para além da fábrica dos Herdeiros de Robert Hunter Reynolds, há também, "outras fábricas de pouca importancia relativa, e que vendem os seus productos á casa (...) Soria, Villardebó Llack & C.^a;
- Na visita a Silves, que "Ha nos arredores da cidade e nas povoações vizinhas dez ou doze fabricas, que empregam cerca de 1.000 operários, e que são verdadeiras succursaes da fabrica de Villarinho & Sobrinho, que lhes abona o capital, lhes fornece materia prima e lhes compra os productos" (1881: 27).

Veja-se, agora, os dados apresentados no Quadro 7, sobre a população operária no setor corticeiro em 1881.

Quadro 7 - População operária no setor corticeiro em 1881

	Beja	Évora	Faro	Lisboa	Portalegre	Porto
Mestres	-	-	-	-	-	-
Operários	34	140	86	40	100	47
Mulheres	-	4	-	-	340	53

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Menores	13	29	-	6	120	-
Sem distinção	-	-	600	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal, ano de 1884, pág. 494

Deste quadro poderemos verificar a inexistência de mestres nas fábricas, um elevado número de mulheres e menores (24,6% e 10,4%, respetivamente, da totalidade da população operária) e uma percentagem relativamente pequena de operários.

Se conjugarmos as declarações constantes no Inquérito Industrial e os dados do Quadro 12, poderemos concluir que as fábricas existentes eram, na sua generalidade, de reduzidas dimensões, com uma grande dependência na distribuição da sua produção e uma rudimentar qualificação técnica da população operária.

Curiosamente, a situação atual pouco terá mudado. Marques (2012) efetua uma análise SWOT ao setor corticeiro e apresenta como pontos fracos, deste setor: 1) as unidades industriais, na sua maioria, de reduzidas dimensões; 2) mão-de-obra pouco qualificada; e 3) dependência, na distribuição, de intermediários.

As declarações retiradas das visitas às fábricas são, ainda, relevantes porque deixam perceber a estrutura de mercado existente nessa altura. O mercado corticeiro poder-se-ia classificar como um mercado de concorrência imperfeita e, em particular, um mercado oligopolista no lado da procura de cortiça, enquanto matéria-prima, isto é, um oligopsónio.

Apesar de existir um elevado número de empresas produtoras de cortiça, em pranchas e rolhas, essas empresas tinham uma pequena dimensão e vendiam a sua produção a um pequeno número de grandes empresas, configurando-se uma situação de oligopsónio, onde um pequeno número de empresas domina um setor com muitas empresas. Isto é, um pequeno número de compradores compra os produtos a vários vendedores.

Existe, também, uma situação típica de práticas de *outsourcing*. Referiu-se anteriormente que, na visita às fábricas, em Silves, os responsáveis por essa visita

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

relatarem a situação de um conjunto de fábricas que produziam e vendiam para um único cliente, ele próprio produtor e vendedor do mesmo produto. Tal situação, configura práticas de *outsourcing*, uma vez que se verifica a transferência de tarefas, operações, trabalhos e/ou processos para uma força de trabalho externa com o objetivo de, entre outros aspetos, diminuir os custos de produção.

A conjugação destes fatores origina que as empresas, vejam as suas margens de lucro esmagadas pelos compradores, diminuindo a sua capacidade de crescimento através de capital próprio. Assim, na perspetiva de diminuição dos custos de produção, as fábricas instalaram-se nos territórios próximos da matéria-prima. Criou-se, para saber qual a evolução do número de empresas a partir de 1881 até 1960, o Quadro 8.

Quadro 8 - Número de empresas de cortiça em Portugal (1881 – 1960)

Fábricas	Anos								
	1881	1890	1900	1910	1918 ³³	1930	1940	1950	1960
Preparação	-	-	41	63	133	-	373	264	271
Δ %	-	-	-	53,7	109,5	-	182,6	-29,2	2,7
Transformação	-	-	69	115	163	-	298	513	776
Δ %	-	-	-	66,7	41,7	-	82,8	72,2	51,2
Total	22	98	110	178	296	432	671	777	1047
Δ %	-	345,45	12,24	61,82	66,29	45,95	55,32	15,8	34,75

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuários Estatísticos de Portugal.

De acordo com o Quadro 8 poderemos observar a evolução do número de empresas do setor corticeiro desde 1881. Assistiu-se a um crescimento acentuado do número de empresas a operar no setor da cortiça em Portugal a partir do final do século XIX até 1960³⁴.

Este crescimento ocorreu tanto no número de empresas preparadoras como na transformadora de cortiça. No entanto, poderemos observar que o aumento percentual das empresas preparadoras foi superior ao aumento percentual das empresas

³³ Não existem dados para o ano de 1920, pelo que se optou por incluir os dados de 1918.

³⁴ Não se considera aqui o crescimento ocorrido entre 1881 e 1890 porque o número de fábricas em 1881 não corresponde ao número que efetivamente existia.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

transformadoras até ao final da década de trinta do século passado. A partir daí, as empresas de transformação de cortiça tornaram-se, em número e em taxa de variação, o núcleo principal do setor corticeiro.

Esta evolução não é uma surpresa. Zapata Blanco (2002) refere que a evolução do setor corticeiro em Portugal se caracterizou, nas décadas iniciais do século XX, por uma predominância das empresas preparadoras mas que, paulatinamente, iam cedendo a sua importância às empresas transformadoras. Acrescenta, ainda, Zapata Blanco (2002) que, devido às sequelas da Grande Depressão e à Guerra Civil espanhola, a indústria corticeira teve uma forte expansão e tornou-se a primeira potência corticeira mundial.

No mesmo sentido, Parejo Moruno, Branco, Lopes e Rangel Preciado (2013) com base no trabalho de Zapata Blanco, indicam que se pode encontrar quatro fases na evolução da indústria corticeira: a primeira, compreendida entre 1680 e 1730, que se poderia caracterizar pelo desenvolvimento industrial na fabricação; a segunda, entre 1730 e 1900, caracterizada pela hegemonia da Catalunha na fabricação da cortiça; a terceira fase, entre 1900 e 1936, onde se regista uma perda da hegemonia da Catalunha e o gradual aparecimento de Portugal como importante centro produtor de cortiça; e, por fim, a última fase, a partir de 1936, caracterizada pela hegemonia portuguesa.

Branco, Parejo Moruno, Lopes e Rangel Preciado (2016) apontam três razões para que Portugal se tornasse o principal centro corticeiro do mercado mundial:

- 1) um aumento dos custos de transporte, o que aconselhava a uma localização mais próxima da matéria-prima;
- 2) a perda de competitividade da indústria corticeira instalada nos países industrializados (da Europa e Estados Unidos da América) em consequência do aumento dos salários reais aí registados, quando comparados com a evolução dos salários em Portugal;
- 3) a saída de muitas empresas do sector corticeiro em consequência da introdução e expansão, no mercado mundial, de substitutos da cortiça.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Pestana e Tinoco (2009) referem que, por altura da I Grande Guerra Mundial, Portugal tornou-se um centro industrial corticeiro importante, o que seria comprovado pela instalação de grandes empresas corticeiras internacionais em Portugal nomeadamente, a Mundet, a Wicander, a Robinson e a Rankins. Para estes autores, a instalação das referidas empresas permitiu impulsionar o desenvolvimento do setor transformador. Esse desenvolvimento fez-se sentir primeiro a sul, com particular realce para região do Seixal e, posteriormente, a região de Santa Maria da Feira.

Matos e Pinto (2003) referem que o setor industrial corticeiro assumiu-se como um vetor dinamizador da indústria e da atividade económica nas regiões de Aveiro, Faro e Setúbal, estando o epicentro do crescimento da indústria rolheira neste último distrito, mas que, no final dos anos sessenta, entrou numa fase de declínio que se prolongou nas décadas seguintes. A par desse declínio, a região de Aveiro, em particular o concelho de Santa Maria da Feira, tornou-se o centro industrial da produção de rolhas. Matos e Pinto (2003) centraram o seu estudo sobre a indústria transformadora da cortiça em Santa Maria de Lamas em torno de três linhas: a proximidade face à matéria-prima, a disponibilidade de mão de obra e à existência de mercado. Consideraram, ainda estas autoras, que o baixo custo de produção contribuiu para que a indústria se instalasse em Santa Maria da Feira porque, na região, é corrente a prática de salários baixos, comparativamente aos salários pagos nos distritos de Lisboa e Setúbal.

4- Os salários como fator determinante da localização geográfica da indústria da cortiça em Portugal

A questão dos salários praticados na região de Aveiro e nos distritos a sul do Tejo merece uma análise mais cuidada, até porque, são várias as referências ao diferencial salarial entre as diversas regiões (e.g. Branco e Parejo Moruno, 2011; Cordeiro, 2002; Ruivo, 1996). Branco e Parejo Moruno (2011) defendem que o Estado Novo adotou, relativamente à região norte, uma política de contenção salarial e que a indústria corticeira terá sido das que melhor aproveitaram essa política. Branco e Lopes (2018) apontam como uma vantagem comparativa da região de Aveiro e, em particular, o concelho de Santa Maria da Feira, o diferencial salarial. De acordo com estes autores,

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

os salários praticados na região a sul do Tejo seriam cinquenta a cem por cento mais elevados do que os salários praticados na região norte. Branco e Lopes (2013: 8,9) afirmam "este diferencial regulamentado por lei no período do Estado Novo, granjeou para o concelho da Feira uma posição mais favorável em termos de custos de produção, apesar da distância relativamente aos centros produtores de matéria-prima".

Eduardo Ferreira Júnior apresentou, ao longo de vários números do Boletim da Junta Nacional de Cortiça, do ano de 1941, um estudo sobre os salários praticados na indústria corticeira. O Quadro 9 apresenta os salários diários praticados nas diferentes regiões corticeiras no ano de 1917.

Quadro 9 - Salários médios diários dos operários corticeiros em 1917

Grupo	Categoria Profissional	Norte³⁵	Centro³⁶	Sul³⁷
Homens com trabalho manual	Encarregados ou Mestres	\$92,1	1\$15	\$99,9
	Caldeireiros	\$60,1	\$72,1	\$67,6
	Calibradores	-	\$65,8	\$60
	Escolhedores de prancha e de rolhas e passadores	\$60,9	\$80,5	\$62,5
	Quadradores	\$50	\$72,2	\$61,8
	Rabaneadores	-	\$54,8	\$52,5
	Raspadores	\$41,8	\$78,2	\$67,2
	Recortadores	\$52	\$71,6	\$54,8
	Rolheiros	\$42,8	\$67,4	\$63,9
	Traçadores	-	\$81,3	\$64,5
Homens com trabalho mecânico	Maquinistas não especificados, broquistas e garlopistas	\$61,9	\$80,5	\$70
Mulheres com trabalho manual	Escolhedores de rolhas e discos	\$26	\$30,3	\$31,2
	Rolheiras	\$20	\$26	\$22,5

³⁵ A região Norte incluía os distritos do Porto, Aveiro, Coimbra e Castelo Branco.

³⁶ A região Centro incluía os distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal.

³⁷ A região Sul incluía as províncias alentejana e algarvia.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Mulheres com trabalho mecânico	Maquinistas não especificados, broquistas e garlopistas	\$31	\$40,3	\$35
Pessoal auxiliar de ambos os sexos	Prensadores e enfardadores	\$48,5	\$60,7	\$52
	Faxinas	\$36,3	\$46,5	\$37
	Lavador de rolhas e discos	\$16	\$30,1	\$22,3

Fonte: Boletim da Junta Nacional de Cortiça, n.º 37, página 7

O Quadro 9 permite-nos constatar que o diferencial entre os salários pagos nas diferentes regiões corticeiras já existia antes do Estado Novo e que os salários pagos, por dia de trabalho são mais elevados na região centro e mais baixos na região norte.

Interessa saber qual a percentagem desse diferencial. Com esse objetivo construiu-se o Quadro 10, no qual se atribuiu o índice 100 para os salários pagos, por dia de trabalho, na região norte e, a partir desse índice, calculou-se o valor dos salários para as restantes regiões corticeiras.

**Quadro 10 - Diferencial salarial nas diferentes regiões corticeiras em 1917
valores percentuais**

Grupo	Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Homens com trabalho manual	Encarregados ou Mestres	100	122,69	108,47
	Caldeireiros	100	119,97	112,48
	Calibradores	-	-	-
	Escolhedores de prancha e de rolhas e passadores	100	132,18	102,63
	Quadradores	100	144,40	123,60
	Rabaneadores	-	-	-
	Raspadores	100	187,08	160,77
	Recortadores	100	137,69	105,38
	Rolheiros	100	157,48	149,30
	Traçadores	-	-	-
Homens com trabalho mecânico	Maquinistas não especificados, broquistas e garlopistas	100	130,05	113,09

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Mulheres com trabalho manual	Escolhedores de rolhas e discos	100	116,54	120,00
	Rolheiras	100	130,00	112,50
Mulheres com trabalho mecânico	Maquinistas não especificados, broquistas e garlopistas	100	130,00	112,90
Pessoal auxiliar de ambos os sexos	Prensadores e enfardadores	100	125,15	107,22
	Faxinas	100	128,10	101,93
	Lavador de rolhas e discos	100	188,13	139,38
Diferença salarial - valores médios, em percentagem			139,25	119,26

Fonte: Elaboração própria a partir do Quadro 11

O Quadro 10 permite verificar que a disparidade salarial entre a região norte e a região centro é de 39,25%, enquanto esse diferencial reduz-se para 19,26% quando se compara com a região sul.

Em 12 de fevereiro de 1938, foi publicado em Diário do Governo um despacho do Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, em cujo preâmbulo refere que tinha sido aprovado, por unanimidade, em 24 de julho de 1937, pelos industriais corticeiros, uma tabela de salários mínimos e que apesar desse acordo, existiam industriais que não o respeitavam. Acrescenta o referido preâmbulo, que havia a necessidade de evitar o desemprego de operários adultos pelo uso excessivo de trabalho de menores. Tendo em consideração o referido neste preâmbulo, decidiu decretar a impossibilidade de empregar aprendizes em número superior a trinta por cento do total do pessoal em serviço e determina a aplicação da tabela de salários mínimos para o distrito de Aveiro. O Quadro 11 apresenta essa tabela de salários.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 11 - Salários mínimos para a indústria corticeira do distrito de Aveiro em 1937

Operários especializados Quadradores Fabricação de cortiça vulgar "plana"	Preço por saca 30 grosas
20 linhas	12\$00
18 x 23 a 24 mm	10\$50
18 x 8 $\frac{3}{4}$ a 9 $\frac{1}{2}$	9\$00
15 x 21 a 24 mm	8\$10
Bilros	7\$20
Fabricação de cortiça própria para bilros	6\$00
Fabricação de cortiça "enguiada" e "bocados":	
20 linhas	17\$10
18 x 23 a 24 mm	13\$00
18 x 8 $\frac{3}{4}$ a 9 $\frac{1}{2}$	12\$00
15 x 21 a 24 mm	10\$50
Bilros	7\$50
Fabricação de cortiça "Portaria":	
20 linhas	15\$00
18 x 23 a 24 mm	12\$00
18 x 8 $\frac{3}{4}$ a 9 $\frac{1}{2}$	10\$50
15 x 21 a 24 mm	9\$00
Bilros	7\$50
Maquinistas (Rolheiros):	
20 x 21 a 24 mm	7\$50
18 x 23 a 24 mm	6\$60
18 x 8 $\frac{3}{4}$ a 9 $\frac{1}{2}$	6\$30
15 x 21 a 24 mm	6\$00
Bilros 10 a 12 de comprimento	5\$50
Salários diários	
Encarregados de seção	15\$00
Rabaneadores	10\$00
Prensadores e caldeireiros	8\$00
Escolhedeiras - encarregadas de seção	8\$00
Escolhedeiras de rolhas	4\$50

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Pessoal adventício do sexo masculino	7\$00
Pessoal adventício do sexo feminino	4\$00
Aprendizes do sexo masculino até 2 anos de prática	2\$50
Aprendizes do sexo masculino com mais de 2 anos de prática	3\$50
Aprendizes do sexo feminino até 2 anos de prática	1\$50
Aprendizes do sexo feminino com mais de 2 anos de prática	3\$00

Fonte: Elaboração própria a partir do Diário do Governo, I Série, de 12 fevereiro de 1938

O Quadro 11, em si, é insuficiente para procedermos a uma análise dos salários praticados nos distritos de Aveiro, Setúbal e Évora. No entanto, permite perceber que, em 1938, coexistiam, na região de Aveiro, pagamentos em função da quantidade produzida e salários fixos.

Embora não se conheça nenhum documento legal a fixar salários mínimos para outras regiões, é de admitir a sua existência prática. Isso é confirmado por Júnior (1941:13) que refere

"num dos concelhos do distrito de Setúbal, os salários médios para as diversas categorias profissionais estavam assim repartidos: quadradores - 20\$00; passadores - 20\$00; espaldadores - 12\$00; recortadores - 15\$00; caldeireiros - 14\$00; raspadores - 12\$00; escolhedores de rolhas - 18\$00, rolheiros - 12\$00 (\$50 cada milheiro; afinadores - 17\$00; enfardadores - 15\$50; faxineiros -5\$25".

Infelizmente, Júnior não indica em qual concelho existia esta grelha salarial. Este mesmo autor, apresenta um mapa comparativo dos salários máximos e mínimos encontrados nas várias regiões corticeiras no ano de 1940. Esses valores são transcritos no Quadro 12.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 12 - Mapa comparativo dos salários, máximos e mínimos, encontrados nas diversas regiões corticeiras em 1940

Grupo	Categoria Profissional	Norte		Lisboa		Setúbal		Évora		Faro	
		Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.
Homens com trabalho manual	Encarregados ou Mestres	17\$70	15\$00	40\$00	18\$37	46\$66	19\$00	30\$00	12\$50	22\$70	15\$00
	Raspadores	9\$50	8\$00	16\$00	13\$00	17\$00	9\$00	14\$00	7\$00	22\$50	9\$00
	Caldeireiros	10\$50	8\$00	18\$00	15\$00	19\$50	9\$00	12\$00	9\$00	23\$00	10\$00
	Escolhedores e passadores	14\$00	12\$00	20\$90	18\$37	23\$00	13\$00	20\$00	11\$00	19\$50	11\$90
	Quadradores	17\$00	10\$00	24\$00	14\$00	24\$40	14\$00	23\$00	8\$00	23\$40	11\$00
	Traçadores, recortadores, calibradores, rabaneadores, e escolhedores de rolhas	16\$00	7\$00	20\$00	15\$00	24\$00	12\$00	22\$00	9\$00	23\$00	10\$00
Homens com trabalho mecânico	Garlopidistas	13\$00	8\$00	16\$00	11\$00	22\$00	14\$00	14\$00	9\$00	20\$00	6\$00
	Broquistas a pedal	12\$50	7\$50	18\$00	8\$00	21\$00	13\$00	13\$00	7\$50	17\$00	8\$00
	Maquinistas a pedal	-	-	-	-	17\$00	12\$50	13\$00	5\$00	14\$00	6\$00
Mulheres com trabalho manual	Escolhedores de rolhas e discos	7\$50	3\$50	11\$00	5\$50	9\$00	6\$00	8\$00	4\$00	9\$00	5\$00
Mulheres com trabalho mecânico	Broquistas a pedal	8\$00	5\$00	9\$00	9\$00	11\$50	6\$00	6\$50	5\$50	8\$00	5\$00
	Maquinistas não especificadas	7\$00	3\$00	8\$00	4\$00	11\$00	3\$45	7\$00	4\$00	7\$00	3\$00
Pessoal auxiliar	Prensadores e enfardadores	11\$00	8\$20	18\$00	11\$50	25\$00	14\$00	16\$00	9\$00	17\$50	8\$00
	Manobras	9\$00	7\$00	13\$00	7\$00	15\$50	9\$00	12\$00	4\$50	13\$50	4\$00
	Faxinas - masculinos	8\$50	6\$00	12\$00	6\$00	15\$00	8\$50	10\$00	3\$50	12\$50	3\$00
	Faxinas - femininos	5\$00	4\$00	-	-	8\$50	5\$00	5\$00	4\$00	-	-

Fonte: Júnior (1941) - Boletim da Junta Nacional de Cortiça, n.º 39, página 14

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Este quadro apresenta os valores dos salários mínimos e máximos encontrados nessas regiões. No entanto, não permite perceber se o salário máximo (ou mínimo) encontrado, refere-se a apenas uma empresa ou se é um valor comum à generalidade das empresas. Parece-nos mais importante a afirmação efetuada por Júnior (1941: 14) de que a média geral dos salários do grupo dos homens com trabalho manual e com trabalho mecânico era, na região norte, de 10\$60,6; na região de Setúbal, de 18\$33,6; na região Sul, 13\$33,3 e, em Faro, de 15\$11,1. Construiu-se, com estes dados, o Quadro 13.

Quadro 13 - Média geral dos salários do grupo dos homens com trabalho manual e com trabalho mecânico

	Região			
	Norte	Setúbal	Sul	Faro
Salários	10\$60,6	18\$33,6	13\$33,3	15\$11,1

Fonte: Júnior (1941) - Boletim da Junta Nacional de Cortiça, n.º 39, página 14

Interessa-nos perceber qual as diferenças percentuais entre as médias salariais destas regiões. Com esse objetivo, construiu-se o Quadro 14, onde se considerou os salários pagos na região norte como o salário base, tendo-se atribuído a esse salário, o índice 100, e calculou-se os restantes salários em função daquele índice.

Quadro 14 - Variação salarial do grupo dos homens com trabalho manual e com trabalho mecânico - valores em percentagem

	Região			
	Norte	Setúbal	Sul	Faro
Salários	100	171,91	125,01	141,67

Fonte: Elaboração própria a partir do Quadro 13

O Quadro 14 permite-nos verificar que os salários na região a sul do Tejo são superiores à região norte, entre 25,01%, na região Sul e os 71,91% verificados na região de Setúbal. Sendo a média destes desvios, de 46,20%. Variações significativas, mas mesmo assim inferiores aos indicados por Branco e Lopes (2018) que, como indicámos anteriormente, apontam para um diferencial salarial entre os cinquenta a cem por cento.

Em 21 de agosto de 1941, é publicado, no Diário do Governo, I Série, número 194, um despacho do S. Exa. o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Social, no qual são fixados os salários mínimos para os operários corticeiros. Este despacho divide o país em três regiões (a região norte, que inclui os distritos do Porto, Aveiro, Coimbra e Castelo Branco; a região Centro, que engloba os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal; e a região sul, que abrange os distritos alentejanos e algarvios), a que correspondem diferentes salários mínimos por dia normal de oito horas. A partir deste postulado legal construíram-se o Quadro 15, com os salários mínimos para cada uma das categorias profissionais desempenhadas por trabalhadores do sexo masculino e o Quadro 16, com os salários mínimos para cada uma das categorias profissionais do setor corticeiro desempenhadas por trabalhadores do sexo feminino.

Quadro 15 - Salários mínimos para homens em 1941

Com trabalho manual	Salários Mínimos		
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Encarregados ou mestres	17\$00	22\$50	21\$00
Raspadores	11\$00	14\$00	13\$00
Caldeireiros	12\$50	17\$00	15\$00
Escolhedores de prancha e passadores	15\$00	20\$00	18\$50
Aprendizes até 3 anos de prática	8\$00	14\$00	12\$00
Aprendizes de 3 a 5 anos de prática	10\$00	16\$50	14\$50
Aprendizes de 5 a 7 anos de prática	12\$50	18\$00	16\$00
Quadradores	14\$50	18\$00	16\$00
Aprendizes até 3 anos de prática	7\$00	11\$00	10\$00
Aprendizes de 3 a 5 anos de prática	9\$50	13\$50	12\$00
Aprendizes de 5 a 7 anos de prática	12\$00	16\$00	14\$50
Traçadores, recortadores, rabaneadores e escolhedores de rolhas	14\$00	17\$50	16\$00
Aprendiz de traçador, recortador e rabaneador até 3 anos de prática	8\$00	12\$00	10\$00
Aprendiz de traçador, recortador e rabaneador de mais de 3 a 5 anos de prática	11\$00	14\$00	12\$50
Aprendiz de escolhedor de rolhas - primeiro ano de prática	2\$50	3\$50	3\$00
Aprendiz de escolhedor de rolhas de 1 a 3 anos de prática	5\$00	6\$00	5\$50
Aprendiz de escolhedor de rolhas de 3 a 5 anos de prática	7\$50	9\$00	8\$50
Aprendiz de escolhedor de rolhas de 5 a 7 anos de	10\$00	12\$00	11\$50

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

prática			
Com trabalho mecânico	Salários Mínimos		
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Garlopistas	14\$00	18\$00	17\$00
Aprendizes até 2 anos de prática	8\$00	11\$00	10\$00
Aprendizes de 2 a 4 anos de prática	11\$00	15\$00	14\$00
Broquistas a pedal	12\$50	17\$00	16\$00
Aprendizes até 2 anos de prática	7\$00	11\$00	10\$00
Aprendizes de 2 a 4 anos de prática	10\$00	14\$00	13\$00
Maquinistas não especificados	12\$00	14\$50	14\$00
Aprendizes até 2 anos de prática	7\$00	11\$00	10\$00
Aprendizes de 2 a 4 anos de prática	10\$00	14\$00	13\$00
Pessoal auxiliar masculino	Salários Mínimos		
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Afinadores e amoladores	12\$50	17\$00	16\$00
Aprendizes até 2 anos de prática	7\$00	11\$00	10\$00
Aprendizes de 2 a 4 anos de prática	10\$00	14\$00	13\$00
Prensadores e enfardadores	13\$00	17\$50	16\$00
Manobras	10\$00	13\$50	12\$00
Faxinas	8\$50	11\$00	10\$00
Aprendizes até aos 16 anos de idade	2\$50	3\$50	3\$00
Aprendizes dos 16 aos 18 anos de idade	5\$00	7\$00	6\$00

Fonte: Elaboração própria a partir do Despacho publicado em Diário do Governo, I Série, de 21 de agosto de 1941

Quadro 16 - Salários mínimos para mulheres em 1941

Com trabalho manual	Salários Mínimos		
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Encarregadas ou mestres	8\$50	10\$50	10\$00
Escolhedoras de rolhas e discos	6\$00	7\$00	6\$50
Aprendizes até 3 anos de prática	2\$50	3\$50	3\$00
Aprendizes de 3 a 5 anos de prática	4\$50	5\$50	5\$00
Com trabalho mecânico	Salários Mínimos		
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Garlopistas	8\$00	10\$00	9\$50
Broquistas a pedal	7\$50	9\$50	9\$00
Maquinistas não especificados	5\$50	6\$50	6\$00
Aprendizes até 3 anos de prática	2\$50	3\$50	3\$00
Aprendizes de 3 a 5 anos de prática	4\$50	5\$50	5\$00
Pessoal auxiliar feminino	Salários Mínimos		

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Faxinas	7\$00	8\$00	7\$50
Aprendizes até aos 16 anos de idade	2\$50	3\$50	3\$00
Aprendizes dos 16 aos 18 anos de idade	5\$00	6\$00	5\$50

Fonte: Elaboração própria a partir do Despacho publicado em Diário do Governo, I Série, de 21 de agosto de 1941

Os Quadros 15 e 16 permitem-nos constatar que:

- i. Na região norte os salários mínimos são mais baixos do que nas restantes regiões para todas as categorias profissionais desempenhadas por trabalhadores, tanto do sexo masculino como do sexo feminino³⁸;
- ii. Os salários máximos e mínimos apresentados por Júnior (1941) podem não refletir os verdadeiros salários vigentes nas diferentes regiões. Refira-se, a título de exemplo³⁹, o salário dos garlopistas na região norte, que segundo Júnior (1941), variavam entre um mínimo de 8\$00 e um máximo de 13\$00 e que, de acordo com o Despacho referenciado, tinha um salário mínimo de 14\$00. Não nos parece que o Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social tenha, em nome do Governo, decidido fixar o salário mínimo acima do salário máximo verificado no ano de 1940.

Júnior (1941), transmitindo, certamente, o pensamento oficial⁴⁰, considerou que a introdução dos salários mínimos diferenciados por região se justificava porque:

- a. O custo de vida variava de região para região, sendo que o custo de vida era mais elevado nos distritos da região centro quando comparado com a região norte e, sobretudo, com a região de Aveiro;
- b. A distância que os mesmos centros corticeiros se encontravam da zona suberial e dos portos exportadores, com reflexo no custo do produto por via dos transportes;

³⁸ Saliente-se a grande disparidade de salários pagos aos homens e às mulheres para o desempenho das mesmas categorias profissionais. Esta disparidade, apesar de ser prática comum em toda a economia portuguesa, revela a forma como era encarado a mulher e o seu papel na atividade produtiva.

³⁹ Estas diferenças são transversais às diferentes categorias profissionais e regiões.

⁴⁰ Seria de estranhar que assim não fosse. Numa época em que existia controlo da informação, tratando-se de um artigo publicado num boletim oficial - o Boletim da Junta Nacional da Cortiça - todos os artigos aí publicados teriam a concordância superior e refletiriam a posição do Governo.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- c. A tradição, era tradicional os salários serem mais baixos na região norte comparativamente às regiões a sul do Tejo;
- d. Suspeitadas possibilidades económicas de cada uma das regiões corticeiras;
- e. Impedimento da inversão do problema da concorrência desleal através dos salários.

Importa perceber se essa diferença salarial era de tal modo vantajosa para a região norte que se tornou mais eficiente, em termos económicos, produzir nos concelhos da região norte. Os Quadros 17 e 18 foram elaborados com o intuito de perceber qual a diferença salarial, em termos percentuais, entre as três regiões. Na elaboração destes quadros tomou-se como referência o salário mínimo na região norte (ao qual se atribuiu o índice 100) e, a partir deste valor, calculou-se a variação percentual dos salários mínimos em vigor nas regiões centro e sul.

Quadro 17 - Variação percentual dos salários mínimos para homens em 1941

Com trabalho manual		Variação percentual	
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Encarregados ou mestres	100	132,35	123,53
Raspadores	100	127,27	118,18
Caldeireiros	100	136,00	120,00
Escolhedores de prancha e passadores	100	133,33	123,33
Aprendizes até 3 anos de prática	100	175,00	150,00
Aprendizes de 3 a 5 anos de prática	100	165,00	145,00
Aprendizes de 5 a 7 anos de prática	100	144,00	128,00
Quadradores	100	124,14	117,24
Aprendizes até 3 anos de prática	100	157,14	142,86
Aprendizes de 3 a 5 anos de prática	100	142,11	117,24
Aprendizes de 5 a 7 anos de prática	100	133,33	120,83
Traçadores, recortadores, rabaneadores e escolhedores de rolhas	100	125,00	114,29
Aprendiz de traçador, recortador e rabaneador até 3 anos de prática	100	150,00	125,00
Aprendiz de traçador, recortador e rabaneador de mais de 3 a 5 anos de prática	100	127,27	113,64
Aprendiz de escolhedor de rolhas - primeiro ano de	100	140,00	120,00

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

prática			
Aprendiz de escolhedor de rolhas de 1 a 3 anos de prática	100	120,00	110,00
Aprendiz de escolhedor de rolhas de 3 a 5 anos de prática	100	120,00	113,33
Aprendiz de escolhedor de rolhas de 5 a 7 anos de prática	100	120,00	115,00
Com trabalho mecânico		Variação percentual	
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Garlopistas	100	128,57	121,43
Aprendizes até 2 anos de prática	100	137,50	125,00
Aprendizes de 2 a 4 anos de prática	100	136,36	127,27
Broquistas a pedal	100	136,00	128,00
Aprendizes até 2 anos de prática	100	157,14	142,86
Aprendizes de 2 a 4 anos de prática	100	140,00	130,00
Maquinistas não especificados	100	120,83	116,67
Aprendizes até 2 anos de prática	100	157,14	142,86
Aprendizes de 2 a 4 anos de prática	100	140,00	130,00
Pessoal auxiliar masculino		Variação percentual	
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Afinadores e amoladores	100	136,00	128,00
Aprendizes até 2 anos de prática	100	157,14	142,86
Aprendizes de 2 a 4 anos de prática	100	140,00	130,00
Prensadores e enfardadores	100	134,62	123,08
Manobras	100	135,00	120,00
Faxinas	100	129,41	117,65
Aprendizes até aos 16 anos de idade	100	140,00	120,00
Aprendizes dos 16 aos 18 anos de idade	100	140,00	120,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Despacho publicado em Diário do Governo, I Série, de 21 de agosto de 1941

Quadro 18 - Variação percentual dos salários mínimos para mulheres em 1941

Com trabalho manual		Variação percentual	
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Encarregadas ou mestres	100	123,53	117,65
Escolhedoras de rolhas e discos	100	116,67	108,33
Aprendizes até 3 anos de prática	100	140,00	120,00

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Aprendizes de 3 a 5 anos de prática	100	122,22	111,11
Com trabalho mecânico		Variação percentual	
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Garlopistas	100	125,00	118,75
Broquistas a pedal	100	126,67	120,00
Maquinistas não especificados	100	118,18	109,09
Aprendizes até 3 anos de prática	100	140,00	120,00
Aprendizes de 3 a 5 anos de prática	100	122,22	111,11
Pessoal auxiliar feminino		Variação percentual	
Categoria Profissional	Norte	Centro	Sul
Faxinas	100	114,29	107,14
Aprendizes até aos 16 anos de idade	100	140,00	120,00
Aprendizes dos 16 aos 18 anos de idade	100	120,00	110,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Despacho publicado em Diário do Governo, I Série, de 21 de agosto de 1941

Os Quadros 17 e 18 permitem-nos verificar que comparativamente à região norte e em termos médios:

- i. o salário mínimo das várias categorias profissionais dos homens com trabalho manual pago na região centro é 37,33% superior, enquanto que região sul esse valor é de 32,08%;
- ii. na região centro, o salário mínimo das várias categorias profissionais dos homens com trabalho mecânico é 39,28% maior e, na região sul, os salários dessa categoria são 29,34% mais elevados;
- iii. o salário mínimo do pessoal auxiliar masculino é, na região centro, 39,02% superior e 25,20% mais elevado na região sul;
- iv. na região centro e na região sul, o salário mínimo das mulheres com trabalho manual é superior em 25,61% e 14,27%, respetivamente;
- v. as mulheres, da região centro, com trabalho mecânico beneficiam de um salário mínimo superior em 26,41% e as mulheres dessa mesma categoria profissional da região sul, têm um salário mínimo superior em 15,79%;
- vi. o pessoal auxiliar feminino recebe um salário mínimo superior em 24,76% na região centro e um salário mínimo superior em 12,38% na região sul;

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- vii. os salários mínimos, em termos globais, são mais baixos na região norte, 35,03% quando comparados com a região centro e 25,88% quando comparados com a região sul.

Também neste caso, os resultados obtidos não nos permitem corroborar as teses que afirmam que o diferencial salarial entre a região norte e os distritos a sul do Tejo seriam na ordem dos cinquenta a cem por cento.

À vantagem competitiva relacionada com o diferencial salarial existente devemos adicionar os custos associados ao transporte da cortiça da região sul para a região norte e, em particular, para a região de Aveiro. Carvalho (1941) iniciou a publicação, no número 30, referente ao mês de abril, do Boletim da Junta Nacional da Cortiça, um artigo denominado "Transportes da Cortiça". Neste artigo, refere que o custo médio de transporte de cortiça dos montados para as estações de caminho de ferro e destas para as fábricas ascenderia a 2\$00 por arroba de cortiça. A este custo, há a adicionar os custos de transporte por via ferroviária. Estes custos são apresentados no Quadro 19 e referem-se aos custos em vigor na antiga rede da Companhia de Caminho de Ferro Portugueses desde 30 de setembro de 1940.

Quadro 19 - Tabela de preços por tonelada de vagão completo e por 100 Km em 1940

Designação	Preço por tonelada
Aparas de cortiça prensadas	27\$96
Aglomerados de cortiça para pisos ou revestimentos	48\$85
Cortiça em bruto enfardada	48\$16
Cortiça em prancha enfardada	54\$97
Cortiça em quadros ou rolhas	62\$56
Cortiça virgem em fardos, redes ou sacos	30\$86
Desperdícios de cortiça acondicionados, não prensados	30\$86
Desperdícios de cortiça prensados	27\$96

Fonte: Adaptado de Carvalho (1941) - Boletim da Junta Nacional de Cortiça, n.º 32, página 21

Não se conhecem os custos associados ao transporte da cortiça por via rodoviária. No entanto, Carvalho (1941), reconhece que as empresas de camionagem

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

apresentam preços, por frete, bastante competitivos e fazem concorrência ao transporte ferroviário. Admitamos, por hipótese, que os preços por frete associados ao transporte da cortiça por via rodoviária seriam similares, ou ligeiramente mais baixos, que os preços associados ao transporte ferroviário. Nessa hipótese, as vantagens resultantes da diferença salarial, que as empresas situadas na região norte e, em particular, na região de Aveiro beneficiavam seria, em consequência dos custos de transporte da matéria-prima, muito atenuada.

Perante esta situação, provavelmente, os salários mínimos mais baixos praticados na região norte poderiam não ser suficientes para justificar o surgimento de numerosas empresas corticeiras nessa região e, em particular, no distrito de Aveiro.

Em nossa opinião, apenas os dados referentes aos salários mínimos não são suficientes para sustentar essa posição. Por duas razões, os salários mínimos podem não ser os salários efetivamente pagos em cada uma dessas regiões e, muito mais importante, a diferença de salários mínimos não revela a estrutura de recursos humanos de cada uma das empresas instalada nessa região (ou em qualquer outra) e, consequentemente, a massa salarial paga.

O Instituto Nacional de Estatística publicou, em dezembro de 1944, a Estatística Industrial referente ao ano de 1943. Esta publicação apresenta o montante pago em salários ao fator produtivo trabalho em cada um dos distritos em que existiam empresas corticeiras e o número de dias efetivamente trabalhados nesses distritos. Consideramos que, com esta informação, podemos determinar o custo com os salários da mão de obra ou custo salarial do fator produtivo trabalho nas diferentes regiões. Para esse efeito, construiu-se a seguinte fórmula para determinar o salário médio ou salário unitário por dia de trabalho ocorrido num determinado ano:

$$\text{Salário Médio} = \frac{\text{Volume ou montante de salários pagos no ano } n}{\text{Número de dias efetivamente trabalhados no ano } n}$$

Tendo em consideração a fórmula proposta e os dados referentes aos salários pagos e os dias efetivamente trabalhados em diversas regiões constantes na Estatística

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Industrial de 1943 construiu-se o Quadro 20, onde para além de determinar o salário médio por dia de trabalho nos principais distritos corticeiros calculou-se a variação percentual desse salário médio diário relativamente aos salários pagos no distrito de Aveiro.

Quadro 20 - Custo com salários da mão-de-obra, valores em escudos - ano de 1943

Distrito	Dias de trabalho	Salários pagos	Salário por dia de trabalho	Variação relativamente ao distrito de Aveiro %
Aveiro	703 290	7 354 000\$00	10\$46	-
Évora	330 572	3 890 000\$00	11\$77	12,53
Faro	574 205	6 712 000\$00	11\$69	11,76
Lisboa	413 549	5 124 000\$00	12\$39	18,45
Setúbal	2 523 915	31 345 000\$00	12\$42	18,74

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatísticas Industriais de 1943

Como se pode verificar na última coluna do Quadro 20, a diferença entre os salários pagos por dia de trabalho entre as diferentes regiões é menor, muito menor, do que aquela que a introdução dos salários mínimos deixava antever.

Faísca e Parejo Moruno (2023) apresentaram a evolução do rácio salarial entre o distrito de Aveiro e o distrito de Setúbal que nos permite verificar que a discrepância salarial entre aqueles dois distritos existiu, mas foi inferior a cinquenta por cento, existindo até, anos em que quase se verificou uma paridade nos salários pagos nos referidos distritos.

Os resultados obtidos parecem não ser suficientes para corroborarmos com as teses que afirmam que o diferencial salarial entre a região norte e os distritos a sul do Tejo seriam fundamentais para explicar a localização geográfica do setor corticeiro na região de Aveiro.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

5- A estrutura de mercado como determinante da localização geográfica da indústria da cortiça portuguesa

A saída e a entrada de empresas num mercado é, ou deveria ser, uma situação normal numa economia de mercado. A questão relevante que aqui se deve colocar é o de se saber se a saída de empresas de um mercado ocorre de uma forma natural, isto é, o empresário sai do mercado porque se apercebeu ou constatou que, nesse mercado, os seus competidores são mais eficientes. Ser mais eficiente significa que uma empresa utiliza os seus recursos, capital e trabalho, de acordo com o princípio da racionalidade económica, procurando obter um custo unitário mais baixo ou um custo unitário por unidade produzida impossível de igualar (Krugman e Wells, 2009).

Se a saída do mercado tiver ocorrido por razões associadas à eficiência das empresas, então, é uma saída salutar, resulta da concorrência e é uma atitude racional. A concorrência é enaltecida por Friedman (2014) que acrescenta que a concorrência tem dois significados distintos, num sentido, de caráter pessoal, concorrência significa rivalidade pessoal, num outro sentido, de natureza económica, nada tem de rivalidade pessoal, assume um caráter impessoal porque representa a competição inerente a um mercado concorrencial. Aliás, "*competition is considered the quintessential element of a market economy*" (Marginean, 2017:1).

Compreende-se, pois, que a saída do mercado das empresas corticeiras existentes a sul do Tejo possa ter resultado da sua ineficiência produtiva e, ao mesmo tempo, o surgimento e concentração de empresas na região de Aveiro resultar de uma maior eficiência produtiva. E, assim, explicar-se-ia a ascensão, sobretudo a partir de 1960, da zona de Aveiro como o principal centro corticeiro em Portugal e, consequentemente, a atual estrutura do setor corticeiro. No entanto, podemos, também, colocar a hipótese da saída do mercado das empresas corticeiras instaladas a sul do Tejo não resultar da sua ineficiência produtiva nem da maior eficiência das empresas instaladas na região de Aveiro. Mas se assim tiver sido, importa perceber qual ou quais as razões que justifiquem essa saída do mercado. Essas razões serão apresentadas e analisadas nos capítulos seguintes.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Argumenta-se, por vezes, que a concorrência, sobretudo a concorrência pura, não existe, que os mercados são, hoje, diferentes. Concorde-se com esta posição, não existe, nem nunca terá existido, um mercado de concorrência perfeita. Mas a concorrência é importante porque cria vantagem para a economia de um país, garante melhores preços, favorece o consumidor, favorece as empresas, promove a criação de empresas e de emprego, promove a inovação, facilita as exportações e cria vantagem para a economia de um país (Kaleka e Morgan, 2017).

Hayek (2020), refere que, para o acesso às diferentes atividades económicas seja possível e acessível a todos, em condição de igualdade, a lei não deve permitir que, indivíduos ou grupos, tentem restringir esse acesso quer de forma direta quer de forma dissimulada. A justificação é dada pelo próprio Hayek (2020), esses impedimentos impedem o êxito da concorrência.

Terá sido a estrutura do mercado corticeiro, sobretudo a sua falta de concorrência, a razão para a saída do mercado das empresas corticeiras instaladas a sul do Tejo do mercado? A resposta a esta questão obriga-nos a recordar o que anteriormente foi dito, que o mercado corticeiro era de difícil classificação. Para aquilatarmos desta dificuldade considere-se o Quadro 21 em que apresentamos os diferentes tipos de mercado e as suas principais características.

Quadro 21 - Tipos de Mercado

	Concorrência Perfeita	Concorrência monopolística	Oligopólio	Monopólio
Produtores	Atomismo	Muitos	Alguns	Um
Controlo sobre o preço	Nulo	Algum	Bastante	Total
Bens produzidos	Homogéneos	Diferenciados	Pouco diferenciados	Único
Concorrência	Muita	Bastante	Pouca	Nenhuma
Entrada e saída do mercado	Livre	Fácil	Difícil	Muito difícil
Acesso à	Igual para	Igual para	Produtores	Produtor com

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

informação	todos	todos	com mais informação	informação total
-------------------	-------	-------	---------------------	------------------

Fonte: Elaboração própria a partir Lipsey (1993), Frank (1997); Krugman e Wells (2009)

Construiu-se, ainda, para uma análise mais completa do quadro anteriormente apresentado, o Quadro 22 com o número de estabelecimentos industriais ativos, no setor corticeiro, nas décadas de sessenta a noventa do século passado.

Quadro 22 - Estabelecimentos industriais em atividade no setor corticeiro

	Anos			
	1960	1970	1980	1990
Continente	756	560	416	270

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos referenciados no Quadro.

Perante a informação apresentada nos Quadros 21 e 22, tentaremos classificar o mercado corticeiro. Este mercado não poderia, no período em estudo, ser considerado:

- i. Um mercado de concorrência perfeita, porque, embora fosse constituída por muitas empresas, não estávamos perante uma situação de atomismo, nem o controlo das empresas sobre os preços era nulo;
- ii. Um monopólio, pois existiam muitas empresas no mercado e nenhuma empresa tinha o controlo total dos preços;
- iii. Um oligopólio, porque, existiam muitas empresas de pequena dimensão e algumas empresas de grande dimensão e os bens produzidos eram substitutos perfeitos;
- iv. Um mercado de concorrência monopolística, porque os bens produzidos não eram diferenciados mas sim, substitutos perfeitos, não podendo dar origem a monopólios concorrentes entre si.

Mas, por outro lado, apresentava características de alguns mercados:

- i. Produtos homogéneos ou substitutos perfeitos, característica fundamental dos mercados de concorrência perfeita;
- ii. Empresas com algum, mas não total, poder de mercado, típico de mercados de concorrência imperfeita, em particular, do oligopólio;

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- iii. Um mercado com muitos produtores, situação típica da concorrência monopolística;
- iv. Entrada, aparentemente, livre no mercado, mas com dificuldade de permanência no mercado e saída fácil, prefigurando-se uma situação de quase oligopólio.

Resulta daqui a dificuldade de se classificar o mercado corticeiro. Se, mesmo com essa dificuldade, fosse exigível uma classificação, poderíamos, recorrendo ao trabalho de Labini (1967), classificá-lo como uma estrutura de mercado de concorrência imperfeita, com forte pendor oligopolista. Labini (1967) propôs uma estrutura simplificada para mercados oligopolistas em torno de três categorias principais:

- i. Oligopólio diferenciado - a que corresponde uma situação em que existem muitas pequenas empresas, aparentemente em concorrência entre si, mas que na realidade estão dotadas de poder de mercado bem definido;
- ii. Oligopólio concentrado - a que corresponde à situação das indústrias que produzem bens suficientemente homogêneos (ou pouco diferenciados) e que são caracterizados por uma elevada concentração, um número restrito, variável no tempo, mas sempre muito reduzido de empresas, que controla toda a produção ou a sua maior parte;
- iii. Oligopólio misto - a que corresponde a uma situação intermédia, apresentado características da concentração e da diferenciação.

A estrutura do mercado corticeiro assemelha-se a uma estrutura de oligopólio misto porque apresenta um número elevado de pequenas empresas e existe um conjunto de poucas, mas grandes empresas, que controlam ou dominam a maior parte da produção. No entanto, e se nos fosse possível classificar o mercado com uma figura literária e com a devida homenagem a Jonathan Swift, preferíamos classificar o mercado corticeiro como *Gulliver* e os *lilliputeanos*. Acreditamos que podemos classificar o mercado corticeiro como um oligopólio misto e que a figura literária anteriormente referida pode ser aplicada ao setor corticeiro.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Para sustentar esta nossa posição vamos recorrer ao Herfindahl - Hirschman Index (HHI), que também nos facilita a compreensão da localização do setor corticeiro. Este índice é utilizado como medida de concentração de um mercado⁴¹ e o seu cálculo é apresentado por:

$$HHI = \sum_i^n S_i^2$$

em que S representa a quota de mercado de cada empresa. Os resultados possíveis deste índice são apresentados no Quadro 23.

Quadro 23 - Valores possíveis para o HHI e estrutura de mercado

Valor do HHI	Nível de concentração do mercado	Tipo de mercado	Poder de mercado
Inferior a 1 500	Nulo ou pouco concentrado	Concorrência perfeita e alguns casos de concorrência monopolística	Nulo ou muito reduzido
Entre 1 500 e 2 500	Moderadamente concentrado	Oligopólio e casos de monopólio	Moderado
Entre 2 500 mas inferior a 10 000	Muito concentrado	Oligopólio	Alto
10 000	Totalmente concentrado	Monopólio puro	Total

Fonte: Elaboração própria a partir Pavic, Galetic e Piplica (2016)

Como referimos, o HHI é utilizado para medir a concentração de um mercado mas, se considerarmos que a indústria corticeira caracteriza-se por uma elevada homogeneidade do seu produto e pensarmos em cada distrito como sendo uma "empresa", poder-se-á obter o grau de concentração geográfica da indústria corticeira e, daí, tirar ilações sobre a estrutura de mercado. Para podermos calcular o HHI construímos o Quadro 24 onde se apresenta o valor bruto da produção de cortiça por distrito e a respetiva quota de mercado.

⁴¹ Veja-se a sua utilização pela Antitrust Division - U. S. Department of Justice em <https://www.justice.gov/atr/herfindahl-hirschman-index>.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 24 - Produção em 1000\$00 e quota de mercado em percentagem⁴²

	1960		1970		1980	
Distritos	Produção	Quota de mercado	Produção	Quota de mercado	Produção	Quota de mercado
Aveiro	301 968	15,31	801 804	32,59	11 407 282	56,23
Castelo Branco	6 697	0,34	3 135	0,13	-	-
Évora	103 937	5,27	41 777	1,70	534 997	2,64
Faro	135 038	6,85	198 562	8,07	1 216 952	6,00
Lisboa	125 874	6,38	103 350	4,20	104 898	0,52
Portalegre	163 367	8,28	98 216	3,99	347 145	1,71
Porto	8 740	0,44	15 114	0,61	68 967	0,34
Santarém	30 403	1,54	35 126	1,43	399 541	1,97
Setúbal	1 069 280	54,21	1 160 766	47,17	6 198 443	30,55
Total	1 972 444	-	2 460 554	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatística Industrial de cada um dos anos considerados.

A partir do Quadro 24 podemos calcular o valor do HHI para cada um dos distritos. O Quadro 25 apresenta esses valores para cada um dos anos considerados.

Quadro 25 - Valor do HHI por distrito

Distrito	1960	1970	1980
Aveiro	324,40	1062,11	3 161,81
Castelo Branco	0,12	0,02	-
Évora	27,77	2,89	6,97
Faro	46,92	65,12	36,00
Lisboa	40,70	17,64	0,27
Portalegre	68,56	15,92	2,92
Porto	0,19	0,37	0,12
Santarém	2,37	2,05	3,88
Setúbal	2 938,72	2 225,01	933,30

Fonte: Elaboração própria a partir do Quadro 29

Se compararmos os resultados apresentados no Quadro 25 e os valores indicados no Quadro 24 poderemos concluir que estamos num mercado oligopolista em que, no ano de 1960, a "empresa" Setúbal assumia o papel relevante em termos de estrutura de

⁴² Para obter a quota de mercado de cada distrito utilizámos a seguinte fórmula: Quota de mercado = (Valor da produção do distrito/ Valor da produção total) x 100%.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

mercado, no ano de 1970, esse papel era desempenhado pelas "empresas" Aveiro e Setúbal e, em 1980, a "empresa" Aveiro, assumia-se como a dominante do mercado.

Face a estes resultados poderemos admitir que existindo em cada um dos distritos anteriormente referidos, empresas de grande dimensão (Mundet e Wicander no distrito de Setúbal e Corticeira Amorim, no distrito de Aveiro) e pequenas empresas, faz todo o sentido caracterizar o mercado corticeiro como *Gulliver* e os *lilliputeanos*. E, numa estrutura de mercado de tipo *Gulliver* e os *lilliputeanos*, importa perceber como se justifica a entrada e saída do mercado. Talvez seja melhor colocar esta questão de uma outra forma, e perguntar como decorre a concorrência neste tipo de mercados.

Em mercados onde existe um *player* ou *players* com grande dimensão, o grau de concorrência dependerá de três custos, os custos irrecuperáveis (Martin, 2002), os custos fixos e os custos fixos de funcionamento (Shepherd, 1984). Qualquer empresa para se instalar no mercado e nele permanecer sabe que tem de suportar os referidos custos e, preferencialmente, deve ser mais eficiente. Hausman (2003) demonstrou que nos mercados em que o custo de investimento inicial e os custos fixos de funcionamento não são muito elevados, podem existir muitas empresas e, conseqüentemente, maior concorrência.

Na continuação deste pensamento, poder-se-ia apontar para os custos fixos como um determinante para a entrada e saída das empresas de um determinado mercado. No mesmo sentido se pronunciou Klepper (2002) quando analisa a sobrevivência das empresas e a sua relação com a evolução de oligopólios. Terão sido os elevados custos fixos⁴³, isto é, os custos que uma empresa suporta e que não variam com a produção (Rutherford, 1998), o motivo que levou à saída das empresas do mercado? Não acreditamos.

Fizemos, anteriormente, uma caracterização do setor corticeiro. De acordo com essa caracterização podemos afirmar que os custos fixos associados à indústria

43 Num processo produtivo coexistem dois tipos de custos, os custos fixos e os custos variáveis. Os custos variáveis são aqueles que variam com a produção.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

preparadora são muito reduzidos. Poder-se-iam apontar como exemplos de custos fixos, os custos resultantes de rendas, juros suportados e algumas amortizações (do imobilizado corpóreo, por exemplo, edifícios ou prensas para fazer os fardos). Estes exemplos são corroborados por Faísca (2019) que apresenta a estrutura de custos da empresa corticeira Herdeiros de José Lopes Burgos. O Quadro 26 apresenta a estrutura de custos da Fábrica corticeira Herdeiros de José Lopes Burgos, empresa que tanto procedia à transformação de cortiça em rolha, como à atividade preparadora, em fardos, para posterior venda a outras empresas.

Quadro 26 - Estrutura de custos da Fábrica corticeira Herdeiros de José Lopes Burgos, em 1911

Custos	Montante - em réis	Valor percentual
Pessoal	21 618 000	10,83
Matérias-primas	157 271 380	78,78
Combustíveis	1 325 000	0,66
Transportes	18 326 927	9,18
Lubrificação	240 000	0,12
Seguros	350 000	0,18
Impostos	500 000	0,25
Total	199 631 307	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de Faísca (2019: 167)

A estrutura de custos constante no Quadro 26 permite considerar as despesas em Seguros, como os únicos custos fixos que a empresa suportaria e, esse montante, de 0,18% do total dos custos, pode-se considerar absolutamente irrelevante.

A pouca relevância dos custos fixos nas empresas corticeiras, de preparação e transformação, pode ser, ainda, comprovada com a análise dos custos de duas empresas em épocas diferentes. A empresa Mário Guerreiro, Lda. iniciou a sua atividade de preparação de cortiça em agosto de 1946 e, em setembro de 1946, o balancete apresentava os custos constantes no Quadro 27.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 27 - Empresa corticeira Mário Guerreiro, Lda. - custos de produção em setembro de 1946

Custos	Montante - em escudos	Valor percentual
Rendas	600\$00	0,32
Arco de Ferro	1 184\$00	0,63
Fretes e transportes	17\$00	0,01
Cortiça	178 555\$50	95,66
Arame Queimado	1 725\$00	0,92
Despesas Diversas	45\$00	0,02
Diversos	4 536\$10	2,44
Total	186 662\$60	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Balancete de setembro de 1946 da empresa Mário Guerreiro, Lda.

De todos os custos suportados pela empresa, apenas as rendas apresentam características de custos fixos, isto é, custos que a empresa teria de suportar quer estivesse a laborar ou não. E, no início da atividade, os custos fixos representavam apenas 0,32% dos custos.

Será que os custos fixos se mantiveram, ao longo dos anos, em valores insignificantes? O Quadro 28 apresenta a estrutura de custo da mesma empresa, agora em dezembro de 1952.

Quadro 28 - Empresa corticeira Mário Guerreiro, Lda. - custos de produção em dezembro de 1952

Custos	Montante - em escudos	Valor percentual
Equipamentos - Móveis	9 295\$00	0,64
Juros e descontos	7 057\$80	0,49
Instalações - Máquinas	51 640\$00	3,57
Despesas Diversas	22 157\$50	1,53
Fabricação	1 203 186\$50	83,27
Provisões	605\$80	0,04
Devedores e Credores Diversos	605\$00	0,04
Banco	150 358\$25	10,41
Total	1 444 905\$85	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Balancete de dezembro de 1952 da empresa Mário Guerreiro, Lda.

Considerando esta estrutura de custos e sendo o balancete omissivo quanto à natureza dos custos com o Banco, poder-se-á verificar que a empresa poderia apresentar

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

como custos fixos, a despesa em equipamento administrativo (Móveis), as despesas com equipamento industrial (Instalações - Máquinas), o que representava 4,21% dos custos mensais. Se, no entanto, considerarmos que os custos com o Banco possam assumir características de custos fixos, então os custos fixos da empresa ascenderiam a 14,62% dos custos mensais. Estes valores parecem-nos insuficientes para se assumirem como barreira à entrada ou incentivo à saída das empresas no mercado.

Acreditamos que a estrutura de custos anteriormente apresentada pouco se terá alterado nas décadas seguintes. Sustentamos esta nossa posição com o exemplo da empresa Monticor - Sociedade Montijense de Cortiças, Lda. que se dedicava à preparação e transformação de cortiça. A estrutura de custos apresentada no Quadro 29, refere-se ao ano de 1996, ano fora do nosso período em análise, mas elucidativo da nossa posição.

**Quadro 29 - Monticor - Sociedade Montijense de Cortiças, Lda. em agosto de 1996
- valores acumulados**

Custos	Montante - em escudos	Valor percentual
Fornecimentos e Serviços Externos	30 741 749\$50	10,35
Impostos	250 210\$000	0,08
Custos com o Pessoal	120 652 820\$00	40,62
Outros Custos Operacionais	212 000\$00	0,07
Custos e Perdas Financeiras - dos quais Juros suportados	453 035\$00 144 135\$30	0,15
Amortizações	24 980 607\$90	8,41
Compras de Matéria-prima	119 708 548\$00	40,31
Total	296 998 970\$40	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Balancete de agosto de 1996 da empresa Monticor. Lda.

Os custos fixos da Monticor - Sociedade Montijense de Cortiças, Lda. foram, no período indicado no quadro anterior, de 8,56% dos custos totais. Estamos convictos que os valores dos custos fixos das empresas preparadoras e transformadora não atingiam, nem atingem na atualidade, de modo algum, valores altos nem valores impeditivos da entrada de novas empresas no mercado ou valores que levassem as empresas a sair do mercado.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

A indústria granuladora, que inclui as operações de trituração da cortiça (de qualidade inferior) e os desperdícios de todas as outras indústrias, com o objetivo de obter a matéria-prima para a indústria de aglomerado, e a indústria do aglomerado já exigem custos fixos de muito maior dimensão e, nestes casos, impeditivo da entrada de empresas no mercado. Como referimos e explicámos anteriormente, quando se fala da indústria corticeira não se pensa nem na indústria granuladora nem da indústria aglomeradora. Pensa-se, isso sim, nas indústrias de preparação e transformação da cortiça. E este trabalho incide sobre este tipo de indústria. Até porque, as empresas corticeiras instaladas, nas décadas de sessenta a noventa do século passado, na margem sul do Tejo, eram, sobretudo, empresas de preparação e transformação de cortiça. E, como se demonstrou, estas indústrias não exigem, a quem quer entrar no mercado, avultados investimentos, nem os seus custos fixos são elevados. Por outro lado, os custos fixos não são razão para a saída do mercado de empresas, algumas dessas empresas, já com dezenas de anos de experiência.

Voltemos a analisar, com mais cuidado, o mercado oligopolista. Rosenberg e O'Hallaran (2014) referem que um oligopólio representa um mercado onde o poder está concentrado num pequeno número de empresas, não interessando esse número, mas sim, que esse número de empresas produza a maior parte da produção do setor. Assim, para estes autores, as barreiras à entrada estão associadas à escala das empresas que dominam o mercado, sendo, habitualmente, altas em consequência da escala e das vantagens competitivas derivadas dessa escala. As empresas numa estrutura de mercado oligopolista, devem delinear estratégias empresariais de modo a permitir reagir, em tempo útil e de modo apropriado, às decisões das outras empresas, sobretudo se essas outras empresas tiverem uma posição dominante (Baye, 2010).

O termo de posição dominante carece de precisão, porque vamos utilizá-lo ao longo deste trabalho. De acordo com Santos (2014), uma empresa detém posição dominante quando dispõe de uma tal posição de mercado que não tem de se preocupar com a reação das restantes empresas. A existência de posição dominante não é, por si só, ilegal, não diminui a concorrência, não tem repercussões económicas adversas e, em

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

última análise, não é prejudicial à sociedade (Canoy, Rey e Damme, 2004). Poder-se-á, até, salientar que se essa posição dominante resultar da concorrência, é salutar, revela a competência da gestão dessa empresa e a sociedade beneficia com essa situação. Situação contrária ocorre quando uma empresa abusa da sua posição dominante. E esta situação ocorre quando uma empresa utiliza a sua posição dominante para a exclusão de empresas concorrentes do mercado através de procedimentos que levam a uma diminuição da concorrência com o objetivo de obter e/ou manter essa sua posição dominante (Mihai e Andreea-Florina, 2013).

E será que, no período em análise, isto é, até 1960, existia uma estrutura de mercado oligopolista em que uma empresa dominante usava de forma abusiva essa sua posição e, com esse comportamento, diminuía a concorrência no mercado? O primeiro impulso seria o de responder que não existia porque não se conhece qualquer decisão condenatória a qualquer empresa portuguesa por parte de um tribunal competente na matéria. Esta seria uma resposta fácil, sem ter em conta como a ideia de concorrência tem sido encarada pela sociedade portuguesa, já que essa ideia de concorrência, da livre concorrência, é pouco usual em Portugal⁴⁴.

A Constituição da República Portuguesa de 1933, no seu Art.º 8.º, elenca os direitos e liberdades individuais e, no seu n.º 7, refere a liberdade de escolha de profissão ou tipo de trabalho, indústria ou comércio. Poder-se-ia pensar que a liberdade de concorrência estaria assegurada dado que existia a liberdade escolha de profissão, indústria ou comércio. Pelo contrário, os artigos constantes no Título VIII - Da ordem económica e social, restringem fortemente essa liberdade, ao apontarem como responsabilidade do Estado, a coordenação e regulação da vida económica e social e promover a formação e desenvolvimento da economia nacional corporativa, com o objetivo de evitar uma concorrência desregrada entre os agentes económicos,

⁴⁴ Demonstrámos que D. Afonso V preferiu atribuir o monopólio na exportação de cortiça em vez de incentivar a concorrência.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

concorrência que era contrária aos justos objetivos da sociedade e dos próprios agentes económicos⁴⁵.

Esta tendência para a intervenção do Estado na atividade económica, para controlar e evitar a real concorrência entre os agentes económicos é reafirmada na Lei n.º 2005, de 14 de março de 1945, conhecida como a Lei do Fomento e da Reorganização Industrial. Esta lei prevê, na Base V, que o governo assegurará a defesa da atividade económica contra a concorrência ilegítima (sem que explique o que considera como concorrência ilegítima) mas anula, ele próprio, a ideia de concorrência quando refere que os preços não deverão ser superiores aos dos produtos similares produzidos no estrangeiro. Acrescenta, ainda, que essa limitação será anulada em caso de dumping e de irremovíveis condições de inferioridade nomeadamente, os custos das matérias-primas e exiguidade de mercado. Poderia pensar-se que esta exceção poderia abrir porta à livre concorrência. O restante preceituado legal não deixa dúvidas: nada de concorrência⁴⁶. A Lei n.º 2052, de 11 de março de 1952 veio reforçar o caráter centralizador e planificador do Estado em detrimento de um espírito concorrencial, gerador de crescimento económico e de desenvolvimento⁴⁷. Este entrave é reconhecido no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 46 666, de 24 de novembro de 1965, embora se

⁴⁵ Esta tendência de interferir e decidir o que é melhor para os agentes económicos incluindo a repartição dos rendimentos, é comum tanto à Constituição de 1933 como à Constituição de 1976. Na Constituição de 1976, para além de defender uma economia socialista e planificada, onde por definição, não existe concorrência, advoga que o imposto sobre o rendimento pessoal visará a diminuição das desigualdades, será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar, e tenderá a limitar rendimentos a um máximo nacional, definido anualmente pela lei. Por estranho que pareça, o atual texto constitucional continua a indicar como função do Estado, o de garantir a igualdade real dos portugueses (alínea d) do Art.º 9.º).

⁴⁶ Esta situação de falta de concorrência mereceu fortes e pertinentes críticas de Dias (1945). A cúpula do regime, então vigente, conhecia e tinha perfeita consciência dos erros da economia dirigida, pelo menos desde 1945, já que, nos Conselhos de Ministros realizados nos dias 9, 10 e 19 de fevereiro, Marcello Caetano, na sua intervenção, expôs os erros da economia dirigida. Salazar, por sua vez, também tinha consciência desses erros como se pode deduzir da carta remetida a Marcello Caetano onde, a propósito da lei do condicionamento industrial, refere que a nova proposta representa um progresso relativamente à lei anterior mas, talvez, não se tivesse avançado o suficiente na liberalização (Antunes, 1994).

⁴⁷ Esta lei prossegue o espírito da Lei n.º 19 409, de 4 de março de 1931 que deu origem ao Condicionamento Industrial. Para uma análise de todo o processo de condicionamento industrial veja-se Brito (1989).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

reafirme a convicção que a concorrência não seria incompatível com o condicionamento industrial.

A integração económica portuguesa na European Free Trade Association (EFTA) e, posteriormente, o acordo estabelecido com os Estados Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e a CEECA, e, sobretudo, o Acordo entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e Portugal, vieram introduzir profundas alterações no entendimento sobre o papel da concorrência na atividade económica. Essas alterações ficaram patentes: na Lei n.º 3/71, de 16 de agosto, que introduz as alterações ao texto constitucional, onde, no n.º 6 do Art.º 31.º, se atribui, como competência do Estado, o de estimular a iniciativa privada e a concorrência efetiva entre as empresas; na Lei n.º 1/72, de 24 de março, que instituiu aquilo que se poderia denominar como a Lei da Defesa da Concorrência, embora, esta lei não tivesse entrado em vigor por não ter sido regulamentada tal como exigia a sua Base XVI; e no Acordo estabelecido entre a CEE e Portugal, que define os princípios de concorrência que as partes contratantes deviam respeitar e, em particular, o disposto no Art.º 26.º do citado acordo, que mencionava expressamente a impossibilidade de utilização abusiva de uma posição dominante⁴⁸.

A mudança de regime político ocorrida em 25 de abril de 1974 veio alterar profundamente todo o enquadramento político no país, com as consequentes repercussões na atividade económica. O Art.º 81.º da Constituição de 1976 é um exemplo das profundas alterações ocorridas ao elencar como funções prioritárias da ação do Estado, eliminar e impedir a formação de monopólios privados (através de nacionalizações), reprimir os abusos do poder económico, assegurar a equilibrada concorrência entre as empresas e proteger, por lei, as pequenas e médias empresas económicas e socialmente viáveis e intervir na formação e controlo dos preços (Art.º 109º).

⁴⁸ Este acordo entrou em vigor dia 1 de julho de 1973.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Tal postulado constitucional limita a concorrência das empresas e não dá indicações, aos agentes económicos, de incentivo à concorrência. O texto constitucional resultante da revisão constitucional de 1982 introduz, no seu Art.º 109.º, uma alusão à concorrência, quando aponta como incumbência do Estado evitar práticas comerciais restritivas e os seus reflexos nos preços.

Perante esta situação, não é de estranhar que Silva (2013) tenha afirmado que Portugal manteve, ao longo da sua história, uma relação difícil com o direito da concorrência, e que só, em consequência do nosso pedido de adesão à CEE, se introduziu um sistema nacional de concorrência. Ainda segundo Silva (2013), o primeiro passo para a construção desse sistema nacional de concorrência ocorreu com a publicação do Decreto-Lei n.º 422/83⁴⁹, de 3 de dezembro, embora, apenas com a publicação do Decreto-Lei n.º 371/93, de 29 de outubro, tivesse sido possível implementar uma verdadeira lei da concorrência. No entanto, sem grande efeito porque "a atividade económica continuou cúmplice de uma mentalidade fechada e adversa à economia de mercado" (Silva, 2013: 21).

E será que neste período democrático, existia uma estrutura de mercado oligopolista em que uma empresa dominante usava de forma abusiva essa sua posição e, com esse comportamento, diminuía a concorrência no mercado? Esta questão será respondida ao longo dos capítulos seguintes.

6- Outros fatores justificativos da localização geográfica da indústria da cortiça portuguesa

Ruivo (1995) e Branco e Parejo Moruno (2011) debruçaram-se sobre a hipótese de existir um distrito industrial no concelho de Santa Maria da Feira. Por sua vez, Lopes e Branco (2013) e Branco e Lopes (2018) questionam se a localização geográfica da indústria corticeira não resultará da existência de um *cluster* corticeiro naquela região.

⁴⁹ Silva (2013) realça que, apesar da publicação deste documento legal, se ficou aquém do que seria necessário para a época.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

De facto, existem similitudes entre a realidade vivida em Santa Maria da Feira e os pressupostos do conceito de distrito industrial⁵⁰. Essa semelhança estende-se ao conceito de *cluster*. Mas qualquer destes conceitos aplicados na indústria corticeira, só é possível em função da Corticeira Amorim. Tivesse esta empresa a sua sede noutra local, teríamos, nesse local, uma situação de distrito industrial ou *cluster*. Talvez fosse preferível, nesse caso, considerarmos o distrito industrial Corticeira Amorim ou *Cluster* Corticeira Amorim.

Não queremos com esta nossa posição afirmar que os conceitos de distrito industrial e de *cluster* não são relevantes ou que não façam sentido. São conceitos importantes, não tanto pelos conceitos em si mas, sobretudo, pelo princípio económico que lhe deu a origem: as economias de escala externas.

As economias de escalas externas podem resultar de diversos fatores. Griliches (1979) e Scherer (1980) realçam o papel do investimento (sobretudo em Investigação & Desenvolvimento) e o seu benefício para todas as empresas instaladas na proximidade geográfica, num processo de aprendizagem *learning by doing*, assumindo esse investimento um caráter de externalidade positiva⁵¹, partilhada por todas as empresas dessa mesma região. Satovsky (1954) e Scherer (1980) realçam a importância da estrutura de mercado (seja essa estrutura de concorrência perfeita, seja de concorrência imperfeita), nas economias de escalas externas nomeadamente, no efeito potencializador que essas externalidades permitem ao incentivarem a interdependência entre os vários produtores, podendo criar-se aquilo que Bartelsman, Caballero e Lyons (1994) denominaram como de externalidade de rede. Já Hotelling (1929) apontava como uma das vantagens associadas às economias de escala externas, a possibilidade de expansão das externalidades positivas resultante da observação ou conhecimento, por parte das diversas empresas, das estratégias adotadas pelas suas concorrentes.

⁵⁰ Distrito industrial corresponde a uma área geográfica delimitada onde se concentram empresas ou indústrias enquanto *cluster* corresponde à concentração de empresas com atividades produtivas semelhantes.

⁵¹ Externalidades são os efeitos positivos ou negativos, em termos de benefícios ou custos, gerados pelas atividades de produção ou consumo exercidas por um agente económico, e que se refletem nos outros agentes, independentemente da sua vontade de os impedir ou de os pagar (adaptado de Rutherford, 1998).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Branco, Parejo Moruno, Lopes e Rangel Preciado (2014) ao estudarem os fatores do sucesso/insucesso da internacionalização do negócio corticeiro das empresas Mundet & C.^a, Lda. e a Corticeira Amorim, abordam as determinantes familiares. Consideram estes autores que a localização da Corticeira Amorim em Santa Maria de Lamas terá resultado, essencialmente, de razões familiares.

A posição defendida por estes autores parece-nos a mais adequada e condizente com o modelo por nós proposto para explicar a atual localização geográfica da indústria corticeira portuguesa.

7- O modelo proposto para justificar a atual localização geográfica da indústria da cortiça portuguesa

Importa perceber as razões justificativas para que grande número de empresas localizadas nos distritos a sul do Tejo tenha fechado e saído do mercado ao mesmo tempo que o distrito de Aveiro, e em particular, o concelho de Santa Maria da Feira, se tornou o centro da indústria corticeira em Portugal. Esta situação, única em todo o tecido industrial português, não significou, como anteriormente já tínhamos referido, a deslocalização das empresas localizadas a sul do Tejo para o distrito de Aveiro. Significou sim, o encerramento e saída do mercado de empresas a sul, algumas com dezenas de anos de existência, e a criação de novas empresas no distrito de Aveiro.

A preocupação em determinar os fatores explicativos para a localização geográfica de uma indústria é compreensível. A decisão de localização geográfica de uma empresa pode ter consequências, a curto e a longo prazo, tanto para a própria empresa como para a restante comunidade. Para a empresa, porque uma má escolha da localização geográfica condicionará o seu desempenho económico-financeiro por muitos anos podendo, por esse motivo, ser uma desvantagem concorrencial. Para além disso, poderá ter consequências ao nível da comunidade onde está inserida, ao nível do seu desenvolvimento local e regional. Importa, por isso, perceber quais os aspetos, fatores ou determinantes que as empresas tomam em consideração quando decidem

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

instalar-se numa determinada região e, se esses fatores, podem ser utilizados para explicar a atual localização geográfica do setor corticeiro.

Num mundo concorrencial, onde todas as empresas podem entrar/sair do mercado, oriental/reorientar os seus processos produtivos e decidirem a localização geográfica das suas instalações, estas decisões resultam dos incentivos do mercado. De entre esses incentivos sobressai o preço do bem produzido⁵². De facto, uma empresa apresentará uma situação de lucro⁵³ nulo quando o preço do bem produzido seja igual ao seu custo médio, terá lucro se o preço for superior ao seu custo médio e apresentará prejuízo sempre que o preço for inferior ao custo médio. As empresas para poderem sobreviver num mercado concorrencial, sempre que decidem entrar/sair do mercado, oriental/reorientar os seus processos produtivos ou a localização geográfica dos seus processos produtivos, têm em consideração estes resultados.

É, por isso expectável, que as empresas pretendam funcionar na sua dimensão ótima. A dimensão ótima ocorre quando o seu custo médio é o mais baixo possível, situação em que pode obter o lucro mais elevado. A análise sobre a entrada/saída do mercado, orientação/reorientação dos processos produtivos ou escolha da localização dos processos produtivos deve orientar-se, ainda que não exclusivamente, por estes princípios.

A tentativa de se saber quais os fatores ou aspetos determinantes para a decisão de uma empresa quanto ao local onde instalar o seu processo produtivo, tem sido alvo de incontáveis estudos. No Quadro 30 apresentamos as dimensões dos fatores determinantes para essa escolha e alguns dos autores dos trabalhos científicos que os suportam.

⁵² O lucro por unidade vendida (lucro unitário) pode ser obtido através da seguinte fórmula:
$$\text{Lucro unitário} = \text{preço} - \text{custo médio}$$

Daqui resulta que o total do lucro é dado por:

$$\text{Lucro total} = (\text{preço} - \text{custo médio}) \times \text{quantidade vendida}$$

⁵³ Deve-se notar que o lucro aqui calculado é o lucro económico e não o lucro contabilístico. Assim, num mercado de concorrência perfeita, o lucro económico é nulo, mas existe lucro contabilístico.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 30 - Fatores para a decisão de localização industrial

Fatores	Autores
Custo dos fatores produtivos • Custo do fator trabalho • Custo do capital • Custo de transportes • Custo de energia (eletricidade, carvão, gás, combustíveis líquidos, água...) • Proximidade das matérias-primas	Hoover (1937); Losch (1957); Greenhut (1959); Beckmann (1968); Fales e Moses (1972); Bater e Walker (1977); Hoyle e Pinder (1981); Mckinnon (1989); Haitani e Marquis (1990); Gold (1991) Wheeler e Mody (1992); Hoffman e Schniederjans (1994); Jungthirapanich e Benjamin (1995); Badri (1999); Atthirawong, e MacCarthy (2001); Kalantri (2013), Bruch, Wiktorsson, e Bellgran (2014); John, Ejikem e Alfred (2015); Cifranič (2016); Phelps e Wood (2017); Lumbwe, Nwobodo-Anyadigwu e Mbohwa (2018); Dixit; Clouse e Turken (2019).
Trabalho • Qualidade da força de trabalho • Mão de obra disponível • Motivação para o trabalho • Atitude perante o trabalho • Sindicatos	Greenhut (1959); McMillan (1965); Olson (1971); Friedman (1977); Moriarty (1980); Massey (1984); Schoenberger (1988); Wheeler e Mody (1992); Billington (1999); Atthirawong, e MacCarthy (2001); Park (2002); Jackson (2010); Kalantari (2013); Mkwanazi e Mbohwa (2016); Lumbwe, Nwobodo-Anyadigwu e Mbohwa (2018); Fusková, Hanáčková e Gubáňová (2018).
Mercado • Proximidade e dimensão do mercado consumidor • Localização dos concorrentes • Possibilidade de expansão física da empresa • Distrito industrial	Fetter (1924); Weber (1929); Hotteling (1929); Palander (1935); Bernardo (1945b); Hoover (1948); Greenhut (1963, 1974, 1981); Carnoy (1972), Brusco (1985); Porter (1986); Becattini (1991, 2004); Harrinson (1992); Figueiredo, Guimarães e Woodward (2002); Badri (2007); Cappello (2011); Smit e Donaldson (2011).
Atitude Governamental • Políticas públicas respeitadoras do mercado concorrencial • Incentivos ao investimento • Sistema fiscal	Greenhut (1959); McMillan (1965); Schmenner (1982) Premus (1982); Rees (1983); Ballance (1987); Coughlin, Joseph e Vachira (1990); Philippe (1995); Fleischman (1995); Reinartz e Kumar (1999); Maccarthy e Atthirawong (2003); Passos <i>et al</i> (2007); Barnard, Kritzinger, e Kruger (2011); Rubalcaba <i>et al.</i> (2013); Turhan, Akalin, e Zehir (2013); Lumbwe, Nwobodo-Anyadigwu e Mbohwa (2018); Fusková, Hanáčková e Gubáňová (2018); Park <i>et al.</i> (2018).
Clima e qualidade de vida	Greenhut (1959); McMillan (1965); Dean (1972);

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

	Spooner (1974); Moriarty (1980); Schmenner (1982); Haitani e Marquis (1990); McConnell e Schwab (1990); Barnard, Kritzing, e Kruger (2011); Kalantari (2013); Lumbwe, Nwobodo-Anyadigwu e Mbohwa (2018)
--	---

Fonte: Elaboração própria

Nenhum dos estudos apresentados no quadro anterior incide sobre a indústria corticeira. Podemos questionar se os fatores apresentados no quadro anterior se podem aplicar à indústria corticeira em Portugal. Esta questão justifica-se face às características do setor corticeiro.

Reis (1993) caracterizou a indústria corticeira como tendo uma oferta muito pouco elástica devido a dois aspetos principais: a baixa elasticidade da oferta de matéria-prima; a dificuldade em expandir a área do montado devido, entre outros aspetos, à não existência de terrenos com condições ecológicas adequados ao sobreiro. Um mercado com uma oferta pouco elástica, diríamos até, muito inelástica, caracteriza-se por uma fraca resposta da quantidade oferecida às variações dos preços. Isto é, a quantidade oferecida varia menos que proporcionalmente à variação dos preços (Krugman e Wells, 2009). Neste tipo de mercados, as empresas estão muito dependentes da variação da procura porque essas variações tendem a refletir-se mais nas alterações dos preços do que na quantidade.

Rosa (1996: 95) corrobora desta posição ao reconhecer que as exportações tradicionais portuguesas (vinho, conservas de peixe e cortiça) nunca sofreram "drásticas restrições em quantidade, apesar da forte quebra do preço unitário da tonelada exportada".

Sendo a indústria corticeira fortemente dependente do mercado exportador, as decisões de entrada/saída do mercado, orientação/reorientação dos processos produtivos ou escolha da localização dos processos produtivos estão, também, relacionados com a evolução da procura externa. Esta relação, importante como iremos verificar nos capítulos seguintes, não invalida a conclusão dos vários investigadores que defenderam (como demonstrámos na Introdução) que a localização geográfica do setor corticeiro

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

não pode ser explicada por nenhum modelo isoladamente e que seria muito difícil criar uma teoria geral que indique os fatores determinantes dessa localização.

Apesar de concordarmos que é muito difícil existir um modelo ou uma teoria que indique os fatores determinantes da localização geográfica de uma indústria, entendemos que, a existir, essa explicação não pode basear-se num único indicador ou teoria. A localização e instalação de uma empresa num determinado local ou região é uma decisão complexa, que abarca várias dimensões e diferentes intervenientes, pelo que qualquer indicador, por si só, é insuficiente para explicar essa decisão. Nesse sentido, justificar a concentração da indústria corticeira na região de Aveiro como resultado de um único fator, por exemplo os custos salariais mais baixos ou o distrito industrial, não nos parece válido.

Se estes fatores simples não explicam cabalmente a localização geográfica do setor corticeiro, então teremos de procurar uma forma de explicar as razões da concentração da indústria corticeira na região de Aveiro e, em particular, na zona de Santa Maria da Feira. Esta concentração da indústria corticeira na região de Aveiro assemelha-se a um processo de deflexão da produção, isto é,

"a transferência do local de fabrico de um bem contrária ao indicado pelo critério da racionalidade económica da vantagem comparativa. A deflexão da produção implica uma inversão do sentido natural na localização da produção, em vez de se situar no local que apresenta vantagem comparativa, a produção desloca-se para um local comparativamente desvantajoso" (Ferreira, 1997: 48).

As razões que podem explicar a deslocação de um local que apresenta vantagens comparativas para um local comparativamente desvantajoso leva-nos ao conceito de transnacionalização da produção. A transnacionalização da produção, resultado da divisão da produção em produtos (ou processos produtivos) parcelares, origina que a produção seja efetuada ou deslocada em diversos países ou regiões para aproveitar os respetivos fatores competitivos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Kumar e Suresh (2008), ao analisarem os fatores que levam uma empresa a realizar investimentos diretos no exterior apresentam um conjunto de fatores que agruparam em fatores de natureza tangível e fatores de natureza intangível. Estes autores consideram como fatores tangíveis, aqueles que podem ser mensuráveis e com forte pendor económico (os custos com a mão de obra, os custos de transporte, redução dos custos, acesso aos mercados, infraestruturas de comunicação e informação, política fiscal do país...) e os fatores intangíveis, aqueles que não podendo ser mensuráveis, mas que têm uma grande importância no momento da decisão de investimento (a experiência da empresa, a cultura da empresa, a sua forma de gestão, os objetivos da empresa e dos detentores do capital...).

Se pensarmos na indústria corticeira no seu todo, poderemos ver alguma similitude com a transnacionalização da produção. Como se referiu anteriormente, o setor corticeiro é constituído por quatro indústrias principais: a indústria preparadora, a indústria transformadora, a indústria granuladora e a indústria aglomeradora. A indústria transformadora está dependente da indústria preparadora e as indústrias granuladora e aglomeradora necessitam daquelas duas indústrias. Esta interdependência assemelha-se à divisão de um processo produtivo em processos produtivos parcelares, característica da transnacionalização da produção.

Sendo assim, é possível propor uma explicação para a localização da indústria corticeira na região de Aveiro como o resultado de uma combinação de fatores tangíveis e fatores intangíveis. Propomos, para explicar a localização do setor corticeiro na região de Aveiro, um indicador composto constituído por duas dimensões. Uma das dimensões, que denominaremos a dimensão técnico-económica e, uma outra, que passaremos a considerar como a dimensão psicossociológica.

Concretizemos cada uma destas dimensões. A dimensão técnico-económica, muito importante, mas insuficiente para explicar a localização do setor corticeiro. Esta dimensão, a que as empresas não podem deixar de considerar, será constituída pelos seguintes três indicadores:

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1) O nível de investimento da indústria corticeira na região.

Espera-se que as empresas procurem instalar-se em locais ou regiões que apresentem um elevado nível de investimento no mesmo ramo de atividade. A existência de um elevado volume de investimentos pode permitir que se beneficie das vantagens da integração económica, ainda que essa integração seja de carácter informal, e aproveitar as eventuais economias de escala associadas a esse volume de investimento.

2) A produtividade média do fator trabalho.

Sendo as indústrias preparadoras e transformadora essencialmente trabalho intensivo, isto é, onde o fator de produção mais utilizado e mais importante é o trabalho, as empresas preferem instalar-se numa região onde a produtividade média do fator trabalho seja a mais elevada possível, porque isso lhe permite obter a maior rentabilidade da sua atividade produtiva.

3) A estrutura de mercado.

A estrutura de mercado condiciona a estratégia das empresas que o constituem. Sobretudo, quando o mercado apresenta características oligopolistas, em que as empresas vêm vantagens em instalar-se próximo da empresa de maior dimensão pois permite alguns ganhos por via da integração informal da produção ou dos respetivos processo produtivos.

A segunda dimensão - a dimensão psicossociológica - resulta da constatação que ocorrem infindáveis interações entre os diferentes agentes económicos e entre os agentes económicos e os diferentes conjuntos sociais que compõem a nossa sociedade (Drucker, 1969). Assim todas as interações ocorridas entre os indivíduos e entre estes e os diferentes conjuntos sociais existentes em qualquer sociedade assentam na cultura, na forma de socialização (em particular, na formação das atitudes e valores) e nos vários papéis que cada indivíduo desempenha na sociedade (Virton, 1979).

As empresas, como qualquer organização, são constituídas por pessoas, visam atingir um conjunto de objetivos que, isoladamente, um indivíduo não poderia alcançar. Para atingir esses objetivos, as empresas apresentam uma estrutura formal, isto é, a

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

forma como se organizam para esses fins. No entanto, como já Stoner (1985) reconhecia, as relações que se estabelecem entre os indivíduos numa empresa e entre as empresas, não ocorrem apenas no contexto da sua estrutura formal.

De acordo com Drucker (1969), vivemos numa sociedade de organizações, em que nenhuma organização existe por si só, existe em ambiente de interdependência com outras organizações. Esta interdependência assume uma vertente formal (por exemplo, os contratos) mas, sobretudo, uma vertente informal. A esta vertente informal, que poderemos denominar de organização informal de uma empresa resulta das relações individuais que se estabelecem na e entre as empresas e outros grupos e interesses sociais. A importância das relações informais em contexto empresarial foi reconhecida por, entre outros, Mayo (1933)⁵⁴ e por Katz e Kahan (1978).

Katz e Kahan (1978) consideraram que as empresas são sistemas abertos, no sentido de interagirem com o meio onde estão inseridas. Esta conceção de empresa não é muito diferente da abordagem contingencial, onde o ambiente, considerado como tudo aquilo que envolve a empresa, condiciona as suas decisões (Mações, 2018). Compete aos órgãos de gestão definir a estratégia empresarial que maximize o poder e a influência da empresa e, ao mesmo tempo, minimize a sua dependência relativamente ao ambiente que a rodeia. No fundo, o ambiente é constituído pelo conjunto dos *stakeholders* da empresa nomeadamente, os trabalhadores, a própria administração, os acionistas, os clientes, os fornecedores, os sindicatos, o poder político...

A forma como cada empresa se relaciona com estes interesses está muito mais ligada com uma componente informal que, como demonstrámos, depende de fatores psicossociológicos. Nos termos do anteriormente exposto, resulta que as decisões de

⁵⁴ A leitura dos livros *The Human Problems of an Industrial Civilization* (1933), *The Social Problems of an Industrial Civilization* (1945) e *The Political Problem of an Industrial Civilization* (1947) permite perceber a importância do trabalho de Elton Mayo e da Teoria das Relações Humanas.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

gestão resultam de uma função com duas variáveis explicativas, a dimensão técnico-económica e a dimensão psicossociológica⁵⁵.

A decisão sobre onde instalar uma empresa não pode ser explicada apenas em função de critérios técnico e económicos, ainda que essa decisão possa ser perfeitamente racional, se isso alguma vez possa existir ou ocorrer. Simon (1955) demonstrou, que o *homo economicus*, isto é, o Homem de racionalidade perfeita e de tudo sabedor, não existe porque a sua racionalidade não é perfeita, mas incompleta. O'Boyle (2007), consciente da inexistência do *homo economicus*, propõe a sua substituição pelo conceito de *homo socioeconomicus*. Esta profunda alteração traduz a constatação que qualquer agente económico, integra em si próprio, elementos da sua experiência, vida social e mundividência, com a sua racionalidade limitada, com os vícios próprios dos seres humanos e com as suas próprias virtudes, e não um ser eminentemente racional. É este *homo socioeconomicus* que vai decidir onde localizar uma determinada empresa.

Este processo de decisão será efetuado, não segundo modelos de racionalidade ilimitada, mas segundo modelos de racionalidade limitada e, em algumas situações, de acordo com modelos irracionais (Carvalho, 2009). O processo de decisão depende de fatores de natureza psicossociológica (a história da empresa, a sua gestão, a cultura e clima organizacional, a relação que mantém com os seus *stakeholders*) que assumem um papel relevante na vida de uma empresa (Cyert e March, 1963). Certamente que não terá sido por mero acaso que Katz e Kahn (1978) consideraram a cultura e o clima organizacional como uma espécie de inatingível cimento psicológico que permite às empresas perdurarem no tempo e, consequentemente, alongar o seu ciclo de vida.

Esta dimensão psicossociológica é um dos elementos-chave para explicar a localização geográfica do setor corticeiro português a partir de década de sessenta do

⁵⁵ Numa abordagem matemática esta função poderia ser apresentada da seguinte forma: *Decisão de gestão* = $f(DTE, DP)$, em que DTE - dimensão técnico económica e DP - dimensão psicossociológica.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

século passado. Esta nossa hipótese explicativa será desenvolvida nos capítulos seguintes.

Conclusão do capítulo

O presente capítulo foi desenvolvido em sete pontos. No primeiro desses pontos, discutiu-se a localização geográfica da primeira empresa corticeira portuguesa. Não foi possível determinar onde se terá instalado essa primeira empresa.

No segundo ponto, analisou-se a localização geográfica da indústria corticeira portuguesa resultante do Inquérito Industrial de 1881. Constatou-se que, nessa data, a indústria corticeira estava situada sobretudo na região sul de Portugal e que no distrito de Aveiro e, em particular, em Santa Maria da Feira, não foi indicada nenhuma empresa corticeira. No entanto, o distrito de Aveiro apresentava, nessa altura, um tecido industrial maior comparativamente aos distritos corticeiros a sul do Tejo. Apresentou-se, a partir dos anuários da Estatística Industrial dos anos de 1943 e 1960, o número de empresas corticeiras em Portugal e concluiu-se que, em 1960, o principal centro corticeiro português, em termos de número de empresas, situava-se no distrito de Setúbal. Procurou-se saber se esse predomínio industrial da indústria corticeira corresponderia a um predomínio em termos da totalidade da indústria transformadora. Concluiu-se, também, que o distrito de Aveiro, já em 1960, apresentava um muito maior número de empresas da indústria transformadora.

No ponto três do capítulo, classificou-se, a partir do Inquérito Industrial de 1881, a estrutura de mercado da indústria corticeira. Concluiu-se que, embora de difícil classificação, o mercado corticeiro apresentava características de um mercado oligopolista. Analisou-se se este tipo de mercado explicaria a localização geográfica da indústria corticeira. Esta análise permitiu concluir que não existe uma influência determinante para a justificação dessa localização geográfica.

Nos três pontos seguintes, analisou-se se a localização geográfica da indústria corticeira portuguesa estaria relacionada com as diferenças salariais registadas entre os

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

diversos distritos, com a estrutura de mercado existente até 1960 e, por fim, com outros diversos fatores. Essa análise permitiu admitir que, de acordo com a informação existente, a diferença salarial registada nos diferentes distritos parece não ser um fator justificativo para a localização geográfica da indústria corticeira portuguesa. A mesma conclusão foi obtida para a estrutura de mercado. Relativamente aos outros fatores foram analisados os conceitos de *cluster* e distrito industrial e parece poder-se admitir que também estes conceitos não explicam a localização geográfica da indústria corticeira portuguesa. No entanto, considerou-se pertinente a indicação que a localização geográfica da Corticeira Amorim se explica por questões de natureza familiar.

Por fim, no sétimo ponto, apresentamos uma proposta de explicação que nos parece ser a mais indicada para explicar a atual localização da indústria corticeira.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Capítulo III

Ascensão e queda dos centros industriais corticeiros

A análise da evolução da indústria corticeira portuguesa, como de qualquer outra indústria, obriga a que se perceba como caminhou a economia portuguesa no seu todo. Só assim é possível apreender os fatores condicionantes do caminho trilhado, os acontecimentos políticos, económicos e sociais que limitaram, restringiram ou potenciaram a sociedade no seu todo, de que a economia é uma das suas facetas. Não se pretende efetuar uma análise exaustiva mas, tão só, apresentar as características fundamentais do período em causa e perceber as suas consequências na indústria corticeira.

1- A economia portuguesa no período de 1960 a 25 de abril de 1974

O período em apreço pode ser caracterizado por três aspetos essenciais: a ausência de grandes desequilíbrios macroeconómicos, a crescente abertura da economia ao exterior e uma forte aceleração do crescimento económico (Lopes, 1996).

A estabilidade macroeconómica foi um dos objetivos do Estado Novo (Confraria, 2012). As políticas monetárias, orçamental, cambial e de preços adotadas visavam atingir a estabilidade, antecipando o "quadrado mágico" de Kaldor, isto é, atingir o emprego, o crescimento económico, a estabilidade dos preços e o equilíbrio externo (Kaldor, 1971). Contudo, tal como este autor, esses objetivos não são passíveis de serem atingidos. Daí que, na segunda metade da década de sessenta, começam a fazer-se sentir algumas pressões inflacionistas (Confraria, 1995), mas sem que se tenha atingido valores elevados na inflação (Lopes, 1996).

A segunda característica deste período foi a crescente abertura da economia ao exterior e a sua inserção efetiva na economia mundial. Esta abertura da economia ao exterior iniciou-se na década de quarenta, mais precisamente em 1947, ano em que foi

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

criada a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), de que Portugal foi membro fundador.

A importância da OECE para a economia portuguesa residiu, não tanto no montante recebido por Portugal no contexto do Plano Marshall, mas sobretudo pela interdependência que se criou entre as principais economias europeias. Num período de rápida expansão dos mercados europeus devido, entre outros aspetos, à reconstituição do *stock* de capital destruído durante a Segunda Guerra Mundial (Amaral, 2008), esta interdependência repercutiu-se no aumento das importações de bens da Europa, no aumento das nossas exportações para esses mercados e no crescimento da atividade económica. Esse crescimento da atividade económica é visível no Quadro 1, onde se apresenta a taxa de variação do PIB português nos anos de 1947 e 1965.

Quadro 1 - Crescimento do PIB português: 1947 - 1973

Ano	PIB - taxa de variação em %
1947 - 1951	3,1
1951 - 1957	4,2
1957 - 1965	5,5

Fonte: Adaptado de Lains (1994: 936)

O quadro permite concluir que a taxa de crescimento do PIB português foi sempre crescente após a adesão à OECE. Contudo, este crescimento não foi exclusivo de Portugal. Portugal, tal como o Quadro 2 demonstra, seguiu o comportamento de diferentes economias europeias.

Quadro 2 - Taxa de crescimento médio anual do PIB real *per capita* (1950 e 1973)

Países	Valor percentual
Portugal	5,45
Espanha	5,60
Grécia	6,20
Alemanha Ocidental	5,02
Bélgica	3,54
Dinamarca	3,08
França	4,04
Itália	4,95

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Noruega	3,24
Reino Unido	2,42

Fonte: Adaptado de Crafts e Toniolo (2010: 301)

O crescimento da economia portuguesa embora inferior ao crescimento verificado em Espanha e Grécia, foi superior ao crescimento verificado em alguns países da Europa ocidental, o que permitiu uma convergência real com as economias mais desenvolvidas.

Em 1951 foi assinado em Paris o tratado que deu origem à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, cujo sucesso incentivou os países-membros a expandirem a sua experiência integradora para outros domínios económicos. Em 1957, foi assinado na cidade de Roma o Tratado constitutivo da Comunidade Económica Europeia (CEE). A opção CEE nunca se colocou a Portugal, quer por razões relacionadas com a natureza do regime vigente em Portugal quer pela conceção do conceito de soberania perfilhada pelo poder político da época. No entanto, Portugal não poderia ficar alheio a este movimento integrador europeu porque se o fizesse, o isolamento económico aumentaria e o atraso relativamente às nações desenvolvidas teria tendência a acentuar-se (Andresen-Leitão, 2004). Restou-nos a *European Free Trade Association* (EFTA). A adesão à EFTA obrigou à entrada de Portugal no *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT)⁵⁶, "pois a aprovação da EFTA junto desta organização exigia que todos os signatários do acordo fossem membros" (Amador, 2017: 57).

A integração económica portuguesa acentuou-se na década de sessenta com a criação da EFTA, da qual Portugal foi membro fundador. Aquando do processo de adesão do Reino Unido (e da Dinamarca) à CEE, Portugal e os restantes membros que permaneceram na EFTA, iniciaram negociações com a CEE com vista à criação de acordos de comércio livre. No caso de Portugal, o acordo com a CEE foi assinado em 1972 e o seu texto era muito idêntico ao acordo constitutivo da EFTA (Amador, 2017).

⁵⁶ A adesão de Portugal ao GATT verificou-se em 1963.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Esta integração e interdependência da economia portuguesa relativamente à economia europeia e mundial é bem visível no Quadro 3, onde se apresenta o grau de abertura⁵⁷ da economia portuguesa ao exterior, medido em termos da Balança Comercial, nos anos de 1953⁵⁸ e 1973.

Quadro 3 - Grau de abertura da economia portuguesa ao exterior

Anos	Grau de abertura
1953 - 1959	35,00% (valor médio)
1960	34,58%
1960 - 1973	41,48% (valor médio)
1973	45,27%

Fonte: Elaboração própria a partir de Séries Longas da Economia Portuguesa - 2020-, INE

No período compreendido entre 1960 e 1973, o grau de abertura da economia portuguesa cresceu, em termos médios, 18,6%. O grau de abertura da economia, medido em termos da Balança Comercial (Balança de Bens mais a Balança de Serviços) poderá ter sido superior a algumas economias europeias. Afonso e Aguiar (2012) demonstram que desde finais da década de quarenta até 1974, o grau de abertura da economia portuguesa, apesar de ser medido apenas em relação à Balança de Bens, foi superior à média registada nalgumas economias europeias nomeadamente, o Reino Unido, a França, a Alemanha, a Itália, a Dinamarca, a Suécia e a Noruega.

A par do grau de abertura, consideramos importante analisar a evolução da intensidade exportadora⁵⁹ da economia portuguesa no período em análise. Construímos, para esse efeito, o Quadro 4 que nos apresenta a evolução da intensidade exportadora.

⁵⁷ O grau de abertura ao exterior (G.A.E.) mede, em termos percentuais, o peso do comércio externo (importações + exportações) na atividade económica e o seu cálculo é obtido através da seguinte fórmula: Grau de abertura ao exterior = [(valor das exportações + valor das importações)/PIBpm] x 100%. Afonso e Aguiar (2012) apresentam uma fórmula diferente para cálculo do GAE com a qual não concordamos.

⁵⁸ A escolha do ano de 1953 resultou de uma necessidade estatística. Os dados divulgados pelo INE, nas suas diferentes séries longas da economia portuguesa, iniciam-se em 1953.

⁵⁹ A Intensidade Exportadora mede o peso percentual das exportações no PIB e calcula-se a partir da seguinte fórmula: Intensidade Exportadora = (Valor das exportações de bens e serviços/PIB) x 100%.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 4 - Intensidade exportadora da economia portuguesa

Anos	Intensidade exportadora
1953 - 1959	14,68% (valor médio)
1960	14,20%
1960 - 1973	17,88% (valor médio)
1973	19,53%

Fonte: Elaboração própria a partir de Séries Longas da Economia Portuguesa - 2020-, INE

Se analisarmos os dois quadros anteriores podemos concluir que o grau de abertura da economia portuguesa ao exterior fez-se, sobretudo, pelo lado das importações de bens e serviços dado que o peso das importações no PIB foi superior ao peso das exportações.

A análise da origem das importações e o destino das nossas exportações permite perceber se a adesão à EFTA originou desvio de comércio⁶⁰ ou criação de comércio⁶¹ quer no lado das importações quer no lado das exportações. Para esse efeito, não se dispondo de informação estatística adequada, considerou-se as importações e exportações incluídas no comércio especial⁶². Pensamos que estes dados espelham a realidade da totalidade das importações e exportações já que o peso das operações relacionadas com o comércio especial no comércio externo representa, no período compreendido entre 1960 e 1973, uma percentagem média superior a 90%. O Quadro 5 apresenta a origem geográfica das importações incluídas no comércio especial entre 1960 e 1973.

⁶⁰ Desvio de comércio ocorre quando se regista uma troca de um fornecedor/cliente, residente no Resto do Mundo, mais eficiente por um outro menos eficiente pertencente à zona de integração económica mas que é favorecido pelo diferencial de tarifas aduaneiras.

⁶¹ Criação de comércio ocorre quando a criação de uma zona de livre comércio, à medida que anula as tarifas de importação intrarregionais, resulta no deslocamento da produção doméstica para importações/exportações de/para um dos países membros da zona de comércio livre.

⁶² As estatísticas portuguesas referentes ao comércio com o exterior consideram que o valor do comércio externo resulta da adição dos valores do comércio especial, do transporte indireto e do transporte direto (onde se inclui a baldeação). De entre estas três componentes sobressai o comércio especial que tem um peso, nunca inferior a 90% no total do comércio externo.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 5 - Origem das importações de Portugal - em % do total

Anos	Origem geográfica			
	Ultramar	CEE	EFTA	Total
1960	14,35	38,21	20,00	72,56
1961	12,55	37,97	23,40	73,92
1962	12,61	36,31	23,27	72,19
1963	14,32	34,49	21,80	70,61
1964	14,86	32,94	21,33	69,13
1965	13,75	34,87	21,71	70,33
1966	13,41	34,34	23,41	71,36
1967	14,29	33,60	23,29	71,18
1968	15,78	33,50	22,52	71,80
1969	16,03	34,31	24,11	74,45
1970	14,70	33,08	24,23	72,07
1971	13,25	32,77	24,88	70,90
1972	11,61	31,49	24,86	67,96
1973	10,88	44,91	11,59	67,38

Fonte: Elaboração própria a partir de Anuários Estatísticos de Portugal de 1960 a 1973

Como se pode observar no quadro anterior, do lado das importações não se registou criação de comércio dado que as importações não aumentaram percentualmente em resultado da diminuição/supressão das barreiras alfandegárias (quer elas sejam de natureza monetária ou não monetária), consequência da criação da zona de comércio livre⁶³. Ainda do lado das importações assistiu-se, no período em análise, a um desvio de comércio, isto é, assistiu-se a uma diminuição, em percentagem, das importações provenientes dos nossos territórios ultramarinos e dos países que constituíam a CEE e um aumento, sensivelmente da mesma dimensão, das importações dos países pertencentes à EFTA.

Procedemos de forma idêntica para as exportações. O Quadro 6 apresenta os valores referentes às exportações.

⁶³ Xavier (1974) chega à mesma conclusão.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 6 - Destino das exportações de Portugal - em % do total

Anos	Origem geográfica			
	Ultramar	CEE	EFTA	Total
1960	25,57	21,64	20,59	67,80
1961	23,22	21,73	21,67	66,62
1962	22,41	23,26	20,25	65,92
1963	23,77	21,94	21,93	67,64
1964	24,99	20,71	25,18	70,88
1965	24,98	20,73	27,43	73,14
1966	23,56	19,45	28,93	71,94
1967	24,38	16,64	34,29	75,31
1968	24,98	16,63	34,31	75,92
1969	24,79	17,98	35,92	78,69
1970	24,50	18,34	35,43	78,27
1971	21,45	18,94	37,21	77,60
1972	14,65	20,51	40,84	76,00
1973	14,84	48,65	13,81	77,30

Fonte: Elaboração própria a partir de Anuários Estatísticos de Portugal de 1960 a 1973

Ao contrário do que aconteceu nas importações, do lado das exportações assistiu-se, em consequência da adesão à EFTA, a um desvio de comércio (deslocaram-se as exportações dos países da CEE para os países da EFTA) e, ao mesmo tempo, criação de comércio (nomeadamente para os países da zona EFTA). O efeito fundamental da integração na EFTA, quer do lado das importações quer do lado das exportações, fez-se sentir, sobretudo, no desvio de comércio. Desvio de comércio que ocorre não pela eficiência produtiva mas pela abolição das tarifas aduaneiras. Tal situação fazia prever, tal como depois se verificou, o esgotamento do modelo de crescimento económico adotado nesse período.

Esta crescente abertura e integração de Portugal na economia internacional, em particular, na economia europeia, foi uma integração natural dado que os nossos principais mercados quer do lado das importações quer do lado das exportações, situavam-se na Europa. Assim, qualquer ocorrência nesses mercados teria, necessariamente, consequências na economia portuguesa. Apesar de tudo, o processo de integração económica contribuiu para o forte crescimento económico ocorrido no

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

período de 1960 a 1974. Este forte crescimento económico é, como anteriormente se referiu, a terceira característica do período em análise.

Não foram, apenas, a integração económica europeia e a internacionalização da economia portuguesa os fatores explicativos deste crescimento económico. Existiram outros fatores que contribuíram para esse crescimento nomeadamente, a guerra colonial, a emigração e as receitas do turismo foram outros fatores determinantes (Almeida e Barreto, 1976).

A guerra colonial criou a necessidade do Estado Português adquirir um conjunto de bens nomeadamente, fardamento, bens alimentares, material bélico, material diverso e, ao mesmo tempo, aumentar as despesas com os salários pagos às Forças Armadas. Estes fatores contribuíram para o aumento da despesa pública e, direta e indiretamente, para o consumo privado. O aumento destas duas componentes da Despesa Interna, contribuiu para o aumento do PIB.

O fenómeno da emigração, não que este fenómeno fosse novo em Portugal, mas na década de sessenta atingiu valores muito importantes. Rocha-Trindade (1995) considera que o fenómeno emigratório resulta de uma pluralidade de fatores, embora aponte como principais razões: a razão económica, a razão política, razões étnico-culturais, razões de emergência e, por fim, razões profissionais. Parece-nos que, no caso de Portugal na década de sessenta, as razões económica e, posteriormente, as razões políticas ajudam a explicar esse fenómeno. Nos anos sessenta, a generalidade dos portugueses vivia em condições miseráveis o que levou a um aumento da emigração, agora já não para o Brasil, mas em direção à Europa e, inicialmente, à França (Baganha, 1994). Além das condições miseráveis em que vivia a população portuguesa, um fator de natureza política, a guerra colonial, contribuiu para o aumento do volume de emigração (Galvanese, 2013). O Quadro 7 permite-nos perceber a dimensão da emigração no período de 1960 a 1973.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 7 - Emigração em Portugal

Anos	Emigração Legal	Imigração Ilegal	Total
1960	32 318	414	32 732
1961	33 526	1 270	34 796
1962	33 529	4 671	38 210
1963	39 519	14 451	53 970
1964	55 646	30 636	86 282
1965	80 956	27 918	116 974
1966	120 239	12 595	132 834
1967	92 502	13 778	106 280
1968	80 452	23 697	104 149
1969	70 165	83 371	153 536
1970	66 370	106 907	173 267
1971	50 400	100 797	151 197
1972	54 084	50 892	104 976
1973	79 517	40 502	120 014

Fonte: Elaboração própria a partir de Boletim da Junta de Emigração - anos constantes na tabela

De acordo com as fontes oficiais, saíram de Portugal, no período compreendido entre 1960 e 1973, 1 409 217 pessoas. Aceitando os números oficiais como corretos, Portugal viu-se privado, no espaço de pouco mais de que uma década, de perto de milhão e meio de pessoas, maioritariamente população ativa que, com a sua saída, pressionou o crescimento dos salários e do consumo privado. Essa pressão resultou da escassez de mão de obra e, sobretudo, em consequência da remessa dos emigrantes. O Quadro 8 elucida-nos sobre o montante de remessas, a preços constantes,⁶⁴ enviadas pelos nossos emigrantes no período considerado.

Quadro 8 - Remessa dos Emigrantes - em euros e preços constantes

Anos	Montante
1960	15 728 070
1961	14 522 388
1962	15 809 570
1963	19 761 062
1964	21 693 502
1965	23 412 214
1966	28 757 974

⁶⁴ Ao longo deste capítulo, para obtermos valores a preços constantes utilizamos como deflator, o Índice de Preços no Consumidor do respetivo ano.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1967	39 054 546
1968	45 094 518
1969	58 275 322
1970	72 601 151
1971	89 428 820
1972	111 279 928
1973	125 329 797

Fonte: Elaboração própria a partir de Séries Longas da Economia Portuguesa - 2020- Quadro 7.1 - Balança Corrente e de Capital.

De acordo com o Quadro 8, as remessas dos emigrantes atingiram elevados montantes que tiveram duas consequências imediatas: um aumento da massa monetária e um aumento do consumo privado. Ambas as situações contribuíram para o aumento do crescimento económico.

Por fim, o outro fator que teve um importante impacto no crescimento económico foi o turismo. No início dos anos sessenta assiste-se a um crescimento intenso do fenómeno turístico a nível mundial que se repercute em Portugal (Maricato, 2012). Poder-se-á dizer que, na década de sessenta, o mundo turístico descobriu Portugal como destino turístico, em especial os turistas provenientes do Reino Unido e Estados Unidos da América (Moreira, 2018). Em consequência, as receitas do turismo começaram, paulatinamente, a crescer e a atingir valores muito relevantes. O Quadro 9 apresenta a evolução das receitas do turismo, em euros e a preços constantes, no período de 1960 a 1973.

Quadro 9 - Receitas do Turismo - em euros e preços constantes

Ano	Montante
1960	4 556 530
1961	6 106 468
1962	9 763 672
1963	14 523 107
1964	23 866 149
1965	31 626 908
1966	46 954 972
1967	48 376 077
1968	38 051 040

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1969	31 131 676
1970	42 438 159
1971	54 400 000
1972	65 077 408
1973	76 800 177

Fonte: Elaboração própria a partir de Séries Longas da Economia Portuguesa - 2020 - Quadro 7.1 - Balança Corrente e de Capital, INE.

Como o Quadro 9 demonstra, as receitas do turismo, a preços constantes, assumiram valores relevantes e, dessa forma, tiveram um importante contributo para o crescimento económico.

Todos os fatores expostos contribuíram para o crescimento económico português. O Quadro 10 permite perceber a dimensão e o alcance desse crescimento. Neste quadro apresentamos a evolução do PIB e do PNB a preços constantes no período de 1953 a 1973. Entendemos apresentar a evolução destes agregados macroeconómicos desde 1953 a 1959 para servir de comparação com os anos seguintes, isto é, com os anos após a adesão à EFTA. Decidimos, ainda, apresentar a evolução do PNB, porque para além do PNB ser, em termos de contabilidade nacional, idêntico ao Rendimento Nacional Bruto, inclui o saldo dos movimentos o saldo dos rendimentos primários com o resto do mundo⁶⁵. A análise da evolução do PNB permite perceber se a adesão à EFTA teve repercussões ao nível dos movimentos do rendimento primários ou se incidiu apenas na balança comercial.

Quadro 10 - Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto 1953 - 1974. Valores em euros e a preços constantes

Ano	PIB - a preços constantes	PNB - a preços constantes
1953	322 553 083	323 476 559
1954	354 554 523	355 651 166
1955	362 450 137	363 343 630
1956	377 562 265	378 482 707
1957	408 298 050	409 516 323
1958	430 267 496	431 400 618

⁶⁵ Em termos matemáticos $PNB = PIB + \text{Saldo dos Rendimentos Primários com o Resto do Mundo}$. Este saldo é o saldo dos rendimentos primários, isto é, representa os movimentos referentes a salários, juros, lucros e rendas.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1959	460 281 467	461 166 465
1960	481 406 880	482 563 383
1961	513 507 673	513 842 273
1962	563 857 505	564 549 912
1963	587 448 256	588 106 950
1964	629 891 092	631 454 994
1965	721 640 977	723 679 487
1966	760 280 421	761 758 755
1967	868 042 644	871 715 640
1968	925 918 671	929 212 490
1969	965 434 441	967 910 367
1970	1 137 725 725	1 137 916 500
1971	1 240 581 059	1 238 521 966
1972	1 462 067 712	1 459 331 692
1973	1 696 849 913	1 693 644 482

Fonte: Elaboração própria a partir de Séries Longas da Economia Portuguesa - 2020 - INE

Do quadro anterior poderemos concluir que:

- i. O valor do Saldo dos Rendimentos Primários com o Resto do Mundo teve um impacto insignificante para o crescimento da economia portuguesa, tendo apresentado valores negativos em 1971, já que a partir dessa data o PIB apresenta valores superiores ao PNB.
- ii. Parece ser admissível afirmar que os efeitos da adesão à EFTA fizeram-se sentir sobretudo ao nível da Balança Comercial.
- iii. O PIB a preços constantes, no período de 1953 a 1959, cresceu 42,7% enquanto, no período de 1960 a 1973, a taxa de crescimento foi de 252,5%.
- iv. O PNB a preços constantes cresceu, no período de 1953 a 1959, 42,6% e 251% no período de 1960 a 1973.
- v. O PIB e o PNB já vinham a aumentar na década de cinquenta mas, esse crescimento foi muito maior após a adesão à EFTA.

Podemos questionar se este crescimento do PIB e do PNB se fez sentir nos rendimentos das famílias. Para tentarmos perceber a evolução deste agregado

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

macroeconómico construímos o Quadro 11 com a evolução do Rendimento Disponível dos Particulares (RDP)⁶⁶ no período de 1953 a 1973.

Quadro 11 - Rendimento Disponível dos Particulares - em euros e a preços constantes

Ano	Rendimento Disponível dos Particulares
1953	261 554 270
1954	292 086 061
1955	299 418 469
1956	314 702 551
1957	332022 885
1958	341 421 283
1959	366 273 709
1960	386 008 714
1961	409 836 237
1962	442 711 523
1963	475 919 057
1964	509 065 802
1965	564 562 557
1966	610 517 511
1967	707 871 560
1968	758 865 778
1969	804 176 078
1970	944 411 393
1971	1 106 184 517
1972	1 238 896 039
1973	1 432 213 683

Fonte: Elaboração própria a partir de Séries Longas da Economia Portuguesa - 2020 - INE

Poderemos, de acordo com o quadro anterior, afirmar que as famílias tiveram um significativo aumento do seu rendimento disponível. No período de 1953 a 1959, o rendimento disponível das famílias aumentou 40% enquanto no período de 1960 a 1973, esse rendimento aumentou 271%, o que significou, em média, um aumento anual de 19,4%. Note-se, ainda, que o aumento do rendimento disponível das famílias foi

⁶⁶ O Rendimento Disponível dos Particulares (RDP) é obtido da seguinte forma, RDP= Rendimentos Primários + Rendimentos Secundários + Transferências Externas Líquidas - Impostos sobre o Rendimento - Contribuições Sociais e indica-nos o montante que as famílias dispõem para consumo e/ou poupança.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

superior ao aumento do PIB e do PNB para o mesmo período. Perante este forte crescimento, Amador (2017: 59) refere:

"o desenvolvimento industrial proporcionado pelo acordo da EFTA traduziu-se em elevadas taxas de crescimento do PIB durante os anos sessenta, permitindo uma convergência real da economia portuguesa, ou seja, a aproximação aos níveis médios de rendimentos per capita dos países europeus".

Apesar de, como demonstrámos no início deste capítulo, o crescimento do PIB português ter ocorrido num contexto de expansão económica sentida em toda a Europa, Palma (2024) demonstra a dimensão desta convergência em 1939, o PIB per capita português representava, sensivelmente, 35% da média do PIB per capita da Europa Ocidental e, em 1973, já atingia um valor superior a 55% desse nível médio. Como muito bem refere Palma (2024: 221), "Portugal beneficiou do contexto externo favorável do pós-guerra, mas é preciso também reconhecer que o país o soube aproveitar."

É, pois, neste contexto de crescimento económico que, nas palavras de Lopes (1996: 15), constituíram "o período glorioso" do crescimento económico português que iremos analisar a evolução da indústria transformadora e, posteriormente, a indústria corticeira portuguesa.

2- A indústria transformadora portuguesa no período de 1960 a 25 de abril de 1974

Não temos como objetivo analisar a indústria portuguesa no seu todo. Pretendemos perceber como evoluiu a indústria transformadora e comparar essa evolução com a evolução ocorrida na indústria corticeira portuguesa. Interessa-nos, particularmente, perceber a evolução da indústria transformadora ocorrida nos principais distritos corticeiros em análise, Aveiro, Évora e Setúbal, e se a indústria corticeira apresentou uma evolução idêntica à restante indústria transformadora.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Para efetuar essa análise comparativa, construiu-se, para os distritos anteriormente indicados, o Quadro 12, com o valor acrescentado (VAB) na indústria transformadora e na indústria da cortiça, em 1960 e 1973, e o Quadro 13, com as Sociedades constituídas e em atividade nos mesmos anos.

Quadro 12 - Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora portuguesa - em 1 000\$00, em 1960 e 1973

Distrito	Indústria Transformadora			
	1960		1973	
	Total	Cortiça	Total	Cortiça
Aveiro	1 095 404	455 377	6 981 694	463 296
Évora	45 411	18 779	162 217	23 856
Setúbal	787 516	252 195	2 701 289	418 073

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatística Industrial de 1960 e 1973

Quadro 13- Sociedades constituídas e em funcionamento, em 1960 e 1973

Distrito	1960			1973		
	Total	Transformadora	Cortiça	Total	Transformadora	Cortiça
Aveiro	1 112	626	21	2 040	1 027	- ⁶⁷
Évora	786	123	8	438	256	-
Setúbal	1 260	451	96	2 035	582	-

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatística das Sociedades de 1960 e 1973

Como podemos observar, o distrito de Aveiro apresentava já em 1960 um tecido industrial com maior importância que Setúbal e Évora, tanto em termos do VAB criado pelas empresas transformadoras quer em termos de sociedades em funcionamento. O distrito de Évora poder-se-ia classificar como irrelevante. Em termos da indústria da cortiça, embora o VAB da indústria da cortiça criado no distrito de Aveiro fosse superior ao de Setúbal, o maior número de sociedades, de empresas e de trabalhadores encontrava-se situada no distrito de Setúbal.

Poderíamos, em jeito de conclusão, caracterizar o distrito de Aveiro como um distrito onde o peso da indústria transformadora era maior do que o registado no distrito

⁶⁷ Não é possível determinar o número de sociedades da indústria da cortiça para este ano porque a Estatística das Sociedades apresenta o valor total das indústrias da madeira e da cortiça e não o valor desagregado de cada uma das referidas indústrias.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

de Setúbal. Por sua vez, o distrito de Setúbal apresentava, desde 1960, um peso superior do setor terciário.

3- A indústria da cortiça no período de 1960 a 25 de abril de 1974

Demonstrou-se que uma das características do período compreendido entre 1960 e 25 de abril de 1974 foi o forte crescimento económico. Nesse contexto de crescimento económico como terá evoluído a indústria corticeira? O Quadro 14 apresenta a evolução da produção e do valor acrescentado bruto (VAB) da indústria corticeira.

Quadro 14 - Valor bruto de produção e valor acrescentado bruto da indústria corticeira a preços constantes - valores em 1 000 escudos

Ano	Produção em 1000 escudos	Variação %	VAB ⁶⁸ em 1000 escudos	Variação %
1960	1 922 460	-	443 789	-
1961	1 911 871	-0,55	394 094	-11,20
1962	1 968 272	2,95	504 608	28,04
1963	2 116 524	7,53	600 819	19,07
1964	2 262 133	6,88	614 961	2,30
1965	2 351 359	3,94	489 812	-20,35
1966	2 226 709	-5,39	457 970	-6,50
1967	2 268 574	1,18	696 293	52,04
1968	2 293 338	1,09	624 951	-10,25
1969	2 458 976	7,22	806 813	29,10
1970	2 359 112	-4,06	539 475	-33,14
1971	1 756 384	-25,55	530 305	-1,70
1972	2 551 896	45,29	725 068	36,73
1973	3 425 987	34,25	964 481	33,02
Crescimento médio anual		5,75		9,01

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatísticas Industriais de 1959 a 1973

Da análise do Quadro 14 poderemos constatar que no período em causa, a produção cresceu a uma média anual de 5,71% enquanto o VAB apresentou uma taxa de crescimento média anual de 9,01%. Sabendo-se que o VAB mede a riqueza gerada num processo produtivo, esta taxa de crescimento do VAB, muito superior ao aumento

⁶⁸ O VAB foi calculado a partir das Estatísticas Industriais de 1959 a 1973 utilizando-se a seguinte fórmula: Produção = Valor Acrescentado Bruto + Consumo Intermédio. A partir de 1971, as Estatísticas Industriais apresentam o valor do VAB.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

da produção, poderá indiciar que o setor corticeiro poderá ter sido um setor bastante lucrativo. É interessante perceber o quanto lucrativo poderá ter sido este setor verificando como se divide o VAB pelos fatores produtivos, trabalho e capital⁶⁹. O Quadro 15 apresenta essa divisão.

Quadro 15 - Repartição do VAB da indústria corticeira a preços constantes - valores em milhões de escudos

Ano	VAB	Remunerações dos atores produtivos		
		Salário	Salário em % do VAB	Capital
1960	443 789	147 723	33,29	296 066
1961	394 094	155 368	39,42	238 726
1962	504 608	161 842	32,07	342 766
1963	600 819	175 845	29,27	424 974
1964	614 961	193 066	31,39	421 895
1965	489 812	211 092	43,10	278 720
1966	457 970	221 405	48,34	236 565
1967	696 293	243 758	35,00	452 535
1968	624 951	230 464	36,88	394 487
1969	806 813	254 305	31,52	552 508
1970	539 475	295 127	54,71	244 348
1971	530 305	327 844	61,82	202 461
1972	725 068	426 438	58,81	298 630
1973	964 481	535 710	55,57	428 771

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais

Do Quadro 15 é possível constatar que durante os anos sessenta, os salários detinham uma percentagem menor, muito menor, no VAB que o Capital e que essa situação só se alterou nos anos setenta. O setor corticeiro poderá ter sido, nesta época, um setor muito lucrativo.

De acordo com a doutrina económica seria de esperar que, se o mercado fosse de concorrência perfeita, existisse a entrada de novas empresas no mercado com o objetivo de se apropriarem de parte desse valor acrescentado e, no caso de se estar perante um

⁶⁹ Considerou-se que o VAB é constituído pelos salários, que correspondem à remuneração do fator trabalho, e os lucros, rendas e juros que constituem o rendimento de empresas e propriedade, isto é, a remuneração do fator capital.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

mercado de concorrência imperfeita, a diminuição do número de empresas em resultado da concentração, horizontal ou vertical, das empresas. Vimos, anteriormente, que o setor corticeiro não era, nem é atualmente, um setor de concorrência perfeita, mas sim de concorrência imperfeita. Assim, espera-se que o número de empresas tenha diminuído, sinal de uma concentração empresarial. O Quadro 16 mostra o número de empresas do setor corticeiro em funcionamento no período considerado.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 16 - Estabelecimentos Industriais da cortiça em atividade por distritos

Distrito	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Aveiro	120	120	117	136	160	176	171	169	179	172	173	149	172	178
Beja	7	7	3	8	8	4	5	4	5	3	2	5	2	2
Castelo Branco	5	5	3	3	3	4	4	4	4	4	4	2	2	2
Coimbra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1
Évora	51	48	49	47	49	51	40	47	44	38	39	31	31	31
Faro	160	151	139	143	149	132	122	109	118	104	82	73	62	64
Leiria	1	1	1	2	1	0	0	0	0	0	0			
Lisboa	21	21	18	17	13	15	15	14	13	12	10	8	11	9
Portalegre	11	11	10	8	7	10	4	10	10	12	12	11	11	10
Porto	5	6	6	25	6	6	5	6	7	7	7	4	4	4
Santarém	20	21	19	19	19	19	18	17	18	19	18	17	14	13
Setúbal	299	300	290	307	319	288	261	262	255	246	224	198	193	205
Total	701	693	658	717	735	706	646	643	654	619	566	563	504	519

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatísticas Industriais dos anos constantes no quadro

Poderemos, de acordo com o anterior quadro, verificar que:

- i. A diminuição de 26% do número total de estabelecimentos industriais em atividade, indício de uma concentração empresarial;
- ii. Pouca importância do distrito de Évora no mercado corticeiro português;
- iii. A diminuição constante do número de estabelecimentos em atividade na região do Alentejo;
- iv. O centro corticeiro português era dominado pelo distrito de Setúbal - distrito onde existia o maior número de estabelecimentos industriais em atividade e que representava, em 1960, 42,66% de todos os estabelecimentos industriais em atividade e, em 1973, 39,50%;
- v. A partir de 1965, diminui, constantemente, o número de estabelecimentos industriais em atividade no distrito de Setúbal;

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- vi. No período compreendido entre 1960 e 1973, o distrito de Aveiro apresentou um enorme crescimento do número de estabelecimentos em atividade, em 1960 representava 17,12% do total e em 1973, representava já 34,30%.

A que se terá ficado a dever este crescimento tão acentuado de estabelecimentos industriais no distrito de Aveiro, contribuindo para que se tornasse o principal centro da indústria corticeira portuguesa? Referiu-se, anteriormente, que uma das razões que a literatura aponta para justificar a atual localização geográfica do setor corticeiro é a diferença salarial entre as diferentes regiões. Demonstrou-se que, para os anos quarenta, a diferença salarial não justificaria, apenas por si, essa localização. É necessário verificar se esse terá sido um fator relevante no período compreendido entre 1960 e 1974. Para esse efeito utilizaremos, para os anos de 1960 a 1970, os dados referentes aos salários pagos em cada distrito e o número de horas de trabalho efetivo realizado em cada um dos distritos. A partir destes dados utilizaremos a fórmula já utilizada anteriormente e que aqui se repete:

$$\text{Salário Médio diário} = \frac{\text{Salários pagos no ano } n}{\text{Número de dias efetivamente trabalhados no ano } n}$$

A partir de 1971, as Estatísticas Industriais deixaram de apresentar o número de dias de trabalho efetivamente trabalhados e passaram a apresentar o número de horas de trabalho efetivamente trabalhadas. Em consequência desta alteração, para os anos de 1971 a 1973, calculou-se o salário médio por hora de trabalho utilizando-se a mesma fórmula indicada anteriormente, com as devidas adaptações. Os Quadros 17 e 18 apresentam-nos os resultados obtidos com a aplicação desta fórmula.

Quadro 17 - Salário médio na indústria corticeira por dia de trabalho - valores em escudos

	Distritos				
Ano	Aveiro	Porto	Évora	Faro	Setúbal
1960	23\$74	20\$34	33\$59	27\$02	32\$57
1961	31\$12	21\$16	32\$82	26\$64	33\$39
1962	26\$34	23\$95	37\$01	29\$54	34\$57

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1963	28\$26	24\$22	45\$05	32\$13	36\$25
1964	27\$99	23\$34	38\$64	32\$12	37\$68
1965	30\$61	29\$28	57\$78	36\$55	37\$60
1966	34\$47	28\$89	46\$03	40\$99	52\$38
1967	50\$76	29\$30	46\$65	44\$66	54\$93
1968	38\$17	32\$00	50\$24	46\$68	46\$75
1969	42\$16	39\$95	55\$77	52\$06	53\$63
1970	50\$59	42\$67	65\$23	59\$86	63\$88

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais de 1960 a 1970

Quadro 18 - Salário médio na indústria corticeira por hora de trabalho - valores em escudos

	Distritos				
Ano	Aveiro	Porto	Évora	Faro	Setúbal
1971	11\$38	11\$21	16\$19	14\$04	15\$65
1972	11\$29	11\$74	17\$71	15\$12	17\$76
1973	15\$69	14\$97	18\$53	18\$42	18\$49

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais de 1971 a 1973

Os valores apresentados nos Quadros 15 e 16 permitem-nos apresentar as seguintes conclusões:

- i. Os salários médios por dia de trabalho pagos pelas empresas do distrito do Porto são inferiores aos salários pagos por dia de trabalho em todos os outros distritos;
- ii. Em 1972, o salário médio por hora trabalhada foi superior no distrito do Porto quando comparado com o distrito de Aveiro;
- iii. Os salários médios por dia de trabalho (e por hora de trabalho) pagos pelas empresas do distrito de Aveiro são inferiores aos salários pagos nos distritos de Évora, Faro e Setúbal;
- iv. Os salários médios por dia de trabalho (e por hora de trabalho) pagos pelas empresas do distrito de Évora são superiores a todos os outros distritos.

A partir dos Quadro 15 e 16 procurou-se saber a diferença percentual entre os salários médios por dia (e por hora) de trabalho pagos pelas empresas das diferentes regiões. Para esse efeito, atribuiu-se aos salários da região de Aveiro o índice 100, calcularam-se os salários das restantes regiões em função desse índice e, por fim,

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

calculou-se a variação percentual média verificada nesse período. O Quadro 19 apresenta os resultados obtidos.

Quadro 19 - Salário médio por dia de trabalho na indústria corticeira - variação percentual

	Distritos				
Ano	Aveiro	Porto	Évora	Faro	Setúbal
1960	100,00	85,68	141,49	113,82	137,20
1961	100,00	67,99	105,46	85,60	107,29
1962	100,00	90,93	140,51	112,15	131,25
1963	100,00	85,70	159,41	113,69	128,27
1964	100,00	83,39	138,05	114,76	134,62
1965	100,00	95,66	188,76	119,41	122,84
1966	100,00	83,81	133,54	118,92	151,96
1967	100,00	57,72	91,90	87,98	108,22
1968	100,00	83,84	131,62	122,30	122,48
1969	100,00	94,76	132,28	123,48	127,21
1970	100,00	91,46	128,94	118,32	126,27
1971	100,00	98,51	142,27	123,37	137,52
1972	100,00	103,96	156,86	133,92	157,31
1973	100,00	95,41	118,10	117,40	117,85
Valores médios		87,06	136,37	114,65	129,31

Fonte: Elaboração própria a partir dos Quadros 15 e 16

O Quadro 19 permite perceber que os custos com os salários por dia de trabalho e as remunerações por hora de trabalho, no distrito do Porto, são muito mais baixos, representaram, no período em estudo, um valor médio de 87,06% do montante pago no distrito de Aveiro. Todas as outras regiões apresentaram custos com a mão de obra muito mais elevados comparativamente ao distrito de Aveiro, sendo o distrito de Évora aquele onde foram registados os custos mais elevados. No entanto, também neste período, não se confirma, como Faísca e Moruno (2023) já haviam dito, que o diferencial salarial entre o distrito de Aveiro e os distritos da margem sul do Tejo seja na ordem dos cinquenta a cem por cento superior nestas últimas regiões como sugerem, por exemplo, Branco e Lopes (2018). Se pensarmos apenas na Corticeira Amorim, esse diferencial salarial era bem menor. Coelho (2012: 40) refere que a Corticeira Amorim,

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

"Em 1967 pagavam mais 10% do que os contratos colectivos de trabalho estipulavam"⁷⁰.

Temos, até ao momento, utilizado como custo do fator trabalho, os salários. Tem sido, também, essa perspetiva dos diferentes estudos citados ao longo do nosso trabalho. Temos, no entanto, a consciência que o custo com a mão de obra não é dado apenas pelos salários, mas pela total das remunerações pagas e colocadas à disposição dos trabalhadores. Assim, decidiu-se analisar as remunerações pagas por dia de trabalho nos distritos de Aveiro, Porto, Évora, Faro e Setúbal. Para esse efeito utilizou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Remuneração Média} = \frac{\text{Remunerações pagas no ano } n}{\text{Número de dias efetivamente trabalhados no ano } n}$$

Refira-se que, tal como referido anteriormente, a partir de 1971, as Estatísticas Industriais deixaram de apresentar o número de dias de trabalho efetivamente trabalhados e passaram a apresentar o número de horas de trabalho efetivamente trabalhadas. Em consequência desta alteração, para os anos de 1971 a 1973, calculou-se a remuneração média por hora de trabalho utilizando-se a mesma fórmula indicada anteriormente, com as devidas adaptações. Os Quadros 20 e 21 apresentam os resultados obtidos.

Quadro 20 - Remuneração média por dia de trabalho na indústria corticeira - valores em escudos

	Distritos				
Ano	Aveiro	Porto	Évora	Faro	Setúbal
1960	24\$37	21\$66	35\$85	29\$85	36\$04
1961	32\$01	22\$88	35\$11	29\$25	41\$63
1962	27\$30	25\$36	40\$02	32\$13	39\$20
1963	29\$42	25\$31	40\$46	35\$09	41\$53
1964	30\$77	25\$45	43\$58	35\$82	44\$35
1965	34\$93	31\$89	57\$00	41\$02	44\$82

⁷⁰ Esta pagamento acima do estipulado foi seguido no período pós-25 de abril. De acordo com Américo Amorim, no verão quente, no Alentejo, “pagava mais 20% aos trabalhadores só para chatear o Álvaro Cunhal”. <https://www.publico.pt/2017/07/13/economia/noticia/o-mestre-da-intuicao-que-se-comparava-a-um-tractor-1779059>, consultado em 20 de junho de 2024.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1966	39\$32	31\$13	52\$74	46\$98	63\$17
1967	57\$67	31\$43	54\$82	51\$25	67\$58
1968	45\$30	33\$26	56\$91	53\$48	58\$83
1969	50\$28	44\$38	63\$01	60\$09	65\$35
1970	59\$10	51\$12	72\$97	69\$24	76\$72

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais de 1960 a 1970

Quadro 21 - Remuneração média por hora de trabalho na indústria corticeira- valores em escudos

	Distritos				
Ano	Aveiro	Porto	Évora	Faro	Setúbal
1971	11\$38	11\$21	16\$19	14\$04	15\$65
1972	11\$29	11\$74	17\$71	15\$12	17\$76
1973	15\$69	14\$97	18\$53	18\$42	18\$49

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais de 1971 a 1973

Os valores apresentados nos Quadros 20 e 21 permitem-nos concluir que:

- i. Não existe grande diferença entre os custos associados aos salários médios por dia (e hora) de trabalho e as remunerações média por dia (e hora) de trabalho;
- ii. As remunerações médias por dia de trabalho pagas pelas empresas do distrito do Porto são inferiores às remunerações pagas por dia (e hora) de trabalho em todos os outros distritos;
- iii. Em 1972, a remuneração média por dia de trabalho foi superior no distrito do Porto comparado com o distrito de Aveiro;
- iv. As remunerações médias por dia de trabalho (e por hora de trabalho) pagas pelas empresas do distrito de Aveiro são inferiores às remunerações pagas nos distritos de Évora, Faro e Setúbal.

A partir dos Quadros 20 e 21, determinámos a diferença percentual entre as remunerações pagas nos diferentes distritos. Atribuiu-se, mais uma vez, às remunerações pagas no distrito de Aveiro, o índice 100, e calcularam-se as remunerações pagas pelas restantes regiões em função desse índice e, por fim, calculou-se a variação percentual média verificada nesse período.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 22 - Remuneração média por dia de trabalho na indústria corticeira - variação percentual

Ano	Distritos				
	Aveiro	Porto	Évora	Faro	Setúbal
1960	100,00	88,88	147,03	122,49	147,89
1961	100,00	71,48	109,68	91,38	130,05
1962	100,00	92,89	146,59	117,69	143,59
1963	100,00	86,03	137,53	119,27	141,16
1964	100,00	82,71	141,63	116,41	144,13
1965	100,00	91,30	163,18	117,43	128,31
1966	100,00	79,17	134,13	119,48	160,66
1967	100,00	55,46	95,06	88,87	117,18
1968	100,00	73,42	125,63	118,06	129,87
1969	100,00	88,27	125,32	119,51	129,97
1970	100,00	86,50	123,47	117,16	129,81
1971	100,00	98,51	142,27	123,37	137,52
1972	100,00	103,99	156,86	133,92	157,31
1973	100,00	95,41	118,10	117,40	117,85
Valores médios		85,29	142,84	115,89	136,81

Fonte: Elaboração própria a partir dos Quadros 18 e 19

Podemos comparar, no Quadro 23, a diferença salarial existente entre as diversas regiões quer se utilize o salário médio por dia de trabalho quer se utilize a remuneração média por dia de trabalho.

Quadro 23 - Comparação entre a diferença salarial e remuneração pagas na indústria corticeira - em %

	Aveiro	Porto	Évora	Faro	Setúbal
Salários	100,00	87,06	136,37	114,65	129,31
Remunerações	100,00	85,29	142,84	115,89	136,81

Fonte: Elaboração própria a partir dos Quadros 17 e 20

Os dados apresentados parecem confirmar que, em rigor, nunca existiu um diferencial salarial superior a cinquenta por cento, entre o distrito de Aveiro e os restantes distritos corticeiros da margem sul do Tejo.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Se a localização da indústria corticeira resultasse dos salários mais baixos, deveria estar localizada no distrito do Porto⁷¹ e não no distrito de Aveiro e, não nos parece aceitável, a afirmação que a localização da indústria corticeira, em especial, a indústria rolheira no distrito de Aveiro, decorre da proximidade do mercado do vinho do Porto (Marques, 2012; Custódio, 2004). Por outro lado, seria muito difícil explicar a razão pela qual durante parte da década de sessenta, a região de Setúbal assumiu a liderança do setor corticeiro, tanto na preparação como na transformação. Como justificar esta (aparente) contradição?

Referimos no capítulo anterior que a localização da indústria corticeira se devia a duas dimensões: uma, a dimensão técnico-económica e, a outra, a dimensão psicossociológica. Na primeira das dimensões, incluímos o nível de investimento da indústria corticeira em cada região, a produtividade média do fator trabalho e a estrutura de mercado. Começamos por analisar a produtividade do fator trabalho. A produtividade, numa economia de mercado, representa a eficiência da produção pois apresenta-nos a relação que se usa na produção e o que, com isso, a empresa obtém. De modo a podermos analisar a produtividade média do fator trabalho nas diferentes regiões corticeiras, utilizamos a seguinte fórmula:

$$\text{Produtividade Média do Trabalho} = \frac{\text{Valor da Produção}}{\text{Quantidade de trabalho}}$$

A partir dos anuários referentes à Estatística Industrial obtivemos o valor bruto da produção dos anos de 1960 a 1973 e a quantidade de trabalho necessário para a sua obtenção. De 1960 a 1970, a quantidade de trabalho é apresentada em termos de dias de trabalho efetivamente trabalhados e, de 1971 a 1973, a quantidade de trabalho é dada por número de horas efetivamente trabalhadas. Os Quadros 24 e 25 apresentam a produtividade média do fator trabalho nos diferentes distritos.

⁷¹ O número reduzido de empresas a laborar no distrito do Porto poderá levantar dúvidas sobre a sua representatividade. No entanto, como referimos no capítulo anterior, os agentes económicos reagem a estímulos, sendo o preço de um custo de produção um desses estímulos. Se os empresários corticeiros reagissem, apenas, ao estímulo do custo do fator produtivo trabalho, haveria a tendência para as empresas se instalarem no distrito do Porto até ao momento em que, os salários praticados no Porto passassem a ser idênticos aos praticados, por exemplo, no distrito de Aveiro e, em particular, no concelho de Santa Maria da Feira. Isso não se verificou.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 24 - Produtividade média do fator trabalho na indústria corticeira medido em dias de trabalho - valores em escudos

Ano	Distritos				
	Aveiro	Porto	Évora	Faro	Setúbal
1960	279\$08	148\$14	666\$26	288\$54	439\$63
1961	362\$97	197\$22	620\$32	269\$83	411\$05
1962	280\$26	180\$49	623\$37	330\$52	469\$15
1963	301\$04	245\$16	651\$46	378\$11	481\$89
1964	350\$73	242\$16	680\$88	464\$56	478\$99
1965	499\$15	280\$92	989\$67	452\$66	499\$05
1966	374\$31	272\$62	534\$85	421\$55	578\$02
1967	427\$39	250\$93	638\$76	533\$80	639\$23
1968	449\$33	276\$16	752\$01	557\$45	544\$08
1969	477\$04	285\$12	777\$59	599\$24	624\$55
1970	514\$97	256\$17	363\$28	560\$91	616\$77

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais de 1960 a 1970

Quadro 25 - Produtividade média do fator trabalho na indústria corticeira medido em horas de trabalho - valores em escudos

1971	69\$32	50\$74	117\$79	60\$16	66\$69
1972	83\$92	32\$31	140\$93	68\$24	92\$38
1973	118\$20	80\$89	176\$50	81\$31	105\$11

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais de 1971 a 1973

Os quadros anteriores permitem constatar que:

- i. A produtividade média do trabalho é mais baixa nas empresas do distrito do Porto;
- ii. As empresas do distrito de Évora apresentam, com exceção do ano de 1970, a produtividade média do trabalho mais elevada;
- iii. No período compreendido entre 1960 e 1970, a produtividade média do trabalho foi, no distrito de Aveiro, sempre inferior à produtividade média do trabalho registada nos distritos de Évora e Setúbal;
- iv. A partir de 1971, a produtividade média do trabalho registada no distrito de Aveiro superou a registada no distrito de Setúbal.

Se considerarmos os três quadros anteriores, podemos concluir que o setor corticeiro comportou-se de acordo com os princípios económicos: a baixa produtividade

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

correspondem salários mais baixos. Como pode ser observado nesses quadros, as empresas do distrito do Porto, em que os salário médio pagos por dia de trabalho são os mais baixos de todos os distritos apresentados mas que, por sua vez, a produtividade também é a mais baixa e, no caso das empresas do distrito de Évora, em que os salários pagos são os mais elevados mas a sua produtividade também é a maior comparativamente aos restantes distritos.

Tal como procedemos com os custos salariais, vamos comparar a produtividade média do trabalho entre os diversos distritos. Continuaremos a considerar, como comparação, as variações percentuais da produtividade média do trabalho relativamente ao distrito de Aveiro a quem atribuímos o índice 100. O Quadro 26 apresenta os resultados obtidos.

Quadro 26 - Produtividade média do fator trabalho na indústria corticeira - comparação percentual em relação ao distrito de Aveiro

Ano	Distritos				
	Aveiro	Porto	Évora	Faro	Setúbal
1960	100,00	53,08	238,73	103,41	157,35
1961	100,00	54,34	170,90	74,34	113,25
1962	100,00	64,40	222,42	117,93	167,40
1963	100,00	81,44	216,40	125,60	160,08
1964	100,00	69,04	194,13	132,46	136,54
1965	100,00	56,28	198,27	90,69	99,98
1966	100,00	72,83	142,89	112,62	154,42
1967	100,00	58,71	149,46	124,90	149,57
1968	100,00	61,46	167,36	124,06	121,09
1969	100,00	59,77	163,00	125,62	130,29
1970	100,00	49,74	70,54	108,92	119,77
1971	100,00	73,20	169,92	86,79	96,21
1972	100,00	45,42	167,93	81,32	110,08
1973	100,00	68,43	149,32	68,79	88,93
Valores médios		62,01	172,95	105,53	128,93

Fonte: Elaboração própria a partir dos Quadros 22 e 23

O quadro anterior confirma as nossas conclusões. As empresas situadas no distrito do Porto, no período compreendido entre 1960 e 1973, apresentaram uma

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

produtividade que, em média, representava 62,01% da produtividade do distrito de Aveiro. Não fazia qualquer sentido, em termos económicos, as empresas instalarem-se nessa região. Resta-nos perceber se seria preferível para as empresas localizarem-se nos distritos a sul do Tejo ou localizarem-se no distrito de Aveiro. Com esse propósito, criou-se um indicador para determinar a diferença entre a variação percentual da produtividade média do trabalho e a variação percentual dos custos com o fator trabalho entre os diferentes distritos comparativamente ao distrito de Aveiro - continuou-se a considerar o distrito de Aveiro como o distrito de referência. O Quadro 27 foi construído considerando que os salários correspondem aos custos com o fator trabalho enquanto no Quadro 28, consideraram-se as remunerações como os custos desse fator produtivo. Esse indicador, que denominamos de rentabilidade líquida média das empresas em termos percentuais, é dado pela seguinte fórmula:

$$\text{RL\%} = \Delta\% \text{ da produtividade média do trabalho} - \Delta\% \text{ dos custos médios do trabalho}$$

em que:

RL% - rentabilidade líquida média das empresas em termos percentuais;

$\Delta\%$ - variação percentual.

Esta fórmula permite obter três resultados:

1. $\text{RL\%} < 0$ - uma rentabilidade líquida média das empresas em termos percentuais negativa, o que significa que não há qualquer incentivo, de carácter económico, para as empresas se instalarem nesse distrito, sendo preferível instalarem-se no distrito de Aveiro;
2. $\text{RL\%} = 0$, onde é indiferente as empresas investirem e instalarem-se no distrito de Aveiro ou manterem-se no seu atual distrito;
3. $\text{RL\%} > 0$ - uma rentabilidade líquida média das empresas em termos percentuais positiva, o que significa que há vantagem para as empresas investirem e instalarem-se nessa região e não no distrito de Aveiro.

Os resultados obtidos são apresentados no Quadro 27. Na construção desse quadro não foi considerado o distrito do Porto por não apresentar qualquer vantagem de análise.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 27 - Rentabilidade líquida média das empresas, considerando os salários como custos do trabalho - valores percentuais

Ano	Distritos			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1960	100,00	97,24	- 10,41	20,15
1961	100,00	65,44	-11,26	5,96
1962	100,00	81,92	5,78	36,15
1963	100,00	56,99	11,91	31,81
1964	100,00	56,08	17,70	1,92
1965	100,00	9,51	- 28,72	- 22,86
1966	100,00	9,35	- 6,30	2,46
1967	100,00	57,56	36,92	41,35
1968	100,00	35,74	1,76	- 1,39
1969	100,00	30,72	2,14	3,08
1970	100,00	- 58,40	- 9,40	- 6,50
1971	100,00	27,65	- 36,58	- 41,31
1972	100,00	4,07	- 52,60	- 47,23
1973	100,00	12,95	- 48,61	- 28,92

Fonte: Elaboração própria

O quadro permite constatar que:

- i. O distrito de Évora apresentava uma maior rentabilidade comparativamente ao distrito de Aveiro. Se considerássemos apenas este fator, a indústria corticeira deveria instalar-se no distrito de Évora;
- ii. O distrito de Faro não apresentava, desde o início da década de sessenta, qualquer justificação para as empresas se instalarem na região.
- iii. O distrito de Setúbal perdeu competitividade comparativamente ao distrito de Aveiro a partir de 1964. A partir desta data, do ponto de vista estritamente económico, seria natural que as empresas preferissem instalar as suas empresas no distrito de Aveiro.

O Quadro 28 apresenta a rentabilidade líquida média das empresas considerando as remunerações pagas como sendo os custos de produção associados ao fator trabalho e, tal como no quadro anterior, não foi considerado o distrito do Porto por não apresentar qualquer vantagem de análise.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 28 - Rentabilidade líquida média das empresas, considerando as remunerações como custos de produção - valores percentuais

Ano	Distritos			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1960	100,00	91,70	-19,08	9,46
1961	100,00	61,22	-17,04	-16,80
1962	100,00	75,83	0,24	23,81
1963	100,00	78,87	6,33	18,92
1964	100,00	52,50	16,05	-7,59
1965	100,00	35,09	-26,74	-28,33
1966	100,00	8,76	-6,86	-5,74
1967	100,00	54,40	36,03	32,39
1968	100,00	41,73	6,00	-7,78
1969	100,00	37,68	6,11	0,32
1970	100,00	-52,93	-8,24	-17,75
1971	100,00	27,65	-36,58	-61,10
1972	100,00	11,07	-52,60	-7,75
1973	100,00	31,22	-48,60	-47,88

Fonte: Elaboração própria

O Quadro 28 não altera as conclusões apontadas no Quadro 27. Se considerássemos apenas a produtividade do fator trabalho, a indústria corticeira deveria ter-se instalado no distrito de Évora; as empresas corticeiras não tinham vantagem em instalar-se no distrito de Faro e, a partir de 1963, distrito de Setúbal perdeu competitividade comparativamente ao distrito de Aveiro.

Destas conclusões, uma há que merece uma reflexão mais aprofundada. Constata-se que o distrito de Évora apresentou no período retratado nos Quadros 25 e 26, os custos médios associados com o trabalho mais elevados, produtividade média do trabalho mais elevada mas, o que é muito importante, uma rentabilidade líquida mais elevada relativamente a todos os distritos e, em particular, ao distrito de Aveiro. Porque é que as empresas não se instalaram nesse distrito?

Esta é uma questão pertinente. Basta pensar que no distrito de Évora existem localidades com tradição histórica na indústria corticeira ou que apresentam, pela sua

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

localização geográfica, potenciais vantagens competitivas. Vejamos dois desses casos. Em primeiro lugar, a vila de Azaruja. Camps (1880: 5,6) refere:

"La fabrica de taponos se instaló en el muy misarable pueblo da Azaruja; y en la villa de Estremoz, é igualmente en diferestes poblaciones con mas o menos estabilidad, pero en Azaruja se generalizó esta industria por tal modo y forma qui ninguna familia hay en este pueblo que no tenga sus intereses en ella, y la casi totalidad de sus habitante, laboriosos, inteligentes y llanos han sabido apechugar con tiempos y circunstancias oportunas y adversas, consiguiendo centralizar la industria taponera en su pueblo llevando su perfeccion a la altura de los centros catalanes."

Como reconhece Camps, já em 1880, a indústria rolheira, na Azaruja, um centro produtor importante e com qualidade idêntica à da Catalunha. Não existe registo que esta qualidade tenha desaparecido no século XX, nem que a indústria rolheira tenha desaparecido da região. Poder-se-á argumentar que a Azaruja está longe de todos os mercados fundamentais da cortiça (em prancha e rolha) e servida por deficientes acessos rodoviários e ferroviários (a estação de caminho de ferro dista largos quilómetros da vila⁷²), o que torna pouco atraente para o investimento. Mas, e essa é uma grande vantagem do distrito de Évora, existem localidades, com tradição corticeira, por exemplo, Vendas Novas, que tem uma localização geográfica privilegiada, sensivelmente à mesma distância de Setúbal e Lisboa, dois portos facilitadores da exportação da sua produção, perto do aeroporto de Lisboa e com uma estação de caminho de ferro com um ramal para a linha do norte.

Podemos questionar, e fazemo-lo no capítulo seguinte, a razão (ou razões) pela qual as empresas não se instalaram neste distrito. Estas razões estão associadas aos restantes aspetos considerados na dimensão técnico-económica, o nível de investimento realizado em cada uma das regiões e a estrutura de mercado, bem como a dimensão

⁷² Até ao aparecimento e expansão das viaturas pesadas, o transporte de cortiça para a estação de caminho de ferro da Azaruja era feito a partir de carroças. O avô paterno do autor deste trabalho era, nessa época, chefe dessa estação e responsável pelo transporte de mercadorias. Um dos familiares tem fotografias dessa época, com a cortiça a ser carregada em carroças.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

psicossociológica que justificam, em nosso entender, a localização geográfica do setor corticeiro.

Analisar o montante e natureza do investimento em Portugal no período de 1960 a 1973 é uma tarefa difícil, ingrata e impossível por dois motivos fundamentais: pela inexistência de estatísticas oficiais sobre o investimento e as suas componentes e devido à inexistência de liberdade de investimento⁷³. No período de 1960 a 1970, os dados estatísticos oficiais são omissos relativamente à FBCF e à VE pelo que não é possível determinar o valor do investimento. No entanto, as Estatísticas Industriais começam, em 1971, a apresentar os valores do Investimento e das suas componentes. e são esses valores que iremos analisar.

De acordo com os princípios económicos, o montante do investimento é dado pela seguinte fórmula:

$$\text{Investimento} = \text{FBCF}^{74} + \text{VE}^{75}$$

em que:

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo.

VE - Variação de Existências.

⁷³ A 14 de fevereiro de 1931, foi aprovado o Decreto n.º 19 354 que torna dependente de autorização ministerial um conjunto de operações de investimento nomeadamente, a instalação de novos estabelecimentos industriais, a reabertura de estabelecimentos industriais paralisados ou sem funcionar por um período superior a dois anos, a montagem e/ou substituição de mecanismos de que resulte aumentos da produção. O Decreto n.º 19 409, de 4 de março de 1931, vem regulamentar o Decreto n.º 19 354, ficando desde logo, sujeitas às restrições impostas por este decreto, entre outras, a indústria da cortiça e seus derivados. Se o Estado decide quem e onde podem ser realizados investimento deixa-se de analisar o montante do investimento e o seu contributo para o crescimento das empresas e da produção. Analisa-se o investimento que o Estado, através de um burocrata, decidiu autorizar, independentemente da sua maior ou menor eficiência para a sociedade (Hazlitt, 2014). É o Estado, através da lei, que cria barreiras à concorrência - sendo que estas barreiras só poderiam ocorrer com o apoio do Estado, isto é, alguém foi beneficiado ou alguém foi prejudicado, por razões associadas ao interesse público ou associadas aos entraves próprios de uma economia corporativa (Brito, 1989).

⁷⁴ Formação Bruta de Capital Fixo representa o conjunto de bens de equipamento necessários ao processo produtivo, como por exemplo, os edifícios, as máquinas, os veículos automóveis.

⁷⁵ A Variação de Existências engloba os bens de consumo intermédio adquiridos pela empresa mas ainda não usados no processo produtivo (por exemplo, a cortiça) ou produtos acabados e ainda não vendidos (por exemplo a cortiça preparada e as rolhas).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

A partir desta fórmula construiu-se o Quadro 29.

Quadro 29 - Investimento por distrito - valores em 1000\$00

Ano		Distritos			
		Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1971	FBCF	64 696	2 504	14 743	43 823
	V.E.	31 570	2 933	2 047	14 673
	Investimento	96 266	5 437	16 790	58 496
1972	FBCF	72 675	3 011	9 424	42 520
	V.E.	93 973	10 825	347	24 306
	Investimento	166 648	13 836	9 771	66 826
1973	FBCF	81 239	3 321	18 374	54 030
	V.E.	119 569	27 280	37 240	134 871
	Investimento	200 808	30 601	55 614	188 901

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1971 a 1973

O quadro permite-nos constatar que no distrito de Aveiro todas as componente do Investimento (a FBCF e a VE) apresentam valores superiores aos restantes distritos, com exceção da VE do ano de 1973, que é maior em Setúbal.

Com o objetivo de compreendermos a diferença percentual do investimento entre os diferentes distritos comparativamente ao distrito de Aveiro construímos o Quadro 30. Neste quadro considerámos o valor do investimento ocorrido no distrito de Aveiro como base de comparação, atribuindo-lhe o índice 100, e o valor do investimento nos outros distritos são expressos em função desse índice.

Quadro 30 - Investimento - valor percentual em relação ao distrito de Aveiro

Investimento	Distritos			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1971	100,00	5,65	17,44	66,76
1972	100,00	8,30	5,86	40,10
1973	100,00	15,24	27,70	94,07

Fonte: Elaboração própria a partir do Quadro 29

O quadro permite verificar que:

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- i. O investimento das empresas localizadas no distrito de Aveiro foi sempre superior aos dos restantes distritos e, nos anos de 1971 e 1972, suplantou o investimento realizado no conjunto dos restantes distritos;
- ii. A irrelevância do distrito de Évora;
- iii. A grande dificuldade que as empresas instaladas no distrito de Faro concorrerem com as congéneres do distrito de Setúbal e, particularmente, com as empresas do distrito de Aveiro;
- iv. De acordo com o nosso modelo, esta estrutura de investimento originou a concentração empresarial no distrito de Aveiro.

Apesar de termos perfeita consciência que o investimento médio de cada um dos distritos é um indicador enganoso, por se tratar de uma média, esconde as disparidades no investimento realizado por cada empresa, considerámos interessante verificar qual o investimento médio em cada um dos distritos considerados. O Quadro 31 apresenta os valores do investimento médio para cada um dos distritos e para os anos de 1971 a 1973.

Quadro 31 - Investimento médio por distrito⁷⁶ - valores em 1000\$00

Distrito	1971	1972	1973
Aveiro	640	969	1 128
Évora	175	446	987
Faro	230	158	869
Setúbal	294	346	921

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inquéritos Industriais dos anos de 1971 a 1973

Tal como seria expetável, o investimento por empresa é superior no distrito de Aveiro quando comparado com as empresas dos restantes distritos. Apesar das limitações do investimento médio, poderemos antever, para as empresas do distrito de Aveiro, o provável aumento da dimensão das empresas e da sua capacidade produtiva e um definir, lento mas continuo, da dimensão e capacidade produtiva das empresas localizadas nos restantes distritos. E esse aumento da capacidade produtiva será muito melhor visualizado no Quadro 32 em que se apresenta o valor médio da FBCF por cada

⁷⁶ O investimento médio por distrito foi calculado utilizando o rácio investimento total em função do número de empresas a funcionar efetivamente em cada distrito.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

um dos distritos porque, como referimos anteriormente, a FBCF representa o conjunto de bens de equipamento necessários ao processo produtivo.

Quadro 32 - FBCF média por distrito⁷⁷ - valores em 1000\$00

Distrito	1971	1972	1973
Aveiro	434	423	456
Évora	81	97	107
Faro	202	152	287
Setúbal	220	220	263

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inquéritos Industriais dos anos de 1971 a 1973

Este quadro permite-nos constatar que a FBCF registada em Aveiro é superior 197,17% à FBCF registada no distrito de Setúbal, 215% superior à registada no distrito de Faro e 537,55 % superior à registada no distrito de Évora. Reafirmando as limitações que este tipo de indicador apresenta, ele é útil porque permite concluir que, as empresas situadas no distrito de Aveiro ao aumentarem a sua FBCF comparativamente às restantes empresas, impulsionaram o aumento da sua dimensão e capacidade produtiva, com reflexos na sua capacidade concorrencial. De acordo com o modelo proposto para explicar a localização geográfica da indústria corticeira, seria expectável que, o distrito de Aveiro se tornasse o centro corticeiro do país.

Em 21 de março de 1944, ocorreu um grande incêndio nas instalações da Corticeira Amorim. O Jornal de Notícias publicou, do dia seguinte, uma reportagem sobre este incêndio. Nessa reportagem sobressaem dois aspetos relevantes. O Jornal de Notícias menciona que a Corticeira Amorim empregava trezentos e vinte e um trabalhadores e produzia, diariamente, setecentas mil rolhas. Estamos perante uma empresa de razoável dimensão, mas não comparável com algumas outras empresas existentes na região sul do Tejo, como por exemplo, a Mundet, a Wicander e a Robinson.

No entanto, a notícia é interessante pelo pormenor relacionado com a produção diária de setecentas mil rolhas⁷⁸. Procurámos saber se, esta produção diária, seria

⁷⁷ O cálculo da FBCF média por distrito foi calculado utilizando o rácio FBCF em função do número de empresas a funcionar efetivamente em cada distrito.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

possível e, em caso afirmativo, se poderia ser considerado um nível alto de produção, apenas possível a um reduzido número de empresas.

Para conseguirmos responder a estas questões, procurámos perceber como seria efetuada essa produção e se a Corticeira Amorim teria equipamento produtivo que lhe permitisse atingir tal nível de produção. Por Despacho Ministerial de 8 de agosto de 1937, foi a Corticeira Amorim autorizada a legalizar, na sua fábrica de cortiça e seus derivados, situada no lugar do Salgueiro, freguesia de Lamas, o seguinte equipamento: quatro máquinas de rabanear, duas máquinas de rabanear, pequenas, para aparas, uma máquina de respaldar, quarenta máquinas de garlopa para fabrico de rolhas, uma máquina automática de brocar, uma máquina de marcar, a fogo, vinte e uma máquinas de brocar, de pedal, duas máquinas de laminar, uma máquina de lâ de cortiça, uma caldeira de cobre, seis prensas manuais móveis, um torno mecânico, um furador manual, uma forja fixa e quatro motores elétricos de potência de 15,5 C.V. e substituição de dois motores, respetivamente de 10 H.P. e 3/4 H. P. para 11 H.P. e 1,5 H. P..

A corticeira Amorim dispunha, como se viu, de 61 máquinas manuais de produção de rolha, entre garlopas e máquinas de brocar e uma máquina de brocar automática. Infelizmente, não sabemos a capacidade de produção de cada uma das máquinas em posse da Corticeira Amorim. No entanto, podemos ter uma ideia da capacidade de produção de cada uma dessas máquinas na posse de outras empresas. O Sr. Vítor Bordeira afirmou-nos que a capacidade produtiva das garlopas e das máquinas de brocar estava dependente de dois fatores: a destreza do trabalhador e da dimensão das rolhas, mas que, na empresa da sua família, de um modo geral, cada garlopa poderia produzir entre cinco a dez mil rolhas diárias e as máquinas de brocar, entre oito a dez mil rolhas diárias.

Analisados os livros auxiliares de produção da empresa Mário Guerreiro, Lda., já referenciada no capítulo anterior, embora não existam séries contínuas de produção,

⁷⁸ O mesmo nível de produção é apontado por Mendes (2002:74).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

poderíamos apontar para a capacidade de produção das garlopas, na ordem das seis a oito mil rolhas por dia⁷⁹.

Esta capacidade de produção diária é confirmada no Relatório Científico Final sobre "Memória e Identidade Profissionais. Reprodução de Sistemas Sócio-Técnicos." (Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 1999: 91):

"Fazíamos sete, oito mil rolhas. Depois começaram a entrar para lá umas charniqueiras, umas mulheres da Charneca, coitadas nunca tinham trabalhado nas fábricas e fartinhas de sofrer naqueles campos queriam agradar. Agarravam-se à máquina ali, tumba, tumba, tumba, chegavam a fazer dez mil, envergonhavam a gente. Lá tínhamos todas de subir. Ai! Tínhamos uma raiva às charniqueiras!".

Parece-nos admissível que a capacidade de produção de cada máquina em posse da Corticeira Amorim poderia ser de dez mil rolhas diárias. Se considerarmos que, de acordo com o jornal *on-line* ECO, em notícia publicada no dia 14 de julho de 2017, aquando da morte de Américo Amorim, que na altura do incêndio, a Corticeira Amorim produzia as setecentas mil rolhas diárias e que, face às encomendas, a empresa trabalhava ininterruptamente, então é de admitir que o nível de produção diária de rolhas fosse de setecentas mil.

No entanto, a notícia do incêndio refere-se ao ano de 1944 e não ao ano de 1937. No período que medeia o ano de 1937 e 1944, a Corticeira Amorim pediu autorização superior para instalar novos equipamentos produtivos. Analisadas as decisões ao abrigo da Lei do Condicionamento Industrial no período entre 1931 e 1944 podemos constatar que a Corticeira Amorim foi autorizada:

- i. Por despacho de 25 de outubro de 1936, a reabrir a fábrica de cortiça, situada em Arrifana, freguesia de S. Miguel de Rio Torto, concelho de Abrantes, que tinha alugado a António Lourenço Viegas;

⁷⁹ Estes valores foram obtidos em resultado da aplicação da seguinte fórmula: Produção diária de rolhas = (Produção/número de dias de trabalho). Considerámos que os operários trabalhavam seis dias por semana, descansado aos domingos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- ii. Por despacho de 22 de abril de 1940, a instalar na fábrica de Abrantes, dez máquinas de brocar, que adquiriu à firma Cantinhos & Marques, do Barreiro;
- iii. Por despacho de 3 de agosto de 1940, a instalar, na fábrica de Abrantes, duas máquinas de rabanear, duas máquinas de espaldar, duas prensas manuais e duas prensas de caixa;
- iv. Por despacho de 29 de abril de 1941, a instalar na sua fábrica situada no lugar do Salgueiro, freguesia de Lamas, concelho da Feira, duas máquinas de rabanear e duas máquinas de espaldar;
- v. Por despacho de 22 de dezembro de 1941, a instalar na sua fábrica de Abrantes, duas máquinas de rabanear e duas máquinas de afiar ferramentas;
- vi. Por despacho de 15 de abril, de 1942, a transferir da sua fábrica em Abrantes para a fábrica no Salgueiro, Lamas, as seguintes máquinas: dez máquinas de brocar a pedal, três máquinas de respaldar, três máquinas de rabanear e a instalar três motores elétricos, com capacidade total de 31,5 CV para acionar as máquinas a transferir;
- vii. Por despacho de oito de junho de 1942, a substituir na fábrica no Salgueiro, Lamas, uma caldeira de cozer cortiça, com as dimensões interiores de 1,4m x 2m x 1,15m por outra de 2,60m x 1,4 m x 2,4m e a instalar os seguintes elementos industriais, duas máquinas de rebaixar, quatro máquinas de topejar e cinco máquinas de brocar, a pedal;
- viii. Por despacho de 26 de julho de 1943, a prorrogar o prazo imposto pelo despacho de 8 de junho de 1942 para substituir uma caldeira.

Daqui resulta que, entre 1937 e 1944, a capacidade produtiva de rolhas de cortiça da Corticeira Amorim foi reforçada em 25 máquinas de brocar, dez adquiridas à firma Cantinhos & Marques, dez transferidas da unidade produtiva situada em Abrantes, e cinco novas. Este reforço da capacidade produtiva permitiria a produção de setecentas mil rolhas.

Tal nível de produção não significa, necessariamente, um eficiente processo produtivo. Pensamos que a Corticeira Amorim poderia, e talvez produzisse (ou estivesse em condições de produzir), por si ou através de subcontratação, mais rolhas do que

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

aquelas que os jornais apontavam. Poder-se-á argumentar que não se teve em consideração o desgaste das máquinas e o efeito desse desgaste na capacidade produtiva. As máquinas que a Corticeira Amorim legalizou, em 1937, teriam, em 1944, pelo menos, sete anos de uso. Tradicionalmente, a legislação contabilística portuguesa⁸⁰ prevê, para a indústria corticeira, uma vida útil de doze anos para as máquinas de uso específico e cinco anos para as ferramentas e utensílios de uso específico⁸¹. Se atendermos a esta hipótese, verificar-se-ia que, em 1944, todo o equipamento estaria ou já completamente amortizado, o que deixa antever a sua velhice e, consequente, diminuição da capacidade produtiva, ou ainda não totalmente amortizado, mas longe do seu auge produtivo.

Não se pense que estamos a ser demasiado rigorosos em considerarmos estas taxas de amortização. Oliveira (1941) considera que as amortizações são principalmente uma função da duração provável das máquinas e do número de horas que trabalham durante a sua vida e propõe o uso de uma taxa de amortização de dez a doze por cento para máquinas de fazer rolhas quando sejam movidas à mão e de uma taxa de doze a quinze por cento, para máquinas de fazer rolhas quando sejam movidas por energia mecânica. Se tivéssemos em consideração a proposta de Oliveira (1941), a quase totalidade do equipamento produtivo da Corticeira Amorim teria ultrapassado a sua vida útil. Todavia, voltamos a frisar, que isso não significa que o equipamento esteja incapacitado para ser utilizado na produção. Significa, apenas, que a capacidade produtiva está limitada e, eventualmente, longe da sua capacidade máxima.

Concordamos que o desgaste do equipamento tem consequências na capacidade produtiva das máquinas. Admitimos que esse efeito poderá ter sido compensado por três outros aspetos não considerados até ao momento. Desconhecemos se, em 1937, aquando do pedido de legalização das máquinas, a Corticeira Amorim já dispunha de outro equipamento legalizado ou se pediu a legalização de todas as máquinas que

⁸⁰ Veja-se, para esse efeito, o Decreto-Lei n.º 45 103, de 1 de julho de 1963 e a Portaria n.º 21 867, de 12 de fevereiro de 1966.

⁸¹ A que corresponde uma taxa de amortização anual de 8,33% e de 20%, respetivamente.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

dispunha. É muito provável que a Corticeira Amorim dispusesse de mais equipamento do que aquele que submeteu à legalização⁸². Por outro lado, não excluimos a hipótese da Corticeira Amorim ter adquirido garlopas e máquinas de brocar sem ter pedido autorização ao abrigo da lei do condicionamento industrial. Até porque, como demonstram Matos e Pinto (2003: 321) o ambiente de trabalho (em Santa Maria de Lamas) "pautava-se por um elevado desrespeito pelas normas vigentes". Ocorreu essa situação na Corticeira Amorim. Em 1963, esta empresa decidiu instalar uma unidade industrial para a produção de granulados e aglomerados de cortiça. Esta unidade foi criada e funcionou de forma ilegal durante anos (Costa *et al*, 2010: 217). Esta capacidade de contornar a lei foi reconhecida pelo Jornal de Negócios ao escrever, em 13 de julho de 2017, dia do falecimento de Américo Amorim, na sua versão *on-line*, que este industrial "contornou o condicionalismo industrial durante o consulado de Oliveira Salazar – chegou a comprar alvarás industriais, algo que a lei proibia" ⁸³.

Por fim, não considerámos a questão do trabalho familiar. Costa (2015: 34), no projeto artístico "Memória Sonora da Cortiça", implementado no concelho de Santa Maria da Feira, refere:

"A garlopa, máquina mítica de uma época passada, até aos anos 60 do século XX, em que a furação da cortiça em rolhas era feita apenas com a força de braços. A mesma garlopa que muitas famílias tinham em casa, à beira da mesa de cabeceira, para obterem uns cobres extra nas longas noites de inverno em que os trabalhos agrícolas abrandavam".

Esta afirmação permite-nos concluir que muitas famílias dispunham de uma garlopa em casa para que todos (pais e filhos, maiores ou menores de idade), produzissem rolhas. A quem se destinaria esta produção? Pensamos que existe uma forte probabilidade de que essa produção se destinasse às empresas de maior dimensão de Santa Maria da Feira, nas quais a Corticeira Amorim se incluía.

⁸² Matos e Pinto (2003) também admitem esta hipótese.

⁸³ <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/o-eterno-americo-amorim>, consultado em 22 de julho de 2024.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Resta-nos averiguar se o equipamento legalizado pela Corticeira Amorim era muito diferente, em termos de quantidade, das restantes empresas concorrentes e se estas poderiam sustentar uma produção diária de setecentas mil rolhas. No ano de 1937, diversas empresas procederam à legalização das suas fábricas e equipamentos que dispunham no seu processo produtivo. O Quadro 33 apresenta e permite comparar os pedidos de legalização de equipamento produtivo por parte das empresas Corticeira Amorim, Teodoro Rubio & Filhos, Lda.⁸⁴, Ferreira, Filipe, Lda.⁸⁵ e Percy Ellis⁸⁶.

Quadro 33 - Legalização de equipamento

Máquinas	Corticeira Amorim	Teodoro Rubio & Filhos	Ferreira, Filipe, Lda.	Percy Ellis
Rabanear	4 + 2 = 6	8	7	7
Espaldar	1	8	6	4
Garlopas	40	85	86	47
Quadrar	-	53	3	12
Brocas	1 + 21 = 22	16	12	9
Marcar a fogo	1	-	1	1
Laminar	2	-	2	1
Lã de cortiça	1	-	-	5
Caldeira	1	2	2	1
Prensas	6	2 + 3 hidráulicas	10 manuais + 2 hidráulicas	5
Torno	1	-	-	1
Furador	1	-	-	-
Forja	1	-	1	-
Motores elétricos	4 Potência total de 15,5 CV +2 11 H.P. e 1,5 H. P.	4 potência total de 63 CV	12 Potência total de 105,7 CV e 13,86 kw	9 Potência total de 39,12 CV

Fonte : Elaboração própria a partir dos Despachos Ministeriais do ano de 1937

⁸⁴ Situada na Rua Elias Garcia, n.º 2, Barreiro.

⁸⁵ Situada na Quinta da Maceda, Barreiro.

⁸⁶ Situada na Rua da Praia da Junqueira e na Rua Particular à Junqueira, Lisboa.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Como se pode constatar, em 1937, a Corticeira Amorim não era detentora de equipamento produtivo de tal monta que permitisse sobressair das suas congéneres. Os dados constantes no quadro anterior parecem permitir a conclusão de que outras empresas poderiam produzir setecentas mil rolhas diariamente. Voltamos a afirmar que, pelo exposto, acreditamos que a Corticeira Amorim produzisse diariamente setecentas mil rolhas, produção normal e passível de ser obtida por outras empresas.

Regressemos à notícia publicada no Jornal de Notícias sobre o incêndio na fábrica de Lamas. Refere esta notícia que parte da população da Vila da Feira dependia da Corticeira Amorim e, para além disso, das duzentas empresas existentes naquela região, sobretudo as fábricas manuais, muitas obtinham a crédito longo, toda a cortiça que necessitavam. Certamente que a Corticeira Amorim não disponibilizaria esta cortiça, a crédito e por vezes a longo prazo, sem receber nada em troca. Pensamos que esta disponibilidade da Corticeira Amorim em fornecer cortiça e, eventualmente, outros apoios, até de natureza financeira, seria uma forma de *outsourcing*, em que a produção dessas empresas seria determinada, direta ou indiretamente, por si, pelos seus interesses comerciais e empresariais.

Tal procedimento, como demonstrou Guimarães (2004), com o conceito de *putting-out*, era recorrente nas grandes empresas corticeiras⁸⁷. A Corticeira Amorim, de forma inteligente, aproveitou a sua posição dominante e a fragilidade das outras empresas. Pensamos que esse foi um comportamento identificador da Corticeira Amorim.

A notícia que temos vindo a analisar é, ainda, de uma grande importância porque permite perceber a estrutura do mercado corticeiro na região. Estamos, como já demonstramos anteriormente, perante um mercado de concorrência imperfeita, com características de um mercado oligopolista. Para além disso, existe uma grande dependência das pequenas empresas relativamente à Corticeira Amorim. Esta dependência é claramente demonstrada quando a notícia do Jornal de Notícias refere

⁸⁷ A mesma hipótese foi colocada por Faísca (2019) na sua tese de doutoramento.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

que largas dezenas de empresas recorrem à Corticeira Amorim para obterem a cortiça necessária à sua produção e recorriam com largo crédito. Estamos perante uma potencial forma de *outsourcing*⁸⁸, uma vez que se a Corticeira Amorim comprar a produção dessas pequenas empresas ocorre uma transferência de tarefas, operações, trabalhos e/ou processos para uma força de trabalho externa com o objetivo de, entre outros aspetos, diminuir os custos de produção.

Parece-nos, pois, claro que é a estrutura de mercado que condiciona a localização geográfica do setor corticeiro: as empresas escolhem a sua localização em função do investimento e do crescimento da empresa dominante do mercado. Esta nossa opinião é reforçada pelo rescaldo do grande incêndio nas instalações da Corticeira Amorim.

No seguimento deste incêndio, por Despacho de S. Exa. o Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, de 31 de outubro de 1944, a Corticeira Amorim foi autorizada a transferir da sua fábrica de rolhas situada no lugar de Salgueiro, freguesia de Lamas, concelho da Feira, a título provisório enquanto procede à reconstrução da fábrica, os elementos industriais seguintes: dezasseis brocas de pedal, quatro rabaneadeiras, duas rebaixadoras e duas topejadeiras, para a dependência da fábrica de rolhas de cortiça pertencente à firma Armando Gomes & C.^a, Lda. situada na mesma freguesia e concelho.

Despacho muito interessante para perceber a relação da Corticeira Amorim e as restantes empresas da região. Mesmo num regime corporativista onde, em teoria, deveria haver um ambiente de cooperação entre empresas e trabalhadores, não é habitual uma empresa abrir as suas instalações para que uma sua concorrente possa continuar a produção. Poderemos questionar se a relação efetiva existente entre duas empresas concorrentes num mercado em que uma delas aceita que a sua concorrente instale parte da sua produção na sua própria empresa é uma relação de concorrência ou de dependência. Não nos parece, ainda que raciocinemos num contexto de uma

⁸⁸ Situação recorrente na indústria corticeira como se demonstrou no Capítulo I.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

economia corporativa, que seja normal este tipo de comportamento empresarial. Será muito mais adequado admitir que a firma Armando Gomes & C.^a, Lda. dependeria da Corticeira Amorim. Não sabemos é se essa dependência resultava da necessidade de obtenção da matéria-prima ou se resultava, também, do ponto de vista financeiro. Se assim tiver sido, essa empresa (e todas as outras empresas na mesma situação), existia em função da Corticeira Amorim.

Concordamos com Branco e Parejo Moruno (2011) que, ao procurarem demonstrar que a localização da indústria corticeira resultou da criação de um distrito industrial em Aveiro (com particular realce para Santa Maria da Feira), realçaram o papel de uma grande empresa, a Corticeira Amorim, na formação deste distrito industrial. Não pretendemos, já o referimos anteriormente, analisar a existência de um distrito industrial, até porque os critérios utilizados por aqueles autores para demonstrar a existência de um distrito industrial podem ser verificados também nas regiões centro e sul⁸⁹. Parece-nos que os critérios apresentados para justificar o distrito industrial de Aveiro seriam, também, largamente respeitados nos concelhos que constituem o arco ribeirinho a sul do Tejo. Aquilo que, de facto, distingue os concelhos que constituem o arco ribeirinho do sul do Tejo e o distrito de Aveiro é o papel desempenhado por uma grande empresa - a Corticeira Amorim.

Entendemos, por isso, ser importante perceber qual a vantagem da coexistência de uma grande empresa e muitas pequenas empresas de dela dependem num mesmo mercado. Branco e Lopes (2013: 9) referem que a

"procura muito oscilante por parte dos mercados internacionais de rolhas de cortiça e a intermitência possível nos pequenos estabelecimentos e não nos de maior dimensão, conduz estes últimos a procurarem expandir a sua oferta sem aumentar os custos associados ao aumento da escala de produção. Assim, perante aumentos da procura externa, os pequenos estabelecimentos tornam-se o suporte de maior oferta do produto".

⁸⁹ Não iremos também abordar o conceito de cluster defendido por Porter (1990, 1998) por dois motivos essenciais: por ser um conceito eivado de interesses políticos e porque, numa dimensão micro, se assemelha ao conceito de distrito industrial (OECD, 1999).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Semelhante posição assumiram Branco e Parejo Moruno (2011, 29) quando referem:

"But if something could have been the key to the position of Amorim & Irmãos in the industrial cork district of Feira, it was the ability to adapt the supply of the district to the external demand, and this was the determining factor in the internationalization of the firm. In our criterion, this is where the main responsibility of the success of this firm lies."

A existência de um conjunto de pequenas empresas a produzir rolhas para a Corticeira Amorim, numa operação de *outsourcing*, a preços definidos pelo comprador⁹⁰ é claramente vantajoso para o comprador. A Corticeira Amorim aumenta a sua oferta, sem aumentar os custos inerentes ao aumento da escala de produção. Os referidos autores apenas mencionam uma situação de aumento da procura internacional de rolhas. O que terá acontecido quando ocorreu uma contração da procura internacional de rolhas, terá essa contração sido suportada pela Corticeira Amorim ou pelos seus pequenos fornecedores locais? Acreditamos que os custos associados a essa contração da procura terão sido repercutidos nas pequenas empresas. Dir-se-á que este é um comportamento típico de empresas dominantes num determinado mercado e um exemplo de uma gestão eficiente dos recursos que uma empresa dispõe. Este tipo de gestão não se vislumbra nas empresas situadas a sul do Tejo.

Defendemos, no Capítulo II, que a justificação da localização geográfica do setor corticeiro se devia a duas dimensões, sendo uma delas uma dimensão que apelidamos de psicossociológica. Nesta dimensão incluímos a forma de gestão, a história da empresa, a sua cultura e clima organizacional. A gestão, visão estratégica e cultura empresarial da Corticeira Amorim está patente desde os anos quarenta e cinquenta do século passado. As empresas apresentam características próprias que as distinguem das outras empresas que coexistem no mercado. Cada empresa é detentora de uma personalidade e entidade própria que pode ser classificada como a sua cultura organizacional (Mações, 2018).

⁹⁰ Não se acredita que, na situação descrita, os preços praticados pelas pequenas empresas para venderem a sua produção à Amorim & Irmãos, sejam resultado de uma negociação típica de um mercado de concorrência.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

A Corticeira Amorim foi evidenciando uma cultura organizacional própria que poderíamos classificar, utilizando para isso os modelos de cultura organizacional propostos por Deshpande, Farley e Webster (1993), como uma cultura organizacional de clã⁹¹. Este tipo de cultura organizacional caracteriza-se pelo poder hierárquico, pela lealdade, a coesão interna e onde a participação nas atividades e objetivos da empresa é avaliada em termos da coesão organizacional. No quadro desta cultura organizacional, as empresas procuram implementar uma gestão do seu processo produtivo caracterizada pela eficácia e eficiência e, ao mesmo tempo, manter relações privilegiadas com os seus *stakeholders* (Buchanan e Huczynski, 2019). A cultura organizacional de clã, os seus valores, a coesão da organização, a visão estratégica da organização como cadeia de valor e a sua relação com os seus *stakeholders*, mais do que a eficiência e eficácia do seu processo produtivo, são os que permitiram a superioridade da Corticeira Amorim e contribuem para explicar a localização geográfica do setor corticeiro. E esta dimensão assume particular relevância nas décadas de quarenta e cinquenta e acaba por condicionar toda a evolução da indústria corticeira na década de sessenta.

E isso é bem visível na notícia da viagem realizada em 1958 por Américo Amorim ao bloco soviético. O pedido de passaporte para a União Soviética é um daqueles pedidos que nos deixa surpreendido. Ainda hoje.

Portugal e a URSS tinham rompido as suas relações diplomáticas em 1918, após a Revolução Russa, e esse corte manteve-se até 1974. Só após o 25 de abril as relações diplomáticas foram normalizadas. Neste contexto, como foi possível que, em 1958, Américo Amorim tenha ido à URSS e aos restantes países do bloco soviético, em negócios ou à procura de negócios? Que apoio teve? Parece-nos que esta é uma questão muito importante. Não se trata de uma viagem de turismo - estamos perante uma viagem de negócios. Poderia, até, ser uma viagem turística. Mazuy (2002) refere que existia, desde os finais dos anos vinte do século passado, um movimento de viagens turísticas em direção à União Soviética com intuito de conhecer este país. Na década de cinquenta, esse movimento turístico reforçou-se e assistiu-se a um aumento de turistas

⁹¹ Esta nossa classificação de cultura organizacional de clã é reforçada pela constatação que, ao longo de toda a sua existência, a Corticeira Amorim sempre foi gerida por elementos da família Amorim.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

uns, comunistas ou simpatizantes, a queriam conhecer aquilo que seria o paraíso socialista, outros, os que se manifestavam contra o comunismo, queriam ver como era o país (David-Fox, 2012).

Mas, o que aqui se trata, não é de uma mera viagem turística, trata-se de uma viagem de negócios. Numa economia de direção central, em que tudo é planificado, em que o comércio externo era monopólio do Estado e, também ele, planificado (Laptev, 1975), parece-nos difícil que alguém, sem ter conhecimentos ou contatos prévios, fosse a esse espaço económico tentar efetuar negócios. A nosso ver, esta viagem só foi possível porque Américo Amorim obteve apoios do regime e, ao mesmo tempo, o apoio de alguém que manteria excelentes relações no seio do regime soviético. Quem em Portugal, nos anos cinquenta do século passado, poderia desempenhar esta função? O apoio do regime português poderá ter resultado do papel do seu tio Henrique Alves de Amorim que, em abril de 1952, foi agraciado pela Comenda de Oficial da Ordem de Instrução Pública, em resultado da sua atividade benemérita em favor da população de Lamas e que, por isso, fica a hipótese, manteria boas relações com as autoridades do regime.

Se bem que concordemos com Américo Amorim quando este afirma que “quem tem uma origem modesta está bem em qualquer lado” (Carita, 2002: 13) também pensamos que a visita ao bloco de leste foi preparada com alguém que tinha relações com os dirigentes do bloco soviético. Não sabemos exatamente quem é que terá sido, mas inclinamo-nos para alguém que, em Portugal, mantivesse ligações estreitas à URSS. Seja como for, a ideia de ir ao bloco soviético foi uma excelente política de gestão dado que permitiu à empresa aceder a um enorme mercado de consumo. Apesar das relações diplomáticas com a URSS terem sido cortadas, Portugal continuou a exportar cortiça para este país. O Quadro 34 mostra-nos o volume e valor de exportações de cortiça, antes e depois da visita de Américo Amorim à União Soviética, isto é, nos anos compreendidos entre 1950 e 1960, e ajuda a responder a essa questão.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 34 - Exportações de cortiça para a URSS

Ano	Toneladas	1 000\$00
1950	8 640	33 372
1951	11 468	95 189
1952	11 765	170 055
1953	6 858	133 430
1954	9 541	137 651
1955	6 667	92 929
1956	4 641	77 254
1957	4 162	64 026
1958	4 183	53 501
1959	3 104	45 810
1960	6 244	72 004

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatísticas do Comércio Externo

Como poderemos verificar, Portugal, apesar de não ter relações diplomáticas com a URSS, exportou cortiça para este país. As exportações atingiram, tanto em toneladas como em escudos, o seu valor máximo em 1952. A partir desta data, as exportações começaram a diminuir, atingindo, em 1959, o seu valor mais baixo. Todavia, em 1960, os valores das exportações, em toneladas e em valor, recuperaram do declínio que se registava desde meados da década de cinquenta.

Apesar do valor das exportações para a URSS representar, no ano de 1960, sensivelmente, 5% do total das exportações de cortiça, esse valor era relevante no contexto da indústria corticeira portuguesa. Essa relevância pode ser confirmada pelo Quadro 35. Construímos o Quadro 35 com o valor do ativo de três empresas corticeiras⁹², a Corticeira Ibérica, a Sociedade Corticeira Robinson & Bros. e a Sociedade Nacional de Cortiças, no ano económico de 1960.

⁹² Optou-se por apresentar empresas que em termos da sua natureza legal fossem sociedades anónimas para garantir alguma relevância quer em termos organizativos quer em termos financeiros.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 35 - Empresas Corticeiras - valor do ativo em 1 000\$00, no ano de 1960

Empresas	Valor do ativo - em 1 000\$00
Corticeira Ibérica	15 212
Sociedade Corticeira Robinson & Bros.	22 117
Sociedade Nacional de Cortiças	12 111

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios de contas do ano de 1960 das respetivas empresas

Se atentarmos ao valor das exportações para a URSS em 1960, podemos constatar que assumiu um valor superior à soma dos ativos destas três empresas. Parece poder-se admitir que a Corticeira Amorim, ao conseguir tornar-se o maior exportador português para o mercado de leste (Coelho, 2012), efetuou um negócio excelente porque permitiu a obtenção de recursos financeiros relevantes e fundamentais para o seu processo de crescimento e expansão.

Embora as estatísticas oficiais relativas ao comércio externo não apresentem valores para as exportações de cortiça para a URSS a partir de 1960, a Amorim & Irmãos continuou a exportar para essa zona económica de direção central (a zona Comecon). De modo a evitar constrangimentos de natureza política, numa altura que o regime português tinha enormes dificuldades de contatos com alguns grandes espaços económicos⁹³, foi criada na Áustria, em 1967, a Gerhard Schiesser GmbH⁹⁴ com o objetivo de exportar cortiça para o Leste, sem que essa cortiça apresentasse expedição direta entre Portugal e a URSS e os seus satélites. Assim, a cortiça recebida pela URSS seria cortiça austríaca e não portuguesa. Não é crível que este estratagema fosse desconhecido pelas autoridades soviéticas - que com ele, direta ou indiretamente, concordaram. De qualquer forma, a estratégia adotada é um bom indicador da excelência das relações da Corticeira Amorim com os seus *stakeholders* externos - o

⁹³ Portugal, em resultado da sua política colonial, sofreu várias condenações por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas, culminando, em dezembro de 1965, com a aprovação da resolução 2107 (xx), a qual continha disposições tendentes a isolar Portugal, tanto do ponto de vista político como económico (Silva, 1995). Em resultado destas resoluções, alguns países entre os quais os países do bloco soviético, a China e a Índia, deixaram de fazer negócios com Portugal.

⁹⁴ Gerhard Schiesser, austríaco, que como milhares de outras crianças, veio para Portugal integrado num programa da Cáritas para fugir à destruição do seu país e foi viver com a família Amorim entre 1948 e 1950. Em 1963 veio trabalhar para a Amorim & Irmãos e em 1967 regressou à Áustria com o objetivo de chefiar uma "filial" da Corticeira Amorim.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

círculo do poder soviético -, e que contribuiu para a expansão da Corticeira Amorim nos mercados nacional e internacional.

A excelência das relações da Corticeira Amorim com os seus *stakeholders* fez-se sentir também a nível interno nomeadamente, com os seus trabalhadores. Demonstrou-se que os salários e as remunerações pagas no distrito de Aveiro eram, nesta época, mais baixos que os salários e remunerações auferidas pelos seus congéneres da região sul do Tejo. O relacionamento entre a Corticeira Amorim e os seus trabalhadores era de tal forma excelente que não se conhece qualquer luta sindical nas suas fábricas.

Poder-se-á argumentar que a inexistência de qualquer luta sindical se ficou a dever ao facto do Estado Novo ter permitido a existência de sindicatos, embora não se possa entender estes sindicatos como verdadeiros sindicatos uma vez que não exerciam as suas funções de forma livre nem autónoma. Isto significa, na prática, que estes sindicatos não tinham qualquer poder para exercer as suas funções enquanto verdadeiros representantes dos trabalhadores. Mas, como reconhece Silva (2007), a ausência de liberdade sindical não impede (nem impediu) os trabalhadores de lutarem pela melhoria das suas condições de vida, luta essas que incluíram greves, que apesar de ilegais, ocorreram com alguma frequência em várias regiões do país.

Sequeira (1978) relata as suas memórias enquanto operário corticeiro no período compreendido entre 1914 e 1938 e manifesta a sua surpresa por ter encontrado no norte de Portugal e, em particular, no concelho da Feira, um tão importante centro corticeiro. A sua surpresa continua quando constata que, apesar de existir o Sindicato dos Corticeiros, esta região nunca tinha figurado nem nas notícias do jornal "A Batalha"⁹⁵ nem nos comunicados da Federação Corticeira. De facto, não se conhece, à época, qualquer movimento operário no setor corticeiro. Ainda segundo Sequeira (1978), a forma mais expedita para os sindicatos obterem a concordância do patronato com as reivindicações dos trabalhadores era obterem a anuência do padre, de cada uma das

⁹⁵ A Batalha, jornal fundado em 23 de fevereiro de 1919. Apesar de ter sido proibido pelas autoridades do Estado Novo, foi publicado, de forma irregular e clandestina, até final da década de 1940. Rui Tavares - A Batalha dos 100 anos, Jornal Público de 22 de fevereiro de 2019.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

paróquias. Se o sindicato conseguisse que o padre, de uma determinada paróquia na sua homilia dominical, fizesse referência à justeza das reivindicações isso seria suficiente para que a entidade patronal e trabalhadores respeitassem essas normas. Não nos parece que seja esta a principal razão para a inexistência de referência a lutas sindicais no setor corticeiro na região de Aveiro ou, mais especificamente, na Corticeira Amorim. De certa forma, Sequeira (1978, 184) corrobora esta nossa opinião quando, a propósito da luta pelas oito horas de trabalho diário refere "os padres não se prestavam a acordos com os operários ou organismos operários, cujos objectivos fossem colidir com os interesses dos srs. industriais".

Numa época posterior, na década de 1950, também não existe referências a lutas operárias na região de Aveiro. A Editora Edições Sociais apresentou, no período imediatamente após o 25 de abril de 1974, uma coleção de opúsculos com o título "Episódios da Resistência Antifascista contados por quantos a viveram" que, como o nome deixa antever, relata episódios da luta dos trabalhadores contra o patronato e as condições de trabalho. Nessa coleção existem relatos da luta dos corticeiros em várias empresas mas, não existe nenhum sobre a luta operária na região de Aveiro ou na Corticeira Amorim. Veja-se, a este propósito, o número cinco daquela coleção em que um operário relata a sua experiência profissional enquanto trabalhador corticeiro, desde os seus doze anos, quando entrou para a Mundet & C.^a, Lda, no Seixal, como se tornou um elemento ativo de uma célula do Partido Comunista Português naquela empresa, e como decorreram as lutas desenvolvidas na Mundet (que foi duramente fustigada por essas lutas) e noutras empresas na margem sul do Tejo (Carvalho, s.d.).

Se analisarmos os vários números do jornal "O Corticeiro" podemos constatar que este jornal relata várias situações de lutas operárias apenas na margem sul do Tejo e, em particular, na área do arco ribeirinho. Em momento algum se relata alguma luta nas empresas da região de Aveiro e na Corticeira Amorim.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

O número noventa e três do jornal "Avante!", do ano de 1943⁹⁶, apresenta na sua página dois relatos sobre diversas lutas de corticeiros, desde Silves, Grândola, Ermidas, Santiago do Cacém, Vendas Novas, Montijo, Barreiro, Almada, Seixal. Nesse mesmo número, apresenta as lutas dos jovens da Marinha Grande, mas não faz referência a qualquer luta nas empresas de Aveiro e, mais concretamente, na Corticeira Amorim. A ausência de conflitos laborais ou sindicais nas empresas corticeiras da região de Aveiro é comprovada por Almeida (2019) que, ao elencar as lutas dos trabalhadores do distrito de Aveiro, no período compreendido entre 1900 e 2016⁹⁷, aponta para uma única greve no setor corticeiro, na empresa Couto & Irmão, Lda., de Águeda, no ano de 1946.

Mas será que na região de Aveiro não terá existido uma tradição sindical e operária de cariz revolucionário? Ao relatar a sua experiência profissional, na década de sessenta, na empresa Mabor, sita em Lousada, Oliveira (1993:107) manifesta o seu espanto pela "nula ou fraquíssima presença do PCP numa fábrica há largos anos ali implantada e numa zona de relativo grau de industrialização".

Acreditamos que na região de Aveiro tenha existido uma fraca presença do PCP, mas tal não significa a inexistência de lutas operárias. Estranho é nunca se terem verificado lutas operárias na Corticeira Amorim. Não nos parece que a Corticeira Amorim pagasse salários de tal forma mais elevados que a generalidade das restantes empresas corticeiras nem que os seus trabalhadores fossem tão bem tratados, o seu nível de vida de tal modo satisfatório que não surgisse a ideia e/ou a necessidade de encetarem por lutas sindicais.

O que é inquestionável que a ausência de lutas operárias foi uma grande vantagem para as corticeiras do distrito de Aveiro quando comparadas com as suas

⁹⁶ O jornal "Avante!", nos números 96, 105, 108, 111, 125, 13, 133, 134, 138, 184, 256, 366, 408, 415, 418, 422, 443, relata diversos momentos de lutas sindicais, no setor corticeiro e noutros ramos de atividade, alguns delas em empresas da região de Aveiro, mas nenhuma no setor corticeiro.

⁹⁷ Em rigor, Almeida (2019) elenca todos os movimentos de operários desde 1895 a 2016, sendo que, em maio de 1895, ocorreu uma luta dos tanoeiros e dos serralheiros da Feira (Almeida, 2019, 95).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

congêneres do sul e, em particular, das empresas situadas no arco ribeirinho da margem sul do rio Tejo.

Esta relação de excelência entre a Corticeira Amorim e os seus stakeholders, nomeadamente os operários, fez-se sentir, também com o poder político português. Embora sem evidências tangíveis, sustentamos convictamente a hipótese que a autorização para a viagem de negócios ao bloco soviético teve o beneplácito das autoridades portuguesas. Além disso, quando a Corticeira Amorim iniciou, como anteriormente se referiu, a produção de aglomerados sem autorização governamental, sem que, desse ato, tenha resultado qualquer retaliação menos agradável, também nos parece que tal comprova a excelente relação entre a Corticeira Amorim e as figuras gradas do regime político da altura⁹⁸. Se assim não fosse, seria difícil e inconcebível que as autoridades desconhecessem a compra, a instalação dos equipamentos, o seu funcionamento e a comercialização da produção.

Durante a década de sessenta assistiu-se a uma transição da localização da indústria corticeira da região de Setúbal para a região de Aveiro impulsionada pelos fatores que temos vindo a analisar: a produtividade, o montante de investimento e o crescimento da Corticeira Amorim. Especificamente no que diz respeito a esta empresa, consideramos que o crescimento resulta de vários fatores, sobretudo, relacionados com a dimensão psicossociológica, mais do que fatores económicos. Sustentamos aquela conclusão no pressuposto que o processo produtivo da Corticeira Amorim não era de tal forma mais eficiente que lhe permitisse distinguir-se das restantes empresas suas concorrentes.

De facto, se analisarmos a correspondência comercial mantida entre a empresa Andersen & Husum, Lda.⁹⁹ (empresa intermediária com sede fiscal em Lisboa e com

⁹⁸ Talvez não seja de descartar a hipótese destas relações privilegiadas com o poder político da altura se fique a dever a Veiga de Macedo natural da Vila da Feira, e ministro das Corporações e da Previdência entre 1955 e 1961, e a Albino dos Reis, de Oliveira de Azeméis, presidente da Assembleia Nacional entre 1945 e 1961 e presidente do Supremo Tribunal Administrativo durante vinte anos.

⁹⁹ Toda a correspondência citada encontra-se no Arquivo Municipal da cidade do Montijo com o número 573 - Caixa 200 do espólio da Andersen & Husum.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

um armazém no Montijo) e a Corticeira Amorim, ao longo do ano de 1968, encontramos um processo negocial para aquisição de rolhas de diverso calibre. No final do mês de fevereiro de 1968, a Andersen & Husum, Lda. questiona a Corticeira Amorim acerca do preço das rolhas com as seguintes categorias: 23x12/9 mm, 33x21 mm - classe 3.^a, 38x19mm - classes 1.^a e 2.^a e 45x24mm. A Andersen & Husum, depois de receber amostras das rolhas solicitadas e os respectivos preços responde à Corticeira Amorim nos seguintes termos:

- Rolhas 23x12/9 - reconhece que a qualidade é muito elevada, mas que não têm clientes para rolhas tão caras (a proposta da Corticeira Amorim para estas rolhas era de 45\$00 por mil) e contrapõe o preço de 40\$00 por mil rolhas;
- Rolhas 33x21 - classe 3.^a - se o preço fosse 60\$00 por mil rolhas, haveria hipótese de negócio;
- Rolhas 38x19mm - classes 1.^a e 2.^a - pede à Corticeira Amorim que reveja os preços porque são exagerados e não correspondem à qualidade;
- Rolhas 45x24mm - solicita que indiquem qual poderia ser o preço mínimo que estariam dispostos a vender cada lote de mil rolhas.

A 4 de março de 1968, a Corticeira Amorim responde nos seguintes termos:

- Rolhas 23x12/9 mm - muito embora a margem de lucro que poderia ser obtido vendendo a 45\$00 por cada mil rolhas não fosse famosa, para demonstrar a boa vontade em realizar a transação, aceitam vender ao preço proposto pela Andersen & Husum, isto é, 40\$00 por cada mil rolhas, sendo este o preço mínimo que podem praticar;
- Rolhas 33x21 mm - classe 3.^a - não conseguem baixar o preço de 70\$00 para 60\$00 por cada mil rolhas;
- Rolhas 38x19 mm - classe 1.^a - poderão fazer uma redução de 5\$00 por cada mil rolhas, passando o preço a ser de 95\$00 por mil rolhas;
- Rolhas 38x19 mm - classe 2.^a - poderão fazer um desconto de 2\$50 por cada mil, passando o preço a ser de 67\$50;
- Rolhas 45x24 mm - é possível vender a 345\$00 cada mil rolhas.

A Andersen & Husum, responde, a 8 de março de 1968 e nessa resposta indica:

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Rolhas 38x19 mm - classe 1.^a - o seu cliente ao preço de 95\$00 por cada mil rolhas não está interessado no negócio;

- Rolhas 38x19 mm - classe 2.^a - se o preço fosse 60\$00 por cada mil rolhas, estariam dispostos a comprar duas sacas de 200 grosas.

A Corticeira Amorim aceita, por carta de 9 de Março de 1968, vender 400 grosas a 60\$00 por cada mil rolhas.

Vamos, a partir desta negociação, tentar perceber se o processo produtivo da Corticeira Amorim seria de tal modo eficiente, possibilitando-lhe apresentar preços mais competitivos relativamente a outras empresas no mercado corticeiro. Para isso analisaremos o preço de cada um dos tipos de rolhas constante no processo negocial entre a Andersen & Husum e a Corticeira Amorim:

i. Rolhas 23x12/9 mm

A Corticeira Amorim declarou estar disponível para vender 1000 rolhas a 40\$00 apenas para demonstrar a boa vontade em efetuar a transação. Se a 45\$00, por cada mil rolhas, a margem de lucro, segundo a Corticeira Amorim, já não era famosa, vender a 40\$00, menos famosa seria essa margem. No entanto, a Andersen & Husum recebeu, na mesma altura, o preçário para vários tipos de rolha. O Quadro 36 apresenta o preço das rolhas de calibre 23x12/9 mm apresentado por três empresas, o que nos permite enquadrar o preço proposto pela Corticeira Amorim e algumas das empresas suas concorrentes.

Quadro 36 - Preço para rolhas 23x12/9 mm - por mil rolhas, em 1968

	Empresas		
Qualidade da Rolha	Corticeira Santiago, Lda.	Queimado & Pampolim	António Cosp, & C. ^a , Lda.
Superior	41\$00	88\$00	77\$00
1. ^a	28\$00	63\$00	60\$00
2. ^a	17\$00	45\$00	42\$00
3. ^a	11\$00	27\$00	26\$00

Fonte: Elaboração própria a partir do Espólio da empresa Andersen & Husum, Lda.

De acordo com o Quadro 34 e sendo o pedido da Andersen & Husum omissivo relativamente à qualidade da rolha, poderemos verificar que a Corticeira

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Santiago, Lda. vendia as rolhas de qualidade superior a um preço mais baixo que o preço inicial da Corticeira Amorim. As outras empresas apresentavam um preço mais alto.

ii. Rolhas 33x21 mm - classe 3.^a

A generalidade das empresas que enviaram o seu preço para a Andersen & Husum apresentavam preços para rolhas 33x21 mm - classe 3.^a, muito mais baixo que a Corticeira Amorim. A título de exemplo, a António Norton Amorim de Melo, de Santa Maria de Lamas, propunha os seguintes preços para as diferentes qualidades da rolha: rolha de qualidade superior, 145\$00; rolha de 1.^a, 112\$00; rolha de 2.^a, 62\$00; rolha de 3.^a, 40\$00; e rolha de 4.^a, 24\$00. O preço proposto pela Corticeira Amorim, 70\$00, é incompreensível face aos preços praticados pelas restantes empresas.

iii. Rolhas 38x19 mm - classes 1.^a e 2.^a

Em 11 de novembro de 1967, a Andersen & Husum recebeu da empresa Fomento Corticeiro Lda., de Lisboa, um preço, válido por três meses, em que propunha o preço de 90\$00 para as rolhas de classe 1.^a e 2.^a. Embora seja de estranhar que o preço proposto para rolhas de 1.^a e de 2.^a sejam idênticos, o preço para as rolhas de 1.^a eram mais baixos que os propostos pela Corticeira Amorim enquanto as rolhas de 2.^a eram muito mais altos. Como se referiu, a Corticeira Amorim acabou por aceitar vender 400 grosas¹⁰⁰ por 60\$00 cada mil rolhas de classe 2.^a. O preço de 60\$00 por cada mil rolhas terá sido um preço muito baixo?

Não nos parece que esse preço tivesse sido muito baixo porque, ainda no primeiro semestre de 1968, a Andersen & Husum comprou rolhas desse calibre e qualidade à empresa Aura Cork, de Augusto de Oliveira Pais & C.^a Lda., empresa de Paços de Brandão, por 60\$00 por cada mil rolhas¹⁰¹.

¹⁰⁰ Uma grossa corresponde a doze dúzias, pelo que a Corticeira Amorim concordou vender 57 600 rolhas ao preço de 60\$00 por cada mil.

¹⁰¹ Arquivo Municipal do Montijo - Espólio da empresa Andersen & Husum, Lda. - Fornecedores - 1968 - Letra A, número de ordem 561 - caixa 191.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

iv. Rolhas 45x24 mm

O Quadro 37 apresenta, de entre os vários fornecedores desta qualidade de rolhas, os preços propostos¹⁰².

Quadro 37 -Preço para rolhas 23x12/9 mm - por mil rolhas, em 1968

Qualidade da Rolha	Empresas	
	António Barros	António Norton Amorim de Melo
Superior	330\$00	325\$00
1. ^a	255\$00	250\$00
2. ^a	195\$00	188\$00
3. ^a	125\$00	122\$00
4. ^a	70\$00	68\$00
5. ^a	45\$00	38\$00

Fonte: Elaboração própria a partir do Espólio da empresa Andersen & Husum, Lda.

Ambas as empresas tinham as suas instalações em Santa Maria da Feira e ambas conseguiam vender as rolhas a um preço inferior aos 345\$00 que a Corticeira Amorim dizia poder vender.

Em todos os casos apresentados, a Corticeira Amorim não poderá ter, por opção ou política comercial, tentado vender os seus produtos a um preço mais elevado do que o preço médio em vigor no mercado? Ou os preços propostos terão sido o reflexo dos seus custos de produção? A Andersen & Husum, como intermediária, negociava com muitas empresas fornecedoras e, ela própria, principal acionista de uma empresa preparadora e transformadora de cortiça¹⁰³, teria conhecimento preciso do preço de mercado. Seria, por isso, pouco provável que a Corticeira Amorim pudesse vender a preço mais elevado que a média de mercado. Inclino-nos a acreditar que os preços propostos pela Corticeira Amorim seriam reflexo dos seus custos de produção que, nuns casos, seriam mais baixos que alguns dos seus concorrentes e noutros, mais elevados. Não nos parece válida a ideia de que o crescimento e desenvolvimento da Corticeira

¹⁰² Todos os preçários encontram-se no Arquivo Municipal do Montijo, Espólio da Andersen & Husum, Lda. - Documentos/caixas números 161, 192, 872, 880, 881, 894, 895.

¹⁰³ No caso, a empresa António Casa, Lda.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Amorim, no período compreendido entre 1960 e 1973, se tivesse ficado a dever ao seu excecional e eficiente processo produtivo.

Em 1974, com a revolução de abril, ocorrem profundas alterações políticas, sociais e económicas que se refletiram no setor corticeiro: Aveiro consolidou-se o centro da indústria corticeira e a Corticeira Amorim tornou-se uma empresa de dimensão global.

Conclusão do capítulo

Iniciámos o capítulo com uma breve caracterização da economia portuguesa no período compreendido entre 1960 e 1973. Considerou-se esse período como o período glorioso do crescimento económico em Portugal.

Nesse contexto de crescimento económico, comparou-se a evolução da indústria transformadora nos principais centros da indústria da cortiça, os distritos de Aveiro, Évora e Setúbal. Esta análise comparativa permitiu constatar que o distrito de Aveiro detinha, desde 1960, um peso da indústria transformadora superior aos distritos de Évora e Setúbal.

A indústria da cortiça, nesse mesmo período, não apresentou o mesmo padrão de comportamento das outras indústrias transformadoras. O distrito de Setúbal detinha a primazia no setor da indústria transformadora da cortiça. Esta primazia, que se manteve até meados da década de sessenta, foi sustentada por fatores de ordem económica, como o nível da produtividade e do investimento. Na parte final dessa década, essa primazia foi, lentamente, assumida pelo distrito de Aveiro. Para essa primazia e posição dominante, muito contribuiu a Corticeira Amorim ao tornar-se a principal exportadora para o bloco de leste. No entanto, esta empresa, já com dimensão relevante, sobretudo a nível regional, não se assumia como dominante no mercado.

Capítulo IV

Da revolução de abril de 1974 à integração na Europa Comunitária

O período temporal compreendido entre 25 de abril de 1974 e o ano de 1986 engloba duas fases distintas, tanto em termos políticos como em termos económicos: a primeira fase, compreendida entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975; a segunda fase, entre 25 de novembro de 1975 e 1986.

Analisemos cada uma destas fases.

1- De 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975

O movimento revolucionário ocorrido em 25 de abril de 1974 veio pôr fim ao Estado Novo. O período revolucionário então vivido originou profundas alterações no enquadramento institucional, tanto do ponto de vista político como económico (Amaral, 2022). Poderemos apontar, para além da mudança da natureza do regime, como algumas das principais alterações institucionais: a independência das colónias, a reforma agrária, as nacionalizações e as novas relações no mundo laboral. Analisemos, brevemente, cada uma dessas alterações.

A independência das colónias e o processo descolonizador trouxe consequências tanto internas como externas. Se nos cingirmos aos aspetos internos e, em particular, ao nível económico, podemos realçar duas grandes consequências:

- 1- O fim das condições especiais de comércio de Portugal com as suas ex-colónias, quer porque cessaram as vantagens na compra de matérias-primas provenientes dessas regiões, quer porque a indústria portuguesa deixou de poder escoar a sua produção, com vantagens aduaneiras, para essas mesmas regiões. A conjugação destes dois aspetos originou enormes dificuldades a muitas empresas dependentes do mercado colonial;
- 2- O regresso, em massa, dos antigos colonos ou, como ficaram conhecidos, os retornados. Os retornados, cujo número concreto não é possível indicar, mas que se

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

estima em mais de meio milhão de pessoas, colocaram enormes desafios sociais e económicos: desde a necessidade de alojamento, alimentação, emprego e de integração de pessoas com grandes diferenças culturais.

Outra das grandes alterações institucionais foi a denominada reforma agrária. A Figura 1 permite-nos visualizar a zona de incidência da reforma agrária. A reforma agrária ocorreu essencialmente na região sul do país (zona compreendida entre as linhas a negro).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Figura 1 - Zona de Intervenção da Reforma Agrária



Fonte: Raposo (1978)

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Para além desta característica regional, a reforma agrária apresentou outras características nomeadamente: uma natureza coletivista; iniciou-se sem qualquer enquadramento jurídico (Varela e Piçarra, 2016); limitou-se a um movimento de ocupação das terras/propriedades sem que tivesse qualquer pressuposto de racionalidade económica. A norte do país não se verificou qualquer processo de ocupação de terras e propriedades quando, pelas características fundiárias dessa região, com predomínio de pequenas e muito pequenas propriedades de exploração familiar, talvez fizesse sentido juntar propriedades para terem viabilidade económica. A sul, a reforma agrária não foi feita no sentido do parcelamento das propriedades e torná-las mais eficientes, mas a substituição dos donos das propriedades por unidades coletivas de produção (UCP) dominadas, quase todas elas, pelo Partido Comunista Português (PCP). Oliveira (1993: 157) a propósito destas ocupações de propriedades refere

“militares do MFA, sobretudo o capitão (creio que era esse o posto) Andrade e Silva deram cobertura aos movimentos dos camponeses alentejanos de ocupação dos latifúndios. Sem esta cobertura e sem o enquadramento político do PCP, dificilmente os trabalhadores agrícolas se motivariam para essa ocupação”.

Esta ligação ao PCP é confirmada por Almeida (2004). Segundo esta autora, todos os presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos distritos do Alentejo pertenciam ao PCP e, alguns, ao comité central desse partido.

O setor empresarial do Estado, aquando do 25 de abril, era, comparativamente aos restantes países da Comunidade Económica Europeia (CEE) pouco relevante. A generalidade dos países da CEE apresentava um forte setor empresarial público (Romão, 1983). A situação só se alterou após 11 de março de 1975.

No período compreendido entre 11 de março de 1975 e julho de 1975 foram nacionalizadas duzentas e quarenta e quatro empresas¹⁰⁴ (Romão, 1983) de todos os setores fundamentais da atividade económica. Contudo, porque algumas das empresas nacionalizadas detinham o capital social de outras empresas, isso originou

¹⁰⁴ Amaral (2022) refere que no ano de 1975 foram nacionalizadas cerca de 250 empresas.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

a nacionalização indireta de várias centenas dessas outras empresas. Em consequência destas nacionalizações, os grupos económicos existentes no período do Estrado Novo desapareceram na sua quase totalidade (Amaral, 2022). Esta situação tornou o setor empresarial do Estado muito superior quando comparado com os países da CEE, tal como pode ser comprovado pelo Quadro 1.

Quadro 1 – Peso do setor público em Portugal e na CEE – exceto o setor agrícola – em 1976

	Portugal	CEE
Emprego	19,3%	11,9%
Valor Acrescentado Bruto	22,9%	13,2%
Formação Bruta de Capital Fixo	44,6%	22,5%

Fonte: Adaptado de Romão (1983)

Como o quadro permite perceber, o peso do setor público em Portugal não tinha paralelo com o registado nos países da CEE. Podemos, até, afirmar que o Estado português passou a dominar, direta ou indiretamente, a quase totalidade da vida económica.

Ainda assim, estas nacionalizações poderiam, se tivessem sido realizadas de acordo com algum princípio de racionalidade económica, ter servido de instrumento para o crescimento económico do país. Mas não parece que assim tenha sido. Oliveira (1993) relata um encontro ocorrido no domingo anterior a 11 de março de 1975, em que um oficial da marinha portuguesa, membro da comissão coordenadora do MFA, lhe pediu uma lista de empresas a nacionalizar. Lopes (1996: 27) reforça esta posição quando refere:

"as empresas nacionalizadas, longe de contribuírem para facilitar a acumulação de capital e para promover a modernização das estruturas produtivas, como inicialmente se havia proclamado, vieram, na maior parte dos casos, a transformar-se em gigantescos sorvedouros de dinheiros públicos, absorvidos no financiamento de alguns ambiciosos projectos de investimento sem grande viabilidade na cobertura de enormes prejuízos."

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Não parece, pois, que as nacionalizações tivessem seguido algum princípio de racionalidade económica. A intervenção do Estado na atividade económica não se restringiu a este processo nacionalizador. Ao longo do período em análise, o Estado procedeu a inúmeras intervenções na vida empresarial através da concessão de crédito, da nomeação de gestores, da viabilização económica de empresas, da garantia de postos de trabalho, à ameaça da integridade física e patrimonial dos empresários e das empresas (Castro, 2014), muitas das vezes em resultado da ocupação das empresas pelos seus trabalhadores e o saneamento dos antigos gestores (Morais e Violante, 1986).

Estas profundas alterações institucionais ficaram consagradas na Constituição da República Portuguesa: o n.º 2, do Art.º 61.º menciona que as experiências de autogestão serão apoiadas pelo Estado, o Art.º 82.º que define as formas de intervenção e de nacionalização e socialização dos meios de produção, bem como os critérios de fixação de eventuais indemnizações. Mas é o Art.º 83.º que marca indelevelmente este período revolucionário ao referir que as nacionalizações efetuadas depois do 25 de abril de 1974 eram conquistas irreversíveis das classes trabalhadores.

A revolução de abril possibilitou a introdução de profundas alterações nas relações institucionais no mundo do trabalho, terminaram os sindicatos nacionais de cariz corporativo e os grémios patronais. As relações de trabalho passaram a ser estabelecidas entre os sindicatos representativos dos trabalhadores e as associações patronais dos diferentes setores/ramos de atividade. Estas alterações originaram um vigoroso movimento reivindicativo que se refletiu num elevado número de greves.

O poder político adotou um conjunto de medidas que se refletiram no mercado de trabalho nomeadamente: a fixação do salário mínimo, o congelamento dos salários, a introdução de remunerações complementares ao salário base, como por exemplo, a remuneração suplementar para o trabalho noturno, para o trabalho de risco elevado, subsídio de refeição, subsídio de férias, subsídio de Natal (Silva, 1985). Todas estas

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

alterações contribuíram para um aprofunda alteração das relações de trabalho, com a aproximação, em termos do quadro legal, ao que se passava nos países da Europa ocidental: sindicatos livres, entidades representativas do patronato e livre negociação entre estas duas entidades.

Apesar desta convergência com o que se verificava nos restantes países da Europa ocidental, algumas medidas tiveram consequências gravosas para a situação económica nacional e para o bem-estar dos próprios trabalhadores. Veja-se o caso da introdução do salário mínimo. O valor do salário mínimo foi fixado, em 1974, em três mil e trezentos escudos, o que correspondia, a preços constantes de 2023, a seiscentos e vinte e nove euros¹⁰⁵. Este do salário mínimo demonstrou-se ser incompatível com a realidade económica portuguesa. Como refere Amaral (2022), as empresas portuguesas que já se deparavam com um aumento dos custos da energia, viram-se ainda mais pressionadas com o aumento dos custos do fator trabalho¹⁰⁶. A junção destas duas situações originou que muitas empresas se tornassem inviáveis, enquanto outras perderam a sua posição no mercado internacional (Amaral, 2022).

2- O período de 25 de novembro de 1975 a 1986

A instabilidade política e económica existente após o 25 de abril de 1974 levou a que alguns oficiais das forças armadas organizassem e implementassem, no dia 25 de novembro de 1975, um golpe militar. Este golpe militar, liderado pelo então, coronel Ramalho Eanes, foi na opinião do tenente-coronel Melo Antunes,

“o fim da revolução, no sentido de que põe ponto final de forma definitiva (ou quase), aos choques, às confrontações, aos antagonismos que até então agitavam a sociedade. É o ponto de partida de uma “normalização” que só é possível à custa da aceitação de compromissos vários com sectores conservadores das forças armadas e da sociedade civil” (Antunes, 1985:51).

¹⁰⁵ Este valor nominal só foi ultrapassado em 2020, quando o salário mínimo foi fixado em seiscentos e trinta e cinco euros.

¹⁰⁶ Amaral (2022) refere que, em 1975, os salários sofreram um aumento de 14%.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Rosas (2019) reconhece que o processo revolucionário instaurado com o 25 de abril foi bloqueado pelo movimento militar de 25 de novembro, resultando daí o encerramento de um ciclo e o começo de outro. O ciclo compreendido entre 25 de novembro de 1975 e o ano de 1986 apresenta, a nosso ver, três características fundamentais:

1 - A transformação de um Estado revolucionário num Estado de direito.

A partir de 25 de novembro assistiu-se a um regresso dos militares aos quartéis, isto é, verificou-se uma perda gradual, mas consistente, da intervenção e do poder militar na orientação e decisão política (Castaño, 2018). Em nossa opinião, o símbolo dessa perda de poder foi a extinção do Conselho da Revolução aquando da primeira revisão constitucional ocorrida em 1982;

2 - A adoção de princípios subjacentes a uma economia de mercado, a que Mateus (1985) preferiu considerar como sendo de recuperação capitalista da economia portuguesa;

3 - A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE). Portugal apresentou, em março de 1977, o pedido formal de adesão à CEE porque, apesar de já fazer parte de uma forma de integração económica - a EFTA -, a CEE representava uma forma superior de integração económica, permitia uma maior consolidação da pertença ao bloco político ocidental e, o que em nossa opinião foi mais importante, reduzia a possibilidade de reversão da democracia (Costa; 2022).

A partir de 25 de novembro de 1975, o clima de instabilidade política, a crispação e o confronto que se fazia sentir nas ruas e no quotidiano dos portugueses diminuiu. No entanto, a instabilidade económica continuou a fazer-se sentir. Esta instabilidade ficou a dever-se a fatores de natureza externa e a fatores de natureza interna inerentes à própria revolução.

Os fatores externos, resultaram da coincidência do 25 de abril ter ocorrido exatamente no centro de uma crise económica mundial. Esta crise económica, resultado do enorme aumento do preço do barril de petróleo decidido pelos países árabes em retaliação ao apoio concedido pelos países ocidentais a Israel durante a guerra do *Yom*

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Kippur, atingiu todas as economias. A generalidade dos países, como reação a esta espiral inflacionista, adotaram medidas deflacionistas com o objetivo de controlar a inflação.

Os fatores internos estão associados, e são inerentes, ao período revolucionário. Refere Garrido (2012: 469) que "O turbilhão político da revolução de Abril, a libertação das colónias africanas e a nacionalização das grandes empresas foram causa e efeito da vincada deterioração da economia portuguesa entre 1974 e 1976".

O Quadro 2 permite perceber o impacto destes fatores externos e internos na vida económica portuguesa. Este quadro mostra-nos a taxa de variação do PIB real e da taxa de inflação para o período compreendido entre 1970 e 1986.

Quadro 2 – Evolução do PIB real e da taxa de inflação

Ano	Taxa de variação do PIB real em %	Taxa de inflação em %
1970	7,30	5,4
1971	6,29	10,7
1972	9,71	10,9
1973	5,61	12,9
1974	0,08	27,7
1975	-3,30	20,4
1976	1,68	19,3
1977	3,02	27,3
1978	3,38	20,1
1979	5,37	24,2
1980	6,82	16,6
1981	2,49	19,2
1982	1,28	21,5
1983	1,70	24,0
1984	-1,27	28,5
1985	0,91	19,5
1986	3,09	12,6

Fonte: Elaboração própria a partir de Séries Longas para a Economia Portuguesa, 2020 Instituto Nacional de Estatística; Banco de Portugal

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Como se pode ver pelo Quadro 2, a situação económica apresentou, no período em análise, sinais de grande instabilidade. A taxa de crescimento do PIB real apresentou uma acentuada diminuição relativamente ao período antes da revolução, ocorreram dois momentos de recessão económica (em 1975 e em 1984), e dois momentos de estagflação (em 1974 e 1985). Ou seja, durante os treze anos compreendidos entre 1974 e 1986, quatro deles foram passados em recessão e/ou estagnação económica, sempre acompanhados com elevadas taxas de inflação.

O surto inflacionista sentido em Portugal, já existente no período anterior ao 25 de abril¹⁰⁷, agravou-se após esta data em consequência das alterações institucionais entretanto ocorridas. As alterações institucionais ocorridas após o 25 de abril tiveram um peso muito relevante na deterioração da situação económica. O fim da guerra colonial, com a desmobilização de milhares de soldados, o regresso dos cidadãos portugueses residentes nas antigas colónias (os retornados), a diminuição da emigração originou um aumento muito significativo da taxa de desemprego, como se pode observar no Quadro 3.

Quadro 3 – Taxa de desemprego

Ano	Taxa de desemprego em %
1973	1,5
1974	2,3
1975	4,2
1976	6,1
1977	7,1
1978	7,7
1979	7,8
1980	7,3
1981	7,8
1982	7,5
1983	8,8
1984	8,7

¹⁰⁷ A inflação já se fazia sentir desde finais da década de sessenta em consequência de vários fatores, dos quais salientamos: as consequências do movimento migratório (remessa dos emigrantes, a subida dos salários, com particular realce para os salários da população ativa empregue no setor primário, a diminuição de oferta de produtos agrícolas; a falta de trabalhadores), as receitas provenientes do turismo, e as despesas com a guerra colonial.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1985	9,2
1986	8,7

Fonte: Elaboração própria a partir de Inquérito Permanente ao Emprego e Inquérito ao Emprego - INE

Portugal, que antes do 25 de abril, não estava habituado a elevadas taxas de desemprego, passou a conviver com uma realidade muito diferente: elevadas taxas de desemprego, elevadas taxas de inflação, recessão económica, dois anos de estagflação, greves constantes, nacionalizações, ocupações de empresas e propriedades, ameaças ao patronato.

A par desta situação, as alterações ocorridas no mundo laboral anteriormente referidas, permitiram um aumento do rendimento disponível das famílias mas, do lado da oferta, em resultado de toda a instabilidade económica e social então vivida, não foi possível aumentar a oferta de bens¹⁰⁸ produzidos internamente pelo que se assistiu a uma deterioração das balanças do comércio externo.

O Quadro 4¹⁰⁹ permite perceber a evolução da Balança Corrente e de Capital no período de 1973 a 1986.

Quadro 4 – Saldo da Balança Corrente e de Capital - valores em milhões de euros

	Balanças						
	Corrente	Bens	Serviços	Rendimentos Primários	Rendimentos Secundários	Capital	Corrente + Capital
1973	32,763	-124,251	27,124	-5,466	135,356	-0,089	32,673
1974	-122,117	-276,236	12,925	-5,006	146,2	-0,127	-122,244
1975	-125,202	-231,474	-16,294	-20,59	143,15	0,005	-125,202
1976	-217,774	-352,073	31,805	-41,524	144,019	-1,492	-219,266
1977	-301,777	-517,226	54,286	-55,744	216,907	-0,085	-301,862

¹⁰⁸ Uma das recordações, deste período, do autor do presente trabalho prende-se com a dificuldade de obtenção de pão. Para que os seus pais pudessem ir trabalhar, ia, de madrugada, para a fila do pão que todos os dias se formava em frente da Panificadora de Vendas Novas. A sua grande preocupação era o de conseguir obter um pão e, ao mesmo tempo, não faltar às aulas.

¹⁰⁹ O Banco de Portugal publicou, em 2021, as Séries longas da economia portuguesa, com as grandezas macroeconómicas expressas em euros. Optámos por apresentar os valores desses agregados macroeconómicos em euros porque a sua análise não difere da análise que se efetuará caso esses agregados fossem expressos em escudos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1978	-178,07	-566,675	112,863	-86,375	362,117	-0,094	-178,164
1979	5,706	-707,203	222,596	-114,233	604,546	0,037	5,743
1980	-345,271	-1167,144	243,307	-169,987	748,553	0,207	-345,064
1981	-956,298	-1729,383	220,917	-333,732	890,900	0,082	-956,218
1982	-1379,322	-2062,937	197,610	-586,088	1072,093	0,332	-1378,99
1983	-988,17	-1857,22	391,345	-721,382	1199,087	9,026	-979,144
1984	-632,074	-1873,89	689,085	-1025,616	1578,348	19,312	-612,762
1985	79,386	-1671,321	999,804	-1117,415	1868,317	25,548	104,934
1986	690,702	-1704,19	1340,434	-841,686	1906,147	182,168	872,870

Fonte: Elaboração própria a partir de Séries longas da economia portuguesa – Quadro 7.1 – Balança Corrente e de Capital

Um dos aspetos que sobressai do quadro anterior, são os saldos negativos da Balança de Bens. Esta situação é demonstrativa da incapacidade da economia portuguesa produzir bens em quantidade suficiente para abastecer o mercado nacional. Este saldo negativo da Balança de Bens foi atenuado pelos saldos positivos da Balança de Serviços e da Balança de Rendimentos Secundários - onde pontificam as remessas dos emigrantes.

Apesar disso, o saldo da Balança Corrente¹¹⁰ apresentou valores negativos em dez anos. Esta é uma situação preocupante para a capacidade de financiamento da economia portuguesa. E isso é comprovado, quando, na última coluna, se apresenta o valor do saldo resultante da adição dos saldos da Balança Corrente e da Balança de Capital. Esse saldo, quando negativo, indica-nos que existe necessidade de financiamento da economia e, quando positivo, a capacidade de financiamento. Ora, constata-se que Portugal, no período que temos vindo a analisar, apresentou necessidade de financiamento em dez desses treze anos.

Esta necessidade de financiamento obrigou a economia portuguesa a recorrer a empréstimos internos e externos. A necessidade de financiamento dos sectores institucionais privados - as Famílias, as Empresas não Financeiras, as Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias e as Instituições Financeiras - embora possa

¹¹⁰ O saldo da Balança Corrente é obtido pela adição dos saldos das Balanças de Bens, de Serviços, de Rendimentos Primários e de Rendimentos Secundários.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

assumir gravidade, tem um impacto muito menor comparativamente à necessidade de financiamento do setor institucional Administrações Públicas, isto é, do Estado. Para verificarmos qual a capacidade ou necessidade de financiamento por parte do Estado, construímos o Quadro 5.

Quadro 5 - Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento das Administrações Públicas - valores em milhões de euros¹¹¹

Ano	Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento
1973	29,6
1974	9,8
1975	- 67,6
1976	- 132,7
1977	- 113,4
1978	- 245,1
1979	- 297,6
1980	- 595,9
1981	- 1 099,6
1982	- 865,8
1983	- 816,6
1984	- 1 630,4
1985	- 1 949,2
1986	- 1 287,5

Fonte: Séries longas da economia portuguesa – Quadro 6.2

O Quadro 5 não deixa qualquer dúvida sobre a necessidade de financiamento, sempre crescente, sentida pelo Estado ao longo dos anos. Esta contínua necessidade de financiamento, reflexo de défices orçamentais cada vez maiores, originou o aumento da dívida pública. O Quadro 6 apresenta a evolução da dívida pública e o rácio da dívida pública em percentagem do PIBpm.

¹¹¹ Ver nota 2.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 6 - Evolução da dívida pública em milhões de euros¹¹²

Ano	Dívida Pública	Dívida Pública em percentagem do PIB
1973	232,178	12,10
1974	396,523	17,40
1975	557,293	21,17
1976	827,538	26,19
1977	1 218,535	29,91
1978	1 649,607	32,74
1979	2 226,433	34,76
1980	2 534,827	30,33
1981	3 779,487	37,58
1982	5 001,924	41,18
1983	6 943,808	44,97
1984	9 023,397	47,62
1985	12 730,573	54,81
1986	15 998,156	56,47

Fonte: Elaboração própria a partir da Série Longa da Economia Portuguesa, 2020

A dívida pública, que no final de 1973 representava apenas 12,10% do PIB, aumentou de tal forma que em 1986 já representava 56,47% do PIB. Se analisarmos a sua evolução a partir de 1974 até 1986, constata-se que, em valor, cresceu 3 934, 61% e o seu peso no PIB, cresceu 224,54%. Estes valores, bem como a situação retratada no Quadro 5, deixam perceber a necessidade que os agentes económicos tinham para financiar, quer o défice externo quer a dívida pública.

Numa fase inicial, essa necessidade de financiamento foi colmatada recorrendo às reservas de ouro e divisas existentes no Banco de Portugal. O Quadro 7 mostra-nos a evolução dessas reservas.

¹¹² Ver nota 2.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 7 – Reservas do Banco de Portugal

Ano	Ouro – em toneladas	Divisas em moeda estrangeira - em milhões de escudos
1974	865,936	41 985
1975	862,071	26 627
1976	861,000 ¹¹³	10 678
1977	749,850 ¹¹⁴	7 856
1978	688,447 ¹¹⁵	16 644
1979	688,363	40 088
1980	689,476	46 236
1981	688,600	39 387
1982	687,104	30 464
1983	635,575	46 356
1984	631,275	80 370
1985	629,065	212 186
1986	626,995	198 047

Fonte: Relatório de Contas do Banco de Portugal dos anos constantes no Quadro

Numa primeira fase, o Estado português, para pagar os défices internos e externos, recorreu às reservas cambiais do Banco de Portugal, como se pode confirmar pelo Quadro 7, em que as reservas de ouro foram utilizadas para garantia dos empréstimos obtidos e pela diminuição drástica das divisas em moeda estrangeira detidas pelo Banco de Portugal. Perante a quase rutura cambial e a dificuldade em obter novos financiamentos, o Estado financiou-se, para além da forma anteriormente referida, através da venda de uma pequena parte dessas reservas de ouro.

Em 1977, perante a dificuldade em se obter novos créditos, o Governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional tendo assinado um Programa de Estabilização com a duração prevista entre 1977 e 1979. Iniciou-se, nesta altura, as políticas que podemos caraterizar de “*stop and go*”. Sempre que a situação económica apresentava graves desequilíbrios, externos e internos, os governos aplicaram, quase sempre em resultado dos Programas de Estabilização negociados com o FMI, políticas contracionistas (a fase

¹¹³ 302 toneladas estavam afetas a Empréstimos obtidos.

¹¹⁴ 365 toneladas estavam afetas a empréstimos obtidos.

¹¹⁵ 209 toneladas estavam afetas a empréstimos obtidos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

stop), como foi o caso em 1977 – 1979, e em 1983 – 1985. Estas medidas contracionistas, apesar de terem criado algumas dificuldades para a população portuguesa, permitiram atenuar ou eliminar esses desequilíbrios como poderemos constatar no Quadro 3, em que, nos anos de 1979 e 1985, Portugal passou a ter capacidade de financiamento. Logo que a situação financeira melhorou, os governos adotaram medidas expansionistas, a fase *go*. Foi esse o caso no período de 1980 a 1982.

O ano de 1980 foi um ano de eleições e todos os governos pretendem ganhar as eleições. O governo da altura, governo da Aliança Democrática, não foi exceção, e adotou políticas expansionistas. Esta opção por medidas de política económica expansionistas poderia fazer sentido do ponto de vista político, já não faziam sentido em termos de racionalidade económica (Zorrinho, 2018).

A situação política portuguesa no início da década de oitenta não apresentava sinais de grande estabilidade. O II Governo constitucional, uma aliança entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, responsável pela implementação do primeiro acordo com o FMI, caiu. Esta queda foi aproveitada pelo Presidente da República para dar posse a governos de iniciativa presidencial, sem que daí tenha resultado qualquer estabilidade governativa. Foram marcadas eleições intercalares para o dia 2 de dezembro de 1979. Destas eleições resultou uma maioria absoluta da Aliança Democrática, aliança formada pelo Partido Social Democrático, o Centro Democrático e Social e Partido Popular Monárquico.

Sabendo que 1980 seria um ano eleitoral, o Governo saído das eleições parlamentares, adotou uma política económica expansionista: aumento da despesa, pela via do aumento dos salários e pelo aumento das transferências internas. Esta política expansionista contribuiu para que, em 5 de outubro de 1980, a Aliança Democrática tenha obtido nova maioria absoluta. Se a adoção de medidas económicas com características expansionistas tenham feito sentido do ponto de vista político, o mesmo, já o referimos, não ocorreu do ponto de vista económico.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Ao mesmo tempo que, em 1979, internamente se atingia os equilíbrios macroeconómicos, externamente, a organização dos países produtores e exportadores de petróleo, OPEP, duplicou os preços do petróleo. Perante este aumento do preço do petróleo, os países ocidentais adotaram políticas económicas contracionistas para combater o efeito inflacionista e para diminuir o consumo (que também contribui para limitar o efeito da inflação). A conjugação destas medidas criou uma situação complexa para a economia portuguesa: o aumento do preço do petróleo e, ao mesmo tempo, uma diminuição da procura externa em resultado das políticas adotadas pelos países ocidentais, que constituíam o principal mercado das nossas exportações.

O aumento do preço do petróleo, a diminuição da procura externa (as nossas exportações) e o aumento do consumo resultante das políticas expansionistas adotadas pelo governo da Aliança Democrática originaram o aumento dos desequilíbrios externos e a necessidade de Portugal voltar a pedir ajuda ao FMI. Tal como em 1977, Portugal voltou a sentir necessidade de recorrer a ajuda externa para poder fazer face às suas necessidades de financiamento (novamente, a fase *stop*) e de aplicar medidas de carácter deflacionista. A partir de 1986, com a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia, a situação económica alterou-se profundamente.

3- A indústria transformadora no período de 25 de abril de 1974 a 1986

A indústria transformadora foi particularmente atingida pelo período de instabilidade vivida após o 25 de abril de 1974. Mas, tal como se verificou na reforma agrária, essa instabilidade, resultante de greves, ocupações de empresas pelos trabalhadores e nacionalizações, fez-se sentir sobretudo a sul do Tejo. Até junho de 1976 foram nacionalizadas mais de duas centenas de empresas dos diferentes ramos da indústria transformadora nomeadamente, siderurgia, tabacos, cerveja, pasta de papel, adubos, petroquímicas, cortiça, cimento, estaleiros navais, refinaria de petróleo. Deste largo conjunto de empresas, muitas delas estavam situadas na margem sul do Tejo e, em particular, no distrito de Setúbal (Morais e Violante, 1986).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Toda esta instabilidade terá contribuído para a alteração da estrutura da atividade económica dos distritos de Aveiro, Évora e Setúbal. Essa alteração pode ser constatada no Quadro 8, onde se apresenta o número de sociedades constituídas e em atividade, bem como o VAB da indústria transformadora no ano de 1974.

Quadro 8- Estrutura da atividade económica em 1974

Distrito	Sociedades		VAB em 1 000\$00	
	Total	Indústria Transformadora	Indústria Transformadora	Cortiça
Aveiro	2084	1065	7 216 629	625 597
Évora	444	153	326 468	43 976
Setúbal	2072	575	6 627 153	558 808

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatística das Sociedades de 1974

Como se pode verificar pelo quadro anterior, embora o número de sociedades seja semelhante nos distritos de Aveiro e Setúbal, o primeiro distrito destaca-se no que se refere às indústrias transformadoras. Esta superioridade do distrito de Aveiro reflete-se no VAB obtido pela indústria transformadora e, também, na indústria da cortiça.

O quadro permite, ainda, constatar que no distrito de Setúbal existiriam, comparativamente ao distrito de Aveiro, um maior número de sociedades nos outros setores de atividade económica. Este maior número de sociedades nos restantes setores de atividade económica permitiu que, em 1981, a estrutura económica dos distritos de Aveiro e Setúbal fosse muito distinta, como poderemos comprovar pelo Quadro 9.

Quadro 9 - Repartição do VAB pelos setores de atividade económica nos distritos de Aveiro e Setúbal em 1981

Setores de atividade económica	Aveiro	Setúbal
Primário	6%	6%
Secundário	73%	46%
Terciário	21%	48%

Fonte: Elaboração própria a partir de Séries Longas da Economia Portuguesa - 2020-, INE

Pode-se constatar que, em 1981, o setor secundário predominava em Aveiro enquanto Setúbal encontrava-se num processo de terciarização da sua atividade económica. Os dados recolhidos não nos permitem concluir que esta terciarização do

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

tecido económico ocorrido no distrito de Setúbal tenha levado a uma deslocação das empresas da indústria transformadora para o distrito de Aveiro. Pelo contrário, Setúbal manteve, ao longo do período em análise, as suas unidades industriais nas indústrias alimentares, metalomecânicas, químicas, madeira e mobiliário, papel, cimento, máquinas elétricas, entre outras. A única indústria transformadora em que se verificou uma diminuição significativa do número de empresas e, ao mesmo tempo, a proliferação de empresas no distrito de Aveiro foi a indústria da cortiça.

4- A indústria da cortiça no período de 25 de abril de 1974 a 1986

A indústria corticeira, tal como as restantes empresas, deparou-se com todas as vicissitudes resultantes da instabilidade política, económica e social que acabámos de expor. Apesar destas vicissitudes, este período foi fundamental para a atual localização geográfica do setor como se pode depreender do Quadro 10, que apresenta o número de empresas corticeiras em atividade nos anos de 1973 a 1986.

Quadro 10 - Número de empresas corticeiras em atividade

	Distritos				
Ano	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal	Total Nacional
1973	178	31	64	205	519
1974	179	37	59	171	484
1975	166	33	49	159	444
1976	174	32	41	144	424
1977	185	30	43	139	431
1978	188	27	38	127	411
1979	208	24	34	134	430
1980	206	21	33	130	416
1981	200	23	30	117	395
1982	192	25	27	101	367
1983	186	23	24	101	358
1984	183	22	26	101	355
1985	176	22	27	96	341
1986	175	21	26	84	326

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1973 a 1986.

De acordo com o Quadro 10, pode-se constatar que a partir do ano de 1974 existe uma diminuição do número de estabelecimentos industriais em atividade e, ao

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

mesmo tempo, a sua concentração no distrito de Aveiro. Apesar dessa diminuição já se fazer sentir nos anos sessenta, o ano de 1974, o ano da revolução, foi o momento de mudança relativamente ao número de estabelecimentos e a sua localização geográfica.

O distrito de Aveiro tornou-se, a partir de 1974, tornou-se o principal centro corticeiro português em número de empresas em atividade. Esta localização resulta, de acordo com a nossa proposta, da dimensão técnico-económica e da dimensão psicossociológica. Analisemos, por agora, a dimensão técnico-económica. Nesta componente económica começaremos pelo montante de investimento¹¹⁶. O Quadro 11 apresenta o valor do Investimento e as suas componentes para os distritos em análise.

Quadro 11- Investimento no setor corticeiro por distrito - valores em 1000\$00

Ano		Distritos			
		Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1974	FBCF	89 111	3 192	17 107	73 897
	V.E.	- 6 834	18 265	29 643	228 933
	Investimento	82 277	21 457	46 750	302 830
1975	FBCF	86 280	585	6 098	28 461
	V.E.	41 427	- 22 772	- 2 495	- 155 615
	Investimento	127 707	- 22 187	3 603	- 138 656
1976	FBCF	78 961	4 496	9 307	65 409
	V.E.	281 354	11 244	5 203	142 238
	Investimento	360 315	15 740	14 510	207 647
1977	FBCF	126 010	2 913	23 430	55 900
	V.E.	377 307	56 755	28 175	281 608
	Investimento	503 317	59 668	51 605	337 508
1978	FBCF	213 909	1 502	74 273	100 272
	V.E.	703 239	31 865	66 533	219 753
	Investimento	917 148	33 367	140 806	320 025
1979	FBCF	341 536	3 557	60 827	244 270
	V.E.	1 415 568	47 924	132 388	449 315
	Investimento	1 757 104	51 481	193 215	693 585
1980	FBCF	484 936	879	88 908	203 948
	V.E.	1 086 757	79 964	96 271	727 182

¹¹⁶ Utilizaremos a mesma fórmula utilizada no Capítulo II, a recordar: Investimento = FBCF + VE. Nesse mesmo capítulo, encontram-se as definições de FBCF e VE.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

	Investimento	1 571 693	80 843	185 179	931 130
1981	FBCF	604 087	471	24 251	215 339
	V.E.	862 133	- 63 224	- 21 238	20 203
	Investimento	1 466 220	- 62 753	3 013	235 542
1982	FBCF	488 472	433	24 788	259 696
	V.E.	912 145	- 56 156	3 126	158 272
	Investimento	1 400 617	- 55 723	27 914	417 968
1983	FBCF	730 196	- 669	44 189	209 288
	V.E.	947 186	13 417	26 972	365 732
	Investimento	1 677 382	12 748	71 161	575 020
1984	FBCF	678 900	2 916	28 950	246 393
	V.E.	1 351 026	- 21 931	137 493	460 508
	Investimento	2 032 926	- 19 015	166 443	706 901
1985	FBCF	664 977	6 990	209 796	307 123
	V.E.	1 879 338	9 327	18 460	511 411
	Investimento	2 544 315	16 317	228 256	818 534
1986	FBCF	937 125	1 297	31 103	158 834
	V.E.	316 086	35 594	- 126 191	475 290
	Investimento	1 253 211	36 891	- 95 088	634 124

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1974 a 1986

A partir do quadro podemos constatar alguns aspetos relevantes para a análise do setor corticeiro, nomeadamente:

- i. O distrito de Aveiro, a partir de 1974, torna-se o distrito que mais investimento realiza.
- ii. O distrito de Aveiro, a partir de 1974, apresenta valores superiores tanto na FBCF como na VE, em comparação aos restantes distritos.
- iii. No ano de 1975, a Variação de Existência apresenta, em todos os distritos, com exceção do distrito de Aveiro, valores negativos - aspeto que analisaremos posteriormente.

Este aumento do investimento ocorrido no distrito de Aveiro não é um simples aumento - é um aumento avassalador. O Quadro 12, permite perceber a dimensão desse aumento.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 12 - Investimento total da indústria corticeira e investimento no distrito de Aveiro

Ano	Investimento - em 1 000\$00		Investimento no distrito de Aveiro - em % do total nacional do setor
	Portugal	Distrito de Aveiro	
1974	512 559	80 777	16,15
1975	- 30 849	127 707	¹¹⁷
1976	582 571	360 315	61,85
1977	993 337	503 317	50,67
1978	1 455 979	917 148	62,99
1979	2 771 348	1 757 104	63,40
1980	2 870 442	1 571 693	54,75
1981	1 646 536	1 466 220	89,05
1982	1 843 671	1 400 617	75,97
1983	2 358 269	1 677 382	71,12
1984	2 933 859	2 032 926	69,29
1985	3 804 620	2 544 315	66,87
1986	2 091 812	1 253 211	59,91
Valor percentual médio			68,01

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1974 a 1986

Considerando o período em análise, o investimento realizado no distrito de Aveiro correspondeu a 68,01% de todo o investimento. Percebe-se, claramente, que o distrito de Aveiro se tornou no centro corticeiro português em resultado do nível de investimento verificado após 1974.

A outra componente da dimensão económica é a produtividade do fator trabalho. Para esse efeito construiu-se o Quadro 13, onde se apresenta a produtividade média do fator trabalho para todos os distritos que temos vindo a analisar¹¹⁸.

¹¹⁷ Não se considerou o valor percentual porque o valor do investimento no setor corticeiro nacional foi negativo. No entanto, veja-se que, enquanto o investimento realizado no setor corticeiro nacional foi negativo, em Aveiro foi positivo.

¹¹⁸ Utilizaremos a mesma fórmula utilizada no Capítulo II, página 19, a recordar: Produtividade Média do Trabalho= (Valor da Produção) / (Quantidade de trabalho em horas).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 13 - Produtividade média do fator trabalho - valores em escudos/hora

Ano	Distrito			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1974	123\$74	228\$22	111\$72	142\$21
1975	109\$37	172\$08	91\$93	113\$81
1976	160\$83	192\$87	115\$38	126\$71
1977	230\$26	123\$86	154\$64	216\$68
1978	377\$02	657\$47	234\$01	344\$04
1979	498\$30	1 091\$81	316\$41	425\$55
1980	767\$91	1 289\$15	458\$88	676\$32
1981	803\$52	1 060\$35	426\$00	613\$20
1982	858\$96	975\$56	464\$80	696\$58
1983	1 026\$99	1 097\$51	666\$45	813\$68
1984	1 356\$67	1 587\$95	824\$55	1 039\$75
1985	1 644\$96	1 926\$76	880\$52	1 591\$80
1986	1 765\$86	2 345\$24	867\$46	1 720\$48

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1974 a 1986

Como seria de esperar face aos montantes investidos em cada um dos distritos, o distrito de Aveiro, a partir de 1976, apresenta uma produtividade média por hora de trabalho superior aos distritos de Faro e Setúbal, mas inferior ao distrito de Évora. Para se perceber qual a diferença percentual entre a produtividade média por hora de trabalho entre os diferentes distritos relativamente a o distrito de Aveiro, construiu-se o Quadro 14. Atribuiu-se o índice 100 ao distrito de Aveiro e a produtividade média por hora de trabalho dos restantes distritos foi calculada em função desse índice.

Quadro 14 - Produtividade média do fator trabalho - comparação percentual relativamente ao distrito de Aveiro

Ano	Distrito			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1974	100,00	184,44	88,15	114,93
1975	100,00	157,34	84,05	104,06
1976	100,00	119,92	71,74	78,79
1977	100,00	53,79	67,16	94,10
1978	100,00	174,39	71,56	91,25
1979	100,00	219,11	63,50	85,40
1980	100,00	167,88	59,76	88,07

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1981	100,00	131,96	53,02	76,31
1982	100,00	113,57	54,11	81,10
1983	100,00	106,87	64,89	79,23
1984	100,00	117,05	60,78	76,94
1985	100,00	117,13	53,53	96,77
1986	100,00	132,81	49,12	97,43

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1974 a 1986

A diferença percentual da produtividade comparativamente ao distrito de Aveiro atinge a maior diferença no distrito de Faro e uma diferença menor no distrito de Setúbal. A situação do distrito de Évora que apresenta uma produtividade mais elevada, resulta de vários fatores que abordaremos posteriormente.

Até ao momento abordámos apenas a componente da produção vamos, de seguida, analisar os custos de produção associados ao fator trabalho. Tal como fizemos no Capítulo II, construímos o Quadro 15 em que determinamos a custo do fator trabalho por hora trabalhada¹¹⁹.

Quadro 15 - Custo médio por hora de trabalho

Ano	Distrito			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1974	21\$39	27\$55	27\$39	27\$93
1975	35\$38	42\$30	40\$05	43\$17
1976 ¹²⁰	45\$78	52\$19	50\$27	52\$31
1978	60\$33	95\$72	69\$15	75\$03
1979	74\$99	89\$46	82\$61	90\$16
1980	89\$08	87\$22	104\$63	108\$99
1981	112\$11	117\$49	120\$35	137\$08
1982	134\$88	160\$84	145\$78	173\$61

¹¹⁹ Utilizaremos a mesma fórmula utilizada no Capítulo II, a recordar: Remuneração Média = (Remunerações pagas no ano n)/(Número de horas efetivamente trabalhados no ano n)

¹²⁰ Não apresentamos os valores referentes ao ano de 1977 porque levanta-nos grandes dúvidas, mas toda a documentação consultada leva a este resultado. Parece-nos que o número de horas efetivamente trabalhadas neste distrito e neste ano não reflete o seu verdadeiro valor, até pela grande discrepância entre os valores registados nos anos anteriores e nos anos posteriores. No entanto, toda a documentação consultada aponta para 1 602 000 horas. Perante esta discrepância decidiu-se não apresentar os valores deste ano nos Quadros 13 e 14.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1983	160\$57	185\$31	188\$98	206\$19
1984	195\$61	200\$42	242\$95	258\$32
1985	249\$91	248\$62	285\$72	333\$55
1986	273\$69	288\$61	312\$18	375\$07

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1974 a 1986

Mais uma vez se constata que o custo médio por hora de trabalho é inferior no distrito de Aveiro em comparação com todos os outros distritos deste estudo. Para percebermos a diferença percentual desses custos relativamente aos valores verificados no distrito de Aveiro construímos o Quadro 16. Neste quadro, consideramos os custos médios do distrito de Aveiro com o índice 100 e os valores dos outros distritos são expressos em função desse índice.

Quadro 16 - Custo médio por hora de trabalho - comparação percentual relativamente ao distrito de Aveiro

Ano	Distrito			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1974	100,00	128,80	128,05	130,58
1975	100,00	119,56	113,20	122,02
1976	100,00	114,00	109,81	114,26
1978	100,00	158,66	114,62	124,37
1979	100,00	119,30	110,16	120,23
1980	100,00	97,91	117,46	122,35
1981	100,00	104,80	107,35	122,27
1982	100,00	119,25	108,08	128,71
1983	100,00	115,41	117,69	128,41
1984	100,00	102,46	124,20	132,06
1985	100,00	99,48	114,33	133,47
1986	100,00	105,45	114,06	137,04
Valores médios		109,45	114,56	125,60

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1974 a 1986

O custo médio por hora de trabalho é, como já tínhamos visto, superior em todos os distritos quando comparado com o custo médio do distrito de Aveiro. Em termos percentuais, a diferença varia entre os 9,45%, no distrito de Évora e os 25,60% no distrito de Setúbal. Em todo o caso, essa diferença é inferior aos valores apontados por

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

alguns autores para períodos anteriores, nomeadamente diferenças de salariais na ordem dos cinquenta por cento¹²¹.

Por fim, construímos o Quadro 17, que permite determinar a diferença entre a variação percentual da produtividade média do trabalho e a variação percentual dos custos com o fator trabalho entre os diferentes distritos comparativamente ao distrito de Aveiro – considerou-se o distrito de Aveiro como o distrito de referência¹²².

Quadro 17 - Rentabilidade líquida média das empresas - comparação percentual relativamente ao distrito de Aveiro

Ano	Distrito			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1974	100,00	55,64	- 39,90	- 15,65
1975	100,00	37,78	- 29,15	- 17,96
1976	100,00	5,92	- 38,07	- 35,47
1977	100,00	16,05	- 43,16	- 22,91
1978	100,00	15,73	- 43,06	- 33,12
1979	100,00	99,81	- 46,66	- 34,83
1980	100,00	69,97	- 57,70	- 34,28
1981	100,00	27,16	- 54,33	- 45,96
1982	100,00	-5,68	- 53,97	- 47,61
1983	100,00	- 8,54	- 52,80	- 49,18
1984	100,00	14,59	- 63,42	- 55,12
1985	100,00	17,65	- 60,80	- 36,70
1986	100,00	27,36	- 64,94	- 39,61

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1974 a 1986

¹²¹ É curioso notar que o custo associado ao fator trabalho medido pelas remunerações pagas varia de região para região apesar de existir uma tabela salarial comum a todo o setor e não por distrito. Mesmo estas remunerações pagas são, para o autor deste trabalho, muito questionáveis por ser prática comum e generalizada remunerar os trabalhadores de forma não contabilizada.

¹²² Utilizaremos a mesma fórmula utilizada no Capítulo II, a recordar: $RL\% = \Delta\%$ da produtividade média do trabalho - $\Delta\%$ dos custos médios do trabalho, sendo que esse valor quando negativo significa que não há qualquer incentivo, de carácter económico, para as empresas se instalarem nesse distrito, sendo preferível instalarem-se no distrito de Aveiro; quando igual a zero, é indiferente as empresas investirem e instalarem-se no distrito de Aveiro ou manterem-se no seu atual distrito e quando positivo, significa que há vantagem para as empresas investirem e instalarem-se nessa região e não no distrito de Aveiro.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

De acordo com o nosso indicador, não havia vantagem, em termos de rentabilidade, para as empresas se instalarem (ou conseguirem manter-se em atividade) nos distritos de Faro e Setúbal. O distrito de Évora é uma aparente exceção. No entanto, este distrito nunca se colocou como centro corticeiro por razões diversas, entre as quais, a dimensão psicossociológica assume particular relevância, como iremos demonstrar.

Poderemos, ainda, verificar se as empresas localizadas no distrito de Aveiro apresentavam, efetivamente, uma rentabilidade superior às suas congéneres localizadas nos restantes distritos. Não dispondo de informação individualizada de cada empresa, consideramos que uma aproximação a essa informação pode ser dada pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB). A partir dos valores do VAB e do número de empresas em atividade em cada região, calculámos o VAB por empresa. Temos consciência que este *ratio* representa uma média, e por isso esconde eventuais disparidades, mas dá uma ideia aproximada da eventual rentabilidade das diferentes empresas por região. Apesar desta limitação construiu-se o Quadro 18, onde apresentamos o VAB por empresa.

Quadro 18 - Valor Acrescentado Bruto por empresa - valores em 1 000\$00

Ano	Distrito			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1974	3 494,96	1 188,54	2 109,97	3 267,88
1975	3 166,30	1 749,70	2 418,31	2 397,32
1976	4 615,45	1 292,38	3 673,10	3 815,27
1977	5 368,81	1 646,37	4 109,26	4 701,17
1978	8 420,19	2 190,00	6 162,63	8 454,21
1979	12 196,65	6 061,54	11 000,32	10 593,51
1980	23 739,29	9 515,48	15 386,24	21 686,82
1981	21 181,85	3 497,74	15 447,07	14 408,02
1982	21 453,57	1 379,48	15 750,78	18 824,66
1983	29 047,27	2 544,52	24 254,79	21 949,97
1984	36 735,96	3 759,68	18 854,12	25 172,61
1985	37 891,84	5 008,50	24 022,56	30 499,02
1986	40 031,08	6 678,67	16 520,50	34 480,67

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1974 a 1986

O VAB por empresa é superior no distrito de Aveiro comparativamente a todas as restantes empresas, independentemente do distrito em que estão localizadas. Para

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

determinar a diferença percentual do VAB por empresa, construiu-se o Quadro 19 em que se considera, mais uma vez, os valores observados no distrito de Aveiro com o índice 100, e os valores do VAB por empresa registados nos restantes distritos são calculados em função desse índice.

Quadro 19 - VAB por empresa - comparação com o distrito de Aveiro em%

Ano	Distrito			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1974	100,00	34,01	60,37	93,50
1975	100,00	55,26	76,38	75,71
1976	100,00	28,00	79,58	82,66
1977	100,00	30,67	76,54	87,57
1978	100,00	26,01	73,19	100,40
1979	100,00	49,70	90,19	86,86
1980	100,00	40,08	64,81	91,35
1981	100,00	16,51	72,93	68,02
1982	100,00	6,43	73,42	87,75
1983	100,00	8,76	83,50	75,57
1984	100,00	10,23	51,32	68,52
1985	100,00	13,24	63,40	80,49
1986	100,00	16,68	41,27	86,13

Fonte: Elaboração própria a partir das Estatísticas Industriais dos anos 1974 a 1986

Não restam dúvidas que as empresas localizadas no distrito de Aveiro apresentavam, no período constante no Quadro 17, um VAB muito mais elevado que:

- i. As empresas instaladas no distrito de Évora que apresentaram um valor médio de apenas 28,12% do VAB das empresas do distrito de Aveiro.
- ii. As empresas localizadas no distrito de Faro, já que o VAB destas empresas representou apenas, 69,76% do VAB de Aveiro; e
- iii. Em Setúbal, distrito onde o VAB foi 83,39% do VAB registado em Aveiro.

Face à situação anteriormente descrita, pode-se admitir que as empresas do distrito de Aveiro apresentassem uma maior rentabilidade e a consequente disponibilidade de meios financeiros. Disponibilidades financeiras essas que poderiam ser utilizadas num processo de crescimento, ou por aumento do investimento e/ou pela

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

aquisição de outras empresas. De um ponto de vista de racionalidade económica, fazia todo o sentido que as empresas preferissem instalar-se no distrito de Aveiro do que nos outros distritos. Albertini (1989: 137) afirmava:

"Na verdade, não se pode fazer não importa o quê, seja onde for. Uma qualquer atividade económica apenas tende a desenvolver-se em locais onde já hajam muitas outras atividades, numerosas e prósperas. O poder atrai o poder".

Poderíamos, em jeito de última justificação para a concentração da indústria corticeira no distrito de Aveiro, refazer esta afirmação de Albertini: na verdade, as empresas corticeiras tendem a desenvolver-se em locais onde já existam algumas prósperas empresas corticeiras, porque o poder atrai o poder.

Um dos fatores constantes ao longo desta análise é a constatação que os anos de 1974 e 1975 foram os anos fulcrais para a indústria corticeira. Não deixa de ser curioso constatar que os anos mais instáveis, para não dizer mais revolucionários, do 25 de abril, tenham contribuído decisivamente para a alteração da localização geográfica do setor corticeiro.

Torna-se necessário analisar o que terá acontecido nesses anos e qual a sua contribuição para essa modificação registada no setor corticeiro. Referimos, no início deste capítulo, que as grandes alterações institucionais ocorridas após o 25 de abril foram a independência das colónias, a reforma agrária, as nacionalizações e as novas relações no mundo laboral. Destas alterações, aquela que mais terá contribuído para a evolução do setor corticeiro e a sua atual localização geográfica foi a reforma agrária.

Pereira (1979) realizou um importante e interessante estudo sobre a estrutura agrária portuguesa no período de 1968 a 1970. A partir deste estudo construímos o Quadro 20 que nos indica a estrutura fundiária em Portugal continental que, apesar de incidir nos anos de 1968 a 1970, cremos que retrata, de uma forma muito rigorosa, a estrutura fundiária existente aquando do 25 de abril.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 20 – Estrutura média das explorações agrícolas em ha - 1968 - 1970

Distritos	Área média das explorações	< 20ha	20 a 100 ha	100 a 500 ha	>500 ha
Aveiro	1,92	99%	0,6%	0,1%	0,0%
Beja	35,77	79%	14,4%	4,3%	1,4%
Braga	2,19	98%	0,1%	0,0%	-
Bragança	9,96	89%	9,6%	0,6%	0,0%
Castelo Branco	9,20	94%	4,5%	0,8%	0,2%
Coimbra	2,09	99%	0,5%	0,1%	0,0%
Évora	49,57	85%	8,0%	3,3%	2,4%
Faro	7,76	92%	6,6%	0,7%	0,1%
Guarda	5,92	95%	4,9%	0,3%	0,0%
Leiria	2,46	99%	0,8%	0,1%	0,0%
Lisboa	3,62	98%	1,5%	0,2%	0,0%
Portalegre	28,43	86%	7,7%	2,9%	1,4%
Porto	1,94	99%	0,9%	0,0%	-
Santarém	6,34	97%	2,6%	0,4%	0,1%
Setúbal	16,71	91%	5,7%	1,6%	0,6%
Viana do Castelo	1,53	99%	0,3%	0,0%	0,0%
Vila Real	3,78	97%	2,4%	0,1%	0,0%
Viseu	2,62	98%	1,1%	0,1%	0,0%
Portugal	6,13	96%	2,7%	0,4%	1,4%

Fonte: Elaborado a partir de Pereira (1979)

Se observarmos o Quadro 20 podemos verificar que as explorações agrícolas com maior dimensão estão situadas nos distritos do sul do país, Beja (35,77 ha), Évora (49,57 ha), Portalegre (24,43 ha) e Setúbal (16,71 ha). Considerando, apenas, estes quatro distritos poderemos construir o Quadro 21 com a estrutura fundiária, em termos de área, para cada um destes distritos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 21 – Estrutura fundiária em percentagem da área

Distritos	Áreas em %			
	< 20 ha	20 a 100 ha	100 a 500 há	> 500ha
Beja	11,1	16,2	25,6	47,1
Évora	6,6	6,4	15,5	71,5
Portalegre	9,6	11,2	23,75	55,7
Setúbal	13,7	13,7	2,9	51,7

Fonte: Elaboração própria a partir de Pereira (1979)

O Quadro 21 é elucidativo sobre a dimensão da área das explorações agrícolas nos distritos do sul do país. É no sul do país que se encontram as propriedades de maior dimensão. A partir dos Quadros 20 e 21, e considerando-se apenas os distritos do sul do país, elaborou-se o Quadro 22 que nos permite analisar as propriedades agrícolas com mais de 100 ha, tanto em termos da área total das explorações como em termos da percentagem do total das explorações.

Quadro 22 – Explorações com mais de 100 ha

Distritos	% da área das explorações	% do número total de explorações
Beja	72,7	5,7
Évora	87,0	5,7
Portalegre	79,2	4,3
Setúbal	72,6	2,2
Média	77,9	4,48

Fonte: Elaboração própria a partir de Pereira (1979)

O Quadro 22 permite constatar que um número reduzido de propriedades agrícolas detinha a grande maioria da área de exploração. Em termos médios, nestes quatro distritos do sul do país, 77,9% da área explorada estava concentrada em apenas 4,48% do número total de explorações. Nestes distritos do sul do país, existe a maior parte do montado e foi nestes mesmos distritos que ocorreu a ocupação das propriedades agrícolas, naquilo que ficou conhecido como reforma agrária¹²³.

¹²³ Não existe consenso relativamente à data em que se iniciou o processo de ocupação das terras. Leal (2005) aponta para que o início da reforma agrária tenha ocorrido em dezembro de 1974, por sua vez Baptista (2001) considera que as primeiras ocupações de terras ocorreram em fevereiro de 1975.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

A reforma agrária, foi um fenómeno regional

“comandada pelos sindicatos dos trabalhadores agrícolas e outras estruturas ligadas ao Partido Comunista ou a partidos de extrema-esquerda¹²⁴ e a ser apoiado, quando não estimulado por alguns grupos de militares do Movimento das Forças Armadas” (Lopes, 1996: 303)¹²⁵.

Embora não exista um consenso sobre a área total ocupada pela reforma agrária, podemos apontar para um valor superior a um milhão de hectares¹²⁶. De acordo com Lopes (1996), a reforma agrária foi um fenómeno regional: ocorreu sobretudo na região a sul do Tejo. A reforma agrária também não teve qualquer efeito na reestruturação fundiária da propriedade, tratou-se de um movimento de cariz político - a dimensão das propriedades aumentou com a ocupação¹²⁷, sem ter em atenção a sua viabilidade económica.

Este movimento de ocupação das terras, ocorrido nos principais distritos produtores de cortiça, teve profundas consequências no mercado corticeiro. As unidades cooperativas de produção (UCP's) passaram a ser as proprietárias de grande parte do montado. Essa cortiça teve de ser vendida. É este processo de compra e venda que explica uma das conclusões na análise que efetuámos ao Quadro 11. Dissemos, nessa análise, que uma das características do investimento em 1975 foi o facto da variação das existências apresentar valores negativos em todos os distritos em análise, com exceção do distrito de Aveiro. Importa analisar esse resultado da variação de existências. O valor da variação de existências apresentado noas Estatísticas Industriais obtém-se a partir da seguinte fórmula:

¹²⁴ Não se pense que a Reforma Agrária foi apenas obra destes partidos. A Reforma Agrária foi institucionalizada, em texto constitucional, com os votos favoráveis do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Apenas o Partido do Centro Democrático Social votou contra a Constituição de 1976.

¹²⁵ Vester (1986), também reconhece o papel importante do Partido Comunista na reforma agrária.

¹²⁶ Varela e Piçarra apontam para, o total da área ocupada, 1 162 434ha, valores muito semelhantes aos do Quadro 19. Lopes (1996) refere que a área ocupada pela reforma agrária foi de 1,2 milhões de hectares. O Jornal Económico na sua edição de 16 de janeiro de 1987, indicava que a reforma agrária ocupou 1 100 000 hectares.

¹²⁷ Veja-se o Quadro 16.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Varição de Existências = (Existências Finais de Materiais e Combustíveis - Existências Iniciais de Materiais e Combustíveis) + (Existências Finais de Produtos Acabados - Existências Iniciais de Produtos Acabados) + (Existências Finais de Produtos em Vias de Fabrico - Existências Iniciais de Produtos em Vias de Fabrico).

A partir desta fórmula, vamos analisar cada uma das suas componentes, começando pelos Materiais e Combustíveis. O Quadro 23 apresenta a variação de existências de mercadorias e combustíveis.

Quadro 23 - Materiais e Combustíveis em 1975 - valores em 1 000\$00

Distritos	Existências		
	Finais	Iniciais	Varição
Aveiro	191 700	247 224	- 55 524
Évora	18 954	35 238	- 16 284
Faro	29234	42 975	- 13 741
Setúbal	211 636	375 020	- 163 384

Fonte: Elaborado a partir de Estatística Industrial de 1975

Do quadro podemos constatar que a variação de existências de materiais e combustíveis foi negativa em todos os distritos. Estes valores negativos resultam do facto das existências finais dos materiais e combustíveis ser inferior às existências iniciais. Este quadro, só por si, pouco significa. Mas se for utilizado conjuntamente com os valores dos materiais e combustíveis consumidos permite perceber a evolução das compras de materiais (isto é, a compra de matérias-primas) e combustíveis. Assim, elaborou-se o Quadro 24 com o valor dos materiais e combustíveis consumidos.

Quadro 24 - Materiais e combustíveis consumidos em 1975 - valores em 1 000\$00

Distritos	Materiais	Combustível	Total
Aveiro	881 380	20 096	901 476
Évora	60 956	2 837	63 793
Faro	128 311	3 937	132 248
Setúbal	700 296	22 324	722 680

Fonte: Elaborado a partir de Estatística Industrial de 1975

Repare-se que no distrito de Aveiro o volume de materiais consumidos foi maior que no distrito de Setúbal mas, ao mesmo tempo, a energia gasta foi superior em

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Setúbal. Tal situação pode ser sinónima de maior eficiência produtiva das empresas da região de Aveiro. Podemos, agora, combinar os valores destes dois os quadros e determinar o valor das compras de materiais e combustíveis em cada um destes distritos. Para isso utilizaremos a seguinte fórmula:

$$\text{Matérias e Combustíveis Consumidos} = \text{Existências Iniciais} + \text{Compras de Materiais e Combustíveis} - \text{Existências Finais}$$

A partir desta fórmula podemos obter o montante das compras de materiais e combustível, uma vez que:

$$\text{Compras de Materiais e Combustíveis} = \text{Matérias e Combustíveis Consumidos} - \text{Existências Iniciais} + \text{Existências Finais}$$

Elaborou-se, a partir desta fórmula e dos dados constantes nos Quadros 23 e 24, o Quadro 25.

Quadro 25 - Compra de Materiais e Combustível em 1975 - valores em 1 000\$00

	Distritos			
	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
Compras	845 952	47 509	118 507	559 296

Fonte : Elaboração própria a partir dos Quadros 23 e 24

As compras de materiais (matérias-primas) e combustíveis efetuadas pelas empresas do distrito de Aveiro foram mais elevadas que as compras realizadas nos restantes distritos. Podemos, até, verificar que as compras efetuadas pelas empresas de Aveiro foram, só por si, maiores que a adição das compras de materiais e combustíveis de todos os outros distritos em análise. Este facto influencia as restantes componentes da variação de existências.

O montante da variação de existências de produtos acabados e de produtos em vias de fabrico estão dependentes do montante de matéria-prima existente nas empresas, como pode ser comprovado no Quadro 26.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 26 - Produtos acabados e em vias de fabrico em 1975 - valores em 1 000\$00

	Produtos acabados			Produtos em vias de fabrico		
	Existências			Existências		
Distritos	Finais	Iniciais	Variação	Finais	Iniciais	Variação
Aveiro	410 376	328 865	81 511	100 095	84 655	15 440
Évora	29 492	34 702	- 5 210	23 791	25 069	- 1 278
Faro	29 977	30 748	- 771	41 896	29 879	12 017
Setúbal	239 127	277 582	-38 455	76 731	92 009	- 15 278

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatística Industrial de 1975

Como referimos, as compras de materiais efetuadas pelas empresas do distrito de Aveiro superaram as dos restantes distritos, o que permitiu que este distrito apresentasse valores positivos quer na variação de existência de produtos acabados quer nos produtos em vias de fabrico. Nos restantes distritos, com exceção de Faro, que apresentou um valor positivo na variação das existências dos produtos em vias de fabrico, os valores são negativos. As empresas localizadas nestes distritos, embora dispusessem de matéria-prima para a sua produção, ela foi insuficiente para a manutenção de *stocks* de produtos acabados e em vias de fabrico.

Não cremos que tenha sido uma opção de gestão dessas empresas diminuírem os seus *stocks*, e assim os seus custos, porque o seu volume de vendas, muito inferior ao registado no distrito de Aveiro, não permitia uma gestão de *stocks* na esteira do "*just-in-time*". Assim sendo, levanta-se a questão de perceber a razão (ou razões) para que, num período de grande instabilidade política económica e social, as empresas do distrito de Aveiro, distantes dos centros produtores de cortiça conseguiram comprar mais cortiça.

Existe uma razão óbvia e já anteriormente mencionada: a capacidade financeira. Demonstramos que o VAB por empresa era muito superior no distrito de Aveiro comparativamente às outras regiões e que isso possibilitou a libertação de meios financeiros que poderiam ser utilizados no investimento em capital fixo e/ou capital circulante. Esta capacidade financeira é bem visível na aquisição de cortiça. A aquisição de matéria-prima é, em todos os setores de atividade, de grande importância mas, assume no mercado corticeiro uma relevância acrescida.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Reis (1993) considera que a indústria corticeira apresenta uma oferta pouco elástica em resultado de existir uma baixa elasticidade da oferta de matéria-prima. De facto, não se consegue aumentar a produção de cortiça. A produção anual de cortiça é aquela que resulta do ciclo de vida do sobreiro - apresenta, por isso, um caráter rígido. Neste tipo de mercados, a obtenção de cortiça, isto é o processo de aquisição de cortiça, é uma das principais preocupações da gestão das empresas.

A compra e venda de cortiça foi, no período posterior à revolução de abril, pautado pela forte intervenção do Estado. Logo em 1975, no dia 30 de junho, foi aprovado em Conselho de Ministros, o Decreto-Lei n.º 407-B/75¹²⁸. No preâmbulo deste decreto-lei, refere-se que muitos dos prédios rústicos onde se situavam os grandes montados de sobre iriam ser, a breve trecho, nacionalizados. Para evitar que os respetivos proprietários pudessem fazer sair do país os montantes obtidos com a venda da cortiça, decidiu o governo submeter ao controle estadual toda a produção de cortiça amadia extraída ou a extrair que fosse da propriedade de pessoas singulares, sociedades e pessoas coletivas, ainda que de utilidade pública, sujeitas ou abrangidas por medidas (ainda que futuras) de expropriação e nacionalização ou que obtivessem, no ciclo da cortiça, mais de vinte e cinco mil arrobas de cortiça¹²⁹. Além disso, foi decretado que todos os negócios efetuados ou a efetuar com aquela cortiça seriam declarados nulos e sem efeito exceto, os negócios que tivessem sido autorizados pelo Instituto dos Produtos Florestais.

A partir de 1975, os diferentes governos redefiniram as regras relativas às operações de extração, comercialização e transporte de cortiça dos prédios rústicos nacionalizados e expropriados ao abrigo da lei da reforma agrária. Em 1981, o governo

¹²⁸ O Decreto-Lei foi destinado apenas aos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal.

¹²⁹ Este Decreto-Lei é um exemplo de como uma medida tomada pelo poder político acaba por ter relevantes consequências no mercado e em toda a sociedade. Ao estender o impedimento de compra e venda de cortiça para todos os proprietários cuja produção fosse superior a vinte e cinco mil arrobas, incentivou a prática de atos típicos da economia paralela com o consequente prejuízo para o estado e para a sociedade. Todos os proprietários que estimassem obter uma produção superior àquela quantia, tinham toda a vantagem em vender, de forma não legal, parte da sua produção de modo a não declararem a produção de vinte cinco mil arrobas. Ao assim procederem, evitavam ficar sob alçada do governo, e poderia obter rendimentos que de outra forma não seria possível.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

decidiu, através do Decreto-Lei n.º 189-C781, de 3 de julho, que a venda de cortiça das propriedades nacionalizadas ou expropriadas seria efetuada através de concursos públicos, efetuado pelo Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária. Refere, ainda, o mencionado decreto-lei, que o valor da venda de cortiça não era recebido, na sua totalidade, pelas entidades gestoras das propriedades nacionalizadas ou expropriadas. Estas entidades tinham direito a receberem apenas o montante correspondente aos custos de extração e empilhamento da cortiça¹³⁰.

É importante, por isso, acompanhar um processo de compra e venda de cortiça levado a efeito pelo Estado. Embora não disponhamos de dados referente a anos até 1986, uma consulta aos Arquivos da empresa J. D. Alvarez, Lda., uma empresa de cariz familiar, criada em 1972, por José Dominguez Alvarez e Gertrudes Benito Garcia Alvarez, e que se dedicava à preparação de cortiça permitiu-nos ter acesso a vários processos de venda de cortiça em leilão, referente ao ano de 1987. Embora este ano ultrapasse o período que estamos a analisar, consideramos ser um exemplo do que poderá ter acontecido nos anos anteriores.

O Quadro 27 apresenta-nos o resultado de um leilão promovido pela Circunscrição Florestal de Évora, no dia 18 de novembro de 1987.

Quadro 27 - Resultado da venda de cortiça em hasta pública realizada em 18 de novembro de 1987 - valores em contos

Lote ¹³¹	Oferta vencedora		Segunda melhor oferta	
	Preço	Empresa	Preço	Empresa
2	12 840	SOIDA (?)	12 737	Corticeira Amorim
3	13 207	Corticeira Amorim	10 910	Cortimato, Lda.
4	12 907	Corticeira Amorim	9 775	Cortiprata
5	15 407	Corticeira Amorim	12 321	Alvarcor

¹³⁰ Outra medida legislativa potenciadora de práticas irregulares. Como as entidades gestoras das propriedades nacionalizadas ou expropriadas apenas recebiam um valor correspondente ao custo de extração e empilhamento, estava criado o incentivo para que vendessem diretamente a cortiça às empresas corticeiras e, posteriormente, apresentar queixa de furto.

¹³¹ Os lotes 1, 24, 25, 256, 27, 28, 29 foram retirados do leilão. Zeca Alvarez não menciona a razão para esses lotes terem sido retirados do leilão.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

6	15 437	Corticeira Amorim	12 290	Manuel Alves Rocha
7	14 427	Corticeira Amorim	11 483	Alvarcor
8	15 407	Corticeira Amorim	12 583	Empresa Industrial de Paços de Brandão
9	15 487	Corticeira Amorim	13 415	Alvarcor
10	15 077	Corticeira Amorim	13 260	Manuel Alves Rocha
11	15 847	Corticeira Amorim	14 611	Sanor
12	8 532	Alvarcor	7 511	Sanor
13	15 607	Corticeira Amorim	15 266	Alvarcor
14	10 807	Corticeira Amorim	9 451	Alvarcor
15	16 037	Corticeira Amorim	13 443	Alvarcor
16	10 867	Corticeira Amorim	10 247	Alexandre Diogo
17 ¹³²	8 950	Jorge Pinto de Sá	8 050	Lusocork
18	13 447	Corticeira Amorim	12 835	A Cortiça, Lda.
19 ¹³³	6 750	A Cortiça, Lda.	5 751	José Catroga
20	14 307	Corticeira Amorim	10 407	Jorge Pinto de Sá
21 ¹³⁴	16 700	Cortiprata	10 807	Manuel Apura & Filhos
22	23 770	Cortiprata	23 107	Corticeira Amorim
23	10 510	A Cortiça, Lda.	10 447	Corticeira Amorim
30	7 687	Corticeira Amorim	7 109	Lusocork
31 ¹³⁵	4 857	Corticeira Amorim	3 564	Lusocork
32	564	António Gonçalves	507	Corticeira Amorim
33	9 807	Corticeira Amorim	7 184	Manuel Apura & Filhos
34	3 637	Corticeira Amorim	2 725	Manuel Apura & Filhos
35	17 207	Corticeira Amorim	14 311	Cortimata, Lda.
36	10 857	Corticeira Amorim	9 163	António Gonçalves

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos do Arquivo da Família Alvarez

O Quadro 27 permite constatar que dos vinte e nove lotes colocados em leilão, a Corticeira Amorim venceu vinte e um e, investiu, nesse único leilão, mais de 224 mil contos. Se quisermos pensar em termos de empresas instaladas no distrito de Aveiro, para além da corticeira Amorim, também Jorge Pinto de Sá, vencedor do leilão do lote

¹³² Neste lote só duas empresas licitaram.

¹³³ A Corticeira Amorim não apresentou proposta neste lote.

¹³⁴ A Corticeira Amorim não apresentou proposta neste lote.

¹³⁵ Neste lote só duas empresas licitaram.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

17, tinha a sua sede em Rio de Meão, Santa Maria da Feira. Este resultado é demonstrativo do poder financeiro das empresas situadas no distrito de Aveiro.

Poder-se-á questionar a forma de organização e atuação dos licitantes. A Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça informava todos os seus sócios, através de circular, sobre a venda de cortiça efetuada sob a responsabilidade das diferentes circunscrições florestais. Nestas circulares elencava-se a origem da cortiça, a entidade gestora, os lotes, normalmente com a indicação das medidas das pilhas, a base de licitação e o depósito provisório. Todos os membros da Associação tinham informação das condições dos leilões estando, por isso, em igualdade perante o leilão que decorria segundo os princípios do leilão inglês.

Estas condições parecem indicar que os leilões se faziam em condições de informação perfeita e idêntica para todos os competidores. Os leilões assemelham-se a jogos estratégicos, podendo ser jogos estratégicos com informação assimétrica ou com informação perfeita (Lucking-Reiley, 2000). Em qualquer destes tipos de leilões existe uma vantagem resultante do conluio entre os licitantes. É frequente os leilões serem dominados por um grupo restrito de licitantes com capacidade de constituírem-se como uma forma de cartel - ou para dominarem o mercado, originando, de certa forma, uma situação de monopsónio ou para bloquearem a subida dos preços (Phillips, Menkhaus e Coatney, 2003).

Não se pretende com isto suspeitar ou afirmar da existência de conluio entre alguns licitantes, mas tão só demonstrar que, do leilão, resultou uma certa forma de cartel, criando uma situação de quase monopsónio. Monopsónio centrado nas empresas do distrito de Aveiro e, em particular, na Corticeira Amorim.

No entanto, pensamos que a capacidade financeira das empresas do distrito de Aveiro não terá sido a única razão para justificar que as empresas desse distrito tenham comprado mais cortiça no período revolucionário. Em pleno período da reforma agrária, com a ocupação das terras e a criação das UCP's, a relação mantida com estas entidades

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

parece-nos determinante. Aquilo que está em causa é, se quisermos apresentar a questão de uma forma diferente, de saber quem beneficiou, e porquê, com a reforma agrária.

Esta questão leva-nos à Corticeira Amorim e à dimensão psicossociológica, como razão da atual localização geográfica do setor corticeiro: a relação da Corticeira Amorim com os seus *stakeholders*. A Corticeira Amorim que, como anteriormente referimos, desenvolveu desde início da década de setenta, uma política de aquisição de propriedade na região do Alentejo, sofreu, tal como muitos outros proprietários agrícolas, as agruras das ocupações¹³⁶.

Mas aquilo que distingue a gestão da Corticeira Amorim foi a forma como se relacionou com os estes *stakeholders*, fundamental para o seu desenvolvimento. Américo Amorim, na entrevista que deu a Maria Filomena Mónica para o livro "Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa" afirmou

"mesmo quando tive as herdades ocupadas, mantive sempre boas relações com as UCP. Empréstava-lhes os meus tractores e tudo. Ia lá falar com eles. Sempre os visitei, sempre os convidei a vir cá acima ver as minhas fábricas" (Mónica, 1990: 82).

Esta relação com os responsáveis pelas UCP's e, consequentemente, com responsáveis políticos associados ao Partido Comunista que, no mínimo, se pode considerar de grande cordialidade, foi extensivo a outras vertentes sociais. O próprio Américo Amorim assumiu que poderia ir jantar e ir a boates com comunistas. Esta cordialidade é, de certa forma, reconhecida pelo jornal Expresso, que na sua edição de 31 de dezembro de 1988, refere que a Corticeira Amorim terá beneficiado de alguma ajuda, nomeadamente o transporte de cortiça durante a noite para escapar aos fiscais do Estado, com a conivência das UCP's e do Partido Comunista¹³⁷.

¹³⁶ A Corticeira Amorim, na prática, Américo Amorim, o seu principal acionista, foi, neste período da reforma agrária, expropriado de cerca de 3 000ha. Esta área corresponde a, sensivelmente, 0,28% do total da área ocupada.

¹³⁷ Refere a edição do jornal Expresso que em 1975/76, o PCP terá lançado panfletos a defender o boicote à venda de cortiça à Corticeira Amorim. No entanto, não nos foi possível confirmar esta notícia.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Acreditamos que esta relação de grande cordialidade terá resultado, também, das excelentes relações mantidas pela Corticeira Amorim com os países do bloco soviético agregados no COMECON¹³⁸. Em entrevista publicada pelo jornal Expresso¹³⁹, no dia 14 de junho de 2017, Américo Amorim refere que até à revolução do 25 de abril visitou todos os países do bloco soviético por cinquenta e duas vezes e, em especial, a Roménia, onde ainda terá ido mais vezes¹⁴⁰. Acrescentou, ainda, que as cortiças do Grupo Amorim representavam cerca de 75% das importações realizadas pelos países do COMECON. A excelente relação da Corticeira Amorim com os seus *stakeholders*, internos e externos, permitiu-lhe beneficiar com o período revolucionário: não seria crível que os partidos e organizações que viviam em prol, ou na órbita, do poder comunista soviético, pudessem pôr em causa o principal fornecedor de cortiça desse bloco político. Talvez por isso, não se conheça qualquer greve na Corticeira Amorim neste período¹⁴¹.

A relação da Corticeira Amorim com os seus *stakeholders*, nomeadamente com outras empresas, suas concorrentes ou não, merece uma análise mais cuidada. Até porque num mercado concorrencial é pressuposto a existência de dois princípios fundamentais nas relações entre as diversas empresas: o princípio da licitude do dano concorrencial e a liberdade de imitação (Amorim, 2009). Decorre destes dois princípios que qualquer empresa corre, permanentemente, riscos relacionados com a sua atividade. Cada empresa, no exercício da sua atividade, afeta e é afetada pela atividade normal das restantes empresas podendo, até, no limite, eliminar ou ser eliminada pelas restantes empresas concorrentes, clientes ou fornecedoras. Repare-se, no entanto, que esta possibilidade decorre do normal funcionamento do mercado e dos agentes económicos

¹³⁸ COMECON, sigla de Conselho de Assistência Económica Mútua, organização de carácter económico criada em 1949 pelo bloco comunista liderado pela URSS.

¹³⁹ <https://expresso.pt/arquivo/arquivos-expresso/2017-07-14-Americo-Amorim-Alterava-a-Constituicao-e-impedia-gastos-superiores-a-nossa-riqueza>, acedido em 15 de maio de 2023.

¹⁴⁰ Talvez por estas viagens serem tão regulares e contínuas, em 1991 um romeno despedido pelo grupo acusa-o de ser agente dos serviços secretos do Leste. (<https://eco.sapo.pt/2017/07/14/americo-amorim-o-fazedor-de-imperios-que-gostava-de-dinheiro/>), acedido em 22 de fevereiro de 2023.

¹⁴¹ Nem Almeida (2019) nem Morais e Violante (1986) fazem qualquer referência a greves na Corticeira Amorim neste período.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

nele intervenientes e, para além de atos legais, são atos leais. Todos os intervenientes num mercado sabem e esperam que as empresas concorrentes tentem conquistar quota de mercado e que, para atingir esses objetivos, utilizam as estratégias que consideram mais adequadas. Reforçamos que essas estratégias assentam em atos que para além de serem legais, são ao mesmo tempo, leais.

No entanto, a prática de atos desleais permite obter os mesmos resultados, sendo que a linha divisória desses atos é, por vezes, muito ténue e, normalmente, está associado à deslealdade dos meios empregues (Sanders, 1997; Carvalho, 1984; Haines, 1919). Estamos, nesta situação, perante um exemplo de concorrência desleal assente na prática comercial (ou industrial) contrária às normas e usos honestos de qualquer ramo de atividade.

É neste contexto que analisámos a relação da Corticeira Amorim com as restantes empresas corticeiras. A Corticeira Amorim, como qualquer outra empresa, terá mantido relações de grande cordialidade com algumas empresas das quais seria cliente/fornecedor ou concorrentes. Talvez o melhor exemplo, já referido no capítulo anterior, seja o da empresa Armando Gomes & C.^a, Lda. que aceitou, após o incêndio ocorrido nas instalações da Corticeira Amorim, que esta empresa transferisse para as suas instalações equipamento para a produção de rolhas. Noutros casos, terá mantido relações de concorrência ou de posição dominante, em que tudo fez no sentido de reduzir, e em algumas situações, eliminar a concorrência.

Um exemplo desta situação terá ocorrido em torno da questão dos aglomerados pretos de cortiça. A produção de aglomerado negro de cortiça vinha, desde a primeira metade da década de cinquenta, a ser motivo de disputa entre diversas empresas o que originou uma tentativa de concentração nesse setor. Em 18 de agosto de 1954, Daniel Barbosa¹⁴², escreveu ao Sr. Presidente do Conselho, Dr. António de Oliveira Salazar, e nessa missiva refere

¹⁴² Daniel Barbosa foi ministro da Economia entre fevereiro de 1947 a outubro de 1948.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

"no passado dia 13 ficou devidamente concluída a concentração industrial das fábricas de aglomerado negro de cortiça, em que se vinha a trabalhar há mais de um ano, todos os industriais já associados¹⁴³ (representando 94,5% da produção nacional) assinaram, convencidos do largo alcance do passo que acabaram de dar" (Rosas, Carvalho e Oliveira, 2001:240).

Este processo de concentração industrial não foi tarefa fácil como Daniel Barbosa acaba por reconhecer no restante da sua missiva. Não foi uma tarefa fácil por diversos motivos, entre os quais destacamos, a falta de colaboração dos restantes intervenientes no mercado com a ISOLA. A ISOLA, exemplo típico de uma concentração horizontal, acabou por sofrer o que as concentrações horizontais não absolutas e não protegidas (isto é, quando a concentração não inclui todas as empresas do setor e onde não existe impedimentos à entrada de outras empresas) sofrem: a falta de matéria-prima.

Quando, na década de sessenta, em 1963, a Corticeira Amorim, decidiu produzir aglomerado negro e, para esse efeito pediu, no âmbito do Condicionamento Industrial, autorização para a abertura de fábrica teve a oposição por parte das empresas já instaladas no mercado e, em especial, da ISOLA. Apesar do pedido ter sido recusado, a Corticeira Amorim construiu a empresa e iniciou a produção de aglomerado negro. A partir daí, a Corticeira Amorim desenvolveu uma campanha concorrencial, a nível dos preços, que culminou com a saída de mercado de algumas das empresas e a aquisição, pela Corticeira Amorim, de outras. Também é de aceitar a hipótese de a Corticeira Amorim ter, com algumas outras empresas, um comportamento comercial muito questionável, eventualmente a roçar a concorrência desleal.

Talvez um bom exemplo desta última hipótese seja a relação comercial da Corticeira Amorim com a empresa Andersen & Husum, Lda., como parece poder-se

¹⁴³ Refere-se Daniel Barbosa à ISOLA - Sociedade Comercial de Isolamento de Cortiça, Lda, empresa constituída em resultado da concentração ocorrida entre a Mundet & C.^a, Lda., a Sociedade Corticeira Robinson Bros., Lda., a INFAL - Indústria de Fabricação de Aglomerados, Lda., a SOPAC - Sociedade Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda., a SOCORQUEX, Lda. e a CORÇA - Fábrica de Aglomerados de Cortiça.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

admitir perante a análise da correspondência entre estas duas empresas no ano de 1983. Veja-se a correspondência efetuada entre a Andersen & Husum e a Corticeira Amorim no ano de 1983¹⁴⁴:

- i. Em 22 de fevereiro, a Andersen & Husum envia um ofício a solicitar o pagamento da fatura n.º 15 826/83, de 19 de janeiro, no montante de 742 500\$00 e da fatura n.º 15 828/83, de 20 de janeiro, no montante de 22 440\$00, ambas já vencidas;
- ii. Em 6 de março, a Andersen & Husum, informa que recebeu o pagamento da fatura n.º 15 826/83 e da fatura n.º 15 828/83;
- iii. A 17 de março, a Andersen & Husum envia uma informação referente à fatura n.º 15 944/83 em que se indicava, expressamente, que o pagamento desta fatura poderia ser efetuada a pronto pagamento, e nesse caso, teria um desconto de 3%, ou a trinta dias, sem desconto;
- iv. Em 29 de abril, foi enviado uma informação para a seção de contabilidade da Corticeira Amorim com o seguinte teor: muito agradecíamos nos informassem quando podem liquidar a n/ fatura n.º 15 944/83, vencida em 17 de abril, pois temos necessidade absoluta de realizar fundos;
- v. Em 3 de maio, foi efetuado novo pedido para que se procedesse ao pagamento da fatura n.º 15 944/83;
- vi. Em 10 de maio, a Andersen & Husum dá conhecimento que havia recebido o montante de 4 165 000\$00 para pagamento da fatura n.º 15 944/83;
- vii. Em 21 de junho foi enviada um fax a informar que as faturas n.ºs 16 002/83, de 12 de abril, 16 037/83, de 29 de abril, 16 101/83, de 13 de maio, 16 115/83, de 18 de maio, 16 117/83, de 19 de maio, no montante total de 562 200\$00, se encontravam já vencidas e a solicitar o seu pagamento;
- viii. A 11 de julho foi comunicado que tinha sido recebida a informação do pagamento da fatura n.º 16 115/83, mas que o montante dessa fatura não foi incluído no valor do cheque;
- ix. No dia 1 de setembro, foi enviado um pedido a solicitar o pagamento das faturas n.ºs 16 205/83, de 30 de junho, 16 231/83, de 11 de julho, 16 250/83, de 18 de julho,

¹⁴⁴ Toda esta correspondência pode ser consultada no Arquivo Municipal do Montijo - Espólio da empresa Andersen & Husum, pasta 443 - Processo Amorim & Irmãos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

16 264/83, de 22 de julho, 16 268/83, de 25 de julho, 16 307, de 4 de agosto, no montante total de 1 011 047\$30, todas já vencidas;

- x. A 21 de setembro, foi novamente recordado que o prazo para pagamento das faturas n.ºs 16 146/83, de 8 de junho, 16 205/83, de 30 de junho, 16 264/83, de 22 de julho, 16 268/83, de 25 de julho e 16 307, de 4 de agosto, no montante global de 472 937\$30, tinha sido vencido e solicitava-se a sua liquidação;
- xi. A 30 de setembro, é confirmada a receção de um pagamento no montante de 476 066\$00, mas informa-se que não foram pagas as faturas n.ºs 16 146/83, 16 205/83 e 16 264/83, todas vencidas, no montante de 162 737\$30;
- xii. A 7 de outubro, a Andersen & Husum manifesta a sua surpresa quanto ao pagamento de faturas porque foi recebida uma letra a sessenta dias, o que não correspondia às condições previamente estabelecidas. Relembrou-se que o pagamento das faturas deveria ser efetuada a oito dias, com um desconto de 3% ou a trinta dias, sem desconto;
- xiii. A 13 de outubro, é enviada nova comunicação a lembrar que se aguardava a liquidação de 162 737\$30, referente a várias faturas, conforme havia sido solicitado em 30 de setembro;
- xiv. No dia 14 de novembro, solicita-se o pagamento da fatura 16 389/83, no montante de 792 178\$00 vencida no dia 7 de novembro;
- xv. no dia 22 de novembro foi solicitada a liquidação urgente das faturas n.ºs 16 408/83 e 16 436/83;
- xvi. No dia 15 de dezembro, a Andersen & Husum declara a necessidade urgente de realização de fundos pelo que solicita a liquidação das faturas n.ºs 16 475/83, 16 500/83 e 16 520/83;
- xvii. No dia 27 de dezembro, foi enviado um fax em que se refere a necessidade de realização de fundos antes do final de ano, pelo que se agradecia a liquidação urgente das faturas n.ºs 16 554/83, 16 558/83 e 16 563/83, no montante de 1 462 900\$00.

Como se pode concluir, não existiu um único mês em que a Corticeira Amorim tenha liquidado as faturas dentro do prazo previsto entre as empresas. Este

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

procedimento, que não estamos habilitados a classificar de legal/ilegal ou leal/desleal, acabou por criar dificuldades de tesouraria, como aliás, a própria Andersen & Husum acaba por confirmar quando, por diversas vezes, comunica à Corticeira Amorim que precisa de realizar fundos.

Na prática, a Corticeira Amorim, contribuiu para a degradação das condições financeiras da Andersen & Husum e a sua saída do mercado. Esta pressão financeira, que salientamos mais uma vez, não sabemos se casual ou intencional, acabou por ter um contributo positivo para a eliminação de um concorrente. Esse contributo positivo é visível no telex n.º 5 568, de doze de novembro de 1983, enviado pela Corticeira Amorim para a Andersen & Husum, onde refere, relativamente às rolhas de 25mm de diâmetro, que não tem colocação para as mesmas e que a única hipótese de ficarem com elas será um abatimento no preço na ordem de ESC 65\$00, por mil. Não deixa de ser curioso este telex. A Corticeira Amorim está na posse das rolhas, diz que não tem colocação para essas rolhas devido ao seu diâmetro, mas que pode ficar com elas se tiver um abatimento de 65\$00 por cada mil. Poderíamos questionar se não tinha colocação para elas, porque é que ficavam com essas rolhas, mesmo a preço mais baixo? Não tinham saída. Ou teriam saída e esta foi mais uma forma de criar dificuldades de tesouraria à Andersen & Husum? Não foi possível encontrar a resposta a este telex, mas imaginamos a pressão na tesouraria que não terá sido para a Andersen & Husum. Parece-nos ser possível admitir que a atuação da Corticeira Amorim, na sua vertente económica e na sua vertente psicossociológica, teve um papel fundamental para a atual localização geográfica da indústria da cortiça.

No entanto, essa localização geográfica foi, também, potenciada pela ação e/ou omissão de outras empresas. Referimos, anteriormente, que o distrito de Évora nunca se colocou como um centro corticeiro de excelência capaz de agregar, desenvolver e tornar-se o principal polo produtivo nacional. Demonstrámos que o distrito de Évora apresentava vantagens económicas para as empresas corticeiras. Citámos, a esse propósito, Andrés Camps, que reconhecia que era na Azaruja que se encontravam os melhores rolheiros e foi na Azaruja que aprenderam a tratar/trabalhar a cortiça.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Demonstrámos que a produtividade média do trabalho foi sempre superior neste distrito quando comparado com outros distritos e, até, que seria economicamente mais rentável e eficiente as empresas aí se instalarem. No entanto, tal não aconteceu.

No Capítulo I referimos que as empresas, como todos os agentes económicos, reagem a estímulos resultantes do funcionamento do mercado, sendo o preço dos produtos vendidos um dos principais estímulos. Sendo a indústria corticeira uma indústria virada sobretudo para o mercado externo interessa perceber qual a evolução do preço da cortiça preparada e da cortiça transformada no mercado internacional. Pode ter ocorrido que a opção dos empresários instalados no distrito de Évora pela indústria preparadora de cortiça em detrimento da indústria transformadora tenha resultado dos preços no mercado internacional que favorecessem essa opção. Elaborámos, para analisarmos a evolução dos preços da cortiça preparada¹⁴⁵ exportada e o preço da cortiça transformada¹⁴⁶, o Gráfico 1. Os dados utilizados neste gráfico foram obtidos dos Anuários Estatísticos de Portugal dos anos de 1949 a 1986. A escolha do ano de 1949 resultou do facto de ter sido publicado nesse ano o primeiro Anuário Estatístico após a Segunda Guerra Mundial e 1986, porque a partir dessa data, o mercado corticeiro já era dominado pela Corticeira Amorim. Além disso, este período, de 1949 a 1986, permite obter uma visão global do período em análise neste trabalho. Por fim, para obter o valor por quilograma da cortiça exportada utilizou-se a seguinte fórmula:

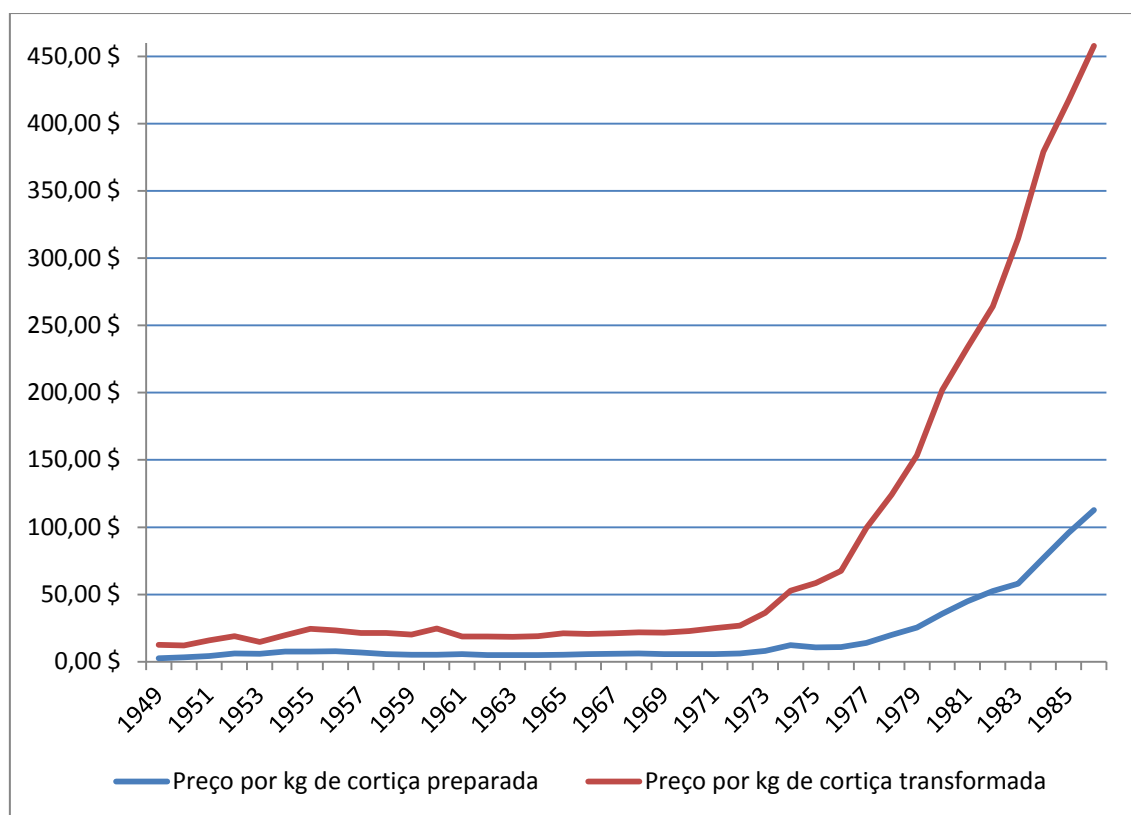
$$\text{preço da cortiça exportada} = \frac{\text{valor das exportações}}{\text{quantidade exportada em kg}}$$

¹⁴⁵ Considerámos como cortiça preparada: cortiça em prancha, cortiça virgem, refugo, aparas, granulados e quadros.

¹⁴⁶ Considerámos como cortiça transformada: aglomerados, rolhas, discos e outras obras diversas em cortiça.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Gráfico 1 - Evolução do preço, em escudos, por quilograma de cortiça exportada



Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico de Portugal dos anos de 1949 a 1986

O gráfico é elucidativo: desde 1949 que o preço por quilograma de cortiça transformada é muito mais alto que o preço por quilograma de cortiça preparada. O incentivo do mercado é claramente no sentido da produção de cortiça transformada. Se quisermos apenas considerar o valor por quilograma da cortiça em prancha e da cortiça em rolhas, podemos verificar que logo em 1949, o preço por quilograma de rolhas exportadas é, sensivelmente, cinco vezes superior ao preço por quilograma de cortiça exportada em prancha. E esta relação foi sempre favorável à produção de rolhas. Se atendermos aos princípios económicos, os industriais corticeiros do distrito de Évora tinham toda a vantagem em alargar ou deslocar a sua produção para a indústria transformadora e, em particular, para a produção de rolhas. Tal não ocorreu. E se isso não ocorreu, tal ficou a dever-se a alguma razão ou razões. Vamos tentar perceber qual poderá ter sido essa razão ou razões. Recordemos que qualquer função de produção ocorre com a combinação de três fatores produtivos, os fatores natural, o trabalho e o capital. Analisemos cada um desses fatores.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

O fator natural inclui a disponibilidade de recursos naturais indispensáveis à produção. No caso em apreço, o Alentejo dispunha, como demonstrámos anteriormente, recursos em cortiça suficientes para que as empresas pudessem produzir rolhas. Não poderá ter sido por falta de matéria-prima que os empresários não optaram pela produção de rolhas. Por outro lado, em termos de disponibilidade física para permitir a expansão de fábricas ou a criação de novas fábricas, não se registou, nem atualmente se regista, qualquer entrave a que isso pudesse ocorrer. Também não foi por falta de espaço que as empresas não orientaram a sua produção para o setor transformador de cortiça.

Relativamente ao fator trabalho, podemos analisar este fator em duas dimensões: a quantidade e a preparação técnica. Estes dois fatores afiguram-se-nos importantes para perceber se as empresas poderiam dispor de mão de obra em quantidade suficiente e com preparação tecnológica necessária à produção. Apesar de, à imagem do que aconteceu noutros distritos, nos anos sessenta e setenta do século passado, Évora ter perdido população, não nos parece que essa perda fosse impeditiva das empresas recrutarem mão de obra. Por dois motivos, como refere Amaral (2012), se até 1975 a taxa de desemprego em Portugal era muito baixa, a partir dessa altura, a taxa de desemprego duplicou. Ou seja, existia população ativa não aproveitada que poderia ser contratada. Por outro lado, se existisse aumento da procura de mão de obra no distrito de Évora, seria provável que algumas das pessoas não saíssem do distrito ou que outras pessoas, até de distritos diferentes, pudessem afluir a esse distrito. Apesar de existir mão de obra disponível, essa mão de obra poderia não apresentar os requisitos educativos ou de preparação técnica necessários para o processo produtivo.

Poderia existir uma diferença entre aquilo que as empresas necessitavam em termos de nível educativo e o que os trabalhadores poderiam oferecer. Faísca e Moruno (2023) analisam a qualidade, o custo e a quantidade da oferta de trabalho. Estes autores, face à inexistência de dados sobre a capacidade técnica do trabalho, propõem como medida alternativa, o nível de literacia dos trabalhadores. Não nos parece que a qualidade da mão de obra possa ser medida pelo nível de escolaridade dos

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

trabalhadores. Apesar de reconhecermos que o conceito de qualidade é muito difícil de definir, adotamos a definição proposta por Viola (2015: 22):

"Qualidade é o conjunto das características de um produto/serviço, produzido de acordo com os padrões preestabelecidos e ao menor custo possível e que permita satisfazer as necessidades e as expectativas dos consumidores."

De acordo com a definição anterior e tendo em atenção os diversos processos produtivos da indústria transformadora de cortiça sobretudo, na indústria rolheira, o nível de escolaridade não nos se afigura relevante. Faísca e Moruno (2023) parecem comungar da mesma opinião ao levantarem a hipótese de, à imagem do que se verificou na Catalunha, a mecanização da indústria corticeira reduziu a necessidade do nível de conhecimentos dos trabalhadores. Esta posição parece-nos correta, basta recordarmos o que referimos no capítulo anterior. Não nos parece que as charniqueiras, mulheres da Charneca, que nunca tinham trabalhado nas fábricas e que produziam dez mil rolhas por dia, possuísem níveis de escolaridade relevantes. Por outro lado, a experiência pessoal do autor desta investigação ao longo dos anos que exerceu funções contabilísticas/gestão em empresas corticeiras, permite confirmar que nunca o nível de produtividade dos trabalhadores foi influenciado pelo nível de escolaridade nem nunca se contratou trabalhadores para o processo produtivo em função do seu nível de escolaridade¹⁴⁷. Parece-nos que não terá sido por falta de mão-de-obra que as empresas não alargaram a sua atividade para o setor da transformação da cortiça.

Resta-nos analisar o fator capital. Interessa-nos perceber se as empresas teriam capacidade, em termos do seu capital financeiro, para investir na aquisição de máquinas destinadas à produção de rolhas. Na impossibilidade de conhecermos a situação financeira de todas as empresas em atividade no distrito de Évora, analisaremos duas empresas. Iniciamos esta análise com a empresa de António Pepe Martins Duque,

¹⁴⁷ No período em que o autor deste trabalho exerceu funções de gestão em empresas corticeiras, nunca se considerou o nível de escolaridade dos trabalhadores como fator de seleção de trabalhadores. Considerou-se, sempre, a sua experiência profissional. Por exemplo, nessa época, a procura de trabalhadores especializados como traçadores/escolhedores era muito grande e os poucos que existiam no mercado era pagos acima do contrato coletivo de trabalho independentemente do seu nível de escolaridade.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

empresa em nome individual, sediada na Azaruja. Pepe Duque, como era mais conhecido pelas gentes da Azaruja, continuou uma tradição familiar, dado que o seu pai também foi um industrial corticeiro. Dispomos, da empresa de Pepe Duque, de todos os Balanços desde 1975 a 1986¹⁴⁸. Para uma melhor análise destes balanços, decidimos apresentar no Quadro 28 os balanços da empresa nos anos de 1975 e 1976, porque estes balanços seguiram a estrutura contabilística resultante do Código da Contribuição Industrial¹⁴⁹, e no Quadro 29, os balanços dos anos de 1977 a 1986¹⁵⁰, todos eles já na vigência do Código do Imposto Sobre as Pessoas Individuais (IRS) e do Código do Imposto Sobre as Pessoas Coletivas (IRC).

Quadro 28 - Balanços da empresa António Pepe Martins Duque - valores em escudos, anos de 1975 e 1976

Balanço	1975	1976
Ativo		
Caixa	61 631\$50	63 143\$40
Bancos	2 082 407\$20	2 733 777\$90
Clientes	894 609\$30	467 214\$00
Devedores e Credores Especiais	365 763\$60	594 624\$60
Armazéns Gerais	3 680 000\$00	3 331 000\$00
Veículos	241 862\$40	214 988\$80
Móveis e utensílios	61 820\$00	54 840\$00
Imobilizado	717 866\$00	687 452\$00
Passivo		
	-	-

¹⁴⁸ A experiência profissional do autor deste estudo permite afirmar que as empresas tinham, por hábito, elaborar dois tipos de balanços: o balanço contabilístico para efeitos da sua gestão interna e o balanço contabilístico para efeitos fiscais. Os balanços apresentados foram retirados dos livros de contabilidade obrigatórios por lei, pelo que se crê tratarem-se de balanços para efeitos fiscais que poderão, ou não, corresponder aos balanços contabilísticos para a gestão da empresa. Acreditamos que o lucro terá sido muito maior do que aquele declarado. Por esse motivo decidimos apresentar os valores dos balanços a preços correntes. Aquilo que consideramos relevante é demonstrar a capacidade financeira da empresa e não o seu valor.

¹⁴⁹ Em rigor, estes balanços foram elaborados nos termos previstos pelo Decreto-Lei n.º 49381, de 15 de novembro de 1969.

¹⁵⁰ A publicação do Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro, deu origem à implementação do Plano Oficial de Contabilidade que introduziu alterações aos articulados contabilísticos utilizados até então.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Situação Líquida		
Capital Social	8 000 000\$00	8 000 000\$00
Reserva Legal	5 298\$00	12 385\$00
Resultado do Exercício	100 662\$00	134 655\$50

Fonte: Elaboração própria a partir do Arquivo de Maria do Carmo Duque

O Quadro 28 mostra-nos os balanços da empresa num período caracterizado por uma grande instabilidade política, social e económica em resultado do período revolucionário. Todavia, estes balanços são reveladores da gestão efetuada e da situação financeira vivida. Poderemos constatar que:

- i. A empresa não tinha passivo, isto é, não devia nada a ninguém, nem sequer recorria a crédito - reflexo de uma gestão prudente e reveladora da sua capacidade financeira;
- ii. Não ocorreu qualquer tipo de investimento em capital fixo - já o tínhamos demonstrado quando se analisou o Investimento no setor corticeiro, a época então vivida não aconselhava, para quem temia o risco da revolução, a investir;
- iii. A empresa apresentou lucro.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 29 - Balanços da empresa António Pepe Martins Duque - valores em escudos, anos de 1977 a 1986

Balanço	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Ativo										
Caixa	20 168\$70	21 707\$80	27 728\$80	3 929\$80	938\$70	9 275\$80	21 796\$00	865 437\$00	15 175\$20	58 535\$00
Depósitos à Ordem	293 912\$70	1 603 161\$90	467 434\$30	490 864\$10	2 829 475\$30	399 025\$60	1 337 472\$00	862 702\$00	939 323\$90	71 157\$00
Clientes C/ Corrente	769 106\$90	143 903\$70	126 299\$90	1 480 937\$80	808 884\$40	1 720 276\$80	2 574 669\$00	4 078 345\$00	5561 149\$20	6 672 843\$00
Outros Devedores e Credores	83 550\$00	82 671\$70	82 615\$40	82 377\$80	1 083 550\$00	-	-	-	-	-
Existências	6 285 000\$00	7 580 000\$00	10 563 000\$00	10 940 000\$00	5 241 000\$00	5 536 000\$00	5 630 000\$00	4 826 000\$00	9 650 000\$00	2 708 000\$00
Imobilizado Corpóreo	1 110 095\$70	1 110 095\$70	1 122 095\$70	1 122 095\$70	1 654 537\$20	1 654 537\$20	1 654 537\$20	1 654 537\$00	1 654 537\$20	-
Amortizações Acumuladas	(197 658\$80)	(266 782\$40)	(337 106\$00)	(407 229\$00)	(420 469\$60)	(534 950\$60)	(649 432\$00)	(763 912\$00)	(864 893\$00)	-
Passivo										
Fornecedores	619 474\$00	1 788 353\$40	3 382 668\$60	4 586 115\$90	63 472\$60	230 972\$60	1 813 473\$00	2 530 730\$00	4 244 657\$60	1 000 000\$00
Empréstimos Obtidos	2 924\$60	300 000\$00	529 951\$00	-	2 200 000\$00	-	-	-	-	4 200 000\$00
Setor Público Estatal	-	40 854\$70	38 119\$00	37 319\$30	42 346\$70	49 046\$50	13 590\$00	12 994\$00	5 149\$50	1 100 917\$00
Situação Líquida										
Capital Social	7 600 000\$00	8 000 000\$00	8 000 000\$00	8 947 187\$70	8 700 000\$00	8 313 680\$80	8 521 586\$00	8 421 116\$00	11 914 366\$30	3 000 000\$00
Reservas Legais	18 854\$80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Correntes do Exercício	122 921\$80	145 550\$30	101 329\$60	142 294\$70	159 441\$70	190 364\$90	220 393\$00	337 903\$00	791 118\$50	209 618\$00
Resultados Extraordinários	7 600 000\$00	8 000 000\$00	8 000 000\$00	-	32 505\$00	-	-	-		

Fonte: Elaboração própria a partir do Arquivo de Maria do Carmo Duque

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Contrariamente ao período retratado no Quadro 28, o Quadro 29 reflete a atividade da empresa num período político, social e económico diferente, que se poderia caracterizar, de recuperação capitalista. Os balanços refletem essa alteração. A primeira das alterações que sobressai é a existência de passivo. Este passivo tanto resulta de dívidas da empresa aos seus fornecedores como do recurso ao crédito. Contudo, deve-se notar a irrelevância da dívida ao Estado¹⁵¹. No entanto, o montante do passivo não colocava em causa a existência da empresa. Os meios financeiros, criados e libertados pela empresa, e disponíveis a curto prazo foram, ao longo dos anos, suficientes para cobrir todas as obrigações da empresa. Atente-se ao ano de 1981 em que a empresa recorreu a um empréstimo no montante de 2 200 000\$00 e que foi pago no ano de 1982. A empresa criou e libertou meios financeiros suficientes para a sua existência e crescimento, tal como a existência de lucro em todos os exercícios contabilísticos deixa antever. Este quadro financeiro poderia, caso Pepe Duque assim o entendesse, expandir a sua produção para o setor das rolhas. Não foi essa a sua vontade.

No entanto, é de crer que tivessem existido outras empresas e empresários que, na sua estratégia de crescimento e desenvolvimento, tivessem ponderado a expansão da sua atividade para a indústria rolheira que era, como já o referimos, aquela que permitia obter um valor acrescentado mais elevado. Um desses casos ocorreu com a empresa J. D. Alvarez, Lda. sediada em Vendas Novas. Esta sociedade, por quotas, de cariz familiar¹⁵², tinha como principal impulsionador da sua atividade José Dominguez Alvarez, comumente tratado por Zeca Alvarez. Alvarez, nascido em Vendas Novas, descendente de uma família galega, iniciou as atividades comerciais no comércio de falca, casca de cortiça, lenha e carvão. Estas atividades comerciais permitiram-lhe obter recursos financeiros suficientes para, em 1969 comprar uma propriedade a Maria Rosa Alves de Paiva Martins de Sousa onde, anteriormente, esteve instalada uma fábrica de cortiça.

¹⁵¹ Uma característica de todos empresários que o autor deste trabalho teve oportunidade de colaborar, ao longo de quase quarenta anos, é a não existência de dívidas ao Estado. Poder-se-ia ter dívidas para com terceiros, mas nunca ao Estado.

¹⁵² A J. D. Alvarez, Lda. , sociedade por quotas, tinha dois sócios, José Dominguez Alvarez e a sua esposa, Gertrudes Alvarez, com respetivamente 40 000\$00 e 10 000\$00.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Em 1970, procede a investimentos de preparação da fábrica e inicia a sua atividade de industrial na área da preparação de cortiça. No decurso de 1972, em 3 de outubro, adquiriu aos herdeiros de Jaime Sennfelt um prédio urbano e um prédio rústico, com uma área, aproximadamente, de 5,5 ha, onde procedeu a obras para instalação de uma caldeira e preparação do espaço para iniciar outra fábrica destinada à produção de rolhas de cortiça.

Em 1973, adquiriu equipamento para a fabricação de rolhas. O arranque desta fábrica estava previsto para o ano de 1974. A instabilidade política registada no primeiro trimestre de 1974 e a revolução de abril fizeram suspender os investimentos previstos. A revolução de abril e a instabilidade político-social que lhe seguiu, tiveram um grande impacto no futuro da J. D. Alvarez, Lda. Em 1975, um oficial do Movimento das Forças Armadas, tentou entrar na fábrica da J. D. Alvarez, Lda. com o objetivo de a ocupar e transferir a sua gestão para os trabalhadores¹⁵³. Não o terá conseguido em consequência da forte discussão com Zeca Alvarez. Segundo o testemunho de uma das suas filhas, a Dr.^a Pilar Alvarez, o seu pai terá chegado a casa, exaltado, e informou a esposa que não tinha morrido por um acaso.

Podemos questionar se esta ação do oficial das Forças Armadas de tentar ocupar a fábrica e entregar a gestão aos trabalhadores terá resultado de uma decisão da estrutura de comando das Forças Armadas e esse oficial foi um mero cumpridor de uma ordem. Que a estrutura de comando das Forças Armadas tinha conhecimento das ocupações de terras e empresas é um dado adquirido. A análise dos Relatórios da II Repartição do Estado Maior do Exército para o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas permitem essa conclusão. O Relatório n.º 58, de 29 a 30 de janeiro de 1975, alude que trabalhadores agrícolas armados ocuparam terras nas regiões de Évora, Beja e Portalegre. O Relatório n.º 61, de 3 a 4 de fevereiro de 1975, menciona que se continuam a registar-se ocupações de herdades no Alentejo com a eventual cumplicidade de militares. Por sua vez, o relatório n.º 74, de 21 a 24 de fevereiro de

¹⁵³ Este episódio ficou e manter-se-á na memória do autor deste trabalho, tal não foi o susto que apanhou! De repente, quando brincava com um amigo, o Líbório, viu entrar na fábrica, onde morava, militares armados...

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1975, refere que um panfleto acusa o PCP de se preparar para assaltar propriedades. Não restam dúvidas que o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas tinha conhecimento das ocupações de herdades e de outras propriedades, bem como a participação de militares nessas ocupações.

Apesar deste conhecimento, não se encontrou nada que permita concluir que a participação de militares tenha sido determinada pela cadeia de comando. Acreditamos que essa atuação dos militares terá resultado de uma decisão pessoal de cada militar interveniente, eventualmente resultado da sua posição política.

Poder-se-á, ainda, colocar a hipótese dessa intervenção ter resultado de algum comportamento anómalo da J. D. Alvarez, Lda. ou dos seus sócios, em particular, de Zeca Alvarez. Quando referimos comportamento anómalo pensamos em razões de ordem política, como consequência de um passado ligado ao regime deposto em 25 de abril (ou qualquer atividade política após o 25 de abril que possa ter sido entendida contrária aos valores políticos do novo regime) ou comportamentos associados a uma gestão danosa por parte da empresa (descapitalização da empresa, salários em atraso, ações contrárias ao interesse nacional...). Não nos parece que a tentativa de ocupação da fábrica tenha sido por motivos políticos. Alvarez, que não se conheceu qualquer vínculo partidário, abriu, antes do 25 de abril, as portas das suas propriedades para que a oposição, permitida na altura, pudesse realizar reuniões (Chinita, 2006). A seguir ao 25 de abril, não se conhece qualquer participação, da J. D. Alvarez, Lda. ou dos seus sócios, na vida política local, regional ou nacional. Por isso, não acreditamos que motivos políticos estivessem por detrás da atuação do referido oficial do Movimento das Forças Armadas. Também não nos parece que a tentativa de ocupação da fábrica tenha resultado de atos de gestão danosa. A documentação consultada permite-nos afirmar que a J. D. Alvarez, Lda. não tinha qualquer problema de ordem financeira, não foi descapitalizada, os seus trabalhadores tinham todos os salários e outras remunerações em dia.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Poderemos, ainda, pensar que essa tentativa de ocupação da empresa ocorreu num processo geral de ocupações de empresas corticeiras em Vendas Novas. Também não acreditamos nesta hipótese porque mais nenhuma empresa corticeira em Vendas Novas, sofreu qualquer tentativa de ocupação. E, note-se, nesse período já existia, em Vendas Novas, uma empresa ligada ao grande capital - a Itexcork instalada em Vendas Novas desde o final da década de sessenta, pertencia à Corticeira Amorim. Nenhuma outra empresa foi sujeita a uma tentativa de ocupação. Essa tentativa foi, única e exclusivamente, apontada à J. D. Alvarez, Lda.

Mas qual terá sido a razão para que a J. D. Alvarez, Lda. tenha sido a única empresa corticeira, em Vendas Novas, alvo de uma tentativa de ocupação da fábrica? Terá existido algum interesse económico subjacente a essa tentativa? Interessava a alguém que a empresa não se expandisse?

Não podemos excluir a hipótese da tentativa de ocupação estivessem razões de natureza económica. Zeca Alvarez, tinha conseguido num pequeno espaço de tempo, construir uma empresa e, ao comprar as instalações fabris de Jaime Sennfelt, poderá ter despertado a atenção de outras empresas. Jaime Sennfelt foi um industrial corticeiro com alguma dimensão na região de S. Brás de Alportel que, na década de cinquenta, transferiu a sua atividade para a região de Setúbal, mais concretamente, para o Montijo. Jaime Sennfelt, por despacho do Ministro da Economia, de 14 de março de 1950, foi autorizado a tomar de arrendamento parte da fábrica de cortiça, com uma prensa, quatro lâminas e uma caldeira com a capacidade total de 4,160 metros cúbicos que a empresa Manuel Francisco Afonso detinha na Rua da Barrosa e na Bela Vista (ambas no Montijo) e, por despacho desse mesmo dia, foi autorizado a transferir a sua fábrica de transformação de cortiça situada no Largo do Mercado, S. Brás de Alportel, constituída por uma caldeira com capacidade 2,70 metros cúbicos e uma prensa de enfardar, para o Montijo. Além disso, por despacho de 18 de julho de 1951, Jaime Sennfelt foi autorizado a transferir uma sua fábrica de cortiça sita em S. Brás de Alportel para Vendas Novas. Fábrica que, para além de preparação de cortiça em prancha, estava preparada para produzir rolhas.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

É exatamente esta fábrica que a J. D. Alvarez, Lda. adquire para produzir rolhas de cortiça e que, na nossa opinião, esteve na origem da tentativa de ocupação. A expansão da J. D. Alvarez Lda. para a produção de rolhas poderá ter sido entendida como uma ameaça para outras empresas. Embora não se disponha de dados sobre o balanço da empresa J. D. Alvarez, Lda. que nos permita sustentar a existência de capacidade financeira para fazer face a outros concorrentes, a documentação consultada leva-nos a crer que a J. D. Alvarez, Lda. possuía capacidade para enveredar pela produção de rolhas.

Zeca Alvarez, embora sem formação académica, tinha um forte sentido organizativo e de gestão que o levava a tomar nota de todos os tempos despendidos, pelos seus dezoito trabalhadores do setor produtivo¹⁵⁴, na realização das diferentes atividades na empresa. O Quadro 30, apresenta os tempos de produção, de atividades relacionadas com a cozedura da cortiça e os trabalhos posteriores, do dia 4 de junho de 1986.

Quadro 30 - Tempos de cozedura e outras atividades relacionadas com a caldeira em 4 de junho de 1986

Caldeira	Empilhar	Carro		Carregar	Carro		R. Caldeira	Ausência
		1	2		1	2		
8.02	9.20			8.07			8.45	
9.13	9.30			8.25			9.06	
9.16	10.30			8.28			10.05	
10.24	10.38			8.45			10.18	
10.27	11.45			9.31			11.07	
11.37	11.55			9.50			11.17	
11.42	13.07	13.08	13.07	10.42	13.27	13.27	13.52	13.53
13.04	13.18	13.18	13.17	11.02	13.44	13.48	14.02	14.20
13.07	14.22	14.22	14.22	13.27	14.36	14.36	15.04	15.04
14.17	14.33	14.33	14.32	13.48	14.54	15.00	15.17	15.20

¹⁵⁴ A estes trabalhadores acresciam dois do setor administrativo.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

14.20	15.30	15.30	15.30	14.36	15.40	15.40	16.06	16.06
15.25	15.37	15.35	15.37	15.00	16.56	16.00	16.28	16.30
15.27	16.40	16.40	16.40	15.40	16.52	16.52	17.20	17.20
16.35	16.48	16.48	16.47	16.00	17.00	17.15	17.32	17.42
16.38	17.44	17.44	17.44	16.52			17.53	
17.43	17.53	17.50	17.53	17.15			17.59	

Fonte: Elaboração própria a partir do arquivo da Família Alvarez

O Quadro 30 permite constatar que, num dia normal de trabalho, existiam oito ciclos de cozedura, os tempos que os trabalhadores demoravam nas outras funções que lhe foram atribuídas. O documento original que serviu de base a este quadro, menciona como observação o tempo que os trabalhadores dispuseram para comer, no caso, cerca de vinte minutos. Os registos diários efetuados por Zeca Alvarez no setor da caldeira e nos trabalhos com ela relacionados, permite-nos afirmar que o desempenho, não apenas no mês de junho de 1986, mas durante todo esse ano manteve-se constante¹⁵⁵. Essa constância no ciclo de cozedura permite pensar que a cortiça preparada seria suficiente para a laboração de uma fábrica de rolhas.

Uma forma de podermos aquilatar da veracidade do nosso pensamento é analisar a produção de fardos de cortiça. No espólio da Família Alvarez encontramos vários apontamentos sobre a produção de fardos de cortiça. No entanto, só conseguimos obter dados da produção de fardos de cortiça para um período completo de um ano, em 1988. Optámos, mesmo assim, por apresentar estes dados. O Quadro 31 permite ver a produção de fardos, pelas diversas classes.

¹⁵⁵ O único registo que impediu um desempenho uniforme ao longo do mês de junho de 1988 ocorreu na tarde do dia 2 de junho de 1986. Uma avaria no cabo de aço da caldeira que obrigou no período entre as 14h 15min e as 14h 45 min e no período compreendido entre as 15h e as 15h 50 min, fosse utilizado no arranjo da referida avaria.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 31 - Produção mensal de fardos no ano de 1988

Mês	Classe									
				Bom		Fraco		Marca		
	6/8	8/10	10/12	Bom	1/2 Bom	Fraco	1/2 Fraco	1/5	Grosso	Sexta
Janeiro	42	232	-	365	717	968	262	-	939	216
Fevereiro	-	91	665	849	989	1579	442	-	711	574
Março	-	168	352	1601	1418	1204	306	-	1481	228
Abril	-	1093	-	3380	2954	1970	486	-	2228	239
Mai	-	3501	2415	3748	3130	1842	463	-	746	576
Junho	-	2219	194	2070	3139	816	419	-	1070	815
Julho	-	1385	2519	9	1688	245	204	450	774	304
Agosto	-	159	286	1	63	-	-	198	16	13
Setembro	-	2288	1898	8	504	-	-	2562	494	184
Outubro	-	1203	433	-	-	-	-	3683	1046	563
Novembro	-	1352	2992	2352	3096	-	-	428	1518	466
Dezembro	-	1724	1559	2531	3432	-	-	-	-	-
Total	42	15415	13313	16914	21130	8624	2582	7321	11023	4238

Fonte: Elaboração própria a partir dos arquivos da Família Alvarez

De acordo com o quadro anterior poderemos verificar que a empresa produziu, no ano de 1988, cem mil e seiscentos e dois fardos. Este número de fardos, por si, não permite perceber se constitui um valor superior ao de outras empresas de igual dimensão produziam ou poderiam produzir. No entanto, se considerarmos que cada fardo tinha um peso médio a rondar os duzentos e cinquenta quilogramas¹⁵⁶, então poderemos admitir que essa produção poderia sustentar a produção de rolhas. Embora esta produção de fardos se refira ao ano de 1988, fora do período que temos vindo a analisar, parece-nos provável que a produção de fardos não se tenha alterado substancialmente em comparação com o período de 1974 a 1986. Daí que, parece-nos fazer sentido a nossa referência à eventualidade da J. D. Alvarez, Lda., caso expandisse a sua produção para o setor rolheiro, poder tornar-se um relevante *player* no mercado e, dessa forma, incomodar alguns interesses instalados na indústria.

Poderia a J. D. Alvarez desafiar e incomodar as grandes empresas do setor rolheiro? A resposta mais fácil, seria afirmar que não seria possível uma pequena

¹⁵⁶ Os dados disponíveis de empresas onde o autor desempenhou funções apontam para um peso médio dos fardos, na ordem dos duzentos e cinquenta a trezentos quilogramas.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

empresa constituir uma ameaça às empresas já instaladas e dominantes do mercado mas, a história empresarial é fértil em exemplos que negam esta posição¹⁵⁷. Não sabemos se a nossa suposição corresponde à verdadeira razão para a tentativa de ocupação da empresa. Sabemos sim, o impacto que teve na vida empresarial e na vida pessoal dos acionistas. Em 1975, as duas filhas mais velhas do casal Alvarez foram enviadas para Salamanca, para casa de familiares do lado materno. Esta saída dos familiares explica-se pelo historial familiar e é, uma explicação óbvia: parte da família Alvarez, em concreto, a família de Gertrudes Alvarez, saiu de Espanha e instalou-se em Portugal devido à guerra civil espanhola. Face à situação vivida no período após o 25 de abril, com o perigo de uma guerra civil, decidiram enviar as filhas para Espanha.

A parte empresarial ficou afetada porque todos os investimentos previstos foram suspensos e a J. D. Alvarez, Lda. restringiu a sua atividade à preparação de cortiça. Não lhe foi permitido, talvez de forma intencional, que expandisse a sua atividade empresarial para a produção de rolhas de cortiça, quando dispunha de equipamento técnico necessário para o efeito e uma unidade fabril com muito espaço para crescer. E esse crescimento, numa lógica de integração vertical, teria sido possível realizar-se porque a empresa, como demonstramos, comprava e preparava cortiça suficiente para a produção de rolhas.

Temos consciência que os dois casos apresentados não espelham toda a realidade empresarial e que, no distrito de Évora, existiriam empresas que não tinham capacidade (financeira ou outras) para expandirem o seu processo produtivo para a produção de rolhas. Mas existiam empresas que tinham essa capacidade e não o fizeram. E, nestes casos, não nos parece provável que tenham sido as condições de mercado, tanto interno, como externo, as razões para que não tenham expandido a sua produção para a indústria transformadora nomeadamente, a produção de rolhas.

Não sendo essa decisão explicada por fatores de ordem estritamente económica, então teremos de encontrar essas razões em fatores extraeconómicos, que no nosso

¹⁵⁷ Recordamos, sempre, o caso da IBM e da Microsoft. Alguém admitia, em 1975, que a Microsoft iria acabar com o poderio e hegemonia da IBM?

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

entendimento, correspondem a fatores de natureza psicossociológica. E quais terão sido esses fatores psicossociológicos?

No caso da empresa de António Pepe Martins Duque, a sua não expansão para a produção de rolhas ficou a dever-se a uma decisão do foro pessoal, reflexo, em nossa opinião, de fatores psicossociológicos nomeadamente, fatores de natureza cultural com reflexos na cultura, tipo de gestão e clima organizacional¹⁵⁸. Admite-se que em algumas empresas corticeiras outros fatores psicossociológicos, nomeadamente as relações com os *stakeholders*¹⁵⁹ e a capacidade e qualidade da gestão¹⁶⁰, contribuíram para que as empresas não enveredassem pela produção de rolhas. Mendes (2002: 75) parece perfilhar desta mesma opinião quando explica as razões para que Santa Maria da Feira se tenha tornado o principal centro corticeiro em Portugal:

"diferenças de personalidade e de comportamento empresarial entre os dirigentes de algumas das grandes empresas do Norte e do Sul nomeadamente no que se refere ao investimento na modernização tecnológica, captura das novas oportunidades de mercado que se abriam à indústria portuguesa nessa época e estratégias de internacionalização que incluem a construção de redes de distribuição directa nos principais mercados de destino dos produtos".

Acreditamos que em algumas empresas terão sido estas as razões para que não expandissem o seu processo produtivo para a indústria transformadora nomeadamente, a produção de rolhas.

Podemos questionar se terão sido estas mesmas razões que justificam a perda de importância das empresas instaladas no distrito de Setúbal. Pensamos que neste distrito,

¹⁵⁸ Não será por acaso que existem poucos empresários alentejanos que ganhem notoriedade económica e social a partir da sua atividade industrial, qualquer que ela seja, instalada no Alentejo. O único empresário alentejano que, no período em análise nesta investigação, obteve notoriedade nacional foi Rui Nabeiro.

¹⁵⁹ Como parece ter sido o caso da J. D. Alvarez Lda..

¹⁶⁰ Desconhecemos a existência de qualquer estudo sobre o nível de escolaridade dos empresários corticeiros e sobre a sua capacidade de gestão. Seria muito importante a realização desse estudo para perceber, na sua total amplitude, a evolução do setor corticeiro.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

as razões terão sido de natureza económica, como demonstrámos anteriormente, com a diminuição do investimento e da produtividade comparativamente ao distrito de Aveiro mas, também devido a fatores psicossociológicos. Até à revolução de abril de 1974 existiam empresas, no distrito de Setúbal, de dimensão comparável à Corticeira Amorim e que não conseguiram sobreviver ao período revolucionário¹⁶¹. Talvez o caso mais paradigmático terá sido a Mundet. A Mundet instalou-se no Seixal em 1905 e, posteriormente, expandiu as suas instalações fabris para outras localidades, quer do distrito de Setúbal (Amora e Montijo), quer para o Alentejo (Mora, Ponte de Sor e Vendas Novas) e atingiu, à época, uma dimensão maior que a Corticeira Amorim. Apesar das diversas vicissitudes que a gestão da Mundet sofreu, resultantes da sua estrutura acionista e da falta de capacidade de gestão (Sabino, 2010), empresa mantinha, à data da revolução de abril, uma forte capacidade produtiva.

No entanto, não teve a mesma capacidade de se relacionar com os seus *stakeholders* como a Corticeira Amorim. Fizemos anteriormente referência às lutas sindicais ocorridas na Mundet mesmo no período do Estado Novo. Essas lutas sindicais acentuaram-se após a revolução de abril de 1974. Pouco mais de um mês após essa revolução, a 31 de maio de 1974, os trabalhadores intervieram na gestão da empresa através da sua decisão de suspenderem os gerentes e a sua substituição por uma comissão coordenadora e de gestão eleita pelos trabalhadores¹⁶². Em 18 de julho de 1975, o Estado português passou a intervir diretamente na gestão da empresa que, por essa razão, passou a ser da responsabilidade de uma comissão administrativa, uma comissão de gestão, uma comissão de trabalhadores e uma comissão de escritório (Filipe e Afonso, 2010). Em 15 de setembro de 1977, o governo determinou a restituição da empresa e respetiva gestão aos legítimos proprietários. Todavia, já não foi possível recuperar a empresa. No dia 14 de julho de 1993, foi declarado o estado de falência da Mundet. Contrariamente à Mundet, a Corticeira Amorim, reflexo da sua

¹⁶¹ Era o caso da Mundet, da Wicander, da empresa Queimado e Pampolim, Lda. e, mais tarde, do grupo Valério, entre outros.

¹⁶² Em 1975, a empresa iniciou a sua recuperação económica em resultado das grandes encomendas efetuadas pelos países do bloco comunista. Reflexo, certamente, da excelência de gestão da comissão de trabalhadores que, em poucos meses, conseguiu vender cortiça para um espaço económico que a gestão anterior não tinha conseguido.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

excelente relação com os seus *stakeholders*, não registou, quer antes da revolução de abril, quer durante o período mais revolucionário, qualquer luta sindical ou tentativa de tomada da gestão pelos seus trabalhadores.

Por todas estas razões, o domínio das empresas corticeiras instaladas no distrito de Aveiro acentuou-se neste período em resultado quer de fatores de natureza económica, quer de fatores psicossociológicos. E o domínio do distrito de Aveiro resultou, em grande medida, da Corticeira Amorim e da sua estratégia de gestão. Esse domínio, como salienta Marques (2012: 41),

"Foi só mais tarde, na década de 80, é que a supremacia da área de Aveiro, que se reduz ao concelho de Santa Maria da Feira, se tornou no maior centro de indústria transformadora do país".

E este domínio, não tanto do distrito de Aveiro, mas sim do concelho de Santa Maria da Feira e da Corticeira Amorim, vai acentuar-se no período compreendido entre 1999 e 2019. O setor corticeiro passará a viver num período que se pode denominar de *Pax Amorimniana*.

Conclusão do capítulo

Num período caraterizado pelo fim do Estado Novo e a integração na Comunidade Económica Europeia, a atividade económica registou profundas alterações. A instabilidade política e económica resultante quer de aspetos externos e, sobretudo internos, contribuiu para a alteração da estrutura da atividade económica dos distritos de Aveiro e Setúbal. Demonstrámos que no distrito de Setúbal, o setor secundário perdeu o seu fulgor e importância em favor do setor terciário e que, em 1981, este último setor de atividade económica tinha um maior contributo para o VAB criado no distrito. Contrariamente, no distrito de Aveiro acentuou o seu domínio industrial. Demonstrou-se, ainda, que as alterações mais significativas terão ocorrido na indústria da cortiça.

Na indústria da cortiça, ao contrário do registado nas outras indústrias transformadoras, cimentou-se a tendência, iniciada em anos anteriores, da ascensão e

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

consolidação do distrito de Aveiro e sobretudo do concelho de Santa Maria da Feira como principal centro transformador de cortiça em Portugal nomeadamente, na produção de rolhas. A Corticeira Amorim e as restantes empresas localizadas em Santa Maria da Feira que orientaram a sua estratégia empresarial para a transformação de cortiça, no caso a produção de rolhas, beneficiaram e alavancaram a sua posição dominante já que o valor acrescentado na produção de rolhas teve um crescimento exponencial quando comparado com a indústria preparadora. As empresas situadas a sul do Tejo, sobretudo no Alentejo, que orientaram a sua estratégia empresarial para a indústria preparadora foram ultrapassadas e perderam a sua relevância.

Para esta consolidação do distrito de Aveiro como principal centro da indústria da cortiça contribuíram fatores de natureza económica, o investimento realizado, o aumento da produtividade, e fatores psicossociológicos, tais como a cultura e clima organizacional, com reflexos na gestão das empresas.

Foi neste período que a Corticeira Amorim se tornou na principal empresa corticeira nacional e, posteriormente, mundial. Paralelamente a esta ascensão da Corticeira Amorim e das empresas situadas no distrito de Aveiro, as empresas situadas a sul do Tejo, nos distritos de Setúbal e Évora, foram incapazes de se adaptarem às condições de mercado e foram perderam relevância, no contexto da indústria corticeira.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Capítulo V

A Pax Amorimniana

Quando se pretende analisar este período que medeia entre a adesão à Comunidade Económica Europeia e o ano de 2019, vem à nossa memória a afirmação de Telo (2007: 302) de que

"As mudanças por que Portugal democrático passou não dependeram de uma qualquer grande visão estratégica ou sequer de uma política coerente continuada durante um tempo significativo. As mudanças foram sobretudo um produto das circunstâncias, quase inapeláveis na sua lógica, impondo-se aos portugueses como um todo (dirigentes e dirigidos), sem que estes as controlassem efetivamente. As coisas simplesmente aconteceram de modo a adaptar Portugal à Europa da CEE, de forma natural e mais ou menos fluida".

1- A economia portuguesa no período de 1986 a 2019

E, efetivamente, as coisas aconteceram. E o resultado desses acontecimentos pode ser retratado pelo Quadro 1, onde se apresenta a evolução de alguns dos principais indicadores macroeconómicos da economia portuguesa e que nos permitem perceber a evolução da atividade económica no período considerado.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 1 - Indicadores macroeconómicos

Anos	PIB real ¹⁶³		Balança Corrente	Balança Corrente + Balança de capital	Dívida Pública em % do PIB	Taxa de inflação	Taxa de desemprego	Emigração
	Valor	Δ%						
1986	106 082,5	3,09	690,7	872,9	56,5	12,6	8,7	13 690
1987	113 307,7	6,81	189,1	452,7	61,6	9,7	7,2	16 228
1988	120 542,1	6,38	-1 046,0	-645,60	60,9	9,9	5,7	18 302
1989	127 437,3	5,72	-79,0	436,9	58,5	12,5	5,0	-
1990	135 286,8	6,16	-340,2	228,5	55,5	13,6	4,4	-
1991	139 222,3	2,91	-1 312,0	-517,60	57,8	11,8	3,9	-
1992	141 620,5	1,72	-1 622,6	-198,70	58,5	9,6	4,0	39 322
1993	139 253,9	-1,67	-1 603,2	6,60	57,5	6,8	5,3	33 171
1994	141 751,5	1,79	-3 042,9	-1 655,20	59,9	5,4	6,6	29 104
1995	145 127,3	2,38	-2 010,9	-118,00	62,2	4,2	7,0	22 579
1996	150 213,0	3,50	-4 262,3	-2 343,10	63,3	3,1	7,0	29 066
1997	156 823,6	4,40	-6 322,3	-3 743,10	58,7	2,3	6,3	36 935
1998	164 363,7	4,81	-8 409,9	-6 045,30	55,6	2,6	6,2	22 196
1999	170 784,6	3,91	-10 606,4	-8 039,80	55,4	2,3	5,5	28 080
2000	177 302,1	3,82	-13 863,2	-12 106,90	54,2	2,9	4,9	21 333
2001	180 748,3	1,94	-14 187,7	-12 102,10	57,4	4,4	5,0	20 223
2002	182 141,7	0,77	-11 950,6	-9 260,00	60,0	3,6	6,3	27 358
2003	180 446,8	-0,93	-9 690,1	-6 483,70	63,9	3,2	7,8	27 008

¹⁶³ O valor do PIB real, Balança Corrente, e Balança Corrente + Balança de Capital são expressos em milhões de euros, a emigração em milhares de indivíduos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

2004	183 674,5	1,79	-12 114,3	-9 499,50	67,1	2,4	8,2	-
2005	185 110,6	0,78	-15 197,8	-12 941,10	72,2	2,3	9,4	-
2006	188 118,7	1,63	-17 058,2	-15 080,90	73,7	3,1	9,4	-
2007	192 834,1	2,51	-16 881,2	-14 878,30	72,7	2,5	9,8	-
2008	193 449,7	0,32	-21 192,8	-19 036,70	75,6	2,6	9,3	20 357
2009	187 410,0	-3,12	-18 056,6	-16 011,10	87,8	-0,8	11,7	16 899
2010	190 666,5	1,74	-18 421,5	-15 923,30	100,2	1,4	13,0	23 760
2011	187 432,5	-1,70	-10 526,8	-7 894,40	114,4	3,7	13,4	43 998
2012	179 827,8	-4,06	-2 715,1	787,10	129,0	2,8	16,5	51 958
2013	178 168,6	-0,92	2 789,1	5 606,50	131,4	0,3	17,1	53 786
2014	179 580,1	0,79	273,8	2 555,90	132,9	-0,3	14,6	49 572
2015	182 798,2	1,79	413,5	2 654,90	132,9	0,5	12,9	40 377
2016	186 489,8	2,02	2 186,1	3 893,30	131,5	0,6	11,5	38 273
2017	193 028,8	3,51	2 537,3	4 213,00	126,1	1,4	9,2	31 753
2018	198 528,8	2,85	1 137,4	3 175,20	121,5	1,0	7,2	31 600
2019	203 854,9	2,68	932,6	2 837,40	116,6	0,3	6,6	28 219

Fonte: Elaboração própria a partir de Séries Longas para a Economia Portuguesa, 2020 Instituto Nacional de Estatística; Banco de Portugal

A partir deste quadro, poderemos dividir o período compreendido entre 1986 e 2019, em três subperíodos:

- i. De 1986 a 1998;
- ii. De 1999 a 2010;
- iii. De 2010 a 2019.

Analisemos, sucintamente, cada um destes subperíodos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

i. De 1986 a 1998

Este período caracteriza-se por profundas alterações estruturais e por um novo enquadramento macroeconómico que alteraram, profundamente, o funcionamento da economia portuguesa. As principais alterações estruturais resultaram da plena integração de Portugal na, então, Comunidade Económica Europeia (CEE), o que se traduziu na redução do papel do Estado na atividade económica e uma maior liberdade de funcionamento dos mercados (Lopes, 1996; Reis, 2014; Romão, 2006). Em concreto, estas alterações estruturais passaram pela eliminação de todas as barreiras à livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, provenientes do espaço comunitário; a entrada em vigor, de forma gradual (até ao final de 1992) da pauta aduaneira comum aos membros da CEE no seu comércio com países terceiros; alterações na legislação fiscal; alterações no sistema financeiro (incluindo a Bolsa de Valores) e privatização de uma parte substancial do Setor Empresarial do Estado.

Também o enquadramento macroeconómico sofreu profundas alterações: a redução acentuada do preço do petróleo, a melhoria dos termos de troca (para a qual muito contribuiu a diminuição do valor do dólar norte-americano), a entrada de vultuosos montantes dos fundos comunitários, o aumento dos investimentos (Reis, 2014; Romão, 2006). Todas estas alterações contribuíram para que, na primeira fase deste subperíodo, desde 1986 a 1990, se assistisse a uma fase de forte crescimento da atividade económica a que Amaral (2022: 50) apelidou de "mini-idade de ouro" da economia portuguesa. Neste período, em Portugal, a taxa de crescimento médio anual do PIB real, 5,63%, foi muito superior à verificada para o período de 1991 a 1998, cujo valor foi de 2,48%. Em resultado deste crescimento, Romão (2006) refere que ocorreu uma convergência real do PIB *per capita* comparativamente aos países da União Europeia enquanto Palma (2024) refere que se verificou uma convergência desse mesmo PIB mas relativamente à média da Europa Ocidental¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Alfredo de Sousa considerou que este crescimento em pouco se devia à ação do governo da altura uma vez que resultou de se estar na fase ascendente do ciclo económico (Sousa, 1994).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Como se pode ver no Quadro 1, as taxas de crescimento do PIB real a partir de 1991 foram menores comparativamente aos anos anteriores e em 1993 registou-se uma recessão económica, embora de curta duração. A recuperação económica foi relativamente rápida, mas a taxa de crescimento do PIB real não atingiu valores semelhantes aos verificados nos anos anteriores. Contudo, apesar deste menor crescimento económico, a economia portuguesa cresceu e permitiu uma melhoria acentuada do nível de vida que se refletiu no aumento dos salários reais e no consumo¹⁶⁵ (Lopes, 1996).

ii. De 1999 a 2010

Este período ficou marcado pela assinatura do Tratado de Maastricht, em 7 de fevereiro de 1992. Um dos objetivos deste tratado foi a criação de uma moeda única. Esta moeda única, o euro, foi introduzida em 1 de janeiro de 1999, tornando-se a moeda oficial de onze estados-membros¹⁶⁶ e, em 1 de janeiro de 2002, o euro foi introduzido fisicamente.

A introdução de uma moeda única obriga a profundas alterações no comportamento dos diferentes agentes económicos, incluindo o Estado. Na opinião do Departamento de Estudos do Banco de Portugal (2009), a economia portuguesa não estava preparada para os desafios que se colocavam num contexto da integração económica, financeira e monetária. O Departamento de Estudos do Banco de Portugal (2009) elenca os vários mecanismos de ajustamento necessários para uma plena integração na zona euro e, ao observar-se as medidas de política económica adotadas pelos diferentes governos, conclui-se pela ausência de medidas facilitadores desse ajustamento.

¹⁶⁵ Lopes (1996) aponta para um crescimento médio dos salários entre 1985 e 1992 de 4,7% e o aumento do consumo, nesses mesmos anos, de 5%.

¹⁶⁶ O Conselho Europeu de Bruxelas, realizado no dia 3 de maio de 1998, decidiu que a Áustria, a Bélgica, a Finlândia, a França, a Alemanha, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo, os Países Baixos, Portugal e Espanha preenchiam as condições necessárias para a adoção da moeda única em Janeiro de 1999.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

A falta dessas medidas refletiu-se na taxa média de crescimento do PIB real entre 1999 e 2010. Neste período, a taxa de crescimento médio do PIB real, em Portugal, foi de 1,26%, o que, comparativamente ao valor registado nos restantes países da União Europeia (UE) - 1,7%¹⁶⁷ - significou uma divergência com o PIB real médio da UE. Tal divergência significou um empobrecimento da economia portuguesa face às suas congéneres europeias. E este empobrecimento fica patente nos saldos negativos da Balança Corrente, na necessidade de financiamento da economia e no crescente peso da dívida pública no PIB, como se pode ver no Quadro 1. Ainda de acordo com o estudo realizado, em 2009, pelo Departamento de Estudos do Banco de Portugal, Portugal pertencia ao grupo de países de médio risco no referente à sustentabilidade das finanças públicas uma vez que tinha de melhorar o saldo orçamental primário em 4,7 pontos percentuais do PIB, para atingir um rácio da dívida pública prevista no Pacto de Estabilidade e Crescimento¹⁶⁸. Ora, o Quadro 1, permite-nos concluir que os diferentes governos não tiveram em consideração essa necessidade como os acontecimentos posteriores vieram a confirmar.

iii. De 2010 a 2019

Se tivéssemos que caracterizar este período, diríamos que foi o período de todas as crises. A principal das crises resultou da crise financeira iniciada nos Estados Unidos da América, no verão de 2007, em resultado da crise do *subprime* (Merrouche e Nier, 2010)¹⁶⁹, tornando-se uma crise global em 2008. Crise que se fez sentir, em Portugal, a partir de 2010.

Em 7 de abril de 2011, o Governo português viu-se na necessidade de pedir ajuda financeira externa. Este pedido de ajuda financeira à União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, imortalizada por *troika*, foi concedido mas, em contrapartida, foi imposta a adoção de medidas económicas, sociais

¹⁶⁷ Cálculo próprio a partir de Eurostat | Institutos Nacionais de Estatística - Contas Nacionais Anuais.

¹⁶⁸ De acordo com o Pacto de Estabilidade e Crescimento, o défice orçamental não poderia exceder os 3% do PIB e a dívida pública teria de apresentar um valor igual ou inferior a 60% do PIB.

¹⁶⁹ Sousa (2015) aponta o final do ano de 2006 para o início da crise financeira.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

e financeiras com grande impacto na vida dos portugueses. As consequências destas medidas podem ser observadas no Quadro 1, em que, no período de 2011 a 2013, a economia viveu em recessão económica, a dívida pública apresentou um elevado crescimento e a emigração atingiu valores que há muito não eram vistos na sociedade portuguesa.

Todas estas consequências eram, de acordo com a teoria económica, previsíveis. Por isso, não é de estranhar que, de 2011 a 2019, a economia portuguesa tenha crescido, em termos reais e em média anual, 0,77%, sensivelmente metade do crescimento, para o mesmo período temporal, dos restantes membros da União Europeia - 1,52%¹⁷⁰. Estes valores significam que Portugal divergiu relativamente ao PIB médio da União Europeia, sinónimo de um novo empobrecimento da economia portuguesa e dos portugueses, relativamente aos seus congéneres europeus. E o período temporal termina como começou, uma nova crise, agora uma crise de saúde pública, a COVID - 19, com relevantes repercussões económicas e financeiras.

2 - A indústria da cortiça no período de 1986 a 2019

A indústria corticeira, como todas as indústrias, foi afetada pelo contexto económico vivido neste período. Para uma melhor perceção da evolução da indústria corticeira construiu-se o Quadro 2 que nos apresenta a produção da indústria corticeira no período de 1986 a 1989. A escolha deste período resultou de uma imposição de natureza estatística. O INE procedeu em 1990 a uma alteração na apresentação dos dados referentes às Estatísticas Industriais. Assim, a partir desse ano, a indústria corticeira ficou integrada na CAE 205 conjuntamente com as indústrias de fabricação de outras obras de madeira e de obras de cestaria e espartaria, deixando, por isso, de serem divulgados dados estatísticos próprios e autónomos como ocorria até essa data¹⁷¹.

¹⁷⁰ Cálculo próprio a partir de Eurostat | Institutos Nacionais de Estatística - Contas Nacionais Anuais.

¹⁷¹ No dia 24 de julho de 2023, enviou-se um mail ao INE a solicitar informação da existência de dados estatísticos referentes apenas à indústria corticeira nos anos de 1990 e seguintes e, em caso afirmativo, da possibilidade da sua consulta. A resposta recebida endereçou-nos para as Estatísticas publicadas pelo INE, já nossas conhecidas, e que não nos permitem analisar a indústria como tínhamos vindo a proceder até 1990.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Entendemos que, apesar da limitação, seria importante analisar a evolução da indústria corticeira nesse período.

Quadro 2 - Produção da indústria corticeira, em 1000\$00

	Portugal	Distritos			
Ano	Total	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1986	37 460 511	25 400 175	600 381	1 430 442	8 366 675
1987	43 392 958	28 449 564	855 403	1 833 990	10 133 456
1988	53 282 549	34 236 088	1 311 458	2 114 457	12 468 482
1989	74 853 633	46 844 791	2 092 385	3 074 692	19 006 510

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatística Industrial dos anos apresentados

O Quadro 2 mostra-nos que a produção da indústria corticeira cresceu no período em análise e que a produção realizada no distrito de Aveiro foi superior à soma da produção realizada em todos os outros distritos. Nada que não fosse previsível face ao demonstrado no capítulo anterior. No entanto, não sabemos se este crescimento da produção corresponde a um aumento real da produção, isto é, se o crescimento da produção foi superior ao valor da taxa de inflação ou, se pelo contrário, esse crescimento foi um crescimento apenas nominal, situação em que o crescimento da produção se ficou a dever apenas ao aumento dos preços que resulta da taxa de inflação atingir uma taxa superior à taxa de crescimento da produção.

Para esclarecer esta dúvida construímos o Quadro 3 no qual se apresenta a taxa de variação da produção da indústria corticeira, a taxa de inflação e o Índice de Crescimento Efetivo (ICE). Este índice pretende clarificar qual o montante do eventual crescimento real (ou meramente nominal) da indústria corticeira e foi calculado da seguinte forma:

$$\text{Índice de Crescimento Efetivo} = \frac{\text{Índice de Crescimento Nominal}}{\text{Índice de Preços no Consumidor}} \times 100\%$$

em que:

Índice de Crescimento Nominal = 100% + taxa de crescimento nominal da produção

Índice de Preços nos Consumidor = 100% + taxa de inflação

O ICE pode assumir três valores distintos:

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- i. $ICE > 100\%$, quando ocorre um aumento efetivo, ou real, da produção;
- ii. $ICE = 100\%$, quando a produção, em termos reais, não se altera;
- iii. $ICE < 100\%$, quando ocorre uma diminuição efetiva, ou real, da produção.

Quadro 3 - Índice de Crescimento Efetivo da produção da indústria corticeira - valores em %

Ano	Taxa		ICE
	Variação da Produção	Inflação	
1986 ¹⁷²	7,68	12,6	95,63
1987	15,84	9,7	105,60
1988	22,79	9,9	111,73
1989	40,48	12,5	124,87

Fonte: Elaboração própria a partir dos Quadros 1 e 2

Como se pode verificar pela análise do quadro anterior, em 1986 a produção real da indústria corticeira diminuiu comparativamente ao ano anterior. Assistiu-se, nos anos subsequentes a uma recuperação real da produção, em 1987 o crescimento real da produção ficou muito perto da taxa de crescimento real do PIB e nos anos seguintes a taxa de crescimento real da produção do setor foi superior à taxa de crescimento do PIB real português¹⁷³.

Se a taxa de crescimento real da produção do setor corticeiro aumentou e, em alguns anos, até a taxas superiores ao crescimento real do PIB, é necessário averiguar como se terá comportado o valor do VAB da indústria corticeira e o VAB obtido pelas empresas localizadas no distrito de Aveiro. Para esse efeito, construímos o Quadro 4 com esses valores.

¹⁷² No cálculo da taxa de variação da produção deste ano considerou-se o valor da produção do ano de 1985 que, de acordo com a Estatística Industrial de 1985, foi de, em 1 000\$00, 34 789 256.

¹⁷³ Ver Quadro 1.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 4 - VAB do setor corticeiro e do distrito de Aveiro - valores em 1 000\$00 e em %.

Ano	Valor Acrescentado Bruto		% do VAB do distrito de Aveiro no VAB
	Indústria Corticeira	Aveiro	
1986	11 026 647	7 005 439	63,53
1987	12 395 653	7 684 134	62,00
1988	13 692 211	8 368 515	61,12
1989	17 385 178	10 759 687	61,89

Fonte: Elaboração a partir da Estatística Industrial de cada um dos anos mencionados

Tal como seria expetável, assistiu-se, no período em análise, a um crescimento do VAB quer no setor corticeiro quer no distrito de Aveiro. Referira-se que o VAB obtido pelas empresas localizadas neste distrito foi sempre superior a sessenta por cento do VAB da indústria corticeira. Também este resultado está em linha como que havíamos concluído no capítulo anterior.

Podemos, de forma análoga à análise efetuada sobre o valor da produção, verificar a evolução do VAB em termos reais. Construámos, para esse efeito, o Quadro 5 que nos apresenta a taxa de variação do VAB, a taxa de inflação e o índice de crescimento efetivo do VAB.

Quadro 5 - VAB - taxa de variação e crescimento efetivo

Ano	Taxa		ICE
	Variação do VAB	Inflação	
1986 ¹⁷⁴	2,34	12,6	90,89
1987	12,42	9,7	102,48
1988	10,46	9,9	100,51
1989	26,97	12,5	112,86

Fonte: Elaboração própria a partir dos Quadros 3 e 4

A evolução do VAB real seguiu a evolução do crescimento real da produção, uma diminuição em 1986 e, nos anos seguintes, uma recuperação. Como vimos, na análise do Quadro 4, o VAB do setor corticeiro foi criado, maioritariamente, pelas

¹⁷⁴ No cálculo da taxa de variação VAB deste ano considerou-se o valor do VAB do ano de 1985 que, de acordo com a Estatística Industrial de 1985, foi de, em 1 000\$00, 10 774 631.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

empresas localizadas no distrito de Aveiro. Não é de estranhar que o rendimento obtido por essas empresas tenha sido bem superior ao obtido pelas empresas localizadas nos restantes distritos. E quantas empresas existiriam neste período?

O Quadro 6 mostra-nos o número de empresas em atividade em 31 de dezembro de cada ano.

Quadro 6 - Empresas em atividade em 31 de dezembro

	Portugal	Distritos			
Ano	Total	Aveiro	Évora	Faro	Setúbal
1986	336	175	21	26	89
1987	309	165	18	24	81
1988	308	165	20	23	81
1989	285	-	-	-	-
1990	270	142	18	19	69
1991	265	141	15	19	69

Fonte: Elaboração própria a partir da Estatística Industrial dos anos apresentados

Como se pode constatar, o número de empresas localizadas no distrito de Aveiro foi sempre superior ao total das empresas localizadas nos restantes distritos e, ao mesmo tempo, assistiu-se a uma diminuição do número de empresas. Se analisarmos os três últimos quadros poderemos concluir que no período em análise:

- O VAB real cresceu;
- Mais de metade do VAB do setor é obtido pelas empresas do distrito de Aveiro;
- O número de empresas localizadas no distrito de Aveiro era superior à soma das empresas localizadas nos restantes distritos do país;
- O número de empresas diminuiu.

Daqui resulta que, tendo o número de empresas diminuído e o VAB em termos reais aumentado, o VAB real médio por empresa aumentou permitindo a essas empresas obterem recursos financeiros cada vez maiores. Poderemos, também, ter uma ideia aproximada da capacidade da indústria corticeira em gerar recursos financeiros através do montante das suas exportações. O Quadro 7 apresenta-nos o valor das exportações de cortiça no período de 1980 a 1990.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 7 - Exportações de cortiça em milhões de escudos

Anos	Em bruto	Manufaturada	Total	Variação
1980	2 307,5	11 928,3	14 235,8	-
1981	2 478,4	11 677,2	14 155,6	- 0,56%
1982	2 692,9	13 977,5	16 670,4	17,77%
1983	2 842,3	19 493,7	22 336,0	33,99%
1984	3 776,1	26 806,3	30 582,4	36,92%
1985	3 934,1	29 911,1	33 845,2	10,34%
1986	4 193,1	33 624,6	37 817,7	11,74%
1987	3 855,8	42 872,3	46 728,1	23,56%
1988	4 495,0	53 957,8	58 452,8	25,09%
1989	7 707,8	68 896,6	76 604,4	31,05%
1990	6 900,2	73 518,7	80 418,9	4,98%

Fonte: Anuário Estatístico dos anos mencionados

Poderemos, quer se pense na capacidade financeira em resultado do VAB ou em resultados das exportações, perceber que as empresas, ou pelo menos algumas empresas exportadoras, conseguiram gerar amplos recursos financeiros. E, como anteriormente demonstrámos, uma parte relevante dessas empresas encontrava-se localizada no distrito de Aveiro sendo, por isso, natural que estas empresas apresentassem uma grande disponibilidade financeira. Essa disponibilidade financeira repercutiu-se na respetiva capacidade de investimento. Esta capacidade para realizar despesas de investimento¹⁷⁵ fez-se sentir em todos os tipos de investimento, desde o investimento material, imaterial e financeiro.

Sendo o investimento material aquele que resulta da aquisição de bens tangíveis ou corpóreos, poderemos encarar este tipo de investimento como sendo investimento em capital circulante¹⁷⁶ e/ou em capital fixo¹⁷⁷. Exemplificamos a capacidade de investimento em capital circulante com um processo referente à aquisição de cortiça

¹⁷⁵ Recorde-se que o investimento é uma das componentes do fator técnico-económico do nosso modelo explicativo para a localização geográfica do setor corticeiro. Acrescente-se que o investimento é, também, reflexo do fator psicossociológico.

¹⁷⁶ Capital circulante corresponde a todos os bens e/ou serviços que são utilizados no processo produtivo e que são incorporados no produto final (matérias-primas e subsidiárias).

¹⁷⁷ Capital fixo corresponde ao conjunto de bens de equipamento (edifícios, fábricas, máquinas...).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

num leilão. Foi possível, a partir da consulta do arquivo da Família Alvarez, reconstruir todo o processo, desde a base de licitação, aos valores apresentados por todos os concorrentes num leilão promovido pela Circunscrição Florestal de Évora, no dia 7 de setembro de 1988. O Quadro 8 resume todo esse processo.

Quadro 8 - Hasta Pública realizada em 7 de setembro de 1988 - valores em contos

Lote	Base de licitação	Valor do leilão	Vencedor	Distrito de origem
1	22 490,7	32 565	Rufino Aires Ribeiro	Aveiro
2	22 466	43 000	Corticeira Amorim	Aveiro
3	20 681,2	34 666,66	Conde e Barroso	(?)
4	20 577	31 148	Piedade, Lda.	Aveiro
5	17 370	33 000	Corticeira Amorim	Aveiro
6	15 390	30 000	Corticeira Amorim	Aveiro
7	15 302,4	29 700	Corticeira Amorim	Aveiro
8	13 624	26 000	Corticeira Amorim	Aveiro
9	11 109,2	13 870	Chapadas	Setúbal?
10	10 069,3	18 109,23	Pedro Aniceto Pinto	?
11 ¹⁷⁸	9 661,7	12 960	Pinto & Filhos	Aveiro
12	8 431,8	10 627,8	António F Gaio(?)	Santarém (?)
13	6 362,95	6 160	Norberto Ginó	Évora
14	5 894,1	5 901	Catroga	(?)
15	5 807,9	10 142	(?)	(?)
16	3 772,3	7 051	Sá Sobrinho	Aveiro
17	2 534,25	5 661	Edmundo Ferreira	Aveiro
18	1 292,4	2 985,92	Felizardo Mira	Évora

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos do Arquivo da Família Alvarez

O Quadro 8 comprova a capacidade financeira das empresas do distrito de Aveiro, em particular, a Corticeira Amorim. Neste leilão, dos dezoitos lotes colocados a licitação, a Corticeira Amorim participou em treze e venceu cinco deles, tendo investido mais de cento e setenta mil contos. Sobressai, ainda, o montante pago acima da base de licitação, perto do dobro da base de licitação. Podemos afirmar que a Corticeira Amorim, sempre que desejava um determinado lote da cortiça, conseguia-o. Para além da Corticeira Amorim, outras empresas do distrito de Aveiro conseguiram vencer

¹⁷⁸ A Corticeira Amorim não apresentou propostas para os lotes 11, 14, 15, 16 e 18.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

leilões nomeadamente, as empresas Pinto & Filhos, Piedade, Lda., Edmundo Ferreira, Sá e Sobrinho e Rufino Aires Ribeiro (Rufino Aires Ribeiro & Filhos). Esta capacidade financeira da Corticeira Amorim, e/ou de outras empresas localizadas no distrito de Aveiro, não foi caso único - são inúmeros esses casos¹⁷⁹.

Apesar dos exemplos indicados serem limitados, não restam dúvidas da capacidade financeira demonstrada pelas empresas de Aveiro e da enorme importância da Corticeira Amorim para o setor corticeiro de Santa Maria da Feira e, consequentemente, para o distrito de Aveiro. Para a importância da Corticeira Amorim muito contribuíram os fatores psicossociológicos já anteriormente mencionados nomeadamente, a sua gestão que, recorde-se, classificámos de tipo clã e, como iremos ver, um pouco mais à frente, as suas relações com os *stakeholders*¹⁸⁰.

Não sendo possível analisar a gestão de todas as empresas, consideramos relevante analisar a gestão da empresa Monticor - Sociedade Montijense de Cortiças, Lda. porque nos parece ser elucidativa da fraca capacidade de gestão. A Monticor, empresa por quotas, iniciou a sua atividade em 15 de fevereiro de 1968, dedicava-se à produção de, entre outros produtos, artigos de cortiça para desporto (cabos para raquetes, artigos para ténis de mesa, badminton, ...) e, em menor escala, rolhas. No Arquivo Municipal de Montijo existe um espólio documental extenso da Monticor que inclui documentos contabilísticos nomeadamente, balanços, demonstrações de resultados, declarações para a autoridade tributária, cópias das atas das assembleias gerais dos sócios da empresa e relatórios de gestão.

A conjugação desta documentação permite-nos perceber a gestão efetuada pela empresa. Em 31 de março de 2000, reuniu-se a assembleia geral ordinária dos sócios da

¹⁷⁹ Veja-se o caso referido no capítulo anterior em que, recorde-se, dos vinte e nove lotes colocados em leilão, a Corticeira Amorim venceu vinte e um e, investiu, nesse único leilão, mais de 224 mil contos. Outras situações semelhantes ocorreram nos leilões efetuados nos dias 23 de setembro de 1987, 12 de dezembro de 1987, 7 de setembro de 1988, 9 de novembro de 1988, 30 de novembro de 1988, 13 de janeiro de 1989 e 8 de novembro de 1989.

¹⁸⁰ Admitimos que esta capacidade de gestão tenha ocorrido noutras empresas do distrito de Aveiro e, assim, contribuído para o domínio, em termos financeiros, do distrito de Aveiro.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Monticor com o objetivo de aprovar as contas referentes ao ano económico de 1999. Da análise do balanço e demonstração de resultados, os sócios aprovaram as respetivas contas que apresentaram um lucro antes de imposto no montante de 14 783 252\$30¹⁸¹.

Na ata desta assembleia, que mais não é do que a transcrição do relatório de gestão, constam as declarações dos sócios da empresa, Cesário Pereira, Jacinto Pereira e Sara Pereira. Cesário Pereira refere que o preço da matéria-prima, a cortiça, subiu desmesuradamente tendo o seu consumo representado 55% do valor da produção contra 46,8% verificado no ano de 1998 e, que, até ao momento em que se realizava a assembleia, se mantinha essa tendência, com repercussões negativas nas margens dos produtos fabricados. Acrescentou este sócio, numa mensagem de otimismo, a previsão de, no ano de 2000, ocorrer uma grande tirada de cortiça e, assim, ocorrer um travão ao custo da matéria-prima. A concluir a sua intervenção, referiu um outro aspeto positivo resultante do valor de vendas registado no primeiro trimestre de 2000, que a manter-se ao longo do ano, permitia antever a manutenção ou mesmo um crescimento do nível de vendas para compensar a perdas de margens.

O sócio Jacinto Pereira referiu que o principal mercado da Monticor era o mercado externo, que absorvia mais de 80% das vendas e deste volume de vendas, 86% ocorria para países fora da zona da CEE. A sócia Sara Pereira realçou a sólida situação financeira da Monticor já que a situação líquida cobria cerca de 66% do ativo.

O conteúdo da ata da assembleia geral ordinária dos sócios da Monticor, em tudo semelhante ao relatório de gestão, permite-nos analisar a gestão efetuada nomeadamente:

- i. Face ao aumento dos custos de produção resultantes do aumento do preço da cortiça e da consciência que o mercado de vendas da empresa se situava no mercado externo e, em particular, nos mercados fora da CEE, os sócios não consideraram relevante efetuar qualquer reflexão sobre a necessidade de se efetuarem ajustes nos processos produtivos de modo a diminuir os custos de

¹⁸¹ Tal como procedemos em casos anteriores, apresenta-se os valores constantes nos documentos oficiais que podem, ou não, corresponder aos valores efetivamente realizados. Da consulta do espólio da empresa, ficámos com a sensação que, em alguns anos, o lucro efetivo poderá ter sido maior do que o declarado.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

produção e assim, de algum modo, minorar a quebras nas margens de comercialização e continuar competitivos nesses mercados;

- ii. A crença que uma boa tirada de cortiça poderia contribuir para atenuar a subida do preço da cortiça. Mesmo que ocorresse uma boa tirada de cortiça, isto é, existisse um aumento da oferta de cortiça, isso não significa, necessariamente, uma diminuição do seu preço. A diminuição do preço só ocorreria se o mercado da cortiça (cortiça em bruto, resultante da tirada) fosse de concorrência perfeita e, ainda, tudo o resto se mantivesse constante. Acontece que tudo o resto não se mantém constante porque existe evolução da procura dessa cortiça e a forma como decorre o processo de compra e oferta de cortiça não é linear nem decorre de acordo com os princípios existentes nos modelos de concorrência perfeita. E este processo de compra e venda era do conhecimento da empresa que participou e venceu, por diversas vezes, leilões e estava habituada a comprar cortiça diretamente aos proprietários rurais;
- iii. A análise sobre a situação financeira da Monticor que foi considerada sólida porque, de acordo com o relatório de gestão e vinculada na assembleia geral ordinária, representava 66% do ativo embora formalmente correta não nos parece a mais adequada sobretudo em situações em que a empresa apresenta resultados negativos. E isso será particularmente visível em anos seguintes, como iremos demonstrar.

Em 31 de março de 2001, a reunião geral ordinária dos sócios da Monticor, aprova as contas relativas ao ano financeiro de 2000, donde consta um lucro antes de impostos de 8 573 002\$00, o que representou uma diminuição de mais de 40% comparativamente ao lucro obtido no ano de 1999. A ata dessa reunião, em tudo igual ao relatório de gestão, transcreve as intervenções dos sócios.

O sócio Cesário Pereira apontou como razão justificativa para essa diminuição, a continuação dos preços altos da cortiça, o que originou um novo aumento dos custos da matéria-prima no valor do custo da produção, tendo passado de 54,9% em 1999, para

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

55,4% em 2000. Ao contrário do ocorrido na assembleia geral ocorrida no ano de 2000, os sócios decidiram tomar medidas para mitigar esse aumento.

Jacinto Pereira refere que foi implementado um rigoroso controlo de custos o que permitiu uma diminuição de custos de produção com reflexos no aumento em mais de 30% nos resultados operacionais comparativamente ao ano de 1999. Ainda de acordo com este sócio, a política de controlo de custos manter-se-ia para o ano de 2001.

A sócia Sara Pereira manifestou a sua apreensão quanto à evolução dos preços da cortiça que, na sua opinião, teriam tendência a estabilizar em virtude do ano de 2001 ser de grande tiragem embora, e esse era o seu principal receio, os proprietários possam deixar a cortiça nas árvores. Esta sócia realçou a sólida estrutura financeira da empresa dado que a situação líquida representava mais de 68% do ativo e que, face á situação económica internacional estar a dar sinais de recuperação, se antevia um crescimento da empresa.

Mais uma vez, os sócios quer em assembleia geral quer no relatório de gestão, foram omissos em, para além da continuação do controlo de custos, delinear uma estratégia de gestão que permitisse enfrentar o aumento do preço da cortiça e manter a sua competitividade nos mercados internacionais uma vez que a empresa era, no mercado internacional, uma empresa *price taker*, isto é, incapaz de influenciar os preços. Esta situação, de acordo com os princípios de gestão, aconselharia uma gestão pró-ativa, no sentido de manter a sua competitividade e manter, ou aumentar, a sua quota de mercado (Mações, 2018). Não o tendo feito, a empresa coloca-se numa situação de fragilidade concorrencial. Essa fragilidade ficou bem expressa no relatório de gestão e na ata da assembleia geral ordinária de sócios ocorrida em 31 de março de 2003.

Nesta reunião, os sócios aprovaram os resultados antes de impostos no valor de - 168 149,92€. De acordo com as opiniões dos sócios, este resultado negativo foi resultado de dois fatores: a situação económica internacional, que em período de crise

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

económica diminuiu as suas aquisições e a concorrência dos países asiáticos, sobretudo a China, que adquiriram a cortiça em Portugal e depois a transformam com custos mais baixos que os praticados e possíveis em Portugal. A sócia Sara Pereira acrescentou que para além desses dois aspetos, a valorização do euro face ao dólar contribuiu para o resultado negativo em resultado das variações cambiais negativas. O sócio Cesário Pereira considerou que as perspetivas futuras seriam péssimas já que não vislumbrava qualquer melhoria na conjuntura económica internacional.

Os sócios continuaram a considerar a situação financeira da empresa como sólida, uma vez que os capitais próprios representavam, sensivelmente, 65% do ativo. Novamente, quer a ata da reunião geral de sócios, quer o relatório de gestão, não apontam qualquer medida tendente a fazer face à situação financeira e empresarial então vivida.

Essa ausência de medidas contribuiu para que em 31 de março de 2004, na assembleia geral ordinária fossem aprovadas as contas referente ao ano de 2003, com um resultado antes de imposto de - 331 469,93€. Quer a ata dessa reunião quer o relatório de gestões são coincidentes em apontar como razão para esse resultado negativo: a debilidade económica internacional e a consequente a redução das vendas, a concorrência com países que adquirem a cortiça em Portugal e depois a transformam com custos mais baixos, o aumento do preço da cortiça por incremento da procura interna e externa, o esmagamento das margens (de comercialização) e a valorização do euro. Em termos de perspetiva futuras, os sócios manifestaram a sua posição de otimismo devido ao aumento da atividade económica internacional, a redução progressiva e consolidada no preço da cortiça e uma evolução favorável da taxa de câmbio do euro face ao dólar e, assim, regressar aos lucros em 2004. Relativamente à situação financeira, os sócios consideraram que se mantinha uma excelente situação financeira já que a situação líquida representava 36% do ativo total.

Referimos anteriormente que esta análise sobre a situação financeira, embora formalmente correta, não espelhava a verdadeira situação financeira da empresa

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

sobretudo, quando os resultados fossem negativos. A equação fundamental da contabilidade é dada por:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Capital Próprio}$$

Daqui resulta que o Capital Próprio, ou Situação Líquida como usualmente se denominava, é dado por:

$$\text{Capital Próprio} = \text{Ativo} - \text{Passivo}.$$

Podemos então dizer que o Capital Próprio (ou Situação Líquida) constitui o montante dos interesses dos acionistas depois de deduzir todos passivos. Todos os factos patrimoniais ocorridos na empresa afetam os elementos da equação fundamental da contabilidade mas nunca alteram a igualdade. Assim, a situação líquida ou capital próprio ser medido em função do ativo pode permitir afirmar que ela é sólida, mas a mesma conclusão pode não ser possível de efetuar quando se compara com o passivo, que representa o capital alheio. Isto é, o conjunto dos valores utilizados pela empresa mas que não são da sua pertença. Exatamente por essa razão, seria preferível comparar a situação líquida ou capital próprio com o passivo, pois permitira perceber a capacidade de honrar os seus compromissos perante os detentores do capital alheio.

Se efetuarmos essa comparação para o ano de 2003 verifica-se que o passivo exigível a curto prazo, isto é, exigível num período inferior a um ano, ascendia a 393 113,21€, enquanto o valor do capital próprio era de 293 406,90€. Isso significa que o capital próprio da empresa, aquilo que a empresa efetivamente dispõe, era insuficiente para cobrir as suas dívidas de curto prazo. A não serem tomadas medidas de gestão, a empresa caminha para a insolvência. A Monticor não foi exceção a esse princípio. Depois de anos a arrastar-se no mercado¹⁸², em 19 de dezembro de 2007, o 3.º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa proferiu a sentença de declaração de insolvência da Monticor.

¹⁸² Em 2004, a Monticor apresentou lucros antes de impostos no montante de 35 725,03€, montante insuficiente para reverter a situação financeira da empresa.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Veja-se, agora, a gestão da Corticeira Amorim. A Corticeira Amorim adotou uma estratégia de expansão, assente numa concentração empresarial que foi, ao mesmo tempo, uma concentração horizontal, pois adquiriu empresas do mesmo ramo de atividade, uma concentração vertical, dado que comprou e reuniu empresas de ramos de produção diferentes, mas complementares à sua atividade principal e concentração diagonal, porque investiu em setores que serviram de suporte à sua atividade principal, com particular realce para os investimentos acionistas no sistema bancário.

Esta estratégia de gestão não é inovadora. Podemos encontrar, na economia portuguesa, vários exemplos da concentração do capital industrial e o sistema bancário¹⁸³. Mas foi na década de sessenta que se acentuou esta interligação entre o capital industrial e o sistema bancário, dando origem aos grandes grupos económicos portugueses (Amaral, 2024; Silva, Amaral e Neves, 2015; Louçã, Costa e Lopes, 2014; Rosa, 2013). A estratégia adotada pela Corticeira Amorim pode ser retratada pelo Quadro 9 que apresenta alguns dos seus principais investimentos.

Quadro 9 - Investimentos da Corticeira Amorim

Ano	Investimentos
1983	• Labcork, Laboratório Central do Grupo Amorim, S.A., resultado de uma estratégia de diferenciação pela qualidade.
1984	• Criação da Hungarocork - Amorim GmbH
1985	• Fundação do BCP - sendo a Corticeira Amorim acionista
1987	• Joint-venture com o Grupo Accor (maior operador hoteleiro mundial); • Criação da empresa Portotel (cadeia Novotel); • Criação da empresa Portis (cadeia Ibis);
1988	• Criação da holding Amorim Investimentos e Participações, SGPS; • Aquisição da empresa têxtil Velpor-Veludo Português, SA;
1989	• Aquisição da Wicanders; • Criação da Inogi (operadora imobiliária); • Aquisição da RARO - Rufino Alves Ribeiro e Filhos, Lda., empresa especializada no fabrico de rolhas de cortiça com cápsula, a operar desde 1926; • criação da OSI - Organização de Sistemas Informáticos;
1990	• Aquisição da Sociedade Figueira Praia, concessionária do casino da Figueira da Foz.

¹⁸³ Amaral (2024), Medeiros (1978) e Martins (1973) referem a existência desta ligação desde os primeiros anos do século XX.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

1991	• Criação do BNC- Banco Nacional de Crédito Imobiliário sendo acionista; • Criação da Academia Amorim (instituição internacional para promoção do vinho);
1992	• Aquisição da sociedade, Carl Ed. Meyer, GmbH & Co, líder alemã na importação e distribuição de revestimentos de cortiça, responsável pela comercialização anual de dois milhões de metros quadrados de revestimentos decorativos e <i>parquets</i>; • Aquisição da empresa belga especializada em isolamentos acústicos e antivibráticos, a CDM Composite Damping Material, S.A.; • Criação de uma joint-venture com a empresa Kies Kurk, B.V., uma sociedade holandesa constituída em 1845, detentora de uma rede de mais de 150 distribuidores de material para revestimentos.
1993	• Criação da Amorim Isolamentos
1997	• Aquisição de posição acionista de controlo das atividades ligadas à cortiça com borracha do grupo GTS (Global Technologies System);
1998	• Aquisição do Grupo Interchampagne, situado no Montijo;
1999	• Aquisição de 50% do capital social da empresa chilena Industria Corchera SA;
2000	• Criação de uma Unidade da Amorim & Irmãos - unidade de Ponte de Sor com a introdução do sistema de cozedura de cortiça CONVEX® • Aquisição de participação qualificada na Estoril Sol SGPS SA
2001	• Criação de uma Unidade da Amorim & Irmãos - unidade de Coruche; • Aquisição de participação dominante na Société Nationale du Liège; • Aquisição da sociedade Discork Cortiças, S.A.
2003	• Entrada no capital do Banco Popular Espanhol.
2004	• Abertura do centro comercial Dolce Vita Douro; • Criação de uma joint-venture com ING Real Estate Development Ibérica.
2005	• Aquisição de 33,34% da Galp Energia; • Acionista do Banco BIC Angola; • Aquisição do Grupo Equipar - situado em Coruche.
2006	• Participação no capital da sociedade francesa Société Nouvelle des Bouchons Trescases, S.A..
2007	• Lançamento do projeto CARDS: Corticeira Amorim Rumo ao Desenvolvimento Sustentável; • Aquisição de 87% do Grupo Oller - França; • Aquisição da SOBEFI - unidade de produção e comercialização de rolhas capsuladas - França.
2008	• Criação do Banco BIC Português, sendo acionista; • Criação da Imobiliária Brasil; • Aquisição de 100% do grupo alemão Cortex; • Aquisição de 25% da US Floors, Inc. - Estados Unidos da América.
2009	• Abertura da uma unidade de reciclagem de rolhas de cortiça na Amorim Cork Composites, em Mozelos.
2010	• Lançamento do CORKSORB, gama inovadora de absorventes naturais

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

	produzidos à base de cortiça possuindo capacidade para controlo e limpeza de derrames de óleos e hidrocarbonetos.
2011	• Criação do Banco Único em Moçambique, sendo acionista; • Aquisição da empresa Espana SL; • Aquisição da ACI - Corchos Argentina; • Criação de uma <i>joint venture</i> com a Timberman com o objetivo de liderança dos mercados de pisos de madeira e cortiça na Dinamarca • Criação de uma aliança estratégica com a Vertex Group - Xangai.
2012	• Aquisição de participação no Banco Luso Brasileiro; • Aquisição de mais 5% da Galp Energia; • Aquisição da Trefinos - Espanha.
2014	• Criação da Amorim Cork Ventures,
2017	• Aquisição da sociedade S.A.S. Sodiliège, - França; • Aquisição do Grupo Bourrassé - França¹⁸⁴.
2018	• Aquisição da totalidade do capital social da sociedade Cosabe – Companhia Silvo-Agrícola da Beira, S.A.; • Aquisição da sociedade Elfverson & Co - Suécia.
2019	• Aquisição de 50% da sociedade VINOLOK - República Checa.

Fonte: <https://www.amorim.com/pt/corticeira-amorim/marcos-cronologicos/>

Este quadro permite confirmar a nossa afirmação sobre a estratégia desenvolvida pela gestão da Corticeira Amorim: a estratégia de expansão através de operações de concentração horizontal, vertical e diagonal, numa perspetiva, acrescentamos agora, de grupo económico. A Corticeira Amorim, potenciou de tal forma o seu crescimento que, em 2005, se posicionou na centésima sexta posição da lista das mil maiores empresas publicada pelo jornal Público. Construámos, a partir desta publicação, o Quadro 10 com todas as empresas do setor corticeiro constantes na referida lista, o seu volume de vendas e a localização da sua sede social.

Quadro 10 - Empresas corticeiras nas 1000 Maiores empresas em Portugal - ano de 2005

Empresas	Posição	Volume de vendas	Localização
Corticeira Amorim	106 ^a	174 826 602€	Santa Maria da Feira
Piedade, S.A.	624 ^a	27 618 490€	Santa Maria da Feira
Vinicor	641 ^a	25 423 564€	Santa Maria da Feira
Subercentro	731 ^a	17 726 598€	Santa Maria da Feira
Subercor	855 ^a	10 500 885€	Santa Maria da Feira

¹⁸⁴ Este grupo era detentor de empresas em Portugal e no Chile.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Fabricor	859 ^a	10 339 095	Alcochete
----------	------------------	------------	-----------

Fonte: Elaboração própria a partir de 1000 Maiores empresas em Portugal - ano de 2005

O Quadro 10 permite-nos constatar que:

- i. A Corticeira Amorim destaca-se de todas as restantes empresas do setor já que o seu volume de vendas é superior ao volume de vendas de todas as restantes empresas corticeiras constantes nas 1000 Maiores Empresas em Portugal. O volume de vendas da Corticeira Amorim é quase o dobro da totalidade das vendas das restantes empresas.
- ii. A concentração das maiores empresas em Santa Maria da Feira. Nesta lista, apenas uma se situa a sul do Tejo, a empresa, Fabricor - Indústria de Preparação e Transformação de Cortiça, Lda., com sede em Alcochete.

Resta-nos, apenas, perceber se essa localização geográfica resultou, também, da posição dominante da Corticeira Amorim que, como vimos, se destaca no contexto da indústria corticeira nacional.

Em 3 de julho de 2009, a Assembleia da República aprovou uma recomendação à Autoridade da Concorrência (AdC) para que esta procedesse a uma investigação sobre o funcionamento da fileira da cortiça. Em resultado desta recomendação a AdC procedeu a um profundo estudo para caraterizar o funcionamento da fileira da cortiça, desde a extração da matéria-prima até à comercialização dos vários produtos transformados. Desse estudo salientamos as seguintes conclusões (Autoridade da Concorrência, 2012):

- I. Na venda de pranchas de cortiça amadia, a oferta encontrava-se altamente fragmentada com os maiores vendedores a representarem frequentemente menos de 1% do volume de vendas.
- II. Do lado da procura de pranchas de cortiça amadia verificou-se um aumento significativo da concentração, com o maior grupo, o Grupo Amorim, a atingir, em Portugal, cerca de 35% a 45% das compras dessa cortiça (a nível ibérico, representaria entre 25% a 30% das compras de cortiça amadia).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- III. O aumento de quota de mercado do maior grupo económico está associado um aumento do poder de mercado na compra de pranchas de cortiça amadia. O aumento do poder de mercado do principal comprador é mais acentuado nas amadias de maior calibre e qualidade.
- IV. Este aumento do poder de mercado é potenciado, entre outros fatores e, em primeiro lugar, pela assimetria de informação existente entre o maior operador e os restantes e, em segundo lugar, pelas restrições regulamentares que condicionam a oferta de cortiça amadia.
- V. No que concerne à assimetria de informação, o Grupo Amorim, pela sua escala e rede de intermediários (formais ou informais), consegue reunir um conjunto de informações sobre a disponibilidade de cortiças para venda em cada ano e sobre transações que nenhum outro grupo está em condições de dispor sem custos acrescidos relevantes. Segundo informações recolhidas (pela Autoridade da Concorrência) junto de vários operadores, o poder financeiro e a reputação desse Grupo permitem-lhe utilizar esta rede de “intermediários” para difundir informações e recolher assimetricamente informação sobre a atuação dos seus concorrentes ao nível da compra.
- VI. A grande generalidade dos restantes compradores, com quotas de compra inferiores a 5%, não está em condições de ter um conhecimento do mercado com este nível de profundidade e dispõe de um poder de influência sobre os intermediários muito reduzido pois o nível de dependência destes face a essas empresas é, em geral, muito inferior.
- VII. A assimetria de informação aumenta os riscos e dificulta a elaboração e implementação de estratégias, em particular por parte das empresas de menor dimensão ou de potenciais entrantes.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- VIII. O aumento do poder de mercado do principal comprador nos mercados de compra de amadias é, também, potenciado pelas restrições regulamentares que condicionam a oferta.
- IX. Estas limitações tenderão a reduzir o poder negocial dos vendedores, tendo vindo a contribuir para uma mais fraca renovação e manutenção do parque de sobreiros nacional e para uma pressão do preço médio da cortiça no sentido da baixa.
- X. O mercado de vendas de cortiça virgem, bocados, refugo e aparas, que representa, em Portugal, no ano de 2010, um volume de vendas de cerca de 27,5 milhões de euros, caracterizam-se pela existência de um grande número de agentes de pequena dimensão do lado da oferta e um aumento do peso relativo do principal comprador. Nenhum operador deterá um peso relativo na venda em Portugal destes produtos superior a 10%.
- XI. No mercado de compra de cortiça virgem, bocados, refugo e aparas, tem-se vindo a assistir a um aumento da concentração sobretudo por via do aumento do peso relativo do principal operador do sector, o Grupo Amorim, que passou, como comprador, dos 10 a 20%, em 2006, para uma percentagem superior a 35% em 2010, o valor mais elevado dos últimos cinco anos.
- XII. Um aumento do poder de mercado do lado da compra, por parte do Grupo Amorim, poderá gerar situações de maior dependência em relação a este Grupo de alguns vendedores de aparas que, estando na venda desse produto, são também seus concorrentes na venda de rolhas de cortiça naturais e discos.
- XIII. No mercado de venda de falca e cortiça queimada, estima-se que nenhum operador detenha uma quota de mercado em Portugal superior a 15% na venda de falca e cortiça queimada nos últimos cinco anos.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- XIV. Já ao nível da compra a situação é completamente distinta, sendo que, em termos médios para os anos de 2006 a 2010, 75% a 85% da falca e cortiça queimada produzida em Portugal é adquirida pelo Grupo Amorim.
- XV. A fragmentação do mercado do lado da venda associada à muito elevada concentração do lado da compra indicia um poder de mercado, ou um poder de negociação, muito reduzido dos vendedores e um elevado poder de mercado, ou de negociação, do principal comprador, existindo praticamente uma situação de empresa dominante na compra com uma franja competitiva o que poderá constituir uma preocupação concorrencial. Essa preocupação poderá ser tanto maior quanto a discrepância de dimensão e de capacidade financeira entre quem compra e quem vende for elevada, podendo gerar uma situação de dependência do vendedor face ao comprador.
- XVI. No que se refere ao mercado da venda de granulado de cortiça, estima-se que a venda de granulados de cortiça seja bastante fragmentada e que nenhuma empresa assuma particular relevância na sua comercialização.
- XVII. No que se refere ao mercado de compra de granulados de cortiça verifica-se que o Grupo Amorim se apresentou, nos últimos cinco anos, como o maior comprador, tendo representado, em média, 5% a 10% do total da procura. Esta estrutura de mercado indicia a existência de um nível baixo de concentração quer ao nível da procura, quer ao nível da oferta de granulados, não sendo expectável a existência de poder de mercado significativo, nem do lado da oferta nem da procura nestes mercados.
- XVIII. No mercado dos vedantes para vinhos tranquilos estima-se que os mercados “Top” e “Médios” em Portugal sejam dominados pelo Grupo Amorim, com quotas de mercado de 25% a 45% (em 2010), enquanto nos mercados de vedantes “comerciais” e “económicos” os níveis de concentração sejam menos elevados.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- XIX. No mercado de vedantes para vinhos espumantes, o Grupo Amorim assume-se como líder mas com um peso de 25% a 35% mas, ao nível da produção deste tipo de vedantes este grupo apresenta a liderança destacada com 60% a 70% da produção nacional em 2010.
- XX. No mercado de isolamentos térmicos e acústicos importa registar que a unidade de isolamentos do Grupo Amorim é das que apresenta dos mais elevados níveis de rentabilidade de forma relativamente consistente, o que poderá indiciar a existência de um mercado relevante de isolamentos de características mais restritas onde este grupo, eventualmente, detenha uma posição dominante. Estima-se que o Grupo Amorim tenha representado, em média, mais de 65% da produção nacional de isolamentos em cortiça e que seja responsável por 15% a 25% das vendas nacionais desse tipo de isolamentos.
- XXI. No mercado de pavimentos estima-se que o Grupo Amorim tenha representado, em média, nos últimos cinco anos, 40 a 50% das vendas nacionais de pavimentos de cortiça e que tenha sido responsável por mais de 65% da produção nacional de pavimentos de cortiça.

Face a estas conclusões a Autoridade da Concorrência apresenta a seguinte recomendação (Autoridade da Concorrência, 2012: 15):

"De forma a mitigar certas preocupações de índole concorrencial, a AdC recomenda uma revisão do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, uma avaliação da adequação do regime jurídico relativo ao fracionamento de prédios rústicos, cuja sede principal consta dos artigos 1376 a 1382 do Código Civil, e do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) ao caso específico do sobreiro e do montado, bem como a promoção da criação de uma “bolsa de transações de cortiça natural”.

Não concordamos com a posição da AdC. Pensamos que existia uma posição dominante da Corticeira Amorim na indústria corticeira, em qualquer dos seus

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

segmentos. Soares (2013) demonstrou que, para o período compreendido entre 2008 e 2012, a Corticeira Amorim deteve uma posição dominante no mercado dos vedantes de cortiça. Consideramos que essa posição dominante não se restringiu ao mercado rolheiro.

Os dados apresentados no Quadro 10 levam-nos a pensar que a Corticeira Amorim deteria uma posição dominante em toda a indústria corticeira e não apenas no mercado rolheiro. E esta nossa posição é alicerçada nas próprias conclusões da AdC. Esta entidade conclui que:

- i. Na compra de cortiça amadia assistiu-se a um aumento significativo da concentração e a Corticeira Amorim detinha, em Portugal, uma quota de mercado entre os 35% a 45%, a que correspondia, em termos do mercado ibérico, a uma quota entre os 25% e os 30%. A própria AdC indica que o segundo maior comprador de cortiça amadia na Península Ibérica, o Grupo Bourrassé, detinha uma quota de mercado inferior a 10%. Se a Corticeira Amorim, no mercado ibérico, detinha uma quota de mercado três vezes superior ao segundo maior comprador, o Grupo Bourrassé, então detinha, de facto, uma posição dominante nesse mercado. Além disso, a AdC expressa a sua convicção que esse poder de mercado seria mais acentuado nas cortiças amadias de maior calibre e qualidade. A esta conclusão já nós fizemos referência quando apresentamos o processo de leilão de compra de cortiça e, recorde-se, afirmámos que a Corticeira Amorim adquiria todos os lotes de cortiça que lhe interessavam. Saliente-se, ainda, que segundo a AdC, os restantes compradores detinham quotas de compra inferiores a 5%.
- ii. O poder de mercado da Corticeira Amorim é potenciado pela assimetria da informação resultante da sua rede de intermediários formais e informais e do seu poder financeiro. Estas conclusões, resultam daquilo que nós referimos como o fator psicossociológico para explicar a localização geográfica do setor corticeiro.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

A estratégia da Corticeira Amorim foi, desde sempre, manter excelentes relações com os seus *stakeholders*, permitindo-lhe obter vantagens que se refletiram no seu poder financeiro e na sua capacidade de criar redes, formais e informais, de intermediários.

O período em análise não foi diferente do que aconteceu no passado e que nós já mencionámos. Veja-se, a este propósito, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2007, de 22 de fevereiro. Nesta resolução, o governo deliberou atribuir benefícios fiscais, em sede de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e em sede de Imposto de Selo (IS), referente a um investimento no montante superior a 17,7 milhões de euros, com o objetivo de expandir e modernizar a unidade fabril de Santa Maria da Feira de modo a permitir um valor de vendas 868 milhões de euros em 2008 e de 1630 milhões de euros em 2009.

Certamente que este investimento e a atribuição do benefício fiscal resultou da excelência do projeto apresentado (excelência essa, reflexo da competência dos técnicos da empresa, só possível face à capacidade financeira da empresa para os contratar), mas revela, também, as boas relações mantidas com o poder político.

Outra razão não vislumbramos para que o Conselho de Ministro deixasse lavrado na resolução anteriormente citada, uma previsão do valor de vendas de 868 milhões de euros para o ano de 2008 quando, a média de vendas de todo o Grupo Amorim, no período de 2002 a 2005¹⁸⁵, foi de 430,7 milhões de euros e que só em 2022 tenha sido possível obter um volume de vendas superior a 1000 milhões de euros, concretamente, 1021,4 milhões de euros¹⁸⁶, mesmo assim, montante muito inferior a 1630 milhões de euros previstos para 2009. No

¹⁸⁵ De acordo com os Relatórios de Contas da Corticeira Amorim, SGPS, o volume de vendas no ano de 2002, foi de 439,7 milhões de euros, em 2003, de 426,2 milhões de euros, em 2004, de 428,9 milhões de euros e, em, 2005, de 442,6 milhões de euros.

¹⁸⁶ Relatório de contas de 2022.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

entanto, não restam dúvidas que a atribuição de benefícios fiscais em sede de IRC e IS, contribuiu para que a Corticeira Amorim apresentasse uma maior capacidade financeira quer os seus concorrentes na compra de cortiça amadia.

- iii. No mercado de compra de cortiça virgem, bocados, refugo e aparas, a Corticeira Amorim uma quota superior a 35% e, como reconhece a AdC, o aumento dessa quota criaria uma situação de dependência de alguns vendedores.
- iv. Relativamente ao mercado de compra de falca e cortiça queimada, a Corticeira Amorim detinha uma quota de mercado de 75% a 85%, valores que demonstram a existência de uma posição dominante, aproximando-se essa posição de uma situação de quase monopólio.
- v. A Corticeira Amorim detinha uma posição dominante no setor dos vedantes, em particular, nos mercados top e médios, bem como na produção de vedantes para vinhos espumantes. Embora os dados apresentados pela AdC não sejam coincidentes com os valores utilizados por Soares (2013), as conclusões são as mesmas.
- vi. que a Corticeira Amorim poderia deter uma posição dominante no mercado dos isolamentos térmicos.

Pelo anteriormente exposto, parece-nos ser possível admitir que a Corticeira Amorim detinha uma posição dominante na indústria corticeira. E, sendo assim, essa posição dominante contribuiu para a concentração da indústria corticeira no distrito de Aveiro e, na prática, para a atual localização geográfica desse mesmo setor.

Nos anos mais recentes, continuou o processo de concentração empresarial e, ao mesmo tempo, o crescimento da Corticeira Amorim. Poderemos avaliar este comportamento do mercado com a análise do número de empresas, a dimensão dessas empresas, o número de trabalhadores e o volume de negócios no ano de 2014. No

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 11 apresentamos a evolução do número de empresas entre o ano de 2008 e 2014.

Quadro 11 - Número de empresas na indústria corticeira

Ano	Número de empresas	Taxa de variação - em %
2008	1129	-
2014	919	- 18,60

Fonte: Elaboração própria a partir do Boletim Mensal de Economia Portuguesa (2019)

Do quadro anterior podemos constatar uma diminuição do número de empresas em atividade na indústria corticeira. Interessa perceber a dimensão dessas empresas. O Quadro 12 mostra-nos a dimensão das empresas no ano de 2014, medido apenas relativamente ao número de trabalhadores empregados e o número de trabalhadores em cada uma dessas categorias.

Quadro 12 - Dimensão das empresas e número de trabalhadores no ano de 2014, em percentagem

Dimensão	% de empresas	% de trabalhadores
Microempresas ¹⁸⁷	81	17,9
Pequenas e Médias Empresas ¹⁸⁸	18,3	51,5
Grandes Empresas ¹⁸⁹	0,6	30,6

Fonte: Elaboração própria a partir de Estudos da Central de Balanços - Janeiro de 2016

O Quadro 12 permite constatar que:

- O setor corticeiro é constituído sobretudo por microempresas que representam 81% do total das empresas;
- As microempresas empregam 17,9% da totalidade dos trabalhadores ao serviço na indústria corticeira, o que representa, sensivelmente e em média, 5 trabalhadores por empresa;
- As microempresas e as Pequenas e Médias Empresas representam a 99, 3% de todas as empresas e 69,4% do total dos trabalhadores do setor;

¹⁸⁷ Consideram-se Microempresas todas as empresas que empregam até dez trabalhadores.

¹⁸⁸ Consideram-se Pequenas e Médias Empresas todas as empresas que empregam até 250 trabalhadores.

¹⁸⁹ Consideram-se Grandes Empresas todas as empresas que empregam 250 ou mais trabalhadores.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- iv. O reduzido número de Grandes Empresas, que empregam uma elevada percentagem de trabalhadores.

Por fim, importa perceber como se reparte o volume de negócios, entendido como total das vendas realizadas pelas diferentes empresas de acordo com a sua dimensão. O Quadro 13 retrata essa divisão.

Quadro 13 - Volume de negócios da indústria corticeira em 2014 - valores em percentagem

Dimensão	Volume de negócios em %
Microempresas	13,4
Pequenas e Médias Empresas	45,1
Grandes Empresas	41,5

Fonte: Elaboração própria a partir de Estudos da Central de Balanços - Janeiro de 2016

Se analisarmos os dois quadros anteriores podemos verificar que as microempresas, apesar de representarem 81% do total das empresas, detêm apenas 13,4% do volume de negócios enquanto as grandes empresas, apesar de representarem apenas 0,6% do total das empresas do setor, obtêm 41,5 do volume de negócios. Estes dados levam-nos a antever a existência de grandes dificuldades no crescimento das microempresas e a sua dependência relativamente às empresas de maior dimensão. Poderemos, até, afirmar que existe uma posição dominante por parte das grandes empresas. Importa, ainda, perceber como estava, em 2014, a distribuição geográfica da indústria corticeira. Os próximos três quadros foram construídos com a finalidade de se ter um retrato o mais fidedigno possível dessa distribuição. O Quadro 14 apresenta-nos a distribuição, em termos percentuais, do número de empresas pelos diferentes distritos portugueses.

Quadro 14 - Número de empresas - distribuição geográfica em 2014

Distritos	em % do total
Aveiro	80,7
Setúbal	7,2
Évora	3,8
Restantes Distritos	8,3

Fonte: Elaboração própria a partir de Estudos da Central de Balanços - Janeiro de 2016

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Como se pode verificar, no ano de 2014, a esmagadora maioria das empresas corticeiras encontravam-se localizadas no distrito de Aveiro. Daqui resulta que a maioria dos trabalhadores desta indústria também está situada no distrito de Aveiro. Poderemos confirmar esta nossa afirmação pelo Quadro 15.

Quadro 15 - Pessoas ao serviço - distribuição geográfica em 2014 - em percentagem

Distritos	Pessoas ao serviço em valor percentual
Aveiro	77,5
Évora	6,4
Portalegre	6,3
Restantes Distritos	10,2

Fonte: Elaboração própria a partir de Estudos da Central de Balanços - Janeiro de 2016

Apesar de este quadro apresentar um pequeno enviesamento resultante da contabilização das pessoas ao serviço ser efetuada em função da sede fiscal das empresas, permite confirmar a nossa afirmação e é interessante porque indica que o distrito de Portalegre surge como o terceiro maior distrito empregador, isto é, em termos de pessoas ao serviço, quase em igualdade com o distrito de Évora.

Por último, no Quadro 16 apresentamos a distribuição do volume de negócios da indústria corticeira por distrito.

Quadro 16 - Volume de negócios - distribuição geográfica em 2014

Distritos	Volume de negócios em % do total
Aveiro	78,3
Portalegre	9,3
Évora	5,3
Restantes Distritos	7,1

Fonte: Elaboração própria a partir de Estudos da Central de Balanços - Janeiro de 2016

Para além dos dados apresentados no Quadro 16 confirmarem que o distrito de Aveiro detinha a esmagadora maioria do volume de negócios do setor corticeiro, o quadro é interessante porque mostra que o distrito de Portalegre surge como o segundo distrito com maior volume de negócios e não consta, nos três primeiros distritos, o distrito de Setúbal.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Aquilo que ressalta dos últimos três quadros, para além do domínio avassalador do distrito de Aveiro, que se pode considerar normal face ao que anteriormente expusemos, é o distrito de Portalegre surgir como um dos principais distritos corticeiros portugueses. Para este facto, não terá sido alheio o investimento da Corticeira Amorim na sua fábrica de Ponte de Sor. Ou seja, como o nosso modelo previa, é a Corticeira Amorim, como empresa dominante do mercado, que condiciona a localização geográfica de todo o setor corticeiro.

Refira-se, ainda, que a importância do distrito de Évora nos diferentes indicadores apresentados, sobretudo no que se refere ao volume de vendas, está relacionada com a Corticeira Amorim. Os montantes atingidos só foram possíveis em resultado das empresas que a Corticeira Amorim dispõe no distrito, nomeadamente em Azaruja e Vendas Novas.

Referimos que a localização geográfica do setor corticeiro dependia da empresa dominante no mercado e afirmámos que a empresa dominante no mercado era a Corticeira Amorim. Para justificar esta afirmação, construímos o Quadro 17 que nos apresenta as empresas do setor corticeiro que constam na lista das 1000 maiores empresas portuguesas do ano de 2014.

Quadro 17 - Empresas corticeiras nas 1000 Maiores empresas em Portugal - ano de 2014

Empresas	Posição	Volume de vendas	Localização
Corticeira Amorim	90 ^a	260 897 781€	Santa Maria da Feira
Amorim Revestimentos	323 ^a	90 167 313€	Santa Maria da Feira
Amorim Cork Composite	462 ^a	65 358 407€	Santa Maria da Feira
Grupo Piedade	785 ^a	40 008 499€	Santa Maria da Feira
Socori	923 ^a	35 139 872	Santa Maria da Feira

Fonte: Elaboração própria a partir de 1000 Maiores empresas em Portugal - Diário Económico

As cinco empresas que constam na lista das 1000 maiores empresas portuguesas têm, todas elas, a sua sede no concelho de Santa Maria da Feira e três delas são do universo da Corticeira Amorim. Parece não restarem dúvidas sobre a posição dominante da Corticeira Amorim em todo o setor corticeiro. Até porque, o setor corticeiro

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

apresentava, em 2014, uma forte concentração. O Quadro 18 apresenta-nos, para o ano de 2014, o volume de vendas considerando a percentagem das maiores empresas.

Quadro 18 - Volume de negócios

Volume de negócios de...	% do total do volume de negócios
1% das maiores empresas	49
10% das maiores empresas	81

Fonte: Elaboração própria a partir de Estudos da Central de Balanços - Janeiro de 2016

Num quadro económico caracterizado por uma forte concentração, onde 1% das maiores empresas detém 49% do volume de negócios e 10% das maiores empresas detinha 81% do volume de negócios, e sendo as empresas do universo da Corticeira Amorim, as maiores empresas do setor, percebe-se a posição dominante desta empresa.

A mesma conclusão pode ser retirada da análise dos Quadros 10 e 18 onde se apresentam as empresas corticeiras constantes na lista das 1000 maiores empresas portuguesas. Em 2005, existiam, nessa lista, seis empresas, sendo que a Corticeira Amorim aparecia na centésima sexta posição e, em 2019, o número de empresas do setor corticeiro reduziu-se para cinco, sendo que as três primeiras pertenciam, e continuam a pertencer, ao universo da Corticeira Amorim e a Corticeira Amorim, propriamente dita, aparece na nonagésima posição.

A estrutura da indústria corticeira de 2014 a 2019, final do período em que incide esta investigação, não sofreu alterações significativas. Não existindo, como referimos anteriormente, dados estatísticos oficiais sobre o valor da produção do setor corticeiro, apresentamos, no Quadro 19, o valor das exportações que nos permitem ter uma ideia aproximada sobre a evolução da produção da indústria corticeira.

Quadro 19 - Evolução das exportações de cortiça - valores em milhões de euros

Ano	Valor das exportações
2014	846,0
2015	901,5
2016	935,5
2017	987,7
2018	1063,8

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

2019	1063,7
2020	1013,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

De acordo com o Quadro 19, poderemos perceber que as exportações de cortiça tiveram um aumento até 2018. Pode-se admitir que a produção da indústria corticeira tenha seguido esse padrão e tenha aumentado. Com a crise causada pelo Covid 19, as exportações diminuíram. A diminuição não foi significativa mas, admite-se, que a produção também possa ter diminuído, acompanhando a evolução dos restantes setores da economia portuguesa. Contudo, pode-se afirmar que os anos de 2014 a 2019 foram anos de continuação da tendência já retratada anteriormente, a concentração do mercado e o reforço da posição dominante da Corticeira Amorim.

O Quadro 20 apresenta-nos a evolução do número de empresas existente na indústria corticeira.

Quadro 20 - Número de empresas na indústria corticeira

Ano	Número de empresas	Taxa de variação
2014	919	-
2015	916	- 0,33
2016	888	- 3,06
2017	866	- 2,48

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), INE

De acordo com o quadro anterior, constata-se que existe uma contínua diminuição das empresas em atividade na indústria corticeira. Como se referiu anteriormente, esta diminuição é a continuação da tendência verificada ao longo dos anos e confirma a contínua concentração da indústria.

Relativamente à sua localização geográfica, as empresas pensamos que não se registaram quaisquer alterações e, como já tínhamos mostrado anteriormente, as empresas situam-se no distrito de Aveiro e, em particular, no concelho de Santa Maria da Feira. Dizemos que acreditamos que não se registaram quaisquer alterações porque o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) disponibilizado pelo INE, apenas publica informação sobre a localização empresarial desagregada até ao nível de NUT

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

III. A partir de 2015, Santa Maria da Feira passou a integrar a Área Metropolitana do Porto. Daqui resulta que os dados disponíveis quanto à localização das empresas corticeiras referem-se Área Metropolitana do Porto. De acordo com esses dados, 83,6% das empresas corticeiras estavam, em 2016, localizadas nessa área metropolitana. Acreditamos que esse valor representa sobretudo o valor das empresas situadas em Santa Maria da Feira. Em termos da dimensão das empresas existentes, mantém-se o predomínio das microempresas, como pode ser observado no Quadro 21.

Quadro 21 - Dimensão das empresas na indústria corticeira - ano de 2016

Dimensão das empresas	% no total das empresas
Microempresas	84,8
Pequenas e médias empresas	15,2
Grandes empresas	0,6

Fonte: Boletim Mensal de Economia Portuguesa, janeiro de 2019

Se compararmos a dimensão das empresas no ano de 2014 (Quadro 10) e 2016 (Quadro 20), podemos concluir que a adição do número de microempresas e pequenas e médias empresas é, nestes dois anos, de 99,4% do total das empresas da indústria. Assistiu-se, apenas, no período de 2014 a 2016, a uma subida de 3,8 pontos percentuais das microempresas e uma diminuição do número de pequenas e médias empresas. Também o número de pessoas ao serviço na indústria corticeira seguiu a tendência anterior e verificou-se uma redução do número de trabalhadores, como pode ser observado no Quadro 22.

Quadro 22 - Pessoas ao serviço

Anos	n.º de pessoas ao serviço	Taxa de variação
2014	11 033	-
2016	8 704	- 21,11

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SCIE, INE

Para terminarmos a caracterização da indústria corticeira no ano de 2016, apresentamos no Quadro 23 a evolução do volume de negócios e do VAB para o período de 2014 a 2016.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Quadro 23 - Volume de negócios e VAB - em milhões de euros

Ano	Volume de negócios		VAB	
	milhões de euros	Taxa de variação	milhões de euros	Taxa de variação
2014	1 479	-	269	-
2016	1 466	- 0,82	339	25,76

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SCIE, INE

O quadro permite-nos verificar que, no período em análise, ocorreu uma pequena redução do volume de negócios mas, ao mesmo tempo, um aumento muito significativo, do VAB. Este aumento, associado à diminuição do número de empresas e do número de pessoas ao serviço permite afirmar que existiu um aumento muito significativo da produtividade e da rentabilidade da indústria.

De acordo com o modelo defendido para a localização geográfica da indústria corticeira, o grande beneficiário do aumento da produtividade e da rentabilidade será a empresa dominante na indústria. E este mercado, recorde-se, não sendo um mercado monopolista, mas um mercado oligopolista, tem uma empresa dominante, a Corticeira Amorim. Foi esta empresa que mais terá beneficiado com o referido aumento da produtividade e da rentabilidade. Tal pode comprovar-se se analisarmos a listas das 1000 maiores empresas portuguesas publicadas pelo jornal "Expresso", e referente aos anos de 2019 e 2022. O Quadro 24 apresenta-nos as empresas ligadas à indústria corticeira e que constam nessas listas.

Quadro 24 - Empresas da indústria corticeira nas 1000 empresas portuguesas

2019		2022	
Empresas	Posição	Empresas	Posição
Amorim & Irmãos	91 ^a	Amorim Cork	93 ^a
Amorim Florestal	240 ^a	Amorim Florestal	218 ^a
Amorim Revestimentos	377 ^a	Amorim Cork Composites	384 ^a
Amorim Cork Composites	447 ^a	Amorim Champcork	644 ^a
Amorim Champcork	704 ^a	Cork Supply Portugal	674 ^a
Cork Supply Portugal	752 ^a	Socori	836 ^a
Socori	817 ^a	Amorim Top Series	865 ^a
M. A. Silva, Cortiças	964 ^a		

Fonte: Elaboração própria a partir do jornal "Expresso"

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Como se pode observar pelo Quadro 24, em 2019 existiam oito empresas corticeiras no universo das 1000 maiores empresas portuguesas. Destas oito empresas, seis pertenciam ao universo da corticeira Amorim, e apenas duas, as empresas Cork Supply Portugal e M. A. Silva, Cortiças, que não pertenciam a esse universo. Passados três anos, em 2022, o número de empresas corticeiras nas 1000 maiores empresas portuguesas, reduziu-se para sete, das quais seis pertenciam ao universo da Corticeira Amorim. Caraterizámos, anteriormente, a gestão da Corticeira Amorim como uma gestão tipo clã, com uma gestão centralizada. Esse tipo de gestão leva a que a localização da indústria se concentre em torno dos interesses dessa empresa, no concelho de Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro.

Conclusão do capítulo

No capítulo que denominámos de Pax Amorimniana demonstrou-se como o distrito de Aveiro e a Corticeira Amorim cimentaram o seu domínio na indústria corticeira nacional. Esse domínio resultou de fatores de natureza económica, nomeadamente do investimento e da produtividade, com reflexos no VAB criado no distrito de Aveiro. O valor do VAB criado nesse distrito, superior ao verificado nos restantes distritos, possibilitou a libertação de meios financeiros que reforçaram o domínio no mercado industrial de cortiça. Para além destes fatores económicos, os fatores psicossociológicos também contribuíram, de forma expressiva, para a consolidação do domínio da Corticeira Amorim na indústria corticeira. De entre os fatores psicossociológicos, salientámos a estratégia de gestão adotada pela Corticeira Amorim. Esta empresa adotou uma estratégia que visou integrar a empresa num grupo diversificado e, à imagem do que tinha ocorrido nos anos sessenta, a sua expansão para o setor bancário. O fator psicossociológico também se fez sentir na relação que a Corticeira Amorim manteve com os seus *stakeholders* institucionais, tais como os sindicatos, o governo e outras entidades públicas. A conjugação destes dois fatores contribuiu para a posição dominante da Corticeira Amorim quer no mercado interno da cortiça quer no mercado internacional.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Conclusões

1- Breve resenha do trabalho desenvolvido

Qualquer investigação tem subjacente motivos pessoais e científicos. A presente investigação não foi diferente, resultou de um percurso pessoal e familiar, de ligação à cortiça e de objetivos científicos. Ambos os motivos podem ser apresentados por uma única questão: qual a razão (ou razões) porque o distrito de Aveiro se tornou o principal centro corticeiro português. A partir desta questão de partida, colocámos outras questões que nos propusemos responder ao longo da investigação:

- i. terá sido a estrutura do mercado corticeiro a razão para o declínio da margem sul do Tejo como centro industrial da cortiça e a sua substituição pela região de Aveiro?
- ii. terá o declínio da margem sul do Tejo como centro industrial da cortiça ocorrido devido à ineficiência dos seus processos produtivos em resultado da sua menor produtividade e menor nível de investimento?
- iii. Terá o declínio da margem sul do Tejo como centro industrial da cortiça ocorrido como resultado de fatores de natureza não económica, nomeadamente, a forma/tipos de gestão implementada pelas empresas localizadas no distrito de Aveiro?

Foi com o objetivo de responder a estas questões que se desenhou ao presente trabalho de investigação. Começámos por abordar o sobreiro como bem económico, para perceber o seu contributo para a satisfação das necessidades dos agentes económicos. Explicámos a importância económica do fruto do sobreiro, a bolota, para a alimentação humana e animal; a madeira do sobreiro tanto como consumo final (como fonte de energia utilizada pelas famílias), como consumo intermédio (a construção de navios); o serviço prestado ao ecossistema; e a sua casca, a cortiça. Interessou-nos, de entre estes contributos, a casca do sobreiro, isto é, a cortiça.

Iniciámos a análise da importância económica da cortiça com a análise da distribuição do sobreiro ao longo do território português. Constatou-se que o sobreiro é

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

uma árvore que existe em todas as regiões do país mas, é nos distritos a sul do Tejo que encontra em maior quantidade. Se é nos distritos a sul do Tejo que o sobreiro existe em maior quantidade, seria de admitir que um desses distritos fosse o principal centro da indústria da cortiça em Portugal.

A propósito de se saber onde terá surgido a primeira fábrica de cortiça em Portugal, analisou-se a geografia industrial do setor corticeiro. Referimos que terá sido no distrito de Évora que se instalaram as primeiras fábricas de cortiça. No entanto, o distrito de Setúbal depressa se assumiu como o principal centro da indústria corticeira nacional e, já mais recentemente, esse lugar veio a ser ocupado pelo distrito de Aveiro. Analisaram-se de forma exaustiva os diversos estudos publicados que tentam justificar a razão pela qual o distrito de Aveiro se tornou o principal centro corticeiro português.

Apresentou-se, a partir do Inquérito Industrial de 1881, a evolução da localização geográfica da indústria da cortiça. Analisaram-se as justificações apresentadas pelos diversos investigadores para explicar a atual localização geográfica da indústria corticeira nomeadamente, a diferença salarial entre as diversas regiões, a estrutura de mercado, a existência de um *cluster* e de um distrito industrial.

Como não concordamos com as justificações utilizados nesses diferentes estudos, apresentamos um modelo para explicar a localização geográfica atual da indústria corticeira portuguesa. Este modelo, segue a interpretação de Faísca e Moruno (2023), de que a explicação sobre a localização da indústria corticeira não pode ser cabalmente efetuada por uma única teoria da localização industrial.

Nesse sentido, o modelo proposto é um modelo composto, isto é, um modelo que resulta da combinação de indicadores de natureza económica, que denominámos de fatores económicos, e indicadores de natureza extraeconómica, a que demos o nome de fatores psicossociológicos. Nos fatores económicos, considerámos o valor do investimento realizado, a produtividade e a estrutura de mercado. Nos fatores psicossociológicos considerámos fatores de natureza pessoal e cultural com repercussões na atividade empresarial nomeadamente, no clima e cultura organizacional, na forma de gestão e nas relações com os *stakeholders*, tanto internos e

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

externos. A partir deste modelo, analisámos a evolução da indústria corticeira portuguesa.

2- Principais conclusões

De acordo com as questões que despoletaram a presente investigação, procurou-se determinar qual o tipo de mercado em que se poderia incluir a indústria corticeira portuguesa. Não sendo a indústria corticeira um mercado de concorrência perfeita, restou-nos procurar, de entre os mercados de concorrência imperfeita, aquele com o qual a indústria corticeira mais se assemelhava. Demonstrou-se que a indústria corticeira se poderia classificar como um mercado oligopolista onde, inicialmente, existia um pequeno número de grandes empresas e um conjunto muito numeroso de pequenas empresas.

Não se alterou a estrutura oligopolista do mercado, quando passou a existir uma empresa uma grande dimensão, a Corticeira Amorim, que exerce uma posição dominante no mercado. A Corticeira Amorim, com sede instalada em Santa Maria de Lamas, freguesia do concelho de Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro, contribuiu para que este distrito passasse a assumir uma posição dominante no mercado corticeiro português.

A partir da utilização do índice Herfindahl - Hirschman Index (HHI), concluiu-se que na década de sessenta o distrito de Setúbal detinha uma posição dominante na indústria corticeira mas, ao longo da década de setenta, essa posição foi assumida pelo distrito de Aveiro. Em 1980, já o distrito de Aveiro detinha uma posição absolutamente dominante nesse mercado. Esta posição dominante do distrito de Aveiro (e da Corticeira Amorim) foi decisiva para a decadência da importância das empresas corticeiras dos distritos localizados a sul do rio Tejo.

Para perceber os motivos estiveram na origem deste crescimento da importância do distrito de Aveiro e, ao mesmo tempo, da diminuição da relevância dos distritos a sul do Tejo, analisámos a evolução do investimento e da produtividade.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Relativamente ao nível de investimento, constatou-se que até meados dos anos sessenta, o investimento efetuado pelas empresas localizadas no distrito de Setúbal apresentava valores superiores comparativamente com os restantes distritos. No entanto, a partir do final da década de sessenta essa posição passou para o distrito de Aveiro. O investimento realizado pelas empresas desse distrito ultrapassou o investimento dos outros distritos e, em alguns anos, foi superior à adição do investimento dos restantes distritos.

A partir do valor da produtividade, construímos um indicador da rentabilidade líquida média das empresas, que nos permitiu constatar que a partir de 1964, as empresas corticeiras do distrito de Setúbal perderam a sua competitividade em comparação com as empresas localizadas no distrito de Aveiro.

Situação diferente ocorreu no distrito de Évora. As empresas corticeiras localizadas nesse distrito apresentaram uma rentabilidade líquida superior ao distrito de Aveiro. No entanto, nenhuma das empresas do distrito de Évora decidiu expandir o seu processo produtivo para a transformação de cortiça e, em especial, para produção de rolhas. A expansão para esse mercado fazia, do ponto de vista estritamente económico, todo o sentido.

Num mercado, onde a procura externa assumia um papel fundamental e, sabendo-se que desde, pelo menos, 1949, o preço por quilograma de cortiça transformada exportada foi, sempre, superior ao preço por quilograma de cortiça preparada exportada, seria de esperar que alguma empresa expandisse a sua produção para esse setor. Para além deste incentivo do preço, as empresas do distrito de Évora dispunham de capital, mão-de obra e matéria-prima suficiente para esse fim.

As razões para não terem tomado a decisão de expandir o seu processo produtivo para a transformação de cortiça e, em particular para a produção de rolhas, não se deve a razões de natureza económica mas de natureza psicossociológica. Estes fatores psicossociológicos devem-se à maneira de ser e cultura de cada empresário com

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

consequências ao nível da cultura e clima organizacional. Estes fatores fizeram-se sentir tanto no distrito de Évora como no de Setúbal. No distrito de Setúbal, onde existiam empresas produtoras e exportadores de rolhas, esses fatores psicossociológicos foram ainda reforçados pela forma e modelos de gestão que se mostrou uma enorme dificuldade de relacionamento com vários dos seus *stakeholders* nomeadamente, o Governo e outras entidades públicas e os sindicatos.

Contrariamente a estas empresas, a Corticeira Amorim, que na década de quarenta a sessenta, embora com uma dimensão relevante, não detinha uma posição dominante no mercado, mostrou uma enorme capacidade de relacionamento com os seus *stakeholders*. Toda a informação recolhida e analisada parece permitir admitir que a Corticeira Amorim soube adaptar-se a todos os circunstancialismos políticos¹⁹⁰ e sindicais e conseguiu aumentar a sua dimensão e importância económica que lhe permitiu assumir-se como a principal empresa corticeira nacional. Ao tornar-se a principal empresa corticeira nacional e manter uma posição dominante no mercado, a Corticeira Amorim, com a sua gestão tipo clã, contribuiu decisivamente para a atual localização geográfica da indústria corticeira. Após a adesão de Portugal à CEE, a Corticeira Amorim reforçou a sua posição dominante tanto no mercado nacional como no mercado internacional.

Podemos regressar às questões de partida que impulsionaram a presente investigação. E regressamos porque consideramos ser possível responder a essas questões. Recordamos que a interrogação principal foi procurar saber a razão (ou razões) porque o distrito de Aveiro se tornou o principal centro corticeiro português. Em torno desta questão, levantámos três questões adicionais relacionadas com a estrutura de mercado, com o nível de investimento e produtividade e com fatores de natureza não económica. Todas estas questões podem, na nossa opinião, ser respondidas. A atual

¹⁹⁰ Em nossa opinião, a posição dominante da Corticeira Amorim iniciou-se após a visita de Américo Amorim aos países do bloco comunista e de ter conseguido tornar-se o principal exportador de cortiça para essa área económica. Os valores da cortiça exportada para essa área económica foram muito elevados - maiores até que o montante do ativo de empresas com alguma dimensão no mercado corticeiro português. Essa posição dominante acentuou-se após a revolução de abril de 1974, onde as excelentes relações da Corticeira Amorim com os seus *stakeholders* desempenharam um papel relevante.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

localização geográfica da indústria corticeira, com o domínio avassalador do distrito de Aveiro¹⁹¹ e consequente declínio da margem sul do Tejo como centro industrial da cortiça, ocorreu em consequência da combinação de fatores económicos e extraeconómicos:

- i. A estrutura de mercado, que sendo um mercado oligopolista, concentra as empresas em torno da empresa dominante do mercado, do nível de investimento e da produtividade, que se fez sentir na rentabilidade das empresas;
- ii. E por fim, mas não menos importante, os fatores psicossociológicos, a cultura dos empresários, a cultura e clima organizacional, as relações com os outros agentes e interesses presentes no mercado.

3- Contributos da investigação

Refere Silva (2024) que qualquer trabalho científico contribui para o conhecimento científico. No entanto, partilhamos a opinião de Morin (1994), quando considera que o conhecimento científico não é um conhecimento absoluto. Não sendo um conhecimento absoluto, significa que é um conhecimento parcial, aberto e sujeito a constantes revisões e/ou alterações. Nesse sentido, todo o conhecimento poderá ser classificado de um conhecimento aproximado.

Conscientes desta realidade, consideramos que o presente trabalho contribui, de uma forma muito singela, para o crescimento do conhecimento científico. E este contributo deve-se a duas ordens de razão. Em primeiro lugar, pelo seu caráter inovador porque não se conhece, até ao momento, estudos científicos que explicassem a localização geográfica do setor corticeiro como resultado da combinação de diversos fatores, tanto de natureza económica como de natureza extraeconómica. A segunda razão, assenta exatamente neste último aspeto: abordou-se a importância de fatores culturais na explicação de fenómenos económicos. Nos nossos dias, assiste-se a uma espécie de endeusamento da economia. Mas a economia ocorre e depende dos

¹⁹¹ Em rigor, não deveríamos dizer distrito de Aveiro, mas sim o domínio avassalador do concelho de Santa Maria da Feira.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Homens¹⁹² e os Homens são, antes de tudo, um produto cultural. As decisões ocorrem ou têm sempre um contexto cultural.

4- Limitações do estudo e recomendações para estudos futuros

Apesar de se considerar que esta investigação aporta um contributo positivo para a compreensão do fenómeno da mobilidade territorial da indústria corticeira e, passível de ser utilizado como um contributo para o desenho de políticas de coesão territorial, apresenta limitações, todas da responsabilidade do autor do trabalho.

De entre as limitações que não foi possível solucionar encontra-se a amplitude do tema proposto porque abarca um conjunto muito heterogéneo de empresas, quanto à sua dimensão, à sua forma jurídica e à sua atividade industrial que torna muito difícil, mesmo impossível, de estudar num único trabalho científico. Consideramos que seria muito interessante e importante analisar e comparar a gestão e espírito empresarial de mais empresas corticeiras e de diferentes distritos. Esse estudo comparativo, embora com um limitado número de empresas, foi efetuado.

Todavia, e esta é uma outra das grandes limitações do trabalho, depois de efetuadas as entrevistas, autorizadas pelos entrevistados, e analisada e utilizada a documentação por eles fornecida, fomos informados que não autorizariam a utilização da entrevista nem dos dados contabilísticos¹⁹³. Decidimos, perante esta situação e para salvaguardar o trabalho já desenvolvido, apenas utilizar informação que não compromettesse, por alguma forma, os entrevistados e que eles autorizassem. Apesar de compreendermos que o tema e o período em análise sejam recentes e que alguns dos intervenientes, diretos e indiretos, estejam vivos e tenham receio de se expor, não podemos deixar de lamentar a pouca disponibilidade das empresas e dos empresários em facultar dados empresariais, todos eles já muito antigos, mas que poderiam ser úteis em trabalhos académicos.

¹⁹² Preferimos utilizar o termo Homens, com H maiúsculo, em vez de seres humanos.

¹⁹³ Em dois desses casos, a informação da impossibilidade de utilização da entrevista e dos dados contabilísticos foi efetuada pelos respetivos advogados.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Perante estas limitações, entendemos ser útil apresentar um conjunto de sugestões para futuros trabalhos de investigação. Os temas sugeridos despertaram o interesse do investigador ao longo do presente trabalho nomeadamente:

- i. A realização de um estudo de caso centrado em empresas de diferentes regiões. Sugere-se um estudo de caso sobre:
 - A empresa Aldemiro E. Mira, inicialmente instalada no distrito de Faro e que posteriormente deslocou o seu processo produtivo para o distrito de Setúbal. Esta empresa apresentou, ao longo das décadas de trinta e quarenta do século passado, um notável dinamismo empresarial. Perceber o seu percurso, ascensão e queda, poderá contribuir para a compreensão da evolução da indústria corticeira portuguesa.
 - A empresa Corticeira Valério, com sede no Montijo, e que atingiu uma dimensão que poderia permitir alguma concorrência com a Corticeira Amorim. Também neste caso, perceber o seu percurso poderia contribuir para a compreensão da evolução da indústria corticeira portuguesa.
- ii. O impacto do Processo Revolucionário em Curso na estrutura empresarial do setor corticeiro.

Os temas agora sugeridos poderiam ser relevantes para uma melhor explicação e compreensão sobre a atual estrutura do mercado corticeiro e, consequentemente, da sua localização geográfica.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Bibliografia

Documentos Oficiais e Arquivos

- Arquivo Municipal de Montijo:
 - Espólio da Empresa Andersen & Husum Lda. 1946-1986 - 120 caixas
 - Empresa Monticor - 1968 - 2007. 80 pastas.
- Arquivo da Defesa Nacional: Relatórios da II Repartição do Estado Maior do Exército para o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Autoridade da Concorrência: Relatório Final - Análise do sector e da fileira da cortiça em Portugal - 2012.
- Banco de Portugal:
 - Relatórios de Contas;
 - Séries longas da economia portuguesa – 2020;
 - Estudos da Central de Balanços;
 - Boletim mensal da economia portuguesa.
- Boletim da Junta Nacional de Cortiça: todos os números.
- Comissão Central Directora do Inquerito Industrial de 1881. Inquérito Directo - segunda parte, visita às fábricas, Livro Primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Comissão Central Directora do Inquerito Industrial de 1881. Inquérito Directo - segunda parte, visita às fábricas, Livro Segundo. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Comissão Central Directora do Inquerito Industrial de 1881. Inquérito Directo - segunda parte, visita às fábricas, Livro Terceiro. Lisboa: Imprensa Nacional.
- INE:
 - Anuário Estatístico de Portugal;
 - Anuário Industrial;
 - Anuário do Comércio Externo;
 - Inquérito Permanente ao Emprego e Inquérito ao Emprego;
 - Séries Longas da Economia Portuguesa.
- Inquerito Industrial de 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Resumo do Inquerito Industrial de 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

Bibliografia

- Afonso, O. e Aguiar, A. (2012). A internacionalização da economia. In Lains e Silva (Org.). História económica de Portugal 1700 - 2000. Vol. III . Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Pág. 305 - 341.
- Aguiar, C.; Pinto, B. (2007). Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental: até à Idade Média. In Silva, J. Sande Árvores e florestas de Portugal: floresta e sociedade, uma história comum. Lisboa: Jornal Público, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Liga para a Protecção da Natureza. Pág. 15-53.
- Albertini, J-M. (1989). O dinheiro e os Homens. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Almeida, C. e Barreto, A. (1976). Capitalismo e Emigração em Portugal. Coleção Cadernos de Hoje, n.º 10. Lisboa: Prelo Editora.
- Almeida, M. A. F.P. (2004). A reforma agrária em Avis: elites em mudança num concelho alentejano (1974-1977). Lisboa: ISCTE, Tese de doutoramento. [Consultada em 21 de julho de 2024] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/541>](http://hdl.handle.net/10071/541). ISBN 978-972-97251-6-6.
- Almeida, Q. (2019). O movimento operário e sindical no distrito de Aveiro (1900 - 2016). Lisboa: Página a Página - Divulgação do Livro, S.A..
- Al-Rousan W.; Al-Ismaïl K.; Attlee A.; Shaker R.; Osaili T. (2013). Characterization of acorn fruit oils extracted from selected Mediterranean Quercus species. Grasas Aceites, 64, Pág. 554-560.
- Amador, J. (2017). Portugal e o comércio internacional. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Amaral, L. (2012). O trabalho. In Lains e Silva (Org.). História económica de Portugal 1700 - 2000. Vol. III . Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 65 - 90.
- Amaral, L. (2024). O impacto do Grupo CUF na economia portuguesa em 1973. Cascais: Príncípa Editora, Lda.
- Amaral, L. M. (2008). Economia Tech. Lisboa: Booknomics.
- Amorim, I. (1994). Descrição da Comarca da Feira: 1801. Porto: Universidade do Porto - Revista da Faculdade de Letras, pp. 229 - 285.
- Amorim, A. C. A. (2009). Parasitismo Económico e Direito. Coimbra: Edições Almedina.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Andresen-Leitão, N. (2004). O convidado inesperado: Portugal e a fundação da EFTA, 1956-1960. *Análise Social*, vol. XXXIX, n.º 171, pp. 285 - 312.
- Antunes, J. (1994). Salazar e Caetano: cartas secretas - 1932 - 1968. Lisboa: Difusão Cultural. ISBN: 972-709-204-7.
- Antunes, M. (1985). As forças armadas e o MFA: do 25 de abril de 1974 a 25 de novembro de 1975. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 15/16/17 (maio de 1985).
- APCOR (2019). Cork: Information Bureau. S. João de Lamas: Associação Portuguesa da Cortiça.
- APCOR (2022). Cork: Information Bureau. S. João de Lamas: Associação Portuguesa da Cortiça.
- Atthirawong, W., e MacCarthy, B. (2001). Identification of the location pattern of manufacturing plants in Thailand. *Proceedings of the 6th International Manufacturing Research Symposium*, pp. 1–13.
- Badri, M. (1999). Combining the analytical hierarchy and goal programming for global facility location allocation problem. *International Journal of Production Economics*. Vol. 62, n.º 3, pp. 237 - 248.
- Badri, M. (2007). Dimensions of Industrial Location Factors: Review and Exploration. *Journal of business and public affairs*. Vol. 1, n.º 2, pp. 1 - 26.
- Baganha, M. (1994). As correntes migratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na Economia Nacional. *Análise Social*, Vol. XXIX (128), 959 - 980.
- Bainbridge, D. (2006). *Acorns as Food History, use, recipes, and bibliography*. Scotts Valley, CA: Sierra Nature Prints.
- Ballance, R. (1987). *International Industry and Business: Structural Change, Industrial Policy and Industry Strategies*. London: Allen and Unwin.
- Barnard, S.; Kritzing, B. e Kruger, J. (2011). Location decision strategies for improving SMME business performance. *Acta Commercii*, Vol. 11, n.º 1, pp. 111 - 128.
- Barros, H. (1922). *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV - Tomo IV*. Lisboa: Typographia Castro Irmãos.
- Bartelsman, E. J. ; Caballero, R. J.; e Lyons, R. K. (1994). Customer - and Supplier-Driven Externalities. *American Economic Review*, Vol. 84; n.º 4 (September), pp. 1075 - 1084.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Bater, J. e Walker, D. (1977). Industrial services: literature and research prospects. In Walker, D. (d.). Industrial services. Waterloo: University of Waterloo - Department of Geography.
- Batista, E. C.; Matos, L. A. L. e Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, vol. XI, n.º 3, pp. 23 - 38, 3.º Trimestre.
- Baye, M. (2010). Managerial economics and business strategy. New York: McGraw-Hill Irwin.
- Becattini, G. (1991). The industrial district as a creative milieu. In Benko, G. e Dunford, M. (Eds.): Industrial Change and Regional Development. London: Belhaven Press, pp. 102-116.
- Becattini, G. (2004). Industrial districts. A new approach to the industrial change, Cheltenham: Edward Elgar.
- Beckmann, M. (1968). Location theory. New York: Random House, Vol. 1.
- Beirante, A. (2021). A presença da cortiça no património construído da Ordem de Avis, em terras do Alto Alentejo, no início da Idade Moderna. Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática – N.º 9, pp. 51 - 84.
- Bellarosa, R. (2000). Introduction: Brief synthesis of the current knowledge on cork oak. Pág. 11–22 in M. C. Varela, ed. Evaluation of Genetic Resources of Cork Oak for Appropriate Use in Breeding and Gene Conservation Strategies. Handbook of the concerted action FAIR 1 CT 95-0202. INIA-Estação Florestal Nacional, Portugal.
- Bento, I. (2020). Valorização de Sistemas de Elevado Valor Natural: Potencialidades da Bolota do Montado. Dissertação de Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental. Universidade de Lisboa: Faculdade de Ciências - Departamento de Biologia Animal.
- Bernardo H. (1945b). Questões Geográficas. Localização da Indústria Corticeira em Portugal. Revista da Indústria Portuguesa, 213 (nov.).
- Bernardo, H. (1945a). Pequeno Estudo sobre o comércio externo da cortiça nos séculos XVIII e XIX. Lisboa: Junta Nacional de Cortiça, n.º 86, Pág. 65 - 67.
- Bhaskar, R. (1978). A realistic theory of science. Harvester: Brighton.
- Billington, N. (1999). The location of foreign direct investment: an empirical analysis. Applied Economics, Vol. 31, n.º 1, pp. 65 - 76, DOI: 10.1080/00036846.2019.12067087.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Bombico, S. e Carneiro, A. (2016). Do mar ao montado: Evidências da utilização e exploração de cortiça na Lusitânia Romana. In Rangel, J. F., Bombico, S., Faísca, C. e Mourisco, P. (Coords.). *El alcornocal y el negocio corchero: una perspectiva histórica e interdisciplinar/O montado de sobro em o setor corticeiro: uma perspectiva histórica e trandisciplinar*, pp. 19 - 44, Badajoz: Diputación de Badajoz.
- Branco, A. e Lopes, J. C. (2013). Vantagens da concentração geográfica da produção: o caso da indústria corticeira de Santa Maria da Feira. ISEG: Working Papers - 04/DE/GHES/UECE, ISSN 0874 - 4548.
- Branco, A. e Lopes, J. C. (2018). *Cluster and business performance: Historical evidence from the Portuguese cork industry*. Investigaciones de Historia Económica - Economic History Research, vol. 14, 43 – 53.
- Branco, A. e Parejo, F. M. (2011). Distrito industrial y competitividad en el mercado internacional: la industria corchera de Feira em Portugal” in Catalan, J., Miranda, J. A. e Ramon-Muñoz, R. (eds) (2011), *Distritos e Clusters en la Europa del Sur*, LID Editora Empresarial, Madrid, Espanha, pp. 143 - 142.
- Branco, A. e Parejo, F. M. (2011). *The creation of a competitive advantage in the portuguese cork industry: the contribution of an industrial district*. Instituto Superior de Economia e Gestão – GHES Documento de Trabalho/Working Paper nº 43-2011.
- Branco, A.; Parejo, F. M.; Lopes, J. C. e Rangel, J. F. (2014). *Determinants of Success and Failure in Internationalisation of the Cork Business: a Tale of Two Iberian Family Firms*. Documento de Trabalho/ Working Paper nº 53. Lisboa: GHES - Gabinete de História Económica e Social.
- Branco, Amélia; Parejo, Francisco M.; Lopes, João C.; Rangel, José F. (2016). Cambios en la localización de la industria corchera mundial. Una perspectiva histórica. *Revista de Estudios Regionales*, n.º 106, Pág. 55 - 78. Universidades Públicas de Andalucía, Málaga, España.
- Brito, J. (1989) *A Industrialização Portuguesa no pós-guerra (1948 - 1965). O condicionamento industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Brown, C. S. (1988). *Like It Was: A Complete Guide to Writing Oral History*. New York: Teachers and Writers Collaborative.
- Bruch, J.; Wiktorsson, M. e Bellgran, M. (2014). On the production location decision: a case study on process and criteria. *International Journal of Manufacturing Research*, vol 9, n.º 1, pp.74 - 91.
- Brusco, S. (1985). *Small firms and industrial districts: the experience of Italy*. Conference on new firms and area development in the European Community. Utrecht.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Buchanan, D. e Huczynski, A. (2019). *Organizational Behaviour*. Harlow: Pearson Education Limited.
- Campenhoudt, L.; Quivy, R. e Marquet, J. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Camps, A. (1880). *Pasado, Presente y Futuro de Corcho y su Industria en España y Portugal*. Évora: typ. de Francisco da Cunha Bravo.
- Canoy, M.; Rey, P.; Damme, E. (2004). *Dominance on monopolization*. Tilburg University: Tilec Discussion Paper.
- Cappello, R. (2011). *Location, Regional Growth and Local Development Theories*. Aestimum, pp. 1 - 25.
- Cardoso, E. (2021). *Uma busca à Reforma Agrária*. In IPJCC e GabIC - *Elaboração, organização e coordenação - Um Diamante de Histórias. 75 anos, 75 testemunhos de quem fez e faz a Polícia Judiciária*. Lisboa: Edição Polícia Judiciária.
- Carita, H. (2002). *Américo Amorim: 50 anos de trabalho*. Santa Maria da Feira: Sociedade Agrícola de Cortiças Flocor.
- Carnoy, M. (1972). *Industrialization in a Latin America common market*. Washington: Brookings Institute.
- Carvalho, A. S. (1984). *Concorrência desleal (Princípios fundamentais)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Carvalho, C. A.D. (1941). *Transportes de cortiça*. Boletim da Junta Nacional de Cortiça, n.º 30 - abril de 1941.
- Carvalho, D. F. (s.d.). *Luta de Corticeiros*. Lisboa: Edições Sociais.
- Carvalho, J. E. (2009). *Neuroeconomia – Ensaio sobre a sociobiologia do comportamento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Carvalho, M. (2008). *Efeitos da herbivoria e do microhabitat na sobrevivência e crescimento de plântulas de sobreiro, Quercus suber*. Dissertação de Mestrado em Biologia da Conservação. Universidade de Lisboa: Faculdade de Ciências - Departamento de Biologia.
- Castaño, D. (2018). *Eanes e a Democracia*. Lisboa: Penguin Random House.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Castelo-Branco; Fernando. Do tráfico fluvial e da sua importância na economia portuguesa. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 76, n.º 13 janeiro - março, 1958, pp. 39 - 66.
- Castro A. (1965). A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV. Lisboa: Portugália Editora. pp 291 - 296.
- Castro, P. J. (2014). O ataque aos milionários. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa (1999). Memória e Identidades Profissionais. Reprodução de Sistemas Sócio-Técnicos. Relatório Científico Final. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Chieirão, F. (2011). Cortiça e Arquitectura. Lisboa : Espaço Gráfico.
- Chinita, F. (2006). *Rumo ao futuro. Vendas Novas a caminho da liberdade*. Volumes II. Vendas Novas: Câmara Municipal de Vendas Novas.
- Cifranič, M. (2016). Localization factors in decision making of location of selected enterprises. The agrifood value chain: Challenges for natural resources management and society. Economics Management Innovation journal. Vol. 10, n.º1, pp. 305 - 313.
- Coelho, C. S. S. (2012). Entrepreneurial Learning e Liderança: a Expansão do Grupo Amorim. Dissertação de Mestrado em Economia e Administração de Empresas. Porto: Faculdade de Economia do Porto.
- Confraria, J. (1995). Desenvolvimento económico e política industrial. A economia portuguesa no processo de integração europeia. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Confraria, J. (2012). Política económica. In Lains e Silva (Org.). História económica de Portugal 1700 - 2000. Vol. III . Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 397 - 421.
- Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio da Junta de Andalucía (2017). Borrador - Plan Estratégico del Alcornal y el Corcho en Andalucía 2017.
- Correia, A. e Oliveira, A. (2002). Principais espécies florestais com interesse para Portugal. Zonas de influência mediterrânica. Lisboa: Direção-Geral das Florestas - Estudos e Informações, n.º 318. ISBN: 972-8097-37-9.
- Correia, Margarita (2004). Denominação e construção de palavras, Lisboa: Edições Colibri.
- Correia, S.; Figueira, D.; Carvalho, M.; Dias, J.; Lampreia, C.; Costa, M.; Palma, J.; Costa, N.; e Beja, N. (2017). Bolota: Um recurso endógeno na dieta Mediterrânea. Research and Networks in Health 3, spta55.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Costa, J. (2002). El negoci del suro a l'Alt Empordá (S. XVIII y XIX). Palafrugell (Girona) : Museu del Suro, 2002. ISBN 84-923581-1- 4.
- Costa, J. (2022). Portugal na História. Uma identidade. Lisboa: Temas e Debates - Circulo de Leitores.
- Costa, J; Fazenda, L.; Honório, C.; Louçã, F. e Rosas; F. (2010). Os donos de Portugal. cem anos de poder económico (1910 - 2010). Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, L. G. (2015). Memória Sonora da Cortiça. Nodar: Edições Nodar.
- Costa; J. (2011). Differentiation and genetic variability in cork oak populations (*Quercus suber* L.). Dissertação de Mestrado em Biologia Humana e Ambiente. Universidade de Lisboa: Faculdade de Ciências - Departamento de Biologia Animal.
- Coughlin, C.; Joseph, V. e Vachira, A. (1990). State government effects on the location of foreign direct investment. *Regional Science Perspectives*, n.º 20, pp. 194 - 207.
- Crafts, N. e Toniolo, G. (2010). Aggregate growth, 1950–2005. In Broadberry e O'Rourke (Eds.). *The Cambridge Economic History of Modern Europe, Volume 2, 1870 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Creswell, J. W. (2003). *Research design: qualitative, quantitative and the mixed methods approaches*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Cruz, I. (2018). Desenvolvimento de novos produtos: bolachas de farinha de bolota e arroz com frutos vermelhos e castanha do Brasil. Dissertação de Mestrado em Tecnologia Alimentar. Instituto Politécnico de Santarém: Escola Superior Agrária.
- Cruz, M. A. (1973). A margem sul do Tejo. Fatores e formas de organização do espaço.
- Cuesta-Gómez, F; Prata, S. e Magusto, J. (2021). Num buraco do chão vivia...uma história. Arqueologia dos silos medievais e modernos de Castelo de Vide: do armazenamento às lixeiras. Costa, A. M. e Prata, S. (Ed.). *Pequenas Cidades no Tempo. O ambiente e outros temas*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais e Câmara Municipal de Castelo de Vide, pp. 151-180.
- Custódio, S. (2004). A indústria corticeira em Santa Maria da Feira. Potencialidades e Fragilidades. Coimbra, FLUC: *Cadernos de Geografia*, n.º 21/23 - 2002/2004.
- Cyert, R. e March, J. (1963). *A behavioral theory of the firm*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Daligaux, J. (1985). L'Industrie du liège dans le massif des Maures di début du XIX' siècle a la fin du XXe siècle. Apogée et déclin d'une industrie rurale provençale. Provence Historique - Fascicule 181, pp. 385 - 409.
- D'Almada, J. (1962). Aspectos Económicos da Aliança Luso-Britânica. Lisboa: Banco Nacional Ultramarino - Serviços de Estudos Económicos, Boletim Trimestral, n.º 51, Pág. 1 - 43.
- David-Fox, M. (2002). From Illusory 'Society' to Intellectual 'Public': VOKS, International Travel and Party: Intelligentsia Relations in the Interwar Period. Contemporary European History, 11, n.º 1 (February 1); pp 7–32.
- Dean, R. (1972). Plant location decision process. Review of Regional Studies, n.º 3, pp. 1 - 14.
- Departamento de Estudos do Banco de Portugal (2009). A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária. Lisboa: Banco de Portugal.
- Deshpande, R., Farley, J.U. and Webster, F.E. (1993) Corporate Culture, Customer Orientation, and Innovativeness in Japanese Firms: A Quadrad Analysis. Journal of Marketing, 57, pp 23-37.
- Devy-Vareta, N. (1986). Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (Séc. XV e XVI). Porto: Revista da Faculdade de Letras - Geografia; I Série, Vol. 1; pp. 5 - 37.
- Dias, A. B. (2005). O Impacto das florestas no crescimento económico moderno durante o Estado Novo (1930-1974). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- Dias, F. (1945). Linhas de Rumo - Notas de economia Portuguesa, Vol.1. Lisboa: Clássica Editora.
- Direito, D. G. (2011). A indústria da cortiça e o seu potencial de inovação. Dissertação do 2º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Engenharia Química. Porto: Instituto Superior de Engenharia.
- Dixit, A.; Clouse, C. e Turken, N. (2019). Strategic Business Location Decisions: Importance of Economic Factors and Place Image. Rutgers Business Review, Vol. 4, n.º 1.
- Drucker, P. (1969). The age of discontinuity. Guidelines to our changing society. London: Heinemann.
- Duarte, R. (2004), Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar, n.º 24, pp. 213 - 225. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2->

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

5SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf>. Acedido em 7 de agosto de 2023.

- ECOPOL - Internalização da narrativa funcional do montado na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de desenvolvimento rural (2020). Relatório Técnico. Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- Faísca, C. e Moruno, F. P. (2023). From raw materials to where the industry happens. Patterns of industry location in the Portuguese cork manufacturing industry, 1880–1980.
- Faísca, C. (2014). Criando Chaparraís. Dois séculos de montado de sobro no Alentejo. Lisboa: Apenas Livros Lda.
- Faísca, C. (2019). El negocio corchero en Alentejo: explotación florestal, industria y política económica, 1848 - 1914. Tesis Doctoral. Universidad de Extremadura.
- Faísca, C. e Jerónimo, R. (2023). A contribuição algarvia para a génese e desenvolvimento do setor corticeiro português, Séculos XIX e XX. Revista Portuguesa de História, pp. 219 - 242. Revista disponível em DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_54_9.
- Fales, R. e Moses, L. (1972). Land and use theory and spatial structure. Regional Science Association, 28, pp. 49 - 82.
- Fernandes, L.; Freitas, A.; e Cancela d'Abreu (2008). Evolução dos sistemas de produção de porco Alentejano e efeitos do aumento de preço dos alimentos compostos na viabilidade económica da actividade. Revista de Suinocultura, Nº 78 (Jan/Mar 2008). pp. 54-63.
- Ferreira, G. Enes (1997). A teoria da integração económica internacional e o modelo de integração do espaço económico europeu. Porto: Legis Editora.
- Ferreira, R. F. (2000). Construções de Cortiça e Terra de Cortiçadas de Lavre. Almansor - Revista de Cultura, nº 14, pp. 325 - 339.
- Fetter, F. (1924). The economic law of market areas. Quarterly Journal of Economics, Vol. 38, pp. 520 - 529.
- Figueiredo, O.; Guimarães, P. e Woodward, D. (2002). Home-field advantage: location decisions of Portuguese entrepreneurs. Journal of Urban Economics, 52, pp. 341 - 361.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Filipe, G. e Afonso, F. (2010). A Mundet de 1905 a 2010: um olhar breve no espaço e no tempo. In Filipe, G. e Afonso, F.(Coord.). Quem diz cortiça, diz Mundet. pp. 238 - 248. Seixal: Câmara Municipal do Seixal.
- Fiolhais, C. (2005). Curiosidade Apaixonada. Lisboa: Gradiva.
- Fleischman, D. (1995). The impact of state and local taxation on industrial locations: a review of literature. Arkansas Business of Economic Review, n.º 73, pp. 94 - 108.
- Flick, U. (2014). An Introduction to Qualitative Research. London: SAGE Publications Ltd; Fifth edition.
- Fonseca, A.; Themudo-Barata, F. (2018). Utilização de alimentos de substituição nos montados do Alentejo no segundo e terceiro quartis do século XX. Revista História e Economia, São Paulo/Lisboa, vol. 21, ago/dez 2018, pp. 67 - 81.
- Fonseca, Ana (2004). O Montado no Alentejo (Século XV a XVIII). Lisboa: Edições Colibri.
- Frank, R. (1997). Microeconomia e Comportamento. Alfragide: McGraw-Hill de Portugal. ISBN: 972-9241-38-4.
- Friedman, A. (1977). Industry and labour: class struggle at work and monopoly capitalism. London: The Macmillan Press.
- Friedman, M. (2014). Capitalismo e Liberdade. Coimbra: Conjetura Atual Editora. ISBN: 978-989-694-080-5.
- Fusková M.; Hanáčková D. e Gubánová M. (2018), Location factors and their importance in location decision making of enterprises (in conditions of Slovak republic) case study. EMI Journal, Vol. 10, n.º 1. pp. 5 - 18.
- Galvanese, M. (2013). A Junta da Emigração: Os discursos sobre a emigração e os emigrantes no Estado Novo do Pós-Guerra (1947-1970). Dissertação do 2º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em História Contemporânea. Universidade de Coimbra: Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Garcia, J. C. (1996). A navegação no baixo Guadiana durante o ciclo do minério (1857 - 1917). Porto: Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Garrido, A. (2012). Conjuntura política e economia. In Lains e Silva (Org.). História económica de Portugal 1700 - 2000. Vol. III . Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 451 - 473.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Gatfield, T; e Yang, C. (2006). New Industrial Space Theory - a case study and empirical analysis of factors effecting newly emerging key industries in Queensland. *Australasian Journal of Regional Studies*, Vol. 12, n.º 1, pp 47 - 61.
- Gattaz, A.; Meihy, J. C. e Seawright, L. (2019). A história oral nos vãos da democracia. In Gattaz, Meihy e Seawright (org.). *História oral: a democracia das vozes*. São Paulo: Pontocom.
- Godinho, V. M. (2013). *A crise da História e as suas novas directrizes*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Gold, S. (1991). A new approach to site selection. *Distribution*, 90, pp. 29 - 33.
- González, M.L. A. (2015). The decline of cork oak woodlands: biotic and abiotic interactions in Portuguese montados. Universidade de Coimbra: Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy in Biosciences (Scientific area of Ecology).
- Greenhut, M. (1959). *Plant location in theory and practice*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Greenhut, M. (1963). *Microeconomic and the space economy*. Chicago: Scott Foresman.
- Greenhut, M. (1974). *Theory of firm in economic space*. Austin: University of Texas Press.
- Greenhut, M. (1981). Spatial pricing in the U.S., West Germany and Japan. *Economica*, Vol. 48, pp. 79 - 86.
- Griliches, Zvi (1979). Issues in assessing the contribution of R & D to productivity Growth. *Bell Journal of Economics*, Vol. 10, n.º 1 (Spring, 1979), pp. 99 -116.
- Guedes, Lívio da Costa. (1992). A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck ao Alentejo e Algarve descrita pelo Barão von Wiederholl em 1798. Lisboa: Boletim do Arquivo Histórico Militar, Vol. 60.
- Guimarães, P. E. (2006) Capítulo 3. Tradição e modernidade na indústria alentejana (1922-1950): a grande indústria In : *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960) : Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*. Évora: Publicações do Cidehus.
- Guimarães; P. E. (2004). *Elites e Indústria no Alentejo (1890 - 1960): Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História pela Universidade de Évora. Universidade de Évora: Departamento de História.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Haines, C. G. (1919). Efforts to define unfair competition. *Yale Law Journal*, Vol. XXIX, November, n.º1, pp. 1 - 18.
- Harrinson, B. (1992). Industrial districts: old wine in new bottles?. *Regional Studies*, Vol. 26, n.º 5, pp. 469 - 483.
- Hastani K. e Marquis, C. (1990). Japanese investment in the southeast united states: factors, obstacles, and opportunities. *Economic Development Review*, Vol. 8, pp. 42 - 45.
- Hayeck; F. (2020). O caminho para a servidão. Lisboa: Edições 70. ISBN: 978-972-44-1409-6.
- Hoffman, J. e Schniederjans, M. (1994). A two-stage model for structuring global facility site selection decisions: the case of the brewing industry. *International Journal of Operations & Production Management*, vol. 14, n.º 4, pp.79 - 96.
- Hotelling, H. (1929). Stability in competition. *Economic Journal*, Vol. 39, pp. 41 -57
- Hoyle, B. e Pinderr, D. (1981). Seaports, cities and transport systems. In Hoyle, B. e Pinder, D. (Eds.) *Cityport Industrialization and Regional Development*. Oxford: Pergmom. pp 1 - 10.
- Hoover, E. (1937). *Location theory and the shoe and leather Industries*. Cambridge: Harvard University.
- Hoover, E. (1948). *The location of economic activity*. New York: McGraw-Hill.
- Isard, W. (1956). *Location and Space Economy*. MIT Press: Boston.
- Jackson, M. (2010). Area development.
Disponível em: <http://www.aredevelopment.com/labourEducation/july2010/labour-trumps-factorsdecision7893shtml?page=2>. Acedido em 12 de agosto de 2022.
- John E.; Ejikeme O. e Alfred U. (2015). The Correlation between Business Location and Consumers Patronage: Implications for Business Policy Decisions. *British journal of economics management and trade*. Vol. 8, n.º 4, pp. 294 - 304.
- Jones, L. L., e Woods, M. D. (2002). *Economic Location Theory and Practice*. Texas A&M University.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Joutard; P. (2000). Desafios à história oral do século XXI. In Ferreira, Fernandes e Alberti (orgs.), História oral desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, pp. 31 - 45.
- Juliá, B. (1983). La comarca de la Selva i els primers tapers catalans. Quaderns de la Selva; n.º 1, pág. 179 - 182 .
- Jungthirapanich, C. e Benjamin, C. (1995). A knowledge-based decision support system for locating a manufacturing facility. IIE Trans. Vol 27, n.º 6, pp. 789–799.
- Júnior, E. F. (1941). Evolução dos salários na indústria corticeira. Boletim da Junta Nacional da Cortiça, n.ºs 37 e 39.
- Kalantari, A (2013). Facility location selection for global manufacturing. University of Wisconsin-Milwaukee. Master thesis. 2013.
- Kaldor, N. (1971). Conflicts in national economic objectives. The Economic Journal, Vol. 81, n.º 321, pág. 1 -16.
- Kaleka, A. e Morgan, N. A. (2017). Which Competitive Advantage(s)? Competitive Advantage - Market Performance Relationships in International Markets. Journal of International Marketing. American Marketing Association, Vol. 25, N.º. 4, pp. 25–49.
- Katz, D. e Kahn R. (1978). The Social Psychology of Organizations (2.^a Edition). New Jersey: John Wiley & Sons Inc..
- Kendall, L. (2008). The conduct of qualitative interview: research questions, methodological issues, and researching online. In Coiro, J.; Knobel, M.; Lankshear, C. e Leu, D. (Eds.). Handbook of research on new literacies, New York: Lawrence Erlbaum Associates.
- Kerridge, G. (2016). Reconceptualising Organizational Identity: A Critical Realist and Historical Case Study of Walgreens Boots Alliance. Coventry: University of Warwick. Submission for the award of Doctor of Philosophy.
- Ketelle, J. M. e Roegiers, X. (1999). Metodologia de Recolha de Dados. Lisboa: Instituto Piaget.
- Klepper S. (2002). Firm survival and the evolution of oligopoly. Rand Journal of Economics, vol. 33, n.º 1, pág. 37 - 61.
- Krugman, P. 1991. Increasing returns and economic geography. Journal of Political Economy, 99 (3), pp. 483–499.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Krugman; P. e Wells; R. (2009). Microeconomics. New York: Worth Publishers. ISBN: 978-0-7167-7159-3.
- Labini, S. P. (1967). Oligopolio e Progresso Tecnico. Torino: Giulio Einaudi Editore, S.P.A.: Piccola Biblioteca Einaudi.
- Lains, P. (1994). O Estado e a industrialização em Portugal, 1945 - 1990. Análise Social, Vol. XXIX, n.º 128, pp. 923 - 958.
- Lankshear, C. & Knobel, M. (2004). A handbook for teacher research. Berkshire: Open University Press.
- Laptev, V.V. (1975). The Legal Status of Soviet Foreign Trade Organizations. Denver Journal of International Law and Policy, Vol. 5, n.º 3, pp- 283 - 295.
- Lavanha; J. (1960). O livro primeiro da Arquitectura Naval. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Leite, C. e Pereira, H. (2017). Cork-Containing Barks - A Review. Frontiers in Materials. 3:63. doi: 10.3389/fmats.2016.00063.
- Lipsey, R. (1993). An Introduction to Positive Economics. Oxford University Press; Seventh Edition; 1993.
- Lobiondo-Wood, G. e Haber. J. (2001). Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Lopes, J. C. e Branco, A. (2013). Crescimento e performance das empresas: uma perspetiva regional, institucional e política. Atas do 17.º Workshop da APDR - 19 de abril de 2013.
- Lopes, J. S. (1996). A economia portuguesa desde 1960. Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-472-472-X.
- Lösch, A. (1954), The Economics of Location. New Haven: Yale University Press.
- Louçã, F.; Costa, J. e Lopes, J. T. (2014). Os Burgueses. Lisboa: Bertrand Editora.
- Lucking-Reiley, D. (2000). Vickrey Auctions in Practice: From Nineteenth-Century Philately to Twenty-First-Century E-Commerce. Journal of Economic Perspectives - Volume 14, Number 3, Summer 2000; pp. 183 - 192.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Lumaret, Herédia e Soto (2009); Origin and Genetic Variability. In Aronson, Pereira e Pausas. Cork Oak Woodlands on the Edge. Ecology, Adaptive Management, and Restoration (25 - 31). Washington: Island Press. ISBN: 978-1-59726-478-5.
- Lumbwe, A.; Nwobodo-Anyadigwu, E. e Mbohwa, C.(2018), The impact of Location decision on Small, Micro, and Medium Enterprises ‘performance in Johannesburg. Proceedings of the International Conference on Industrial and Operations management, Paris, France, July 26-27, pp: 1205-1216.
- Lund, T. (2005). The qualitative – quantitative distinction: some comments. Scandinavian Journal of Educational Research, Vol. 49 (2), 115 – 132.
- Luz, J. L. B. (2002). Introdução à Epistemologia. Conhecimento, Verdade e História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Mações, M. (2018). Manual de Gestão Moderna. Coimbra: Conjuntura Atual Editora.
- MacCarthy, B. e Atthirawong, W. (2003). Factors affecting location decisions in international operations—a Delphi study. International Journal of Operations & Production Management, Vol. 23, n.º 7, pp. 794 - 818.
- Magalhães, Joaquim A. R. (1970). Para o estudo do Algarve económico durante o Século XVI. Lisboa: Edições Cosmos.
- Maricato, N. (2012). O Turismo em Portugal: Tendências e Perspectivas. Dissertação do 2º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre Gestão. Universidade de Coimbra: Faculdade de Economia.
- Marques, A. L. M. (2012). A Internacionalização no Setor da Cortiça: Estudo Exploratório às Empresas. Universidade Portucalense - Departamento de Ciências Económicas e Empresariais: Mestrado em Finanças.
- Marshall, A. (1890). Principles of Economics. London: Macmillan & C.º.
- Massey, D. (1984). Spatial division of labour. London: Macmillan.
- Marta-Pedroso, C., Laporta L., Santos Silva C. (2020). ECOPOL: Internalização da narrativa funcional do Montado na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de Desenvolvimento Rural. Estudo financiado pelo PDR2020 (anúncio n.º 1/ operação 20.2.3/2018). Coordenadores: Domingos, T., Gonçalves Ferreira, A., Silveira, P., Tenreiro, P.. Edição: Instituto Superior Técnico & UNAC, Lisboa e Coruche.
- Martin, S. (2002). Sunk Cost and Entry. Review of Industrial Organization, n.º 20, pág. 291–304.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Martins, Everard (1940). Alguns Apontamentos Bibliográficos. Lisboa: Junta Nacional da Cortiça, n.º 18 - Abril, pp. 32 - 36.
- Martins, M. B. (1973), Sociedades e Grupos em Portugal, Lisboa, Editorial Estampa.
- Matos, A. M. C. (1991). A indústria no distrito de Évora, 1836 - 90. *Análise Social* - 4.^a série, Vol. XXVI, n.º 112/113, pp 560 -581.
- Matos, J. F. e Pedro, A. (2011). In Atas do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Instituto Politécnico da Guarda, 30 de junho a 2 de julho de 2011.
- Mattoso, J. (2015). Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096 - 1325. Lisboa: Temas e debates, Círculo de Leitores. ISBN: 978-989-644-358-0.
- Mazuy, Rachel (2002). Croire plutôt que voir ? Voyages en Russie soviétique (1919-1939). Paris: Odile Jacob.
- McConnell e Schwab, R. (1990). The impact of environmental regulation on industry location decisions. *Land Economics*, n.º 66, pp. 67 - 81.
- Mckinnon, A. (1989). Physical Distribution System. London: Routledge. ISBN: 978-041-500438-1.
- Medeiros, F. (1978). A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo. Lisboa: A Regra do Jogo, Edições.
- Melo, C. J. (2020). Floresta em movimento: usar, regenerar, cuidar (Séculos XIV-XIX). In "Como a Fénix renascida : matas, bosques e arvoredos (séculos XVI-XX) representações, gestão, fruição". Melo C. J. (coord.). Lisboa: Edições Colibri. ISBN 978-989-689-946-2.
- Merriam, S. B. e Tisdell, E. J. (2016)- Qualitative research. a guide to design and implementatio. San Francisco: Jossey-Bass a Wiley Brand. fourth edition.
- Merrouche, O. e Nier, E. (2010). What caused the global financial crisis? Evidence on the drivers of financial imbalances 1999 - 2007. IMF Workong Paper - WP/10/265.
- Mihai, B. e Andreea-Florina, F. (2013). The abuse of dominant position - restricting competition practice. Case study: ENI. *Annals of Faculty of Economics. Facultatea de Ştiinţe Economice*; vol. 1, n.º 1, pág. 54 - 63.
- Mkwanzazi, S., e Mbohwa, C. (2016). Location strategies to improve the operational and business performance of funded Sewing co-operatives in Gauteng. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/311811111>

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

//ujcontent.uj.ac.za/vital/access/manager/index?sitenam=research%20. Acedido em 10 agosto de 2022.

- Mónica, M. F. (1990). Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa. Lisboa: Dom Quixote
- Morais, J. e Violante, L. (1986). Contribuição para uma cronologia dos factos sociais. Portugal 1926 – 1985. Lisboa: Livros Horizonte.
- Moreira, C. (2018). Portugal as a tourism destination. Méditerranée [Online], 130 | 2018, Online since 28 November 2018, connection on 17 June 2022. URL : <http://journals.openedition.org/mediterranee/10402>; DOI : <https://doi.org/10.4000/mediterranee.10402>.
- Moriarty, B. (1980). Industrial Location and community development. North Carolina: University of North Carolina Press. ISBN: 978-0-8078-4064-1.
- Marginean, M. (2017). Positive and negative effects analysis in abuse of dominance. Munich Personal RePEc Archive, MPRA Paper N.º 83750 .
- Marques, A. L. M. (2012). A Internacionalização no setor da cortiça: Estudo exploratório às empresas. Dissertação do 2º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Finanças. Universidade Portucalense: Departamento de Ciências Económicas e Empresariais.
- Marques, A. H. O. (1978). História de Portugal - Volume 2. 5.ª Edição. Lisboa: Palos Editora.
- Matos, C. e Pinto, M. (2003). A indústria transformadora de cortiça em Santa Maria de Lamas, nos anos 50 e 60. Porto: História - Revista da Faculdade de Letras, III série, vol. 4, pág. 297 - 341.
- McMillan T. (1965). Why manufacturers choose plant location vs. determinants of plant location. Land Economics. Vol. 43, n.º 3, pp. 239 - 246.
- Mira, N. (1994). Localização industrial. O sector corticeiro português. Dissertação apresentada na Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor em Economia, especialidade de Economia Industrial. Évora: Universidade de Évora.
- Neal, L. e Cameron, R. (2019). História Económica do Mundo, Do Paleolítico ao Presente. Forte da Casa: Escolar Editora. ISBN: 978-972-592-558-4.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- O'Boyle, E. J. (2007). Requiem for Homo Economicus. *Journal of Markets & Morality*, Vol. 10 (2), 321 – 337.
- Oliveira, C. (1993). Os anos decisivos. Portugal 1962 - 1985. Um testemunho. Lisboa: Editorial Presença.
- Oliveira, Eduardo B. (1941). A Cortiça e a Contabilidade. *Boletim da Junta Nacional de Cortiça*, n.º 38, ano IV, dezembro de 1941.
- Oliveira Marques, A. (1980). *História de Portugal Volume 1*. Lisboa: Palos Editora.
- Oliveira Marques, A. (1978). *História de Portugal Volume II*. Lisboa: Palos Editora.
- Oliveira, M. e Oliveira, L.(2000). *A Cortiça*. (Corticeira Amorim S.G.P.S.). Rio de Mouro: Printer Portuguesa, Lda.
- Olson, E. (1971). *International trade theory and regional income differences*. Amsterdam: North Holland.
- Pacheco, A. (2015). Análise nutricional, físico-química e atividade antioxidante de frutos de *Quercus sp.* visando a sua valorização. Dissertação do 2º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Controlo da Qualidade. Especialidade em Água e Alimentos. Universidade do Porto: Faculdade de Farmácia.
- Palamarev, E. (1989). Paleobotanical evidences of the tertiary history and origin of the Mediterranean sclerophyll dendroflora. *Plant Systematics and Evolution*, 162: 93 - 107.
- Palander, T. (1935). *Beitrag zur standortstheorie*. Uppsala: Almqvist & Wiksells Boktryckeri.
- Parejo Moruno, F. M. (2010). El negocio del corcho en España durante el siglo XX. *Estudios de Historia Económica*, n.º 57.
- Parejo Moruno, F.; Branco, A.; Lopes, J.; e Preciado, J. (2013). Decisiones de localización, inversión extranjera y aglomeración industrial. Un análisis de largo plazo de la industria corchera en la Península Ibérica. Smart regions for a smarter growth strategy: new challenges of the regional policy and potentials of cities to overcome a worldwide economic crisis. Palacio de Exposiciones y Congresos "Ciusad de Oviedo". Jueves 21, viernes 22, Noviembre.
- Park, K. (2002). Identification of site selection factors in the US franchise restaurant industry: An exploratory study (Doctoral dissertation, Virginia Tech).

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Park, J.; Oh, H., Kim, D. e Cho, Y.(2018). Plant Location Selection for Food Production by Considering the Regional and Seasonal Supply Vulnerability of Raw Materials. *Mathematical Problems in Engineering*, pp. 1 - 14.
- Passos, W.; Neto, R.; Neto J.; Mansur, A.; Borba, R. e Dias, R. (2007). Localização industrial: o determinismo do financiamento público - estudo de caso do município de Campos dos Goytacazes - RJ. Associação Brasileira de Engenharia de Produção: XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção.
- Patrício, S. (2008). Actividade industrial em Sines até ao impacto do Complexo Industrial. *Sineense*, n.º 60 - Outubro - Novembro. Câmara MUnicipal de Sines: Arquivo Aberto.
- Pavic, I.; Galetic, F. e Piplica, D. (2016). Similarities and Differences between the CR and HHI as an Indicator of Market Concentration and Market Power. *British Journal of Economics, Management & Trade*, Vol. 13, n.º 1, pp. 1 - 8.
- Pedreira, J.M. (1998). Estrutura setorial e regional da indústria portuguesa: estatística e cartografia. Os inquéritos industriais da Junta de Comércio (1815 - 1825). *Revista de História Económica e Social*, n.º 27. Lisboa: Sá da Costa.
- Pedreira, J. M. (2021). A construção nacional - 1834 - 1890. In Pinto e Monteiro (orgs.). *História Económica Contemporânea. Portugal 1808 - 2000*. Lisboa: Fundação MAPFRE e Penguin Random House Grupo Editorial, pp. 69 - 130.
- Peet, R. (1989) Introduction: New Models of Uneven Development and Regional Change. In Peet, R. & Thrift, N. (eds.) *New Models in Geography*, Vol. 1, Unwin Hyman: London.
- Pereira, M. (1979). Estrutura agrária portuguesa (1968 – 1970). Lisboa: Edições Calouste Gulbenkian.
- Pereira, G. (1941). Economia Corticeira. Da importância da cortiça na economia nacional. Lisboa: Junta Nacional da Cortiça. N.ºs 27 a 35, 37.
- Pestana M. e Tinoco, I. (2009). A Indústria e o Comércio da Cortiça em Portugal Durante o Século XX. Lisboa: Silva Lusitana, vol 17, n.º 1, pág. 1 -26.
- Phelps, N. e Wood, A. (2017). The business of location: site selection consultants and the mobilisation of knowledge in the location decision. *Journal of Economy Geography*, Vol. 18, n.º 5, pp. 1023 - 1044.
- Philippe, M. (1995). Industrial Location and public infrastructure, *Journal of International Economics*, n.º 39, pp. 335–351.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Phillips, O. R.; Menkhaus, D. J. e Coatney, K. T. (2003). Collusive Practices in Repeated English Auctions: Experimental Evidence on Bidding Rings. *The American Economic Review*, Vol. 93, No. 3 (Jun., 2003), pp. 965 - 979.
- Pintado, X. (1964). *Structure and growth of the Portuguese economy*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pinto-Correia, T., Ribeiro N., Potes, J. - Coordenadores (2013). *Livro Verde dos Montados*. Évora: Universidade de Évora - ICAAM - Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas. Versão online.
- Popper, K. R. (1987). *O realismo e o objectivo da Ciência*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Porter, M. (1986). *Competition in global industries*, Boston, MA: HBS Press.
- Porto Editora - Cortiça no dicionário Infopédia da Língua Portuguesa (em linha). Porto: Porto Editora (Consultado em 2021-06-12). Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionários/lingua-portuguesa/cortiça>.
- Portugal (2000). *O Sobreiro e a Cortiça - Um Património Universal. Uma herança a preservar*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Premus, R. (1982). *Location of High Technology Firms and Regional Economic Development. A staff study prepared for the use of the Subcommittee on monetary and fiscal policy of joint economic committee congress of the United States*.
- Quadros, A. (2020). *Portugal, Razão e Mistério: A Trilogia*. Lisboa: Alma dos Livros. ISBN: 978-989-8999-25-2.
- Queiroz, M. I. P. (1988). Relatos orais: do indizível ao dizível. In: Von Simson, O. (Org.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice.
- Rakić, S.; Petrović S.; Kukić J.; Jadranin M.; Tešević V.; Povrenović D.; Siler-Marinković, S. (2007). Influence of thermal treatment on phenolic compounds and antioxidant properties of oak acorns from Serbia. *Food Chemistry*; n.º 104; Pág. 830 - 834.
- Raposo, J. H. (1978). *O Alentejo: Dos princípios à chamada Reforma Agrária*. Lisboa: Editorial O Século.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Reboredo, F. e Pais, J. (2012). A construção naval e a destruição do coberto florestal em Portugal – Do século XII ao Século XX. *Ecologia*, vol. 4, pp. 31 - 42.
- Reboredo, F. e Pais, J. (2014). Evolution of Forest Cover in Portugal: From the Miocene to the Present. In Reboredo, F. (Ed.), (2014). *Forest Context and Policies in Portugal: Present and Future Challenges*; New York, Springer, pp. 1-39.
- Rees, J. (1983). Government policy and industrial location. In House, J. (ed.). *United States Public Policy: a Geographical View*. Oxford: Clarendon, pp. 213 - 62.
- Reinartz, W. e Kumar, V. (1999). Store, market, and consumer-characteristics: the drivers of store performance. *Marketing Letter*, Vol. 10, n.º. 1, pp. 5 - 22.
- Reis, D. e Calafate, L. (2013). Os montados - conciliação entre Homem e Natureza. *Captar*; Vol. 4, n.º 1, pág. 13 - 26; ISSN 1647-323X.
- Reis, R. (2014). Hipóteses para a economia portuguesa. In Alexandre *et al* (Org.). *A Economia portuguesa na União Europeia: 1986 - 2010*. Coimbra: Conjuntura Actual Editora.
- Rocha-Trindade, M. (1995). *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Romão, A. (1983). *Portugal face à CEE*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Romão, A. (2006). A economia portuguesa 20 anos depois: visão geral. In Romão (Org.). *A economia portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Roque, A. C. (2022). Os primeiros passos na investigação em História. In Bastos, Viegas e Ferreira (Coord.). Lisboa: Universidade Aberta - Coleção Ciência e Cultura, n.º 19.
- Rosa, E. (2013). Os grupos económicos e o desenvolvimento em Portugal no contexto da globalização. Lisboa: Página a Página.
- Rosa, M., e Arnoldi, M. (2007). *A entrevista na pesquisa qualitativa - mecanismos para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. ISBN: 9789-857-526-179-8.
- Rosário, C., Granjo, P. e Cahen, M. (2013). *O que é investigar?*. Lisboa: Escolar Editora. ISBN: 978-972-592-375-7.
- Rosas, F. (1996). *O Estado Novo nos anos trinta. 1928 - 1938* (2.^a edição). Lisboa: Editorial Estampa.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Rosas, F. (2019). Salazar e os fascismos. Lisboa: Tinta da China.
- Rosas F.; Carvalho, R. e Oliveira, P.A. (2001). Daniel Barbosa, Salazar e Caetano. Correspondência Política - 1945 - 1966. Volume 1. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Rosenberg, S.; O'Hallaran, P. (2014). Firm behavior in oligopolistic markets: evidence from a business simulation game. Journal of Business Case Studies, vol. 10, n.º 3, pág. 239 - 254.
- Rubalcaba, L.; Gallego, J.; Gallo, M. e Garrido, R. (2013). Business services location and market factors in major European cities. Cities, n.º 31, pp. 258 - 266.
- Ruivo, M. (1992). Logiques familiales, flexibilité productive et main-d'oeuvre secondaire. Le cas du district industriel du liege à Feira (Portugal). Université de Paris: Tese de Doutoramento,.
- Ruju, S. (2002). Il peso del sughero : storia e memorie dell'industria sugheriera in Sardegna, 1830-2000. Sardegna: Banco di Sardegna.
- Rutherford, D. (1998). Dicionário de Economia. Alges: Difel. ISBN: 972-29-0400-0.
- Sabino, F. (2010). Granulados e Aglomerados: complementaridade entre as fábricas Mundet do Montijo, do Seixal e de Amora. In Filipe, G. e Afonso, F.(Coord.). Quem diz cortiça, diz Mundet. pp. 165 - 189. Seixal: Câmara Municipal do Seixal.
- Sala, P. (1998). Obrador, indústria i aranzels al districte surer català (1830-1930). Recerques, n.º 37, pp. 109 -136.
- Sanders, A.K. (1997). Unfair competition law. The protection of intellectual and industrial creativity. Oxford: Clarendow Press
- Santos, D. (2014). O abuso de posição dominante. Trabalho de Projeto em Economia, especialização em Economia Industrial. Universidade de Coimbra: Faculdade de Economia.
- Saraiva, J. (2021). História Concisa de Portugal. Lisboa: Contraponto. ISBN: 978-989-666-296-7.
- Scherer, F. M. (1980). Industrial Market Structure and Economic. Chicago: Rand McNally & C.ª.
- Scitovsky, T. (1954). Two concepts of external economies. Journal of Political Economy, Vol. 62, n.º 2, pp. 143 - 151.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Schmenner, R. (1982). Making business location decisions. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Schoenberger, E. (1988). Multinational corporations and the new the new international division of labour. *International Regional Science Review*, Vol. 11, pp. 105 - 119.
- Scott, A. J. (1993) *Technopolis: High-technology Industry and Regional Development in southern California*. University of California Press: Berkeley, California.
- Scott, D. (2007). Resolving the quantitative – qualitative dilemma. *International Journal of nResearch in Education*, Vol. 30 (1), 3 – 17.
- Sequeira, J. R. (1978). Relembrando e Comentando. *Memórias de um operário corticeiro 1914 - 1938*. Lisboa: Regra do Jogo.
- Shepherd, W. (1984). Contestability vs. Competition. *American Economic Review*, vol. 74, n.º 4; pág. 572 - 587.
- Silva, A. (2013). *O Regime Jurídico da Concorrência: Atuações e Práticas*. Dissertação de Mestrado em Direito - Ciências Jurídico-económicas. Universidade do Porto: Faculdade de Direito.
- Silva, Á. F.; Amaral, L. e Neves, P. (2015): Business groups in Portugal in the Estado Novo period (1930–1974): family, power and structural change. *Business History*, DOI: 10.1080/00076791.2015.1044520
- Silva, J. G. e Vale, C. P. (2016). A cortiça na construção: Sistemas construtivos tradicionais”, in *Actas do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Culturas Partilhadas*, ed. Rui Fernandes Póvoas e João Mascarenhas Mateus, Porto, CEAU/FAUP, 2016, vol. II, pp. 509-518.
- Silva, J. (2007). *Árvores e Florestas de Portugal. Os Montados. Muito para além de árvores*. Lisboa: Público, Vol. 3. ISBN: 978-989-619-100-9.
- Silva, M. C. (2007). Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização. Reflexões e propostas. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Silva, M. (1985). A repartição do rendimento em Portugal no pós-abril de 1974 – Tópicos para um debate. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 15/16/17 (maio de 1985).
- Silva, J. C. (2021). *Vida Examinada - A responsabilidade do professor de filosofia e outros ensaios*. Lisboa: Lisbon International Press. ISBN: 978-989-37-1766-0.
- Silva, L.(1868). *Memoria sobre a população e agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarchia até 1865*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Silva, M. (1980). A política industrial em Portugal e seus efeitos no emprego e na repartição do Rendimento. *Análise Social*, n.º 51.
- Silva, N. (2013). A Cortiça nos debates parlamentares da Nação Portuguesa (1839 - 1899). Lisboa: Euronatura. ISBN 978-972-98932-9-2.
- Silva, S.; Pinho, J.; Borges, C.; Santos, C.; Santos, A.; Graça, P. (2015). Linhas de orientação para uma alimentação vegetariana saudável. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável. ISBN: 978-972-675-228-8.
- Simon, H. (1955). A behavioral model of rational choice. *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 69 (1), 99 – 118.
- Sirgado, J. M. G. (2011). Controlo de Qualidade numa unidade corticeira. Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tecnologia Química.
- Smit, E. e Donaldson, R. (2011). The home as informal business location: Home-based business (HBB) dynamics in the medium-sized city of George. *SSBKRP/MDM*, Vol. 59, pp. 24 - 33.
- Smith, N. (1989) Uneven Development and Location Theory: Towards a Synthesis. In Peet, P. & Thrift, N. (eds.) *New Models in Geography*, Vol.1, Unwin Hyman: London.
- Soares, J. (2013). Caracterização do processo de cozedura SRCC e do período de estabilização pós-cozedura. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Processos Químicos e Biológicos. Coimbra: Instituto Superior de Engenharia de Coimbra: Departamento de engenharia Química e Biológica.
- Soares, R. C.A. (2013). Poder de mercado e dominância no mercado dos vedantes de cortiça. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Economia. Aveiro: Universidade de Aveiro - Departamento de economia, Gestão e Engenharia Industrial.
- Sousa, A. (1994). Balanço da economia portuguesa (1986 - 1994). *Brotéria*, vol. 139, pp. 271 - 289.
- Sousa, A. (1995). Os anos 60 na nossa economia. *Análise Social*, vol. XX, n.º 133, pp. 613 - 640.
- Sousa, F. (2015). O crescimento económico em Portugal na actual crise financeira. Dissertação defendida em Provas Públicas para a obtenção do grau de Mestre. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Escola de Ciências Económicas e das Organizações.

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Sousa, M. e Batista, C. (2011). Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha. Lisboa: Pactor Editora. ISBN: 978-989-693-001-1.
- Spooner, D. (1974). Some qualitative aspects of industrial movement in a problem region in the UK. *Town Planning Review*, n.º 45, pp. 63 - 83.
- Stake, R. E. (1995). The art of case study research. Thousand Oaks CA: Sage Publications Ltd.
- Stoner, J. (1985). Administração: Editora Nova Guanabara.
- Thomas, P. E. (1928). Cork Insulation. Chicago: Nickerson & Collins, C.º.
- Thünen, J. von, “Der isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie, Hamburg, 1826.
- Torres, J. (2003). Introdução à História Económica e Social da Europa. Coimbra: Almedina Editora. ISBN: 972-40-0244-6.
- Toumi, L., e Lumaret, R. (1998). Allozyme variation in cork oak (*Quercus suber* L.): The role of phylogeography and genetic introgression by other Mediterranean oak species and human activities. *Theoretical and Applied Genetics* 97: 647–656.
- Turhan, G.; Akalın, M. e Zehir, C. (2013). Literature review on selection criteria of store location based on performance measures. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, n.º 99, pp. 391 - 402.
- Varela, R. e Piçarra, C. (2016). A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução dentro da Revolução. *Estudos Ibérico-americanos*, Porto Alegre, vol. 42, n.º 3, set.- dez., 1189 - 1218.
- Vieira, J. (1991). Arborização e desarborização em Portugal. *Ingenium*, ano VI, n.º 55, pág. 4 - 17.
- Viola, F. (2016). Os custos relacionados com a qualidade na prática fiscal das empresas portuguesas. Comparative case study. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Gestão. Évora: Universidade de Évora.
- Virton, P. (1979). Os dinamismos sociais. Lisboa: Moraes Editores,

Mobilidade territorial e dinâmica empresarial do setor corticeiro em Portugal: 1960 - 2019.

- Voth, A. (2009): “Cambios en la geografía del corcho en Europa”, en S. Zapata (ed.), *Suredes i indústria surera: avui, ahir i demà. Alcornocales e indústria corchera: Ayer, hoy y mañana. Cork oak woodlands and cork industry: present, past and future*, Girona, Museu del Suro de Palafrugell, 570-591.
- Xavier, A. (1974). *Portugal e a integração económica europeia*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Yeung, H. W-C. (1997). Critical realism and realist research in human geography: A method or a philosophy in search of a method? *Progress in Human Geography*, Vol. 21, pp. 51-74.
- Yin, R. K. (2009). *Case Study Research – Design and Methods*. 4.^a ed. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Yow, V. R. (2005). *Recording Oral History. A Guide for the Humanities and Social Sciences* (2ed). Walnut Creek, CA: Altamira Press - a division of Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Šálková, T.; Divišová, M.; Kadochová, Š.; Beneš, J.; Delawská, K.; Kadlčková, E. Němečková, L.; Pokorná, K.; Voska, V. Žemličková A. (2011). Acorns as a Food Resource. An Experiment with Acorn Preparation and Taste. *Interdisciplinaria Archaeologica Natural Sciences In Archaeology (IANSa)*. Vol. II; Issue 2/2011; Pág. 139 - 147.
- Zapata Blanco, S. (2002). Del suro a la cortiça. El ascenso de Portugal a primeira potência corchera del mundo. *Revista de História Industrial*, 22; Pág. 109 - 137.
- Zorrinho, J. (2018). *O processo de intervenção do FMI em Portugal entre 1975 e 1985*. Universidade Nova de Lisboa: Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais.
- Weber, A. (1929). *Theory of the Location of Industries* (translated by C. Friedrich). Chicago: University of Chicago Press.
- Wheeler, D. e Mody, A. (1992). International investment location decisions: the case of U.S. firms. *Journal of International Economics*, 33, pp. 57 - 76.